

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
CAMPUS DE ARARAQUARA

JOVENS URBANOS DOS POVOS DA AMAZÔNIA NA CIDADE DE BELÉM/PA.

Araraquara (SP)
2006

MARIA DE FATIMA DA FONSECA

JOVENS URBANOS DOS POVOS DA AMAZÔNIA NA CIDADE DE BELÉM/PA.

Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Araraquara, São Paulo, para obtenção do título de Doutora em Sociologia, sob a orientação do Prof. Dr. Augusto Caccia-Bava Júnior.

Araraquara (SP)
2006

MARIA DE FÁTIMA DA FONSECA

JOVENS URBANOS DOS POVOS DA AMAZÔNIA NA CIDADE DE BELÉM/PA.

COMISSÃO EXAMINADORA DA TESE DE DOUTORADO

ORIENTADOR: _____
PROF. DR. AUGUSTO CACCIA-BAVA JÚNIOR.

1º EXAMINADOR: _____
Prof. Dr. Orlando Nobre Bezerra de Souza.

2º EXAMINADORA: _____
Profª. Dra. Célia Regina Vieira de Souza Leite.

3º EXAMINADOR: _____
Prof. Dr. Dagoberto José Vicente.

4º EXAMINADOR: _____
Prof. Dr. Ângelo Del Vecchio.

Araraquara (SP), 17 de novembro de 2006.

Dedico este trabalho aos jovens, que
precisam assaz da sociedade em que vivem.
Lutam bravamente para não perder sua
dignidade.
Estudam e trabalham dia após dia;
Sorriem e cantam desafiando o social que
tanto os maltrata;
E acreditam nas pessoas e nos grupos;
Por necessidade de sobrevivência;
E na convicção de que, se o presente é dor e
sofrimento;
O passado ensinou que, na ousadia da
resistência coletiva pelo direito à vida;
A esperança vence o desânimo e o futuro é
construído.

Agradeço a todas as pessoas que perderam suas vidas na luta pela defesa da Amazônia, para que esta não perdesse a beleza de alimentar seus filhos e seus sonhos. Aos que são solidários aos povos sofridos da Terra, pois só assim se construirá outro mundo possível.

Aos professores, em especial Augusto Caccia-Bava, que, com Estudos de Juventude, enfrenta com ousadia e firmeza uma discussão, que poucos brasileiros fazem: o jovem é sujeito de direitos!

*...Transformados até a alma. Sem cultura e opinião.
E o nortista só queria fazer parte da nação... Oh não!
(Banda Mosaico de Ravena. Belém/PA. 1983).*

RESUMO

O estudo “jovens urbanos dos povos da Amazônia” é o resultado da pesquisa sobre experiências juvenis na cidade de Belém, Estado do Pará, nos anos de 2004 e 2005. Foram entrevistados sessenta e dois jovens, sendo trinta e três mulheres e vinte e nove homens, na faixa etária de quinze a vinte e quatro anos. À Amazônia foi dada uma interpretação histórico-cultural em vista do desenvolvimento que nela se processou desde a chegada dos colonizadores, dando uma configuração à cidade de Belém e às experiências coletivas de resistência social na defesa da existência dos povos nativos como *locus* da construção das experiências juvenis. Três categorias analíticas possibilitaram a abordagem do tema e sua interpretação: a existência dos nativos; a experiência como aprendizagem que ocorre na vida diária e que compreende as experiências coletivas dos povos com os quais se convive; e o tempo histórico que marcou o encontro e o desencontro de povos com identidades diferentes em um mesmo espaço, em que a cultura capitalista foi hegemônica. A pesquisa trouxe como resultado a necessidade de reconhecer os jovens como uma categoria social, histórica e cultural, que, na sociedade contemporânea, se constituiu como sujeito de direitos e que partilham da necessidade de fazer da cidade um lugar tranquilo, seguro e de bem-estar para todos.

Palavras-chave: Existência. Cultura Urbana. Experiências Juvenis. Povos da Amazônia. Classes Subalternas.

ABSTRACT

The study “jovens urbanos dos povos da Amazônia” is the result of the research on youth experiences in the city of Belém in the State of Pará, in the years of 2004 and 2005. Sixty-two youths were interviewed, being thirty and three women and twenty and nine men, between fifteen and twenty four years old. To the Amazonia was given a historic-cultural interpretation to the development that was processed since the arrival of the colonialists that gave configuration to the city of Belém and to the collective experiences of resistance of the native peoples and *locus* of the construction of the experiences of the young people. Three analytical categories made possible the approaching of the subject and its interpretation; the existence of the natives; the experience as learning that occurs in the daily life and that comprehends the collective experiences of the peoples which live them; the historical time that marked the meeting and failure in meeting of peoples with different identities in the same space, whose the capitalist culture was hegemonic. The research brought as the result the necessity to recognize the young as a social, historical and cultural category that in the contemporary society constitutes as subject of rights, and where they can share the necessity to make the city a quiet place, safe and of well-being for all.

Keywords: Existence. Urban Culture. Youth Experiences. People of Amazonia. Underclass.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 CONTEXTO, OBJETIVOS E METODOLOGIA DA PESQUISA	24
1.1 Os jovens da pesquisa	27
1.2 Teoria adotada para análise das entrevistas	37
2 A CONSTRUÇÃO DA EXISTÊNCIA DA CLASSE SUBALTERNA NA AMAZÔNIA	41
2.1 A Amazônia e o cenário internacional	45
2.2 Produção da existência na Amazônia brasileira	66
2.3 Práticas de resistência dos Amazônidas	69
2.4 A Amazônia para os jovens da pesquisa	72
3 A CIDADE DE BELÉM NA AMAZÔNIA PARAENSE	83
3.1 Cidade de Belém – espaço da CABANAGEM	83
3.2 Belém - espaço de urbanização	94
3.3 Belém de nossos dias	101
4 A EXPERIÊNCIA CONSTRUÍDA PELOS JOVENS URBANOS DE BELÉM	115
4.1 A ética da existência juvenil	117
4.2 A reprodução social na experiência juvenil em Belém	127
4.3 Contemporaneidade na cidade de Belém	143
4.4 A construção social da cidade na ótica juvenil	156
4.5 A formação dos jovens nos grupos	165
5 A EXPERIÊNCIA PESSOAL E COLETIVA COMO PRÁTICA EDUCATIVA DO JOVEM URBANO NA CIDADE DE BELÉM - a propósito de conclusão.	178
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	189
APÊNDICES	201

INTRODUÇÃO

Escrever sobre “jovens urbanos dos povos da Amazônia”, na cidade de Belém, Estado do Pará, norte do Brasil significa abrir um grande diálogo com os jovens que constroem suas experiências pessoais e coletivas na sociedade amazônica, em que a diversidade de etnias e de culturas nativas e não nativas formam um modo de vida heterogêneo e rico de interações, criando os meios necessários para a especificidade de produção e reprodução social.

Belém do Pará como porta de entrada e de saída da Bacia Amazônica, aprendeu a conviver com essa diversidade. Alguns períodos históricos enaltecem ou enfraquecem a existência de indivíduos ou grupos que eram seus portadores, o que acabou favorecendo modos de vida promissores de uma outra história. Pois, como diz Chauí (1997), foi Hegel (1770 – 1831) e, depois dele, Marx (1818 – 1883) que enfatizaram a cultura como história. Para o primeiro, o tempo é o modo como o Espírito Absoluto ou a razão se manifesta e se desenvolve por intermédio das obras e instituições – religião, artes, ciências, filosofia, instituições sociais, instituições políticas. Em cada período de sua temporalidade, o espírito ou razão engendra uma cultura determinada, que exprime o estágio de desenvolvimento espiritual ou racional da humanidade – China, Índia, Egito, Israel, Grécia, Roma, Inglaterra, França, Alemanha - seriam fases da vida do Espírito ou da razão, cada qual exprimindo-se com uma cultura própria e ultrapassada pelas seguintes, em um progresso contínuo.

Segundo a autora, para Marx, há em Hegel um engano básico, qual seja, confundir a história-cultura com a manifestação do espírito. A história-cultura é o modo como, em condições determinadas e não escolhidas, os homens produzem materialmente (pelo trabalho, pela organização econômica) sua existência, e dão sentido a essa produção material. Nele não se narra o movimento temporal do Espírito, mas as lutas concretas dos seres humanos reais, que produzem e reproduzem suas condições de existência, isto é, as relações sociais, pelas quais distinguem-se e diferenciam-se uns dos outros em classes sociais antagônicas.

O movimento da história-cultura é realizado pela luta de classes sociais para vencer formas de exploração econômica, opressão social, dominação política, despotismo asiático, modo de produção antigo (Grécia, Roma), modo de produção feudal (Idade Média), capitalismo comercial ou mercantil, capitalismo industrial, maneiras pelas quais surgem e se organizam as formações sociais, internamente divididas por lutas, cujo fim dependerá da capacidade de

organização política e de consciência da última classe social explorada (o proletariado, produzido pelo capitalismo industrial) para eliminar a desigualdade e injustiças históricas.

Partindo desse raciocínio feito sobre Marx é que haverá a reflexão da formação da consciência dos jovens em Belém, pois eles vivem uma história produzida e reproduzida por várias relações sociais do passado e do presente. Se no passado os modelos de colonização, de autoridade sobre os nativos e a Cabanagem constituíram a existência dos antepassados, no presente estão o processo de urbanização e o urbanismo da cidade. Todos esses elementos produzem e reproduzem modos de viver que unem esses jovens sob o aspecto de práticas pessoais e coletivas e os separam de outras práticas pessoais e coletivas.

Belém acompanhou a modernização do Brasil e do mundo como local de disputas de planejamentos de projetos de desenvolvimento econômicos e de governos para a região. Esses jovens estão dentro da intensa urbanização que se processou na cidade, pois, conforme Palen (1975), a urbanização é um processo pelo qual regiões rurais se transformaram em regiões urbanas. Em termos demográficos, urbanização é um aumento da concentração populacional; em termos de organização, é uma alteração de estrutura e de funções. Demograficamente, a urbanização envolve dois elementos: a multiplicação de pontos de concentração e o aumento do tamanho de concentrações individuais. Organização é mais difícil de conceituar, já que inclui mudanças na estrutura espacial interna das cidades, mudanças nas estruturas econômicas e outras questões, como de ecologia humana, por exemplo.

O mesmo autor, junto com urbanização, destaca o urbanismo, como uma condição de vida, e não um processo. O termo se refere aos aspectos de comportamento da vida urbana – aos estilos de vida típicos da população da cidade. Assim, sob o rótulo de “urbanismo” pode-se encontrar pesquisas relativas aos aspectos psicológicos da vida urbana, dos padrões de personalidade dos habitantes das cidades e às adaptações de comportamento que a vida urbana exige.

A cidade dá origem a um estilo de vida definido, chamado “urbanismo”, que se reflete no modo como as pessoas se vestem e falam, na forma como encaram a realidade social, em suas aspirações, em suas ocupações, na sua escolha de moradia, em suas associações e em suas interações com outras pessoas.

Sobre esse tema, Lefebvre,

[...] reserva o termo ‘sociedade urbana’ à sociedade que nasce da industrialização. Essas palavras designam, portanto, a sociedade constituída por esse processo que domina e absorve a produção agrícola. Essa sociedade urbana só pode ser concebida

ao final de um processo no curso do qual explodem as antigas formas urbanas, herdadas de transformações descontínuas. (LEFEBVRE, 2002, p. 15).

As transformações urbanas que aqui se desenvolveram foram acontecendo conforme as orientações administrativas do grupo que governou o Estado e que sempre teve Belém como sede do governo e pouco articulada com os interesses dos seus habitantes e dos habitantes dos demais municípios paraenses.

Os jovens estudados, por estarem dentro de uma cultura urbana, enfrentam desafios desse tempo, pois morar numa cidade como Belém, que no século XVII foi colonizada por portugueses que conviveram com povos indígenas e mais tarde com escravos africanos, e mais recentemente, por nordestinos, paulistas, mineiros, gaúchos e goianos, entre outros, coloca na herança cultural desses jovens vários estilos de vida.

Os entrevistados conhecem e convivem com essa diversidade. Nasceram no Estado do Pará e no Maranhão. Têm em comum o fato de estarem na cidade de Belém e terem parentes ou amigos residentes em municípios predominantemente rurais ou em processo de urbanização dentro da Amazônia. O contato ainda próximo entre a cultura rural e a cultura urbana cria capacidades próprias a esses jovens, de pensar e viver na cidade grande, e esse contato pode criar um diferenciador entre os jovens estudados e os demais jovens da região ou de outras regiões do Brasil.

Esse jovem urbano na faixa de 15 a 24 anos e com essa dualidade de convivência é levado para a construção de uma heterogeneidade de comportamentos e associações juvenis que às vezes desafia o poder dos adultos e das instituições oficiais. Esses comportamentos e formas de associações ainda não estão devidamente mapeados, mas podem apontar uma cartografia diferenciada quanto às formas de ser jovem construída historicamente pelas associações juvenis perante as instituições.

Dentro da singularidade deste tempo, o capitalismo produziu uma cultura derivada de seu modo de produção assentado na exploração e na pilhagem. Toda cultura cria o âmbito das evidências cotidianas, das convicções inquestionáveis e, como tal, gesta uma subjetividade coletiva adequada a ela. Sem uma cultura capitalista que veicula as mil razões justificadoras da ordem do capital, o capitalismo não sobreviveria. A cultura capitalista exalta o valor do indivíduo, garante a ele a apropriação privada da riqueza feita pelo trabalho de todos. Coloca como mola de seu dinamismo a concorrência de todos contra todos, visa maximizar os ganhos com o mínimo de investimento possível, procura transformar tudo em mercadoria, desde a

mística e o sexo, até o lazer, para ter sempre benefícios, e ainda instaura o mercado, hoje mundializado, como mecanismo articulador de todos os produtos e de todos os recursos produtivos. É nesta sociedade capitalista, produtivista e consumista que os jovens estão construindo suas vidas. Mesmo nesta região tão distante dos mercados mais desenvolvidos, os produtos a eles oferecidos os ligam a estilos de vida que, dentro da cidade grande, tendem a uniformizar os comportamentos.

Na cidade de Belém, os jovens reunidos no Fórum Pan-Amazônico, nas associações para cultura e lazer, nos movimentos estudantis e em outros espaços de sociabilidade juvenil, mesmo que por um curto período de tempo negam que

[...] as sociedades são as imagens que têm de si vistas nos espelhos que constroem para reproduzir as identificações dominantes num dado momento histórico. São os espelhos que, ao criar sistemas e práticas de semelhança, correspondência e identidade, asseguram as rotinas que sustentam a vida em sociedade (SANTOS, 2001, p. 47).

Os projetos de transformação social – Fórum Mundial da Juventude, a Pastoral da Juventude, os grupos de cultura juvenil, entre outros, podem estar relacionados aos vários segmentos subalternos da sociedade que estão elaborando e refletindo as práticas de resistência social. No caso dos jovens é mais significativo, pois é o grupo etário de 15 a 24 anos que, em termos de economia, constitui a maior parte dos desempregados e está em grande parte excluído do Ensino Médio e Superior. Se estiver na periferia das grandes cidades, é considerado “perigoso”. E se estiver incluído na família e na escola, está destituído de segurança no bairro e na cidade onde mora.

A pesquisa nacional “perfil da juventude brasileira” foi uma iniciativa do Projeto Juventude/Instituto Cidadania, com parceria do Instituto de Hospitalidade e do Sebrae apresenta que a população de 15 a 24 anos residente no território brasileiro é de 34, 1 milhões de jovens, ou 20, 1 % do total da população. O perfil sociodemográfico e condição familiar mostra que na faixa de 15 a 17 anos são 32 %; de 18 a 20 anos, 30 %; e de 21 a 24 anos são 38 %.

Com relação ao trabalho remunerado, 36 % está trabalhando, 24 % nunca trabalhou e nunca procurou trabalho, 8 % nunca trabalhou, mas está procurando trabalho, e 32 % trabalhou e está desempregada. Por isso, Nadya Araújo Guimarães (2005), no artigo “Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil?” ressalta que, quando se trata de juventude brasileira, se

deveria qualificá-la, sendo assim, no caso apresentado, fala-se da juventude trabalhadora brasileira.

A pesquisa citada mostrou que 63 %, dos jovens têm uma relação trabalhista informal. 35 % têm uma relação trabalhista formal e 2 % está na condição de outras.

Mostrou ainda, que a jornada de trabalho dos jovens estava assim distribuída: até 6h, 29 %, entre 6h e 8h, 40 %, entre 8h e 10h, 18%, mais de 10h, 13%.

Os jovens dessa pesquisa colocaram o desemprego, a segurança / violência e a fome / miséria como primeiro, segundo e terceiro principais problemas do Brasil.

Os problemas que mais preocupam esses jovens atualmente são: Segurança/violência, Emprego/profissional, drogas nos três primeiros lugares.

A estatística apresentada pela pesquisa demonstra que falar de tempo é muito importante, pois não se trata, no caso dos jovens, apenas de faixa etária – de 15 a 24 anos, mas, como afirma Novaes

[...] nossa História foi construída no esquecimento daquilo que Paul Valéry (1871 – 1945) chamou de as “duas maiores invenções da humanidade”: o passado e o futuro. Sem passado e sem futuro, esta história oficial esvazia nossos pensamentos e, principalmente, a própria idéia de História.

Narrar a história de um povo a partir do tempo presente, tempo fragmentado, direcionado, “instante fugidio tido como único tempo real”, para ele, é negar a articulação de épocas e situações diferentes, o simultâneo, o tempo da História e o pensamento do Tempo. Ora, é essa articulação que permite diferenciar condutas múltiplas no Tempo e reconhecer que práticas políticas e culturais consideradas estranhas e indesejáveis em determinado momento sejam vistas de maneira diferente em outro. Esquecer o passado é negar toda efetiva experiência de vida; negar o futuro é abolir a possibilidade do novo a cada instante. (NOVAES, 1992, p. 9).

No caso dos jovens, a relação existente entre o que diz Paul Valéry e a faixa escolhida compreende uma necessidade de encontrar o “outro” dentro de uma articulação própria de sua época, que corresponde ao final do século XX e que é passado, mas criou condições ao longo das gerações anteriores às concepções de jovens que se constituíram e podem se constituir no futuro.

A geração precedente acostumou-se a datar o tempo de acordo com o relógio, porém coexiste o tempo construído por ritmos culturais diferentes dentro das sociedades contemporâneas, nestas, o tempo linear ganhou força com o êxito da Revolução Industrial. Constituiu-se a imaginação do tempo como uma seqüência ininterrupta de secções iguais. Assim, o tempo pode ser medido pelo ritmo mecânico, que pode ser produzido pelas máquinas. A sociedade industrial possui uma afinidade específica com o tempo linear porque ela mede o

valor econômico com o tempo de trabalho gasto no processo de produção, mas isso é impensável sem a realização do princípio “mesmo lugar, mesmo tempo”.

Ao contrário da lógica específica da ordem do tempo industrial-capitalista, a ordem do tempo humano é não linear e só pode ser acelerado em certas fases e até certos limites; também não é global, mas regional e culturalmente especificada. Na verdade, dentro das sociedades industrializadas, formam-se, independentemente da dominância do tempo linear, ordens de tempo que valem somente em certos setores da sociedade; um exemplo que bem documenta isso são as diversas subculturas metropolitanas. No caso em estudo, as diversas associações juvenis.

O tempo pode ser compreendido por meio do mundo do cotidiano, pois esse, é o primeiro que se toca, em que a pessoa está já, de imediato. É nele que se firma o solo das experiências vividas, da construção de conhecimentos básicos, também chamados de *senso comum*, para o ir e vir, que mantém as pessoas vivas e em consonância com os outros, nos ambientes sociais pelos quais se transita e nos quais se atua.

No cotidiano o *tempo* não é interrogado em seu aspecto ontológico. É vivido em termos de tempo de que se dispõe e daquele que não se tem. É o tempo marcado e computado segundo os padrões estabelecidos para essa contagem, operacionalizados por um instrumento apropriado que é o relógio.

Já o tempo mecânico; marcado por regularidades simétricas, que repetem o agora pontual; uma repetição homogênea, reproduzida sempre e sempre, diferenciando-se nos nomes atribuídos aos dias, aos meses e aos números das horas, minutos, dias, anos.

No cotidiano, de modo simples, fala-se do hoje, do ontem e do amanhã e, também de maneira simples, pode-se ver o passado e o futuro distanciando-se do hoje. Pode-se deles falar, narrando o *como*, o modo pelo qual deram-se os eventos, sobre *onde* foram vividos os acontecimentos que ocorreram ou que, conforme nossa expectativa, ocorrerão no futuro.

Não é possível negar a experiência temporal de cada ser humano. As pessoas se percebem sendo e dizendo *eu sou*. Nesse *sendo*, está com os outros, sempre manifestando modos de sentir e sempre ocupadas com o que está fazendo. Essa é uma característica ontológica do modo humano de existir. O ser importa e, portanto, impõe-se a preocupação com o devenir, que é o que virá a ser. Com isso, a questão do tempo está implícita ao modo de ser do homem, porém tempo enquanto temporalidade. O que significa maneiras de estar no Tempo. Ao falar-se *estar*, já está posta a conexão com o *espaço*, uma vez que ao estar, a pessoa está em um espaço vivido como espacialização, modos de habitar o mundo.

O fenômeno do tempo vivido é firmado pelo olhar na vida, no modo pelo qual ela flui. O que significa dizer no mundo como são vividos os instantes que em um *continuum* se interligam no fluxo do próprio movimento de ser. Não se trata, portanto, de um somatório de instantes entendidos como pequenas unidades, mas de um todo primitivo constituído por uma corrente, cujos elos são formados pelo olhar que, organizadamente, reúne os momentos presentes, atribuindo sentido à totalidade do percurso realizado e a realizar.

Esse fenômeno do tempo vivido não se dá a conhecer de forma lógica e racional, não se permite aprisionar em abstrações. Ele é simplesmente vivido na maneira existencial do ser, na plenitude da riqueza da força que o impulsiona para ser e para se manter sendo, ainda que no fluxo contínuo do devenir, onde em cada instante a pessoa é, permanece – vive – sendo e modificando-se e abrindo-se às possibilidades da existência de tal e tal modo.

No caso em estudo, os jovens urbanos da cidade de Belém, no Estado do Pará estão imersos em composições de tempos diferentes. Nasceram num tempo, década de 90; podem conviver com o tempo dos ribeirinhos e dos agricultores que fazem intercâmbios de seus produtos através da feira do Ver-o-Peso. Junto ao tempo existencial dos ribeirinhos e agricultores, convivem com o tempo dos turistas nacionais e estrangeiros que visitam Belém na mesma feira do Ver-o-Peso que faz parte do complexo turístico da Estação das Docas, Forte do Presépio, a Casa das 11 Janelas, o Museu Sacro de Belém e o velho bairro comercial da Cidade Velha. Fora do complexo turístico, na mesma orla marítima, um pouco mais adiante estão os vários portos de embarque e desembarque dos povos interioranos da Amazônia Paraense e dos trabalhadores especializados e não especializados dos empreendimentos estatais da Albrás (Alumínio do Brasil) ou da Hidrelétrica de Tucuruí. São centenas de pessoas que saem e chegam à cidade de Belém utilizando-se dos rios que se encontram e formam a baía do Guajará. Essas pessoas chegam e saem de visitas a familiares, em busca de trabalho, saúde ou de melhores condições de existência.

Neste contexto de experiências culturais, o tempo está diferenciado. Há o tempo histórico próprio dos ribeirinhos, dos agricultores, dos turistas e dos trabalhadores especializados ou não das grandes empresas instaladas na Amazônia paraense. Para esses últimos é o tempo do relógio que coordena suas atividades. Para os nativos é o tempo da Natureza regulando a maré e os ciclos da vida dos animais e plantas que organiza a sua existência.

O mecanismo de medida do tempo que transforma ou acelera o trabalho humano em uma mercadoria qualquer no contexto amazônico escolhido para o estudo possui uma trajetória cheia de desencontros e tensões iniciada quando espanhóis e portugueses no século XV, em suas

viagens de reconhecimento da Nova Terra ou nos modelos de colonização, submeteram os índios. O ritmo de vida de ambos foi o grande divisor social. O não-índio é aqui identificado como o estranho, os espanhóis e portugueses que, para se impor à cultura existente da caça, pesca e extrativismo dos índios, submeteram-na à condição de matérias primas para enviá-las às metrópoles. O índio, que tinha um ciclo próprio às suas atividades de existência, foi aprisionado pelos colonos ou missionários para aprender a ajustar-se ao tempo do colonizador.

Ainda hoje, o tempo para os povos da floresta, ribeirinhos, agricultores e, até mesmo, muitos que habitam a cidade de Belém está marcado pelo tempo humano ou da Natureza, em contraste ao tempo do relógio ou da produção econômica. Viajando pelos rios do Estado do Pará pode-se ver, lado a lado, navios de turismo e canoas – embaladas pelo ritmo das marés dos grandes rios da região Norte; pode-se ver também, ao longo das estradas e cidades menores, a antena parabólica e o fogão a lenha; as previsões de safra, colheita e danças regionais ligadas à festividade de santos padroeiros. O uso da terra é o exemplo mais marcante disso: os agricultores a têm para subsistência; os “empreendedores”, apoiados pelo Estado, para garantia de lucro e especulação imobiliária. Por isso, a apropriação da terra nesta região é permanentemente rivalizada entre pobres e ricos, cultos e ignorantes.

Bosi, escrevendo um artigo sobre “O tempo e os Tempos”, faz reflexões muito importantes, que podem ser ligadas a este objeto de estudo, quando diz que é preciso interpretar o tempo para reconhecimento dos povos. Com esse procedimento, pode-se identificar o tempo dos espanhóis e portugueses, mais especificamente, e do contexto amplo e atual de Amazônia, datado por encontros e confrontos de tempos e datas.

O autor diz:

Datas: 1492. 1792. 1822. 1922. Datas. Mas o que são datas?

Datas são pontas de icebergs. A memória das sociedades, que a velha e hoje moça história das mentalidades reconquista com zelo e paixão; a memória das sociedades, que deve ter no historiador o seu ouvinte mais atento; a memória das sociedades, que precisa repousar em sinais inequívocos, sempre iguais a si mesmo; e o que há de mais inequívoco e sempre igual a si mesmo do que números? Datas são números.

Datas são pontos de luz sem os quais a densidade acumulada dos eventos por séculos causaria um tal negrume que seria impossível sequer vislumbrar no opaco dos tempos os vultos das personagens e as órbitas desenhadas pelas suas ações. A memória carece de nomes e de números. A memória carece de *numes* (BOSI, 1992, p. 19).

O autor continua.

A data é, nessa perspectiva, um número, um número índice, o elo mais ostensivo de uma cadeia dotada de sentido. 1492: Colombo, o navegador, chega às ilhas do Caribe, o que *significa* um momento alto da expansão da cultura européia e do Catolicismo, de que o Novo Mundo seria continuador (BOSI, 1992, p. 21).

Na América Latina esse tempo foi marcado.

1492: Colombo (1451-1500) descobre a América. Mas o que estaria submerso e invisível sob a ponta do *iceberg*; do número marco?

Para a concepção linear-progressista, já o vimos, 1492 foi a data que dividiu a História em Idade Média e Idade Moderna. Para os nativos deste lado do Atlântico, foi a exposição de um mundo a outro, o Novo que passa a ser objeto tanto de cobiça quanto de maravilhamento do Velho. Expansão da burguesia mercantil européia, viragem das navegações encetada pelos portugueses nas primeiras décadas do século XVI. Primeiro ato do drama da colonização, da catequese, do capitalismo comercial em súbito crescimento. (BOSI, 1992, p. 23).

O tempo na Amazônia está em outra dimensão. Está ligado a um ritmo de atividades e de mentalidade. Mas é data. Data de contato entre povos, mas início de desencontro de tempos. É o tempo do colonizador e o tempo do colonizado. Mas, o tempo do colonizador será imposto ao do colonizado.

O autor citado diz que há um outro tempo, “e que as formações simbólicas (cantos, poemas e danças) e todas as manifestações litúrgicas desenvolvem-se em um tempo existencialmente pleno. Mais rigorosamente, são essas formações que tornam o tempo existencialmente pleno”. (BOSI, 1992, p. 26).

Diz mais, “é um tempo que a presença humana qualifica. É um tempo no qual a ação dos afetos e da imaginação produz uma lógica própria capaz de construções analógicas belamente ordenadas”. (BOSI, 1992, p. 27). O colonizador desprezou esse outro tempo.

Se a economia procede mediante um jogo que alinha os mecanismos da produção, da oferta e da demanda, tornando-os disponíveis em séries, logo, medindo-os (pois o tempo *vale* produção que, por sua vez, *vale* dinheiro), isto não significa que essa lógica seja a única regra integrativa que aproxime estavelmente os homens em sociedade.

Outro aspecto do tempo por seu uso econômico na sociedade contemporânea foi estudado por vários estudiosos brasileiros, entre eles Rüdiger (2002) e Bolaño (2000). Eles pesquisaram, no Brasil, o impacto da indústria cultural em torno do discernimento dos rumos da atual etapa civilizatória, na qual o rádio, o cinema, e a televisão marcam a vida das pessoas com suas programações e imagens simultâneas. O tempo passou a ser vendido como segundos, minutos e horas sob o rótulo de programas, filmes, diversões.

No meio rural amazônico, o rádio, o televisor e agora o telefone fazem parte do cotidiano dos agricultores, da mesma forma que a criação de animais domésticos, agricultura de subsistência ou trabalho assalariado rural. No caso dos jovens, eles podem trabalhar, estudar, ouvir som, assistir um programa da televisão ou um filme no vídeo ou no DVD-PLAYER. Algumas casas possuem antenas parabólicas para acompanharem a programação televisiva da preferência da família e as informações sobre o mundo.

O jovem urbano da cidade de Belém constrói sua experiência de vida convivendo com as mudanças econômicas que alteraram profundamente o comportamento das pessoas e o uso do tempo pela indústria cultural. Conhece, acompanha e participa intensamente das produções, propagandas e publicidades do rádio, do jornal, da televisão, de cinema, da Internet. Muitos jovens estão imersos nessa tecnologia da informação e a usam com tamanha desenvoltura que o tempo e o espaço por eles construídos tornam-se tempos e espaços distintos das gerações anteriores e de muitas instituições existentes. A escola é uma das instituições em descompasso com a experiência do jovem urbano.

Por isso, Melucci vê a sociedade contemporânea como um campo interdependente constituído por conflitos e continuamente preenchido por significados culturais opostos. Para ele, isto se deu em consequência das várias transformações tecnológicas do século XX, e a mais significativa delas foi a economia capitalista ter transformado o tempo numa dimensão artificial.

Em uma sociedade que está quase que inteiramente construída por nossos investimentos culturais simbólicos, tempo é uma das categorias básicas através da qual nós construímos nossa experiência. Hoje, o tempo se torna uma questão-chave nos conflitos sociais e na mudança social. A juventude que se situa, biológica e culturalmente, em uma íntima relação com o tempo, representa um ator crucial, interpretando e traduzindo para o resto da sociedade um dos seus dilemas conflituais básicos. (MELUCCI, 1997, p. 7).

O tempo cronológico (estar na faixa de 15 a 24 anos) ou histórico (região desenvolvida ou não) marca o lugar que uma pessoa ocupa para estabelecer ações para si ou para os demais. Os jovens desenvolvem no tempo presente práticas que podem ser superadas no futuro, pois, como diz Stuart Hall (2003), embora a globalização aparentemente atue sem barreiras, ora favorecendo o global, ora o local, ela está possibilitando o surgimento de novas identidades ou novos sujeitos culturais.

É verdade que laços tradicionais são ou podem ser desfeitos, mas é também verdade que outros e novos são construídos. As novas construções de identidades culturais agregam

elementos que no passado foram abandonados ou indicavam particularismos que expressavam uma participação ativa na diversidade cultural da humanidade, e não apenas da nação ou etnia da qual participavam.

As mudanças que alteram o pensamento das identidades culturais de classe, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade são outros aspectos da sociedade contemporânea que permeiam as práticas juvenis, mostrando a cultura como uma zona de fronteira bastante movediça e com processos centrais assentados em multiplicidades de experiências, incertezas e diferenças na construção de novos sujeitos históricos.

Para Botas (1992), passados os séculos, as características do ser jovem continuam sendo a ousadia, alegria, coragem, predileção de estar entre grupos, ânsia por mudança radical, e disponibilidade para a ação. O ser jovem, ao construir sua existência em sintonia ou em tensão com a experiência histórica de seu povo, abre novas fronteiras sociais. São essas fronteiras que permitem o reconhecimento do diferente, como outras identidades sociais.

Silva (2000), no texto sobre a produção da identidade e da diferença, faz uma chamada de atenção para estes dois termos. Para ele, embora esse debate já esteja acontecendo há bastante tempo na questão educacional, nota-se a ausência de uma teoria da identidade e da diferença. O multiculturalismo apóia-se num vago e benevolente apelo à tolerância e ao respeito para com a diversidade e a diferença. A seu ver, o conceito de diversidade é problemático quando identidade e diferença individual e de grupos tendem a ser naturalizadas, cristalizadas, essencializadas, por serem tomadas como dados ou fatos da vida social. Ele sugere que, em vez disso, deve-se problematizar, a identidade e a diferença, que são o resultado de um processo de produção simbólica e discursiva, pois;

O processo de adiamento e diferenciação lingüísticos por meio do qual elas são produzidas está longe, entretanto, de ser simétrico. A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição – discursiva e lingüística – está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas. (SILVA, 2000, p. 81).

As práticas educativas dirigidas aos jovens, se não forem analisadas por este prisma, parecerão, como o próprio autor diz, naturalizadas, cristalizadas, essencializadas.

Um caminho a ser feito será o exame do discurso que envolve a representação institucional sobre como atuar com o jovem e reconhecê-lo como protagonista, tutelado ou sujeito de práticas autônomas.

Quando os jovens são entendidos a partir de uma posição social fixa, estável e referenciável, essa é a concepção estereotipada da divisão do mundo social (é o “nós” e “eles”). Neste caso, a capacidade de transformação social com ações autônomas será inexistente, pois o pressuposto é o de que, na sociedade, os grupos sociais, e entre eles os grupos juvenis, não têm como interagir com o “outro”. Significa atribuir aos jovens identidades avaliadas de forma negativa e eleger as características positivas possíveis àqueles que estabelecem qual deve ser sua pauta de comportamento, pois a disputa pela identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais assimetricamente situados de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes.

Dentro da sociedade amazônica, os nascidos na capital, ribeirinhos, índios, entre outros grupos sociais, podem ser referências das diferenças entre os tempos histórico-culturais que na sociedade contemporânea são realçados, sufocados ou esmagados sob o nome de desenvolvimento industrial, tecnológico e financeiro, que rotula essas diferentes formas de existir como local, regional ou mundial.

Thompson (1981) discute sobre a experiência coletiva na sociedade capitalista, pois nela os homens e mulheres também retornam, como sujeitos, dentro desse termo, como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura das mais complexas maneiras, e então agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.

É, pois, na experiência dos grupos sociais que as diferenças existentes constituem tensões sociais. A existência social ou a história dos grupos subalternos, é segundo Gramsci¹, necessariamente desagregada e episódica. Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes e, portanto, só podem ser vistos com o ciclo histórico encerrado, se este se encerra com sucesso. Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: Só a vitória ‘permanente’ rompe, e não imediatamente, a subordinação.

¹ GRAMSCI, Antonio. *Às margens da história. História dos grupos subalternos*. in: Cadernos do Cárcere. Volume 5. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2002.

Conforme essa idéia, na sociedade contemporânea a tensão social mais significativa não está propriamente nas gerações ou instituições e, sim, em grupos sociais que se impuseram aos demais, obrigando-os a assumir posições sociais subalternas. Esses grupos dirigentes podem ser locais, regionais ou mundiais.

Reconhecê-los como dominantes num local ou região é a tarefa dos povos ou classes subalternas que constroem seus modos de vida dentro do tempo histórico capitalista.

A experiência, portanto, não é só privilégio dos adultos, que podem indicar os caminhos certos, mas dos sujeitos – entre eles os jovens –, pois a História é construída por expectativas, sentimentos, interesses, crenças, valores e conflitos.

Foi nesse enfoque que o estudo dos “Jovens urbanos dos povos da Amazônia na cidade de Belém/PA” se realizou e está assim dividido. No capítulo um (1) apresenta-se o contexto, seus objetivos, o problema investigado e a metodologia que orientou o desenvolvimento da pesquisa desde a escolha dos entrevistados e a teoria adotada para análise das entrevistas.

No capítulo dois (2) procurou-se fazer uma reconstrução teórica da existência das classes subalternas na Amazônia por meio de tensões e desencontros entre os colonizadores, governantes, empresários e habitantes, entre eles os jovens.

O capítulo três (3) está relacionado diretamente com a cidade de Belém dentro da Amazônia paraense, passando pelo movimento social chamado Cabanagem, a urbanização realizada até os dias atuais.

O capítulo quatro (4) apresenta as falas dos entrevistados para ressaltar como está sendo construída a experiência de vida dos jovens urbanos dos povos da Amazônia, na cidade de Belém/PA e foi dividido em partes para melhor analisar: a ética da existência juvenil, a reprodução social na experiência juvenil, a contemporaneidade na cidade de Belém, a construção social da cidade na ótica juvenil e a formação dos jovens nos grupos.

O capítulo cinco (5) é a discussão sobre a experiência pessoal e coletiva como prática educativa do jovem urbano na cidade de Belém - a propósito de conclusão.

1 CONTEXTO, OBJETIVOS E METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa aconteceu na cidade de Belém/PA, Região Norte ou Amazônica do Brasil. O nome Amazônia corresponde à bacia amazônica e compreende oito países soberanos: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, mais o território da Guiana Francesa. Portanto, falar só de Amazônia brasileira é incorrer num grave erro de consideração histórico-político, pois,

a Amazônia brasileira é um mito que já começa a ser historicizado. A Amazônia é um amplo espaço territorial e social. Dentro do qual co-existem muitas Amazonas ou muitas facetas geográficas e ecológicas. Nela há uma heterogeneidade de tipos de climas, de formações geológicas e de altitudes sobre o nível do mar, e uma grande diversidade de paisagens, à qual corresponde uma grande heterogeneidade de tipos de solo, de formações vegetais e de biodiversidade. (AMAZÔNIA SIN MITOS, 1992, p. 3).

As leituras feitas indicam a construção de economias nativas e alienígenas na bacia amazônica, frutos dos muitos desenvolvimentos econômicos e culturais que nela se produziram desde tempos remotos.

O desenvolvimento econômico encontrou, em Belém, um fluxo centrípeto e/ou centrífugo, desde sua apropriação pelos espanhóis ou portugueses até os empreendimentos elaborados pelo governo e/ou iniciativa privada no presente.

Os rios foram os grandes caminhos percorridos pela economia nativa e alienígena.

Os entrevistados nasceram em Belém ou procedem de municípios vizinhos. E alguns deles ainda se deslocam por água à capital. Ainda há um contato permanente entre esses moradores e seus parentes em municípios de origem. Esse contato pode ser feito por transporte marítimo, cuja passagem tem preço menor que o transporte rodoviário. A inauguração do anel viário, que interliga os vários municípios, trouxe uma diminuição do tempo de percurso e uso dos rios, apesar disso, o transporte fluvial continua muito usado na região. E é essa a herança cultural dos habitantes de Belém, nascidos ou residentes.

O objetivo da pesquisa foi estudar os jovens das classes subalternas na cidade de Belém perante as culturas modernas, procurando: analisar os aspectos urbanos da cidade que favorecem ou dificultam sua sociabilidade; identificar a convivência construída nos grupos por esses jovens na periferia da cidade e verificar se convivência grupal indica uma formação sociocultural que

apresente as experiências particulares ou coletivas de resistência social ante a modernidade brasileira.

As culturas modernas expressam o comportamento rotineiro de uso de bens materiais e culturais da grande cidade, onde o telefone, o rádio, a televisão (aberta ou por assinatura), o computador, os cartões de créditos, a Internet (banda larga), os *shoppings centers*, os cinemas e uma vasta opção de leitura de revistas, jornais e periódicos produzidos pela indústria mundial, sobrepõem-se à grande parte das relações sociais.

Um exemplo disso está na indústria da comunicação, que ao produzir e comercializar o telefone celular fez dele um diferencial da cultura contemporânea, transformando-o num importante símbolo de relações profissionais, afetivas e familiares, usado por crianças, jovens e adultos, que se igualam na condição de consumidoras de uma marca. Isto sim é o que importa.

Nessa cultura contemporânea, até mesmo os movimentos sociais passam a se articular por meio dessa indústria, pois ela reduz o tempo necessário para o tráfego de informações entre os grupos e os aproxima no espaço social.

A cidade de Belém, capital do estado do Pará, promove o encontro cultural entre grupos: Dos jovens entre si, das experiências sociais heterogêneas e complementares das instituições e dos movimentos sociais.

A indústria da comunicação e informação permite que os jovens participem ou observem as grandes polêmicas da vida humana e os diferentes pontos de vista sobre elas. Aliando-se com a indústria da diversão, realiza os grandes festivais de música, os encontros artísticos e culturais, as oportunidades de acesso à participação social, política e religiosa, e classifica os modos de vida rural e urbano bem como as experiências de vida de seus membros. Apresenta a cidade ou até mesmo sua periferia a quem quiser.

Quanto maior a cidade, maior a integração da indústria de comunicação, informação e diversão, dificultando a apreensão de elementos paradoxais a essa modernização. Essa indústria faz parecer grotesco e vergonhoso não estar na grande cidade que parece ser o lugar de todos os seres vivos.

A modernização está associada à idéia de cidade na qual as pessoas modelam suas vidas pelas publicidades do momento.

E nessas publicidades a cidade parece ser um espaço homogêneo, onde os habitantes participam dos mesmos acessos à habitação, trabalho, educação e sociabilidade. A existência social estaria assegurada, e movimentos sociais de reivindicação por terra, trabalho, educação ou condições dignas de vida seriam lutas exteriores e distantes dos limites da cidade.

Ziccardi (2001)², analisando a pobreza, desigualdade social e cidadania na América Latina, salienta que o grau de desenvolvimento do país pode oferecer excelentes condições de vida, para setores de alta renda; níveis aceitáveis de conforto para a classe média; e situações de precariedade, degradação e miséria para grandes contingentes que formam parte dos setores populares.

Em razão disso, para melhor interpretar o contexto social da cidade de Belém, as entrevistas foram feitas com jovens que moram em diversos bairros, de modo que a experiência juvenil construída, ou em construção, pudesse ser estudada de forma mais ampla como uma cultura urbana.

A pesquisa “Jovens urbanos dos povos da Amazônia na cidade de Belém/PA, procurou resposta para o seguinte problema:

- **O que os jovens urbanos das classes subalternas dos povos da Amazônia estão partilhando como experiências comuns e afirmativas, no seu cotidiano, na cidade de Belém?**

A delimitação do problema levantado remeteu constantemente para as práticas sociais dos jovens das classes subalternas na cidade de Belém, ressaltando as experiências de vida dos entrevistados.

A metodologia da pesquisa para direcionar diligentemente a construção do objeto de estudo consistiu de:

- Pesquisa de campo desenvolvida na cidade de Belém envolvendo jovens que moram em diferentes bairros e até no município vizinho de Ananindeua – que pertence à Região Metropolitana de Belém -, pois é muito comum que as pessoas identifiquem Ananindeua com Belém. Isso acontece porque vários serviços como Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, coleta de lixo ou até correspondências são registrados como Belém. Entre os entrevistados há jovens que residem em bairros populosos de Belém como Guamá, Marco, Terra Firme, Jurunas e Marambaia. Sua faixa etária vai dos 15 aos 24 anos. São nascidos e residentes no município capital. Foram entrevistados/as independentemente de serem participantes de grupos associativos formais ou informais. Fazem viagens frequentes a outras cidades para visitar parentes, passear ou realizar algum trabalho assalariado. Assim foi possível verificar a importância do trânsito rural-urbano amazônico na construção da experiência de vida desses jovens.

² ZICCARDI, Alicia. *Pobreza, desigualdade social y ciudadanía*. Los límites de las Políticas Sociales em América Latina y el Caribe, Buenos Aires, CLACSO, 2001.

O instrumento de pesquisa utilizado foi uma entrevista diretiva (vide no apêndice I), em que foi considerada a divisão por sexo e por afinidade entre os entrevistados, que por sua vez, indicaram outros jovens de sua convivência. E, quando faziam a indicação de um amigo ou conhecido comprometiam-se trazer a pessoa até a pesquisadora. A justificativa para a indicação que faziam de outros jovens era que ainda não tinham tido a oportunidade de conversar sobre seus problemas juvenis, por isso queriam que seus amigos e conhecidos também participassem. Num primeiro momento, a entrevista era uma espécie de registro de uma identidade juvenil abafada. Ao responder o roteiro aos poucos, iam assumindo uma posição de controle sobre o que lhes era perguntado. O tipo de contato assumido entre os jovens entrevistados foi o destaque na pesquisa ora apresentada.

O roteiro de pesquisa pretendeu dar conta dos vários elementos que dissessem sobre os jovens estudados e qual a diferença e semelhança com outros jovens.

O primeiro item teve como conteúdo a identificação do informante.

O segundo item, o trânsito rural–urbano amazônico, serviu para contextualizar a vida e as experiências dos jovens da pesquisa.

O terceiro item do roteiro da entrevista foi sobre as experiências de vida dos jovens, para conhecê-lo em particular, sua relação com outros jovens da mesma idade, da mesma condição social e financeira e sua interpretação sobre a vida.

1.1 Os jovens da pesquisa

As entrevistas aconteceram no segundo semestre do ano de 2004 e primeiro semestre de 2005 e os jovens estavam na faixa de 15 a 24 anos. Foram entrevistados sessenta e dois (62) jovens, trinta e três (33) deles, mulheres; vinte e nove (29), homens.

Quem são os jovens entrevistados?

1. A idade dos Entrevistados:

N.	Idade dos informantes	Mulheres	Homens
01	15 anos	02	01
02	16 anos	04	-
03	17 anos	03	02

04	18 anos	02	02
05	19 anos	05	02
06	20 anos	04	05
07	21 anos	03	02
08	22 anos	02	06
09	23 anos	01	04
10	24 anos	07	05
Total		33	29

Na faixa etária de 15 a 24 anos, o maior grupo de jovens tinha entre 19 e 24 anos: Vinte e duas (22) mulheres e vinte e quatro (24) homens.

O grupo menor era o de 15 a 18 anos. Foram entrevistados cinco (05) homens e onze (11) mulheres.

2. A escolaridade dos jovens.

N.	Escolaridade	Mulheres	Homens
01	Ensino Médio Completo	05	05
02	Ensino Médio Incompleto	13	02
03	Curso Pré Vestibular	03	02
04	1º. Grau Completo	04	-
05	1º. Grau Incompleto	01	03
06	Graduação	06	15
07	Parou de estudar	01	02
Total		33	29

As mulheres eram a maioria no Ensino Médio incompleto. Os homens eram maioria (15) entre os que cursavam a Graduação. Os cursos de Graduação para homens e mulheres aconteciam na Universidade Federal do Pará (UFPA) e no Instituto Regional de Formação Presbiteral (IRFP).

O IRFP é um Instituto de Formação Católica que prepara o clero para a Região Amazônica. Possui os cursos de Graduação em Filosofia e Teologia que são oferecidos para homens e mulheres, porém, a participação das mulheres é mínima. No ano de 2006, houve uma

aluna no primeiro ano de Filosofia. Dez (10) entrevistados estavam no primeiro ano de Filosofia - primeira etapa da formação do sacerdócio e dois (02) estavam no final do curso de Teologia. A Ordenação Sacerdotal só acontece após o curso de Teologia. Isso corresponde a seis anos de estudo – dois de Filosofia e quatro de Teologia. Os jovens, do curso de Filosofia, foram entrevistados num momento em que ainda não havia definição sobre tornar-se presbíteros da Igreja Católica.

Os jovens entrevistados que estudam no IRFP são oriundos de municípios paraenses e do estado do Maranhão e entraram na pesquisa por corresponderem a migrantes que vêm para a cidade em busca de estudo ou de trabalho, pois, ainda hoje, para muitas famílias de baixo poder aquisitivo nos municípios distantes da capital, o Instituto Católico é uma alternativa para avançar nos estudos, por causa da carência de cursos superiores fora da capital no Estado do Pará.

3. O bairro de moradia dos entrevistados.

N.	Bairros	Mulheres	Homens
01	Cabanagem/ Atalaia	03	-
02	Canudos	02	-
03	Castanheira	03	02
04	Cidade Velha	04	03
05	Guamá	05	02
06	Jurunas	02	03
07	Marco	01	-
08	Marambaia	01	01
09	Telégrafo	06	05
10	Terra Firme	02	02
11	Ananindeua	03	06
12	Cidade Nova	01	05
Total		33	29

A descrição feita acima corresponde à identificação pela idade, escolaridade e moradia dos entrevistados.

Os bairros Guamá, Marco, Jurunas, Telégrafo, Terra Firme, Canudos e Cidade Velha são bairros correspondentes às áreas de moradia mais antigas da cidade. O bairro da Cidade Velha foi o início da cidade de Belém. Pelo Censo de 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população desses bairros era a seguinte: Guamá, 102.124 habitantes; Marco, 64.016 habitantes; Terra Firme, hoje Montese, 63.191 habitantes; Jurunas, 62.740 habitantes; Telégrafo, 42.917 habitantes; Canudos, 14.612; Cidade Velha, 12.025 habitantes. O bairro do Guamá era, e continua sendo, o mais populoso de Belém.

Marambaia - 62.370 habitantes; Cabanagem/Atalaia – 29.013 habitantes e Castanheira - 24.667 habitantes, são bairros recentes (da década de 80 e 90), distantes do centro da cidade, mas não são caracterizados como baixada de Belém. O bairro Castanheira é a fronteira com o município de Ananindeua. A Cidade Nova pertence ao município de Ananindeua, com uma população estimada de 482.171 habitantes. Pelo mapa político da capital, Ananindeua pertence à Região Metropolitana de Belém.

Nesse município está localizado o Instituto Regional de Formação Presbiteral, na BR 316, Km 6. No mesmo local está localizada a residência dos jovens que pertencem ao seminário menor e maior da Arquidiocese de Belém. Há, entre os jovens entrevistados, os que nasceram em Belém e em outros municípios do Pará e do Maranhão.

Os bairros do Guamá, Jurunas, Terra Firme, Marcos e Telégrafo possuem uma história de ocupação. Para Saint-Clair (1997), essa unidade histórica (sociedade-espaço) faz entender que as materializações espaciais intra-urbanas de uma cidade como Belém são como que manifestações de processos sociais passados e presentes, geradores de funções e de formas espaciais diversas.

Os estudos que tratam das baixadas de Belém procuram defini-las como sendo os trechos do sítio urbano cujas curvas de nível não ultrapassam a cota quatro, e chegam a compor cerca de 40 % da área mais valorizada da cidade.

As baixadas existentes em Belém são áreas inundadas ou sujeitas a inundações – decorrentes, em especial, dos efeitos das marés - e ficaram conhecidas, principalmente a partir da década de 60, por serem espaços de moradia das camadas sociais de baixo poder aquisitivo.

Nesse sentido, os bairros pertencentes às Bacias de drenagem³ da cidade passaram pelo processo de migração, sendo ocupados por famílias de baixo poder aquisitivo e que foram caracterizados como expressões da pobreza urbana de Belém. Desse modo, ocupam espaços

³ As Bacias de drenagem na cidade são cinco. Una; Armas e Reduto; Comércio e São José e Tamandaré; Estrada Nova; Tucunduba e outras áreas. As maiores são a do Una e Tucunduba com 2.531ha e 1.055 ha. São as mais conhecidas. Para maiores detalhes ver Sant-Clair Jr. (1997).

segregados, socialmente excluídos, com deficiência e insuficiência de equipamentos urbanos e comunitários. Comumente são chamados de periferia.

Mas, há bairros como Marambaia e Cidade Nova, este, no município de Ananindeua, que são extensões de Belém. Foram formados a partir da expulsão dos moradores pelo alto custo que a moradia próxima do centro na cidade representava no orçamento familiar⁴.

Esses jovens de Belém, da parte mais antiga de Belém ou do município de Ananindeua – área que inclui os bairros novos -, participam da mesma situação urbana e do trânsito rural-urbano amazônico, pois visitam ou passeiam com certa regularidade nos municípios vizinhos a capital. Morar na capital e estar constantemente nos municípios predominantemente rurais, enriquece a experiência de vida desses jovens na Amazônia.

Na construção deste objeto de pesquisa – Jovens urbanos dos povos da Amazônia na cidade de Belém/PA –, adota-se o mesmo ponto de referência de Caccia-Bava e Costa,

[...] de que o Brasil é um país cuja história foi escrita de fora, ao longo de séculos. Por quatrocentos anos foi interpretado aos olhos da Europa e, no século XX, por meio de parâmetros teóricos europeus e originários dos Estados Unidos da América. Só nos momentos de rebeldia intelectual foi possível notar-se a presença de uma intelectualidade jovem que buscava narrar a vida dos povos que constituíram a sociedade brasileira de um ponto de vista não oficial, não convencional. (CACCIA-BAVA E COSTA, 2004, p. 63).

Na cidade de Belém, quando se pesquisa os povos subalternos a mesma posição deve ser adotada. Os teóricos europeus e norte-americanos dizem e até escrevem coisas sobre a Amazônia, mas falta a interlocução de quem também produz conhecimento e convive com os povos que têm suas vidas investigadas. Foi nesse sentido que a pesquisa se orientou. Como um ensaio de conhecimento sociológico no qual os fatos foram tratados como oriundos de sujeitos que fazem e refazem suas experiências num contexto que indica um profundo desprezo à vida do outro que não seja seu igual na economia ou na política nacional oficial.

Conforme a identificação feita, os jovens da pesquisa são filhos de trabalhadores assalariados, trabalhadores do mercado informal, servidores públicos, artesões, pescadores, agricultores, pequenos comerciantes e trabalhadores autônomos. Habitam a periferia da cidade e, com poucas exceções, seus pais migraram de cidades rurais do estado do Pará e Maranhão.

⁴ Um estudo importante sobre o tema pode ser visto em Rodrigues, Eliene Jaques. *Banidos da Cidade e Unidos na condição*. Belém/PA, NAEA/UFPA, 1998.

Da mesma forma que Caccia-Bava e Costa (2004), o estudo feito quer participar da reflexão sobre a história da juventude latino-americana, que vem sendo escrita por movimentos, grupos e intelectuais de todos os países da nossa América, de tal modo a contribuir para a identificação de parâmetros de análise dos movimentos juvenis, e de forma também a ampliar o diálogo entre pesquisadores de todos os continentes, que se debruçam sobre a juventude como categoria histórica e cultural.

Ao buscar na história e na cultura da Amazônia a existência dos sujeitos a partir de seu encontro e posterior subalternidade a outros sujeitos estranhos à Amazônia, uma outra existência foi imposta aos povos aqui nascidos. Aos filhos e filhas nascidos a partir de então, sofrimentos dos mais diversos e a substituição de sua memória histórica foram práticas contínuas dos dominantes. Ao mesmo tempo, no decorrer dos séculos, esses povos mantiveram algum tipo de contacto que os remetia às suas origens e assim foram construídos e reconstruídos laços culturais, costumes, danças, cantos, comidas, bebidas e organizações sociais como forma típica de vida dos nativos da grande Bacia Amazônica, e especialmente, dos nativos da cidade de Belém.

Os povos da Amazônia caminharam até aqui reescrevendo na vida aquilo que foi outrora seu mundo. Os ditos e não-ditos das gerações passadas guardam marcas que devem ser registradas e interpretadas cientificamente tendo em conta o passado e o presente. Uma dessas marcas é encontrada no movimento da Cabanagem em que jovens, - com grande participação de índios, negros e brancos pobres -, que foram abandonados à margem do poder construído pelos povos europeus, encontraram na solidariedade e na luta popular o refúgio à existência. Foram esmagados sob o aspecto de povos com direito à existência em seu próprio chão, mas vestígios dessa memória histórica aos poucos podem ser reconstituídos e alimentarão a trajetória que os jovens poderão traçar se tiverem oportunidade de enxergar no passado de seus antecedentes a luta para garantirem suas vidas, suas festas, seus filhos.

Na pesquisa, o sujeito de estudo é o jovem. Esses homens e mulheres foram investigados para que informassem como vivem na Amazônia – local de sua existência -, materializada na experiência cotidiana de encontros com seus pais, amigos, outros jovens, e desencontros na organização da cidade pelos governantes, empresários e a mídia.

Esse enfoque estabelece o jovem como faixa etária, mas utiliza outros critérios buscados na História e na Cultura para apresentá-lo como fonte de investigação.

A faixa etária é um marco balizador importante, e a de 15 a 24 anos tem uma visibilidade muito grande no Brasil e na Amazônia. Também se caracteriza como de ‘preocupação’ de pais,

educadores e governantes. Para os jovens entrevistados, essa faixa etária é um momento de reconhecimento com outros jovens. Gostos, percepções, solidões e sonhos os acompanham e são repartidos entre eles de forma própria e singular. Foi assim que expressaram sua vivência de jovens nos seus depoimentos.

Porém em nível acadêmico, é preciso dizer mais alguma coisa: os pesquisadores buscam categorias analíticas para dizer quem são os jovens – ser concreto ou a juventude – estado de vida.

Quem busca vê-los como seres concretos, hoje apresenta o direito como uma forma que a sociedade contemporânea possui de reconhecer e valorizar o ser que se faz e que, por isso, precisa ter garantido seu direito a essa singularidade.

Entre esses, está Caccia-Bava, que destaca na discussão “o caráter político dos direitos constituídos. E, no caso dos jovens, a premissa estaria na possibilidade da co-produção da segurança urbana, para expansão de seus direitos civis”(2004, p. 53).

Esse debate sobre a condição juvenil de sujeito de direitos é recente no Brasil, mas ajuda a ver a faixa etária como uma baliza que incorre em prós e contras quando relacionados ao reconhecimento de uma identidade singular.

A pesquisa não avaliou esse ponto, mas buscou no debate colocado pela própria sociedade brasileira sua dificuldade de garantir o reconhecimento a esses seres presentes nela.

O estudo feito nesta pesquisa procurou desvendar que tipo de experiências o ser jovem constrói para si e que serve de indicativo para os outros jovens na cidade de Belém. O jovem da pesquisa é um ser que procura encontrar um lugar social confortável, acolhedor e que se esforce para ajudá-lo a construir essa difícil ponte para as grandes tomadas de decisão pessoal e social.

Portanto, a faixa etária de 15 a 24 anos foi adotada para este estudo. Ainda que arbitrária, ela delimitou uma qualidade ao ser que era portador dela.

Considerou-se, portanto, o jovem dentro dessa faixa etária como sujeito de direitos e de reconhecimento social com identidade auto-definida no grupo.

A hipótese deste estudo foi que os jovens da cidade de Belém são impedidos de aprofundarem uma experiência histórica de resistência social, seja pelo desconhecimento ou pela amnésia coletiva, pois sua trajetória existencial foi construída em cima de sombras e de não-ditos da formação cultural dos povos que compõem a Amazônia ou mesmo do Estado do Pará. Isso poderia ter sido reforçado pelo processo de metropolização de Belém do Pará que deu contornos específicos às práticas sociais de protagonismo às classes subalternas da sociedade, ou até mesmo permitiu um processo de desenvolvimento de práticas socioculturais às classes

subalternas, com características predominantemente regionais, diferenciando-os de região para região no país.

Dessa forma, o estudo das experiências juvenis da classe social à margem da história foi desenvolvido como um fato não acabado, um processo que precisa ser visibilizado, reconhecido, identificado. Isso só pode ser feito olhando para os jovens que constroem suas experiências de vida no espaço social do final do século XX e início do século XXI.

A cidade de Belém foi o *locus* escolhido para a pesquisa, e os jovens entrevistados, de vários bairros, serviram como referência para a interpretação daquilo que está acontecendo nas entranhas da cidade.

Alguns entre os bairros dos entrevistados como Guamá, Terra Firme (atual Montese), Canudos e Jurunas são identificados pelos grupos dominantes, mídia e Polícia como sendo bairros “violentos” e de pessoas “suspeitas”. Isso já foi publicado por jornal de grande circulação regional e pelas entrevistas concedidas pelas autoridades de Segurança Pública, na gestão do governador Simão Jatene (2002 – 2006), em várias ocasiões.

No entanto, nesses mesmos bairros, há experiências populares nas quais as pessoas formam grupos de folclore e escolas de samba com seus próprios esforços e se apresentam nos festivais promovidos pelos grupos dominantes. Ali expressam uma história pouco valorizada até por eles mesmos, mas que são estudadas e resgatadas para esses momentos. É o caso do boi-mirim do Guamá, de outros bois-bumbás, das quadrilhas e pássaros que são folguedos da época junina e dos festejos de santos. Há, ainda uma organização espontânea para o lazer, expressada principalmente nos times de futebol (masculino e feminino, adulto, infantil ou juvenil) que, fazendo coletas entre si, pagam por hora para jogar nas arenas ou mesmo fazem apostas, onde os grupos se rivalizam ou distribuem o que sobrou da coleta feita para o jogo. Esse mecanismo de participação ativa no lazer aproxima os moradores da mesma rua ou até de ruas e bairros diferentes.

A experiência juvenil revelada nas entrevistas com os jovens nascidos e residentes em Belém destacou como aspectos importantes:

- Uma tristeza em alguns jovens que responderam as entrevistas. Choraram, o semblante era passivo. Notava-se pouca convicção quanto ao futuro.
- Os jovens referiram seus problemas, inquietações e desafios com relação aos pais, as escolas, a falta de espaços para esporte, lazer e entretenimento no bairro.

- Os jovens conversaram sobre assuntos de jovens. No entanto, eram muito preocupados com seus pais e com a família. Sentiam-se responsáveis pela melhoria na condição de vida da família.

- O relato de suas experiências não está enquadrado num padrão específico e contém vários elementos de autonomia, desafios e provisoriedade.

Com mais ou menos detalhes, os jovens nascidos e residentes apresentaram os mesmos relatos.

A pesquisa buscou saber os antecedentes de migração na vida desses jovens e de suas famílias, dando ênfase às suas idas e vindas aos municípios ligados à metrópole de Belém.

Pelos relatos as atividades econômicas exercidas pelos parentes dos jovens estão assim distribuídas: agricultura (foi a maioria), pequeno varejo e/ou comércio, pesca artesanal (peixes, siris e caranguejo), caça, serviço público (professores e agentes de saúde), artesanato e pequena produção rural. Basicamente, são trabalhos para suprir as necessidades de sobrevivência das famílias residentes na zona rural.

Os depoimentos revelaram que os jovens da pesquisa estão mais distantes dos trabalhos da zona rural, pois poucos se referiram à realização do trabalho agrícola, como mostra o quadro abaixo.

Realização dos trabalhos rurais	Mulheres	Homens
Realizam os trabalhos rurais	03	08
Não realizam trabalhos rurais	18	10
Ajudam a realizar trabalhos rurais	06	01
Não responderam	06	10
Total	33	29

Isso é compreensível em razão dos comportamentos e informações adquiridos na vivência da cidade grande. Os trabalhos no contexto urbano são concebidos como fáceis e leves, contrastando com o trabalho agrícola.

As viagens feitas pelos jovens para fora de Belém aconteceram com frequência nos meses de férias (Janeiro e Julho) e/ ou nos finais de semana ou feriados prolongados.

As cidades mais visitadas por esses jovens da pesquisa foram: 1 – No Estado do Pará: os municípios de Abaetetuba, Acará, Benfica, Bujarú, Bragança, Capitão Poço, Castanhal,

Currallinho, Igarapé Mirim, Marapanim, Marajó, Portel, Vigia, Santarém, Mosqueiro e São Sebastião da Boa Vista.

2 – Outros Estados: Maranhão e Amazonas.

Os jovens entrevistados não fizeram referências às cidades que são conhecidas pelas praias de água salgada e do turismo como o município de Salinas, a praia de Atalaia e, no município de Bragança, a praia de Ajuruteua.

Segundo eles, os vários motivos das viagens, nos anos de 2004 e 2005 foram:

- Encontro pessoas diferentes, de tipos diferentes, hábitos, costumes, e assim cada pessoa, conforme a sua cultura, sua forma de viver, e isso eu aprendo muito, encontro vários tipos.
- Encontramos várias culturas, diferentes cidades, muitas coisas, amizades diferentes, muitas coisas.
- Podemos encontrar de tudo. O bonito, o feio, o bom e o ruim, porque muitas vezes nós podemos nos enganar e pensar que só tem nas grandes cidades. Mas, isso não é bem o que percebo, porque nos municípios do interior também se encontra muita violência, roubo, muito tráfico também, e isso é uma realidade que está presente em geral, então não podemos dizer, especificar que seja só na área metropolitana.
- Descansar, relaxar, divertir também.
- Quando chego lá encontro muitas coisas, pessoas legais, encontro também características que são próprias da comunidade para onde vou, jovens que gostam de festa, trabalham, jovens desempregados, encontro muita coisa nesse sentido.
- Muita diversidade de coisas, um novo ambiente, diferente da minha cidade, encontro bastante coisas.
- Encontro amigos que pude conhecer anteriormente. Vejo as olarias onde meu pai compra tijolos e também a vila sobre palafitas onde moram os ribeirinhos.
- Eu encontro, lá, descanso, por que eu sinceramente não encontro coisas que encontro na cidade, como uma espécie de diversão como cinema, amigos, mas eu procuro o que tem lá para me satisfazer.

Os motivos citados pelos entrevistados remetem ao dualismo cidade x campo. E ao mesmo tempo a necessidade que as pessoas possuem de respirar o ar menos poluído em locais mais próximos da natureza e manter os laços afetivos com os parentes, amigos e conhecidos.

Houve depoimentos revelando uma criticidade quanto a problemas urbanos que já estão presentes nas cidades menores e bucólicas. Começa a aparecer o discurso de distanciamento cultural entre zona rural e zona urbana.

Essas revelações mostram que os jovens entrevistados trazem elementos de suas experiências de vida que permitem fazer o mapeamento das práticas sociais de identidade nativa que podem contrapor-se às modernas relações de produção e consumo que vêm submetendo os jovens desta sociedade contemporânea.

Foi isso que o estudo proposto pretendeu encontrar quando fez a análise do roteiro de entrevista – mais exatamente no capítulo quatro (4) - experiência construída pelos jovens urbanos em Belém.

1.2 A teoria adotada para análise das entrevistas

A pesquisa estudou os jovens urbanos dos povos da Amazônia na cidade de Belém, tomando como categorias analíticas, em destaque, o tempo histórico, a existência e a experiência social.

O tempo, porque é o que marca o corpo humano: limita as idades e os ciclos da vida, a infância, a juventude, a fase adulta e a velhice. No estudo em questão, foi considerada a faixa etária de 15 a 24 anos como a etapa da vida em que as pessoas são consideradas jovens. Nessa faixa será concentrada a atenção teórica, considerando-se que o tempo cíclico e cronológico é também tempo histórico. Mas, há também um tempo histórico, que permite o desenvolvimento de determinados comportamentos econômicos em que a produção dos produtos utilizados é medida pelo tempo do relógio e é distribuído pela tecnologia de comunicação e informação existente na sociedade. Porém, nessa mesma sociedade o tempo histórico é também o tempo do corpo das pessoas. E é dentro desse tempo, seja do ciclo da vida ou do relógio, que as experiências pessoais e coletivas são construídas, destruídas ou resgatadas.

Na Amazônia paraense o tempo histórico foi alterado intensamente no século XX. A decadência econômica do ciclo da borracha distanciou o interior do estado de sua capital. Por muitos anos houve essa separação.

Para Brito (2001), o Estado implantou na Amazônia a política de modernização forçada. O extrativismo da borracha era realizado por mão-de-obra livre, no começo do século. Durante a segunda guerra mundial o poder político e o capital industrial moderno tomaram o curso do crescimento econômico. Essa dinâmica interna trouxe o progresso técnico representado pelas obras de portos, ferrovias, bancos e a burocracia estatal. Vieram juntos produtos de consumo que se espalharam pelo interior do Estado. Durante o governo militar a Amazônia voltou ao cenário por meio dos grandes projetos econômicos.

Da mesma forma que essas novidades chegaram também desapareceram. E assim o tempo histórico e o tempo econômico puderam caminhar juntos ou separados na experiência coletiva dos povos da Amazônia. Alguns de seus habitantes foram inseridos na produção e no mercado internacional, por algum tempo, e depois retirados. E a cidade de Belém, capital do Estado foi o ponto de encontro dessa dualidade econômica.

A produção industrial de bens e serviços foi resultado de um ciclo econômico que ocorreu desligada da existência nativa dos povos da Amazônia paraense, mas foi referendado pelo poder político governamental. O uso desses bens e serviços foi estimulado e até subsidiado pelo governo instalado na capital, entretanto, dentro do grande espaço amazônico, esses bens e serviços não foram assegurados para todos os seus habitantes. A oferta e ao mesmo tempo a negação de acesso a eles, tem sido constante. Essa permanente tensão entre a produção e o acesso a bens e serviços permeia a experiência dos povos nativos.

E assim, o sujeito histórico experimenta na sua vida as situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses próprios e como necessidades e interesses antagônicos a outras pessoas ou grupos. É nesse momento que os sujeitos ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura das mais complexas maneiras. A experiência histórica permite a convivência e a tensão entre as relações sociais, pois nelas os sujeitos poderão agir ao longo de uma situação determinada e construirão novas relações sociais.

Na Amazônia paraense as novas relações sociais são construídas permanentemente por adultos e jovens, principalmente quando o Estado enquanto poder público interfere e modifica o espaço territorial e social de seus povos, pois esse Estado se impõe e oferece aos nativos serviços públicos mínimos – escolas, posto médico e polícia, mas em outros espaços dessa mesma Amazônia paraense, o progresso técnico é visível nos vários empreendimentos econômicos agrícolas e extrativistas. Cidades surgem, criam-se necessidades e produtos para supri-las. Os produtos podem vir dos empreendimentos econômicos instalados na Amazônia paraense ou de lugares mais distantes.

Com isso, torna-se possível a convivência de dois tempos históricos. O tempo dos nativos – índios, ribeirinhos, agricultores, pescadores - que mantém sua existência com recursos próprios, pois retiram da natureza o que precisam para sua reprodução social; e o tempo dos outros agentes – que são os mais diversos trabalhadores assalariados, garimpeiros, servidores públicos, comerciantes, religiosos, turistas, e outros agentes sociais estranhos que vão demarcando as diferentes experiências coletivas dentro do mesmo espaço de convivência.

Contudo, ainda se pode observar que a reprodução social alimenta relações de solidariedade em certas áreas da cidade de Belém.

E assim a existência enquanto categoria de análise permite identificar nos jovens fragmentos de comportamentos próximos a uma visão romântica, sonhadora e simples da vida que destoa completamente com tudo o que a grande cidade apresenta que é a diversão e o individualismo, este provocado pelo consumo cada vez mais intenso e diversificado de produtos e bens.

Portanto, os povos nativos (índios, ribeirinhos, pescadores e pequenos agricultores) da Amazônia e outros povos que aqui convivem só podem ser interpretados dentro dessas complexas categorias de raciocínio, pois o desenvolvimento urbano em que a região está submetida corresponde a uma tensão e desencontro entre essas três categorias destacadas, haja vista que nelas estão a produção, a reprodução física e social e elementos da própria transformação social.

Gramsci, procurando interpretar os acontecimentos de seu tempo na Itália, analisa o papel da escola, considerando-se aqui conhecimento, dizendo:

O conceito do equilíbrio entre ordem social e ordem natural sobre o fundamento do trabalho, da atividade teórico-prática do homem, cria os primeiros elementos de uma intuição do mundo liberta de toda magia ou bruxaria, e fornece o ponto de partida para o posterior desenvolvimento de uma concepção histórico-dialética do mundo, para a compreensão do movimento e do *devenir*, para a valorização da soma de esforços e de sacrifícios que o presente custou ao passado e que o futuro custa ao presente, para a concepção da atualidade como síntese do passado, de todas as gerações passadas, que se projeta no futuro (GRAMSCI, 1978, p.130-1).

Que os jovens possam estar conscientes de sua tarefa histórica, pois, essa tarefa pode ficar ofuscada se as categorias analíticas – tempo histórico, existência e experiência dos povos da Amazônia não se traduzirem em um princípio educativo por suas características particulares.

Conhecer o movimento que articula e desarticula essas três dimensões carecem como diz Gramsci, “das noções científicas que possam introduzi-los na vida estatal e na sociedade civil”. (1978, p. 129), pois a vida estatal e a sociedade civil foram desenvolvidas dentro de uma concepção histórico-dialética do mundo, e isto significou a “valorização da soma de esforços e de sacrifícios que o presente custou ao passado e que o futuro custa ao presente, para a concepção da atualidade como síntese do passado, de todas as gerações passadas, que se projeta no futuro” (idem, p. 130).

Portanto, estudar a existência dos jovens no tempo correspondente ao final do século XX e início do século XXI dentro da experiência social dos povos da Amazônia é reconhecer um nexo dinâmico e conflituoso de concepção da vida entre o homem do campo, da cidade e o que a urbanização modifica, seja para um seja para o outro.

A vida do campo que se desenvolve no ritmo da natureza e a vida da cidade que está preocupada em satisfazer interesses práticos imediatos de habitação, escolarização, emprego e utilização dos mais diferentes bens materiais.

O Jovem é essa síntese do passado, de todas as gerações passadas, que se projeta no futuro. A dificuldade que ele manifesta com relação ao trabalho agrícola é a mesma dificuldade histórica de reconhecimento de uma dimensão existencial onde a natureza tem um lugar de destaque, mas que precisa ser expulsa da experiência contemporânea de vida porque é vista como “arcaica”, “tradicional”, “camponesa”, a não ser que possa ser reconhecida como exótica, ou paisagística.

A experiência social dos povos nativos da Amazônia marca um tempo histórico dissonante na sociabilidade contemporânea, pois nela “a vida recíproca dos homens vem de uma ordem respeitada por convenção espontânea e não apenas como imposição externa, por necessidade reconhecida e proposta pelos próprios homens como liberdade e não por simples coação”(Gramsci, 1978, p. 130).

O Estado como um demarcador da civilização capitalista pode ser estranho e pouco presente na experiência coletiva dos povos nativos da Amazônia paraense e, se reflete no comportamento social de muitos jovens, pois esse Estado viabiliza o mercado de bens e produtos, visíveis em alguns momentos e em alguns espaços amazônicos. A convivência com ambos (Estado e mercado) ainda não se tornou aprendizagem, conhecimento cotidiano para todos os povos nativos. Como o jovem urbano ainda é muito próximo dos povos nativos, sua aprendizagem a respeito do Estado e do mercado pode distanciá-lo de direitos já reconhecidos por lutas de outras sociedades.

Esse pode ser o motivo pelo qual lhes seja possível pensar que não é só o mercado e o Estado com suas leis que regem a existência humana, mas, a convivência pautada pelo homem que tem esperanças e expectativas no futuro, mesmo que isso lhe custe dor e sofrimento, como no caso em estudo, em que os jovens se sentem responsáveis pela família e pelos pais.

Algumas indicações de resposta podem estar neste e em outros estudos a serem apresentados sobre os jovens urbanos dos povos da Amazônia.

2 A CONSTRUÇÃO DA EXISTÊNCIA DAS CLASSES SUBALTERNAS NA AMAZÔNIA

Fazer estudo sociológico do que se passa na Amazônia como existência social singular é uma tarefa necessária e urgente. Necessária, por que exige do estudioso uma disposição e uma decisão: qual o lado que se propõe examinar e quais instrumentos utilizar para isso? Urgente, pois sendo uma das regiões mais cobiçadas do mundo, corre-se o risco de, ao estudar suas relações sociais, reforçar seus mitos e preconceitos.

As pessoas que constroem ou construíram com seu sangue os saberes desta existência humana nem sempre são reconhecidas como sujeitos históricos, portadores de projetos culturais e políticos da mesma magnitude daqueles que são apresentados todos os dias pelos grandes meios de comunicação ou pelos debates e conferências feitos pelas universidades com seus saberes instituídos.

As atividades de organização dos povos indígenas, das associações de habitantes da Amazônia e de segmentos da Igreja Católica, como a Comissão Pastoral da Terra, são acusados de comprometerem o progresso, o desenvolvimento e até mesmo de boicote aos esforços governamentais de bem gerir a Região.

Essa rejeição aos que defendem a causa amazônica, pelo lado do nativo, é comum ser identificada nos mais diferentes meios institucionais. Também o estudo pelo lado nativo compromete, apaixona e amedronta. Mas, é preciso seguir em frente.

Vários estudiosos procuram desenvolver esse compromisso e ampliar essa frente de estudos.

Um desses estudiosos é Enrique Amayo Zevallos. Seus textos apresentam preocupações sobre os conhecimentos que se têm hoje sobre a Amazônia e a validade desses conhecimentos para a compreensão da depredação e pobreza crescente, como consequência da entrada do ocidente nela, e ao mesmo tempo a resistência que os nativos têm manifestado, ainda que em condições de profunda miséria material e de permanente ameaça de destruição cultural.

Amayo procura mostrar que sob o aspecto da totalidade, é quase impossível, não ser a Amazônia, o território sul-americano, o mais rico da Terra em termos de biodiversidade, recursos genéticos, água doce.

Por tudo isso, insiste na análise da visão eurocêntrica de História que se espalhou pela academia. Encontra na novela, “A Jangada”, de Júlio Verne (1828-1905), uma dessas visões.

Nela, Amayo (1999) destaca várias situações nas quais o amazônida é depreciado; o rio e a floresta são valorizados em termos de progresso.

Tudo começa numa fazenda em IQUITOS, local para onde fugira o brasileiro João da Costa ou João Garral. Nela não há contradições originadas pelo processo de trabalho. Negros e índios aceitam com docilidade o domínio do português. Essa novela foi publicada em 1881, início da década da abolição dos escravos no Brasil (1888). Esse foi o período de consolidação e expansão da fase imperialista do capitalismo. A visão ideológica era marcada pela justificativa de que grande parte dos europeus e do homem branco em geral era levada a difundir sua civilização, a única verdadeira, ao planeta habitado por não-brancos ou selvagens.

Na novela, brancos, negros e índios têm tratamentos diferentes: o branco tem rosto, nome e biografia, seja para o Bem ou para o Mal. São os que contam, os que fazem a história.

Os negros e índios não têm nome nem rosto. Formam uma massa. Indistinguíveis uns dos outros, pois são todos parecidos. São apresentados também como simples braços. Massas e braços que adquirem forma de trabalhadores e desenvolvem sua habilidade só quando o cérebro do homem branco os modela. Isso aparece desde a construção da embarcação que levará a Belém a família do português e os serviçais.

Na análise do autor, o novelista vê os índios como seres que necessitam de condução, ou seja, são infantis. Os negros estavam sempre servindo, como se a Natureza os houvesse criado para esse fim. O índio e o negro são inferiores por serem não europeus e suas sociedades geralmente tratadas como inferiores, indesejáveis, fracas e atrasadas.

Há não-brancos na novela que têm nome, mas não sobrenome. São quase brancos. Na realidade, esses não-brancos são mulheres. De qualquer maneira fazem parte da família branca, ou seja, cultural e /ou etnicamente foram aceitas e incorporadas à civilização ocidental.

O conceito de progresso é aqui manifestado com toda a carga de preconceito, pois, enquanto a civilização ocidental avança, o índio e todos os não-brancos vão desaparecendo e deixarão em seus lugares os mestiços. Essa é a lei do progresso. Nessa visão darwiniana, o novelista aceita e justifica o desaparecimento de todos os povos não-ocidentais.

Na viagem contada no romance, os fatos mostram outra situação. A embarcação a ser usada é toda planejada e construída por nativos, com material e tecnologia nativa, porém aos índios é negado o nome, como forma de negá-lo também como ser humano com vontade própria.

Ao falar de *caucho* (borracha) na novela essa aparece como tecnologia indígena, o que permitiu aos ocidentais, depois de várias experimentações, adotarem a vulcanização, embora apenas essa parte seja enaltecida pela história oficial.

Desconsiderando o processo técnico indígena inicial, apresenta-se o progresso chegando naturalmente, vindo do ocidente, a lugares que não o tinham anteriormente. É como se os índios da Amazônia não tivessem tecnologia adequada plenamente a seu *habitat*.

A Natureza é apresentada por Julio Verne como uma verdadeira maravilha. Nela tudo está perfeito. Há uma diversidade biológica sem precedentes na Amazônia. Toda a cadeia biológica existiria para ser respeitada.

Nesse romance, Belém e Iquitos merecem nomeação de cidade e aldeia pela quantidade de população que nelas habitam. Mas, não é só isso. A aldeia é a melhor representação do paraíso para se viver. O paraíso para o português, dono da embarcação.

As cidades que entram no cenário, como Tefé, Manaus (as duas no estado do Amazonas) e Belém (no estado do Pará) são apresentadas por seus aspectos negativos: população elevada, diversidade de habitantes, devastação da natureza, imitação de costumes europeus, calor, número exagerado de funcionários públicos (não-produtores), comerciantes, os vapores que interligavam-nas aos centros internacionais. Enfim, as cidades amazônicas brasileiras estavam imersas no grande comércio internacional, o que não deixava de ser, para o Novelista, uma desvantagem em termos de preservação da natureza, paz e tranquilidade.

São destacadas, ainda, a visão religiosa de família e de comportamento social, a traição, a justiça e devassidão vivida na cidade, principalmente por negros e índios.

Um fato curioso de ser notado refere-se à extrema porosidade da fronteira amazônica. Era muito fácil cruzá-la. Havia uma integração da navegação na Bacia Amazônica, não necessitando de autorização dos países para adentrá-la.

Esse é um dos textos que apresenta um pensamento existente num romance a respeito dos povos que habitavam a Bacia Amazônica.

Há outras interpretações sobre a existência dos povos da Amazônia. Lembra Maués (1999) que, na época colonial, a Amazônia não fazia parte do chamado Estado do Brasil, que se estendia do Ceará para o sul, mas sim pertencia a uma colônia que se subordinava diretamente a Lisboa - o Estado do Maranhão e Grão Pará, com capital em São Luís. Durante esse período, a principal atividade econômica de interesse dos portugueses na região era a coleta das chamadas “drogas do sertão”, isto é, especiarias encontradas na floresta, que constituíam excelentes sucedâneos para as indianas: canela, cravo, baunilha, salsaparrilha, cacau, urucu e outras, e os

que mais se destacaram nisso foram os Jesuítas. A partir de 1750, quando começa a chamada “Era Pombalina”, a política portuguesa sofre profunda alteração no que diz respeito à Amazônia. O ministro plenipotenciário do rei D. José I (1714-1777) Marques de Pombal (1699-1782) começou no mesmo ano da assinatura do Tratado de Madri (1750), que pretendia regular, na América do Sul, as fronteiras entre as colônias espanholas e portuguesas. A antiga Província do Maranhão, que abrangia a atual Amazônia brasileira, mudou de nome, passando a chamar-se Província do Grão-Pará e Maranhão. Já nessa época, sua capital tinha sido transferida de São Luís para Belém, em razão da maior importância adquirida por esta cidade, porta de entrada da Amazônia (olhando do Leste), ou de saída (olhando do Oeste).

Branco (1989), ao estudar o desafio amazônico, mostra que a atração para a Amazônia foram as lendas sobre suas riquezas minerais; depois, a simples busca de conhecimento, ou interesse científico; finalmente, o nobre ideal de defendê-la contra os que a estavam destruindo. Essa atração inescrupulosa pelo ouro que caracterizava os conquistadores portugueses e espanhóis, e que os levou – principalmente os últimos – a cometer as maiores atrocidades contra os nativos sul-americanos, destruindo algumas das mais importantes civilizações, como a dos astecas, no México, e a dos Incas, no Peru. Eles iniciaram, assim, uma tradição responsável, em grande parte, pelo pouco caso com que é tratada a Natureza pelos que se dedicam, ainda hoje, às atividades extrativistas.

O instinto predatório, segundo o autor, isto é, a motivação para destruir mais do que nos é necessário consumir, herdamos-lo, em parte, dos colonizadores e, em parte, adotamos-lo, atualmente, sob pressão do jugo econômico internacional, mais predatório do que poderia ser qualquer iniciativa nacional ou local.

Se essa herança cultural de destruição nos acompanha por todos esses séculos, há também uma resistência dos nativos que se recusam a destruir seu próprio ambiente. Essa resistência é necessária desvendar e pode estar nos jovens que vivem mais próximos dessa mesma Natureza, pois, hoje é possível estudar, conhecer, dialogar e resistir aos projetos de destruição construídos ou em construção.

Vandana Shiva (2001) fala dos projetos de destruição construídos e em construção. Inicia seu livro dizendo que em, 17 de abril de 1492, os monarcas católicos Isabel de Castilha e Fernando de Aragão concederam a Cristóvão Colombo os privilégios de “descoberta e conquista”. Um ano depois, em 4 de maio de 1493, o Papa Alexandre VI, por meio de sua “Bula de Doação” concedeu à rainha Isabel e ao rei Fernando todas as ilhas e territórios firmes

“descobertos e por descobrir, cem léguas a oeste e ao sul dos Açores, em direção à Índia” e ainda não ocupados ou controlados por qualquer rei ou príncipe cristão até o Natal de 1492.

Cartas de privilégios e patentes transformaram, assim, atos de pirataria em vontade divina. Os povos e nações colonizados não pertenciam ao papa, que, entretanto, os ‘doava’, e essa jurisprudência canônica fez dos monarcas cristãos da Europa os governantes de todas as nações “onde quer que se encontrem e qualquer que seja o credo que adotem”. O princípio da “ocupação efetiva” pelos príncipes cristãos, a “vacância” das terras a que se referiam e o “dever” de incorporar os “selvagens” eram componentes das cartas de privilégios e patentes.

Quinhentos anos depois de Colombo, uma versão secular do mesmo projeto de colonização está em andamento por meio das patentes e dos Direitos de Propriedade Intelectual (DPI): a Bula Papal foi substituída pelo Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT); o princípio da ocupação efetiva pelos príncipes cristãos foi substituído pela ocupação efetiva por empresas transnacionais, apoiadas pelos governantes contemporâneos; a vacância das terras foi substituída pela vacância de formas de vida e espécies modificadas pelas novas biotecnologias, e por esse meio o dever de incorporar economias locais e nacionais ao mercado global e incorporar os sistemas não-ocidentais de conhecimento ao reducionismo da ciência e da tecnologia mercantilizadas do mundo ocidental.

A criação da propriedade por meio da pirataria da riqueza alheia permanece a mesma de 500 anos atrás.

A denúncia ou alerta, como se queira chamar, deve deixar atordoados todos os que acreditam no direito à vida. Por mais que isso custe, conhecer essa visão eurocêntrica que nos formou, mais que um desafio, é confrontar-nos com a história de nossa destruição.

2.1 A Amazônia e o cenário Internacional

A Grande Amazônia ou Bacia Amazônica, como parte da América Latina ou do Sul, foi colonizada dentro de estratégias internacionais. A Bacia Amazônica foi explorada e apropriada primeiramente pelos espanhóis, seguidos pelos portugueses, franceses, holandeses e ingleses. O nome Amazônia está relacionado à lenda de um Eldorado a ser conquistado.

Daquela data até este início do século XXI, vários séculos se passaram, vários momentos foram vividos, os espanhóis e portugueses nos impuseram modelos de colonização e exploração, alguns com relativo sucesso outros fracassados.

As metrópoles européias definiam qual projeto implementar dependendo de qual matéria prima tivessem necessidades. Até 1808, com a chegada da Família Real, o Brasil ficou nas mãos de donatários. Os interesses ingleses foram mais fortes, e abriram-se os portos do Brasil.

D. João VI (1767-1826) retornou a Portugal e ficaram os problemas para os portugueses do Brasil e de Lisboa.

A Inglaterra permitiu a Independência do Brasil e as agitações contra e a favor D. Pedro I (1798-1834) se espalharam pelo país.

Muitos estudos foram feitos para o conhecimento dos projetos econômicos e políticos que predominaram no Brasil, dentre eles os de Caio Prado (1979), Celso Furtado (1982), João Cardoso de Melo (1984), Guido Mantega (1987).

Sobre os projetos mais atuais, igualmente muitos estudos são encontrados: Os de Sérgio Buarque de Holanda (1967), Miriam Limoeiro Cardoso (1978), Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1981), Florestan Fernandes (1981), Sônia Draibe (1985) e Octavio Ianni (1988).

Na seqüência de explicação dos projetos econômicos de desenvolvimento no Brasil, para Hymer (1978),

desde o início da Revolução Industrial, verificou-se a tendência de a empresa representativa aumentar suas dimensões, passando da *oficina à fábrica*, daí à *empresa nacional*, e atualmente, à *empresa multinacional*. Este crescimento tem sido quantitativo e qualitativo. Em cada etapa, as empresas adquiriam uma estrutura administrativa mais complexa para coordenar suas atividades e um cérebro maior para planificar sua sobrevivência e crescimento. (HYMER, 1978, p.36).

A empresa multidivisional, que esse autor apresenta, como conceito, foi substituído por empresa multinacional, como é hoje conhecida. O próprio autor continua.

As organizações gigantescas não são algo novo no comércio internacional. Elas eram uma forma característica do período mercantilista, quando o comércio a grandes distâncias com a América, África e Ásia era organizado por grandes companhias de ações. Eram como dinossauros, de grandes dimensões, mas com cérebro pequeno, que se alimentavam da vegetação exuberante dos novos mundos. (HYMER, 1978, p.39).

Elas se colocaram para outros mercados e precisaram de adaptações.

Muitas alterações se processaram e as grandes empresas mudaram de forma. A nova forma organizativa da empresa tinha agora uma grande flexibilidade. Em virtude de sua estrutura descentralizada, uma empresa multinacional pode ingressar em novo mercado, acrescentando uma nova divisão, e deixar inalteradas as antigas divisões.

Pode também criar linhas de produtos rivais na mesma indústria, aumentando assim sua participação no mercado e dando, ao mesmo tempo, uma sensação de concorrência. O mais importante, é que em virtude de contar com um séquito de especialistas em estratégia, pode planejar em escala muito mais ampla que antes e distribuir seu capital com muito maior precisão.

A primeira onda de investimentos diretos de capitais norte-americanos se deu por volta do final do século XIX, e foi seguida de uma segunda onda durante a década de vinte. A migração para o exterior se reduziu durante a depressão, mas se revigorou depois da II Guerra Mundial e logo se acelerou rapidamente. Entre 1950 e 1969, o investimento direto no exterior de empresas norte-americanas se expandiu a uma taxa de cerca de 10% ao ano. A esse ritmo, duplicou-se em menos de dez (10) anos e, mesmo com uma taxa de crescimento bem menor, as operações externas poderão alcançar proporções enormes nos próximos 30 anos. (HYMER, 1978, p. 47).

Esse crescimento exigiu inovações tecnológicas em vários campos.

Fatores importantes explicam essa onda de investimentos externos nas décadas de 50 e 60: primeiro, o grande porte das empresas norte-americanas e sua nova estrutura; segundo, o desenvolvimento tecnológico nas comunicações, que criou uma nova consciência do desafio global e ameaçou as instituições estabelecidas com a abertura de novas fontes de concorrência. As empresas de negócios foram as primeiras a reconhecer a potencialidade e os perigos do novo marco, e as primeiras a dar passos efetivos para fazer-lhes frente.

Um terceiro fator para a emigração do capital norte-americano para o estrangeiro foi o rápido crescimento da Europa e do Japão. Esse fato, combinado com o lento crescimento da economia norte-americana na década de 1950, alterou a participação mundial nos mercados, na medida em que as empresas limitadas ao mercado norte-americano ficaram para trás na corrida da concorrência e perderam terreno frente às empresas européias e japonesas, que cresciam rapidamente em virtude da expansão de seus mercados. Foi o que ocorreu em fins do decênio de 1950, quando as empresas norte-americanas se defrontaram com um grave desafio “não-americano”. Sua resposta foi uma arremetida para o estrangeiro a fim de estabelecer bases de venda e de produção. (HYMER, 1978, p. 48).

Seu crescimento extrapolou seu local de origem.

O sistema de empresas multinacionais não é mais um sistema norte-americano; é, em última instância, um sistema Atlântico Norte, tanto no sentido de que os europeus se incorporam às suas fileiras como no sentido de que as empresas norte-americanas se tornaram menos presas aos Estados Unidos.

Em lugar de dividir o mundo entre si em áreas de interesse, como fazia o antigo imperialismo, atualmente cada um está interpenetrado nos mercados dos demais, reconhece sua interdependência e, aberta ou tacitamente, entra em acordos para alcançar objetivos comuns sobre uma base global. (HYMER, 1978, p. 72).

Enquanto as grandes empresas se organizam e se fortalecem, a Amazônia brasileira se debate com propostas de desenvolvimento. São centenas de estudos sobre o assunto com destaque para Lúcio Flávio Pinto (1977), Jean Hébert e Rosa Acevedo (1979), Edna Castro e Rosa Acevedo (1989), José de Souza Martins (1989) e Francisco de Oliveira (1994).

Conforme Francisco Costa (1998), na primeira metade da década de 1960 caracterizava o desenvolvimento da região Amazônica, a convergência de dois movimentos de formação de estruturas econômico-sociais. De um lado, o crescimento e consolidação de um campesinato caboclo, extrativo, nas áreas mais antigas de colonização regional e em áreas mais recentemente dominadas pelos seringais; de outro, a consolidação e expansão de um campesinato agrícola, em parte originado na decomposição dos seringais, fundamentalmente, entretanto, formado pelo processo contínuo de absorção de novas levas de migrantes diretamente advindos de outras áreas do país.

Para ele, é a mesma década de 1960, mas com duas posições opostas a modelo de desenvolvimento nacional. As empresas multinacionais estão procurando se expandir. As norte-americanas se juntam às européias e japonesas. A Amazônia brasileira servindo de escoadora para formação de estruturas econômico-sociais. Uma, quer expandir capitais, a outra precisa expandir pessoas que precisam trabalhar.

Contudo, um arranjo econômico muito mais eficiente foi encontrado. A opção foi feita pelos ricos através das políticas de terras e de incentivos fiscais.

Para o autor citado, o momento amazônico da “fúria modernizadora” da ditadura, a política regional subordinada à modernização da agricultura nacional, conduzida pelo Estado de exceção resultante do Golpe Militar de 1964, apresenta uma característica principal: a centralidade de desenvolvimento agropecuário regional.

Na primeira metade dos anos vinte, a Amazônia vivia uma profunda crise, e, dela decorrente, um forte processo de reorientação de sua economia e sociedade. De um lado, grassavam regionalmente os efeitos dos movimentos de redefinição no mercado mundial das novas bases da economia da borracha natural, colocadas pelos plantios orientais; do outro, efetivavam-se dinâmicas ordenadoras de novas estruturas que se nutriam dos elementos restantes de trabalho e capital, não mais passíveis de alocação nos agonizantes cafezais.

Todavia, a evolução da economia regional não se fez somente a partir dos números drasticamente declinantes da economia da borracha. Produtos houve que expandiram suas produções e, assim, cresceram absoluta e relativamente no contexto da economia amazônica do limiar dos anos vinte.

Segundo Francisco Costa, a formação das estruturas camponesas se deu por três movimentos:

1. Os trabalhadores outrora atrelados aos seringais, empresas ora falidas, ou se transformam em camponeses agrícolas autônomos que se assentam nas proximidades das grandes cidades da região (em particular de Belém e Santarém), passando a produzir arroz, farinha de mandioca, milho e feijão para o abastecimento desses mercados, agora extremamente limitados em sua capacidade de importar, ou;

2. Permanecem nas áreas dos seringais, organizados, entretanto, como pequena produção familiar, como camponeses-caboclos ou extrativistas, cuja peculiaridade consiste em ter a natureza originária como seu principal objeto de trabalho na obtenção de produtos para mercado – tendo, todavia, a agricultura de auto consumo como elemento essencial de sua reprodução (foi o que aconteceu principalmente no Acre, mas também nos altos rios Negro e Purus);

3. Igualmente como camponeses-caboclos, organizam-se os que se alocam como trabalhadores diretos dos castanhais em expansão.

As novas estruturas camponesas, fossem elas agrícolas ou extrativas, desenvolveram-se, pois, na Amazônia dos anos 20, no interior do sistema de aviamento, não como sua negação. O capital mercantil reafirma-se, aí, como a forma dominante de capital no contexto agro-extrativo da região.

O mesmo autor ressalta o valor da dívida externa da região. Até 1912, o total tomado de empréstimo no exterior somava 8,21 milhões de libras esterlinas para toda a Amazônia. O Pará teve uma dívida muito alta que expressou-se no atraso de anos no pagamento do funcionalismo, desmoralização dos títulos públicos, não cumprimento dos compromissos com fornecedores. Essa foi a tônica das gestões estaduais na Amazônia depois de 1913, notadamente às proximidades dos anos vinte e início daquela década.

Reiterados pedidos de ajuda foram feitos ao Governo Federal que, insensível, por encontrar-se às voltas com os problemas relativos ao financiamento da política de valorização do café, concedeu, até 1920, insuficientes 15.000 contos.

O ano de 1923 prenunciava-se alvissareiro, pois havia o sucesso da domesticação da borracha, permitindo a liberação e expansão de ramos industriais que tinham a borracha como matéria-prima imprescindível. A indústria automobilística foi o exemplo mais notável.

Notícias pelo serviço telegráfico do jornal *Folha do Norte* dão conta dessa movimentação. Governo e empresas reagem. Esse conjunto de informações provocou uma intensa movimentação dos governos locais, endividados e em bancarrota, do Governo central

sequioso por divisas, e das elites mercantis amazônicas, dispostas a tudo para soerguer as praças de Belém e Manaus.

O governador do Amazonas, dirigiu-se ao governo federal, seguindo o que insinuava a notícia de 1º. de março, apontando a possibilidade de desenvolvimento e cultura desse produto no Brasil, telegrafa impaciente, já no dia 7, à União Pan-Americana, oferecendo garantias e facilidades às empresas que desejassem explorar a indústria da borracha e outros recursos no estado do Amazonas. O governo do Pará, somente no dia 13 dirigiu-se ao governo central apresentando um programa para atrair para o imenso vale amazônico os grandes capitais que ali seriam tão importantes.

Uma missão americana veio a Belém e, depois de uma longa visita à região, recebeu dos governos regionais e do governo federal um “programa de desenvolvimento com base em capitais externos de risco, autônomos, a serem compensados por uma liberal política de terras e por incentivos fiscais”. Foi assim que chegou até o estado do Pará o Projeto Ford.

Demonstrou-se no episódio uma efetiva disposição de “fazer” a ocupação da região com empresas estrangeiras, desde que estas a tanto se dispusessem. Sobre o projeto Ford pode ser consultado os Cadernos NAEA⁵, para obter mais detalhes, pois esse foi um dos primeiros grandes investimentos estrangeiros na Amazônia. Outros viriam com mais garantias estatais.

O governo brasileiro demonstrou claramente na Amazônia sua preferência pelas empresas. Os grandes promotores dessa preferência foram a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), criada em 1953 e depois substituída pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) criada pela Lei 5.174/66 com seu funcionamento regulamentado pelo Decreto n. 60.079/67 e pelo Banco da Amazônia (BASA), criado pela Lei 5.122 de setembro de 1966 substituindo o Banco de Crédito da Amazônia (BCA S/A)⁶.

Até dezembro de 1985, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) havia aprovado incentivos fiscais no montante de US\$ 3.928 milhões para 959 empresas, das quais 628 – 65,5 % do total - eram agropecuárias (584) ou agroindustriais (44). As empresas agropecuárias foram contempladas com incentivos da ordem de US\$ 632,2 milhões (17,4 % do total, foram colocados a disposição de cada empresa, em média, US\$ 1,2 milhões). Na

⁵ Cadernos NAEA vol. 1. n. 1, 1998; Anais da ANPEC, vol. 3, fls. 327-354, 1991.

⁶ Um dos trabalhos sobre o projeto de Estado e Desenvolvimento na Amazônia pode ser visto em BRITO, Daniel Chaves de. *A Modernização de Superfície*. Prêmio NAEA, Belém, UFPA/NAEA/PDTU, 2001.

agroindústria, alocaram-se US\$ 215,4 milhões, isto é, 5,5 % de todo o valor dos investimentos incentivados⁷.

As multinacionais, com seus capitais, sempre estiveram na Amazônia. O governo federal e dos estados em tudo contribuíram para o sucesso delas.

Para o autor citado, a política de terras para Amazônia teve o papel de garantir os estoques necessários à estruturação da grande empresa, bem como manter baixos os preços dessas terras. Esses dois objetivos foram obtidos pela federalização das terras devolutas dos Estados, pelos mecanismos de privatização das terras, pela impunidade e oficialização da grilagem e por não se dar qualquer apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar na “fronteira”.

As grandes apropriações, os latifúndios velhos e novos passaram a se constituir, assim, em elemento endógeno aos incentivos fiscais na agropecuária, com os resultados possíveis de ser aquilutados nas suas dimensões meramente quantitativas.

O tempo passa e, já na década de 1980, o resultado dessa opção de desenvolvimento pelos governantes para a Amazônia mostra ao próprio país sua fragilidade. Os registros da violência se agravam e têm um destino certo: os lavradores, posseiros, trabalhadores rurais, seus líderes e intelectuais.

Como de certo modo seria de esperar, os posseiros aparecem como o mais atingido segmento de classe. Todavia, é de certa forma surpreendente o fato de a categoria “lavrador”, comumente utilizada para designar os pequenos proprietários rurais, formalmente reconhecidos como tal, ser atingida quase tão duramente quanto os posseiros. Surpresa ainda maior reserva a frequência com que os trabalhadores rurais, os peões (trabalhadores assalariados, mesmo que temporários), são assassinados, demonstrando as dificuldades e tensões com que são estabelecidas as relações capitalistas na fronteira ‘moderna’ e a selvageria com que se materializa a ‘modernidade’ da grande agropecuária na Amazônia.

O estado do Pará exhibe uma lista enorme de conflitos no campo. Os assassinatos têm preços estabelecidos dependendo do nome sob encomenda. O mais recente assassinato, e cuja repercussão atingiu âmbito internacional, foi o da missionária norte-americana Irmã Dorothy Stang, no dia 12 de fevereiro de 2005. Morte pré-anunciada como de outros como Gringo, Chico Mendes e Paulo Fontelles.

⁷ COSTA, Francisco de Assis. *Grande Empresa e Agricultura na Amazônia*. Cadernos NAEA, vol. I, n. 1, 1998, fls.49-50.

Foram anos de conversas entre a Irmã Dorothy e autoridades brasileiras, o que lhe valeu o prêmio de defesa de Direitos Humanos. Nada disso inibiu as velhas formas de apropriação da terra e morte de trabalhadores ou seus aliados no campo. Cinco pessoas foram acusadas no assassinato da missionária. Os dois pistoleiros levados a julgamento foram condenados com penas de 18 e 30 anos de prisão. Os outros acusados presos são Amair da Cunha, o Tato, suposto intermediário, e os fazendeiros Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida (solto recentemente), e Regivaldo Galvão, o Taradão, apontados como mandantes. Foi organizada uma manifestação em memória de um ano de seu assassinato em Anapu, no oeste do Pará. A morte da Irmã foi lembrada em Belém, Breves e Barcarena⁸. Na mesma época da morte da Irmã, Dorothy outros trabalhadores foram assassinados. A divulgação foi mínima e os inquéritos policiais se arrastam. Enquanto isso, as famílias dos assassinados fogem ou resistem organizadas.

Como o tempo decorrido entre a morte de um trabalhador ou de seus aliados na luta pela vida e a decisão da justiça é muito longo, os casos tornam-se “memória popular”. São lembrados no próximo assassinato de trabalhadores, nos escritos de algum pesquisador, ou simplesmente adormecem na justiça dos tribunais à espera de julgamentos.

Francisco Costa destaca um fato:

[...] a política da ditadura excluiu, também, as oligarquias regionais ligadas à propriedade do solo rural, privilegiando, a partir do seu instrumento fundamental, os incentivos fiscais, quase absolutamente a grande empresa ou o latifundiário de outras regiões do País, notadamente de São Paulo. De uma amostra de 106 projetos no Pará, dos 48 que foram aprovados até 1975, apenas um (1) tinha participação de paraense; dos 58 existentes em 1980, apenas cinco (5) eram de titulares locais. Neste último caso, os demais projetos, com exceção de quatro (4), eram de empresas ou grupos familiares paulistas. (COSTA, 1998, p.67).

Esse fato representava, no Estado em questão, um fator de instabilidade das relações elites locais/poder central que, em 1981, sofrem sua principal crise. O caráter acentuado da erosão da aliança até então em vigor manifestou-se em dois fatos concomitantes e associados. De um lado, diversos setores das elites locais – empresários urbanos, na indústria e no comércio, fazendeiros do Marajó, comerciantes da castanha e foreiros de Marabá (cidade do sul paraense) organizaram-se num movimento intitulado “neocabano”, de pressão aos poderes centrais no sentido de contra-arrestar decisões recentemente tomadas, que viriam ofender interesses regionais.

⁸ Folha de São Paulo, domingo, 12 de fevereiro de 2006. Caderno Mundo p. 18 A.

Essa reação aconteceu pela suspensão *sine die* do início da construção das eclusas do Tocantins, obra prevista em conjunto com a construção da Hidrelétrica de Tucuruí para tornar o rio navegável o ano todo; da decisão de alocar a sede do Programa Grande Carajá fora da região; e do provável desmembramento da área do citado programa do Estado do Pará. Somaram-se a essas inquietações reivindicações mais imediatas, críticas à política de incentivos fiscais à grande empresa agropecuária (que não beneficiava o “homem” da região) e à falta de uma política protetora dos produtos tradicionais como a castanha.

De outro lado, ameaçava romper-se o partido de apoio à ditadura, o Partido Democrático Social (PDS) em duas frações em torno dos nomes de Jarbas Passarinho e Alacyd Nunes. A “criatura”, Alacyd, rebelara-se traiçoeira e ingratamente contra o seu “criador”, Jarbas. Esse conflito teria sido determinado por contradições secundárias, porém importantes, entre as frações da classe dominante regionalmente. O favorecimento do grande capital industrial-bancário do centro-sul já não era absorvido pacificamente pelos segmentos mais tradicionais da elite local representados pelo então governador Alacyd Nunes.

A ruptura Jarbas-Alacyd abriu a oportunidade de aliança do Alacyd com Jader Barbalho e a ascensão do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) ao governo do Estado, depois de 15 anos de ditadura.

Esse desentendimento entre a elite local recebeu tratamento da imprensa alternativa local sob o título “Não há cabanos nessa Cabanagem”.

Muitos pesquisadores como Luis E. Aragon (1997), José Marcelino da Costa (1987), Edna Castro e Florence Pinton (1997), Edna Castro e Rosa E. Acevedo Marin (1989), Edna Castro, Edila A. F. Moura e Maria Lúcia Sá Maia (1995), Jean Hébéte (1983), Lúcio Flávio Pinto (1986) e Teresa Ximenes (1997) têm mostrado as tensões entre trabalhadores e as grandes e pequenas empresas, governos e a elite local. Mostram também as contradições do desenvolvimento regional, que diz trazer o progresso e isola os trabalhadores rurais de seus frutos e ainda da grande cobiça internacional que a Amazônia desperta.

Violeta Loureiro (2001)⁹ reflete sobre os pressupostos do modelo de integração da Amazônia brasileira” afirmando que, durante os anos de 1960 e 1970, o grande obstáculo para o desenvolvimento dos países periféricos estava na insuficiência de capitais produtivos e de infraestrutura capazes de por em marcha novos investimentos. No caso da Amazônia, o governo - local e federal - de tudo fez para atrair esse capital. Nas décadas de 1970 e 1980, a partir do

⁹ “Pressupostos do Modelo de Integração da Amazônia Brasileira ...”. In: *Sociologia na Amazônia*. Maria José Jackson Costa (org), Belém, Universidade Federal do Pará, 2001.

primeiro choque do petróleo (1973), quando o preço do petróleo árabe subiu enormemente e a energia se tornou cara em todo o mundo, houve novas mudanças no mundo e na Amazônia: a transferência de capitais para a região se intensificou e se especializou.

Os países desenvolvidos resolveram transferir para os países periféricos os investimentos altamente consumidores de energia, ou ainda, aqueles que produzem grandes danos ecológicos, os chamados energo-intensivos: siderurgia, metalurgia, celulose de papel, exploração madeireira.

São empreendimentos que consomem grandes quantidades de energia elétrica para produzir semi-elaborados (barras de ferro, de alumínio). Essa energia eles não têm nos seus países e, por isso, fabricam, aqui, esses produtos semi-elaborados, gastando a energia de nossas hidroelétricas e fazendo carvão vegetal com as árvores das nossas florestas. Em seguida, levam as barras de ferro, de alumínio, as madeiras em bruto para seus países e lá os industrializam e vendem os produtos industrializados para todos os países. Com isso, os empregos e os lucros ficam lá fora, onde os produtos semi-elaborados da Amazônia foram transformados em milhares de produtos industrializados que são exportados para todo o mundo. Para a Amazônia ficam devastação, poucos empregos, pouca renda.

Na interpretação da autora citada, esse modelo de desenvolvimento para a Amazônia foi concebido e implantado pela ditadura militar pós-64, portanto, pelas forças militares e as forças civis da oligarquia nacional e pelos grandes grupos econômicos internacionais. Esses últimos estiveram presentes e apoiaram os militares desde o golpe militar de 1964, e praticamente controlam a economia e a política brasileira até o presente.

Junto às grandes empreiteiras nacionais responsáveis pela construção das infra-estruturas ao longo dos 21 anos de ditadura, esses grupos econômicos nacionais e multinacionais promoveram “fortes lobbies” no momento da elaboração da Constituição de 1988, em razão do que, esta acabou absorvendo parte significativa da legislação anterior.

Dia ainda, que na década de 1960, o apoio aos novos empresários da região foi feito pelo o governo federal, por meio do BASA e da SUDAM que substituíram órgãos criados anteriormente: A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) responsável pela análise, aprovação e fiscalização dos novos projetos apresentados pelas empresas; e o Banco do Desenvolvimento da Amazônia (BASA), banco que liberava os recursos que as empresas haviam pleiteado.

Dessa forma, as políticas voltadas para o planejamento regional ao longo dos últimos 25 anos estiveram a cargo dos organismos nacionais e regionais que utilizaram instrumentos e

estímulos diversos sem qualquer cuidado ou distinção, a quaisquer dos ecossistemas existentes. As políticas públicas procuraram transformar a mais vasta, rica e exuberante floresta tropical do mundo em vastas e áridas pastagens. Enormes massas vegetais que incluem madeiras nobres, vêm sendo transformadas em carvão vegetal.

Esse modelo de desenvolvimento, para a autora, apoiou-se na crença de que os ecossistemas amazônicos são ricos e, portanto, resistentes aos impactos ambientais e naturalmente auto-regeneráveis. Não compreendeu que os ecossistemas amazônicos são frágeis e dependem de um delicado equilíbrio. Não se pode devastar sem replantar, porque, se os solos ficam descobertos, as chuvas intensas lavam os mesmos e os deixam muito pobres. O que alimenta os solos da Amazônia são as folhas, galhos, paus, cascas de árvores, cipós, musgos, insetos que caem das árvores e assim vão alimentando o solo. Se as árvores são retiradas, o mesmo deixa de receber todos esses preciosos nutrientes.

A Natureza amazônica, e em especial sua floresta, tem sido considerada como expressão do primitivismo e do atraso regional. Ou, ainda, como simples material, biomassa barata, apropriável a custo zero para os investidores, que não se deram ao trabalho nem arcaram com os custos de plantá-las. Nos planos, programas e projetos ela aparece como sendo substituída por empreendimentos ditos “modernos”, “racionais”, “econômicos”. Quanto à Natureza, esses foram os pressupostos.

Mais grave ainda, para a mesma autora, foi o que aconteceu com os habitantes da região, que tiveram desvalorizada sua cultura. Os índios, negros e caboclos seriam portadores de uma cultura pobre, primitiva, tribal, portanto, inferior. Eles nada teriam a aportar de positivo ao processo de desenvolvimento. Em razão disso, esses grupos étnicos e sociais não tiveram prioridade no processo; ao contrário, foram obrigados a ceder espaço em que moravam às populações pobres de outras regiões brasileiras, em especial do sul (de onde estavam e continuam sendo expulsas para dar lugar à agroindústria em expansão e destinada à exportação) e do Nordeste (seco e pobre).

O desaparecimento e a substituição da cultura desses grupos étnicos não implicaria uma perda cultural importante. Ao contrário, ganharia a região quando a substituísse por outra mais “civilizada” e “moderna”, onde não mais predominassem ritmos, sons e danças primitivas, como carimbó, siriá; autos populares como “pássaro junino” ou “cordão de bicho”, “boi-bumbá”, brinquedos artesanais, mitos e lendas ligadas à Natureza. Enfim, os elementos que se revelam como produtos de uma profunda integração do cotidiano de vida e trabalho do homem com a Natureza.

Índios, negros e caboclos foram considerados pelas camadas dirigentes como grupos sociais acomodados, passivos e sobretudo preguiçosos. Os três Planos de Desenvolvimento da Amazônia, feitos pelo governo federal, entenderam que não valia a pena incluí-los nos planos para beneficiá-los porque eles não estariam dispostos a se engajar produtivamente no processo de desenvolvimento em curso na Amazônia. Como vivem basicamente da pesca, da coleta dos vegetais da floresta (frutos e raízes alimentícias, folhas e essências medicinais e aromáticas, palha e barro, cipós, madeiras, para fazer casa, barco, remo e petrechos de pesca), essas atividades foram consideradas primitivas e, assim, deveriam desaparecer. Nos rios, pescam peixes e crustáceos para o sustento pessoal e familiar. O que destinam ao mercado é o excedente desse consumo, o que, no entender do Governo, não é uma parte expressiva da produção global da região.

O modelo econômico adotado entendeu que os índios, negros e caboclos ocupam enormes extensões de terra e nelas desenvolvem atividades econômicas de baixa produtividade, que pouco agregam ao conjunto da economia regional, em especial porque não geram impostos. Nesse sentido, desperdiçam as terras que ocupam tradicionalmente, as quais poderiam estar ocupadas por grandes empresas multinacionais ou nacionais.

Os índios, negros e caboclos se tornaram “invisíveis” no conjunto das políticas públicas. Explica-se, assim, porque poucas terras indígenas foram demarcadas e continuam sendo invadidas por fazendeiros, madeireiras, empresas mineradoras e por garimpeiros. Por isso, os espaços por eles ocupados foram considerados vazios, ficando à disposição dos capitais das novas empresas que quisessem se instalar na região.

Deslocá-los das terras onde nasceram seria, para o Governo Federal desses últimos 25 anos, uma condição necessária no processo, já que na visão desenvolvimentista do governo brasileiro, das agências internacionais de financiamento e sob a pressão dos “lobbies” desses grupos, os índios, negros e caboclos impediriam o desenvolvimento da Amazônia. Eles, na ótica desses agentes do desenvolvimento regional, não representam a moderna economia que se pretendia para a Região. Mesmo que passem a viver como pobres ou miseráveis, marginais ou marginalizados nas grandes, médias e pequenas cidades, ainda assim, segundo essa mesma lógica, estarão vivendo melhor do que antes, porque a cidade é o “novo”, o “moderno”, o integrado ao processo de industrialização desejado para o país e a região.

Quanto ao capital, ao trabalho e às atividades produtivas em geral destacava-se nos pressupostos, segundo Loureiro (2001), atrair e privilegiar os grandes capitais: o capital representa a riqueza e só ele. Atraindo-o a longo prazo, todos se beneficiariam com a riqueza

econômica. Ao pionerismo do investidor era preciso compensar o esforço, facilitando-lhe o acesso a grandes extensões de terra, oferecendo-lhe incentivos diversos, ainda mais quando se tratasse de multinacionais de grande porte, como a Volkswagen (Alemanha), as norte-americanas (Alcoa, Coca-Cola), Shell (holandesa), bancos, como o Bamerindus, atual HSBC e outros.

Os abusos, as exorbitâncias e o arbítrio desse novo capital na região são incontáveis: criação e recriação do trabalho escravo, a expulsão e a morte de posseiros, trabalhadores rurais em geral e de índios; a grilagem de terras; as queimadas; a poluição de rios e lagos e outros. Mesmo assim, há quem defenda a idéia de que esses fatos listados são característicos de uma fase do desenvolvimento amazônico, cuja tendência seria a de desaparecer a longo prazo, quando o processo de ocupação/desenvolvimento tivesse sido completado.

Nesse modelo, a autora considera que o trabalhador (e o homem da região, em geral) seria apenas um ator-coadjuvante no processo de desenvolvimento. Nessa visão alienígena e autoritária, o trabalhador da região produz pouco, resiste às mudanças, faz protestos e greves contra as condições do trabalho e o salário sem justificativa plausível, já que, nas condições anteriores de sua vida no campo não percebia qualquer salário e habitava também em condições modestas ou pobres.

Com relação ao extrativismo vegetal, por ser primitivo e antieconômico não merece ser aperfeiçoado. Deve ser substituído por atividades econômicas mais modernas. Além do que, constitui-se numa reminiscência de uma fase ou ciclo (do qual a borracha – do início do século até o fim da Segunda Guerra – constitui a melhor expressão) e que, portanto, deve ser substituído. Não se cogitou enriquecer a floresta, substituindo as espécies de baixo valor comercial por outras de elevado valor no mercado; não se cogitou selecionar áreas para exploração madeireira, nem espécies a preservar, nem idade das árvores a derrubar, nem se fiscalizou, seriamente, nenhum empreendimento.

A riquíssima biodiversidade da natureza amazônica foi vista pelos desenvolvimentistas como elemento negativo. Para eles, teria sido melhor se a floresta amazônica tivesse poucas espécies vegetais (mogno, pau d'arco e outras poucas já conhecidas no mercado internacional). Numerosos tipos de madeiras, com características as mais diversas; uma enorme variedade de peixes, com variados sabores, tamanhos e aparência, de água doce e salgada; uma enorme quantidade de essências vegetais, tudo isso, tão variado, segundo os empresários, dificultava a comercialização porque o mercado internacional conhecia apenas algumas poucas espécies. Enfim, essa biodiversidade, longe de ser bem compreendida como um dom da Natureza, foi

considerada (e continua ainda sendo considerada por muitos) como um obstáculo ao desenvolvimento das ações empresariais. Daí porque os empresários nacionais e internacionais preferem trabalhar com alguns poucos produtos, mas de larga aceitação no mercado (no caso da madeira, o mogno), ainda que isto implique visíveis riscos de extinção das principais espécies comercializadas. Assim, eles fazem propaganda de um único produto e o tornam conhecido no mercado. Assim fica mais fácil para eles trabalharem.

Tudo isso, segundo a autora, constituiu os pressupostos do desenvolvimento em geral, que pode ser assim caracterizado: o desenvolvimento só poderia ser alcançado com sacrifícios e danos ecológicos. O desenvolvimento deveria ter prevalência sobre o meio ambiente. Quando o processo de desenvolvimento e de modernização estivessem avançados, cuidar-se-ia dos problemas ambientais; da elevada concentração de renda e da apropriação privada da natureza amazônica por empresas oligopolistas, que não deveriam ser consideradas como problemas. Ao contrário, a entrada de grandes grupos econômicos multinacionais e nacionais representariam a garantia de que os bens da natureza seriam aproveitados produtiva e “racionalmente”, como o foram nos países de origem desses capitais. O desenvolvimento na região tinha dois grandes entraves: a falta de capital e de infra-estrutura. Era como se o capital internacional não tivesse força sobre os governos e interesses específicos. O endividamento interno e a venda de títulos da dívida pública a juros elevados pareciam não estar vinculados ao endividamento do Brasil. O capital trazia riqueza e mais tarde todos se beneficiariam. A integração da Amazônia deveria ser feita por meio de estradas, pois a navegação costeira e interior é lenta e ultrapassada. A Amazônia precisa alcançar resultados rápidos, em razão do que o sistema rodoviário ofereceria maiores vantagens. Por outro lado, integrar estradas e rios exige que os planejadores condicionem o itinerário das estradas a elementos naturais pré-determinados (os rios), enquanto o procedimento oposto - minimizar a importância dos rios e abrir estradas a partir de pontos estrategicamente concebidos -, garante maior liberdade e facilidade no planejamento. Ao lado disso, a estrada foi um elemento novo, moderno e ágil, como requeria o desenvolvimento da Amazônia. O Estado nacional custearia a infra-estrutura de apoio aos grandes projetos (portos, aeroportos, hidrelétricas, ferrovias, vilas para funcionários e outros serviços) para garantir a participação do capital estrangeiro nas novas atividades produtivas da região, especialmente a mineração e a siderurgia. Os lucros que o governo arrecadaria com a infra-estrutura compensaria, a longo prazo, os empréstimos feitos para esse fim. Os preços dos produtos primários ou semi-elaborados melhorariam a longo prazo, aí então todos os problemas estariam superados.

Todos os aspectos elaborados pela autora nos dão conta da articulação e implementação das Políticas Públicas de desenvolvimento da Amazônia. Tudo aconteceria sem nenhum atropelo e, de fato, as coisas pareciam ser como previstas.

O mercado internacional é insaciável e precisa apresentar sempre novas formas de lucro, mas também os atingidos num certo momento começaram a emitir sinais de descontentamento.

Para Edna Castro (2005a), as transformações ambientais na Amazônia suscitaram problemas locais e desafios internacionais. A Amazônia passa a ser manchete na grande imprensa mundial nos anos de 1980 pelo tema do meio ambiente. Na agenda, as notícias sobre o desmatamento nas frentes agrícola, pecuária e madeireira somam-se às denúncias sobre a morte de índios Yanomami, no noroeste de Roraima, causada pela abertura de estradas e avanço de garimpeiros em suas terras para mineração de ouro. A resultante é a contaminação de aldeias inteiras e a morte de centenas de índios colocam a nu essa relação contraditória da Amazônia indígena pressionada pela modernidade das relações de mercado, ainda que a maior parte das atividades dos garimpos se façam à margem da lei, em circuitos mercantis informais.

Por muito tempo permaneceu a crença de que a Amazônia era uma região homogênea, uma planície, desinteressante para a pesquisa e para governos. Apesar disso, a consciência sobre os saberes que os povos tradicionais possuem sobre a complexidade dos ecossistemas teve um papel importante ao lado das pesquisas de biólogos, botânicos e geólogos. O bioma amazônico contém a mais alta biodiversidade do Planeta, com diversos ecossistemas, variedade de fauna e flora, de microclimas, de solos e subsolos e composições diversas de mananciais de água doce. Esse universo verde possui muitos ecossistemas interligados, cada um com sua própria história natural, suas características geofísicas, suas populações de fauna e flora, e neles os grupos humanos adaptaram-se e aprenderam a retirar as condições para sua sobrevivência com usos múltiplos dos produtos da floresta – para alimentação, curas, construção de habitação e transportes. Esse patrimônio de saberes sobre a floresta e seus rios está justamente nessa diversidade cultural de etnias, línguas e costumes encontrados na Amazônia.

Por razões de história da formação dessa área, sua biodiversidade expressa-se na riqueza de espécies vegetais e animais e também por ser berço de povos tradicionais que praticavam formas de uso desses recursos, ancorados em sistemas extrativistas e agrícolas. Esses grupos estão presentes até hoje, seja residindo ainda nas áreas ribeirinhas, transitando por suas ilhas e furos. Mas eles chegam até nós também através da língua, cultura, das músicas, dos ritos, das comidas e dos costumes em geral, bem como de certos símbolos, como a cerâmica marajoara e a cestaria de fibras vegetais. A reprodução da biodiversidade está diretamente ligada à

preservação dos ecossistemas, passando a ser um tema prioritário não somente para a pesquisa, mas para a intervenção de órgãos ambientais e de políticas públicas em geral.

Por outro lado, a imagem da Amazônia associa-se, mais uma vez, a problemáticas mundiais como a que opõe agricultura orgânica à experiências genéticas derivadas do avanço da biotecnologia, definindo o conceito de segurança alimentar. As lógicas se articulam no interesse pelos recursos e pelas potencialidades que podem trazer para o mercado a incorporação de novos produtos com a marca Amazônia. O mercado está voltado para uma gama diversa de produtos com propriedades cosméticas e medicinais. A ele juntou-se, na última década, o interesse trazido pela biotecnologia de produtos e de transformação genética da Natureza. Em termos de corporação econômica, esse manancial de recursos mobiliza ramos diversos, da construção civil à metalurgia, celulose, fármacos, agricultura, cosméticos e biotecnologia. A Amazônia, para além de um interesse global voltado, sobretudo, para a *salvação do Planeta*, e que justifica o apoio de programas de preservação ambiental – a exemplo do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras/PPG-7 – é um mercado de produtos e insumos muito concreto, ligado à redes internacionais altamente sofisticadas. Isso é real para grandes empresas, como é o caso da siderurgia e mineração, ou ainda de eletroeletrônicos e madeira. Mas também permeiam redes internacionais com uma gama de produtos da floresta, os pequenos ou médios produtores, organizados em sistemas coletivos e que conseguem, por meio de redes informais de comercialização, repassar produtos valorizados ao mercado globalizado justamente pelos seus conteúdos cultural e ambiental.

Mas, se por um lado esse conteúdo pode significar lucros, urge saber se a floresta sobreviverá à intensificação do desmatamento, à degradação do solo e à contínua poluição de rios, igarapés e lagos. A tendência é de uma paisagem com plantações intensivas de uma só cultura, a exemplo da Amazônia mato-grossense, hoje tomada pela soja; do sudeste do Maranhão, a partir do município de Balsas; de Rondônia; do noroeste do Pará (Santarém, Itaituba, Anapu) e de Roraima, onde os primeiros plantios iniciaram-se no final da década passa. Isso era paisagem do sul e do sudeste do país, no imaginário da sociedade regional, e que correspondiam, ao mesmo tempo, a símbolos do progresso e do desenvolvimento.

Castro (2005a) diz que a produção de soja vem expandindo-se dos Estados do Mato Grosso e Tocantins para o Pará, em um processo de sucessão da terra que passa da pecuária para a atividade de grãos.

O interesse pela soja começou a se manifestar há cinco anos, por parte de produtores rurais que foram se estabelecer em municípios da Rodovia Guiabá-Santarém, com tradição na

agricultura em larga escala, e pela vinda de médios produtores rurais, atraídos pelo baixo custo da terra e pela potencialidade do solo para produção de grãos. A fase atual caracteriza-se ainda pela compra de terras como estoque para produção de grãos em larga escala. Com a presença de novos produtos, como a soja, o preço da terra dispara. Há cinco anos era relativamente fácil comprar terras boas a preços irrisórios. Hoje, esse valor multiplica-se várias vezes. A autora se pergunta: Qual a lógica econômica de *incorporação de novas terras*? E responde: a lógica está na ênfase à grande propriedade ou ainda à compra de terras dos pequenos produtores, colonos de assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), desanimados pela ausência de infra-estrutura mínima nas vicinais.

Para Edna Castro, essa estratégia internacional, que coloca a Amazônia no contexto da globalização, acaba forçando uma articulação dos movimentos sociais de vários estados da Amazônia brasileira – Amapá, Pará, Maranhão e Tocantins em busca de um diálogo e produção material para subsidiar a análise sobre o desmatamento em diferentes partes da Amazônia. No olhar dos atores locais, a matriz que organiza sua leitura sobre a problemática é a relação encontrada entre desmatamento e aumento de tensão e disputa entre atores que vivem nas mesmas áreas, porém com poder econômico e político desigual. A ausência do estado de direito na região permite que empresas (mineradoras, agro-industriais) ponham em prática projetos próprios de infra-estrutura, como aberturas de estradas dentro das fazendas.

A garantia dessas políticas de desenvolvimento estaria no projeto Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), que é uma estratégia de produção de informações georeferenciadas e de proteção das fronteiras, desenvolvida como uma resposta do Governo à necessidade de resguardar o território e os espaços de governabilidade nas fronteiras políticas do país. O programa mais amplo direcionado à Amazônia, o Programa de Proteção as Florestas Tropicais (PPG-7), reúne uma série de sub-programas sobre floresta e biodiversidade, entre eles Corredores Ecológicos, Projetos Demonstrativos e de Gestão Ambiental, que favorecem a criação de unidades de conservação. A criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação/SNUC seria uma resposta às tensões entre concepções diferentes sobre preservação e conservação, direitos de uso por populações tradicionais. As Unidades de Conservação serão exercícios permanentes de controle dos vários grupos locais, embora o ideal fosse a criação de regulamentações para definir os direitos de uso de recursos.

Como diz a autora, a atual dinâmica e as novas institucionalidades mostram que o campo do meio ambiente se tornou bastante complexo. Foram institucionalizados outros mecanismos de gerenciamento ambiental com a formação de conselhos, comitês de bacias hidrográficas,

consórcios intermunicipais, conselhos de meio ambiente e as Agendas 21 municipais. Embora as raízes começassem a aparecer décadas atrás, e constituam um campo ainda em crescimento, os mecanismos e alcances carecem de governabilidade e de garantias do exercício efetivo desses órgãos frente à ação de atores sociais que mantêm as práticas predatórias e ilegais.

O que se pode perceber é que o projeto de destruição da biodiversidade e da etnodiversidade que acontece na Amazônia é só um caso exemplar de estratégia internacional.

Nesse mesmo sentido, observa Shiva (2001), é que a estratégia internacional de colonização que hoje está se dando no mundo recebe o nome de Biopirataria. Na era da Engenharia Genética e das patentes, se coloniza a própria vida. A ação ecológica na era da biotecnologia envolve manter livre a auto-organização dos sistemas vivos – livre das manipulações tecnológicas que destroem as capacidades de auto-restauração da saúde e auto-organização dos seres vivos, e livre das manipulações legais que destroem a capacidade das comunidades de buscar suas próprias soluções para problemas humanos na riqueza da biodiversidade que nos foi doada.

Se no passado a colonização era pela apropriação de riquezas e terras dos povos, hoje a busca é pelas entranhas da vida.

Para esta autora, todas as culturas sustentáveis, na sua diversidade, têm concebido a terra como *terra mater*. O constructo patriarcal da passividade da terra e a conseqüente criação da categoria colonial da terra como *terra nullius* serviu a dois propósitos: negou a existência a direitos anteriores dos habitantes originais e negou a capacidade regenerativa e os processos vitais da terra. A dizimação dos povos nativos por toda parte foi moralmente justificada por eles não serem considerados realmente humanos, e sim parte da fauna. Sendo animais, os nativos australianos e sul-americanos, os africanos e os asiáticos não possuíam direito algum como seres humanos. Suas terras podiam ser usurpadas como *terra nullius* – terras destituídas de pessoas, vacantes, desperdiçadas e não usadas. A moralidade das missões justificou a apropriação militar de recursos por todo o mundo para servir aos mercados capitalistas. Os homens europeus foram assim capazes de descrever suas invasões como descobertas; sua pirataria e roubo, como comércio; e o extermínio e a escravatura, como missão civilizadora.

Entre os lugares do mundo, apenas alguns podem servir de reservatório da vida. Esses seriam os trópicos, pois são o berço da diversidade de ecossistemas do planeta, com uma multiplicidade de ecossistemas sem igual. A maioria dos países do Terceiro Mundo localiza-se nos trópicos e, sendo assim, é dotada de uma riqueza em diversidade biológica que vem sendo

rapidamente devastada. As duas causas principais da deterioração em grande escala dessa biodiversidade são:

1. Destruição dos *habitats* devido a megaprojetos financiados internacionalmente – como a construção de barragens, rodovias, minas e eqüiculturas – em áreas de grande biodiversidade. A Revolução Azul é um exemplo de como zonas costeiras, onde abundam diferentes formas de vida marinha, e terras no interior com grande diversificação agrícola estão sendo destruídas pela cultura intensiva de camarões.

2. A pressão tecnológica e econômica para substituir diversidade por homogeneidade na silvicultura, na agricultura, na piscicultura e na criação de animais. A Revolução Verde é um exemplo da substituição deliberada da diversidade biológica pela uniformidade.

A deterioração da biodiversidade dá início a uma reação em cadeia. O desaparecimento de uma espécie está relacionado com a extinção de inúmeras outras às quais ela se liga ecologicamente nas teias e cadeias alimentares. A crise da biodiversidade, entretanto, não é apenas uma crise de desaparecimento de espécies que servem de matéria prima e têm o potencial de gerar incessantes dólares para os empreendimentos empresariais. Ela é, fundamentalmente, uma crise que ameaça os sistemas de sustentação da vida e os meios de subsistência de milhões de pessoas nos países do Terceiro Mundo.

A biodiversidade é um recurso do povo. Enquanto o mundo industrializado e as sociedades afluentes deram as costas à biodiversidade, os pobres do Terceiro Mundo dependem continuamente dos recursos biológicos para obter comida, cuidar da saúde, extrair energia e fibras, e construir moradias.

A emergência das novas biotecnologias mudou o sentido e valor da biodiversidade. Ela foi convertida, de base de sustentação da vida para as comunidades pobres, em base da matéria prima para empresas poderosas. Mesmo que se fale cada vez mais em biodiversidade global e recursos genéticos globais, a biodiversidade – contrariamente à atmosfera ou aos oceanos – não é uma terra comunitária global no sentido ecológico. A biodiversidade existe em países específicos e é utilizada por comunidades específicas. Ela é global apenas no seu papel emergente como matéria prima para as multinacionais.

O surgimento de novos sistemas de propriedade intelectual e de um novo e acelerado potencial de exploração da biodiversidade cria novos conflitos em relação a ela – entre a propriedade privada e a propriedade comunitária, entre uso global e uso local.

A biodiversidade foi sempre um recurso local comunitário. Um recurso é propriedade comunitária quando existem sistemas sociais que o utilizam segundo princípios de justiça e

sustentabilidade. Isso envolve a combinação e responsabilidade entre os usuários, a combinação de utilização e conservação, um sentido de co-produção com a natureza e de dádiva entre os membros da comunidade.

Foi tirado dos povos nativos dos países do Terceiro Mundo seu direito legítimo de proprietário de uso e do conhecimento de uso das várias riquezas de seus territórios, pois esses povos, ao fazerem parte de um sistema de propriedade comunitária, reconhecem o valor intrínseco da riqueza da biodiversidade. Já os sistemas governados pelos Direitos de Propriedade Intelectual (DPI) vêem esse valor como criado pela exploração comercial.

Com esta síntese, é possível dizer que a Amazônia é a constatação do que diz Shiva: No passado, foi o roubo das sementes da *Hevea Brasiliensis* e hoje as essências de ervas aromáticas e sementes de frutas regionais. O caso mais recente foi o do patenteamento da semente de cupuaçu, fruta nativa do Pará.

O artifício é descrito com detalhes pela autora. A biodiversidade é transformada, de domínios locais comuns, em propriedade particular cercada. Isso acontece porque conhecimento e recursos são sistematicamente usurpados dos guardiões e doadores originais, tornando-os monopólios das multinacionais.

A desvalorização do conhecimento local, a negação dos direitos locais e, simultaneamente, a criação dos direitos monopolistas de uso da diversidade biológica pela alegação da novidade estão no centro da privatização do conhecimento e da biodiversidade. Mesmo que algumas organizações não governamentais usem o argumento de monopólio de produtos e saberes das comunidades tradicionais, no caso da agricultura, por exemplo, as sementes e o conhecimento são trocados livremente entre os nativos e representantes de instituições de ensino, pesquisa e laboratórios como ‘presentes’, principalmente, o conhecimento sobre plantas medicinais que é um recurso local comunitário.

O que é mais grave, olhando pelo lado dos nativos, é que, além da existência do Direito de Propriedade Intelectual, que está sendo universalizado pelo acordo Trade Related Intellectual Property Rights (TRIP), do Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas (GATT) e certas interpretações da Convenção sobre Biodiversidade, há o mecanismo subjacente aos contratos de bioprospecção.

O Instituto Mundial de Recursos definiu bioprospecção como a exploração de recursos genéticos e bioquímicos de valor comercial. A metáfora foi emprestada da prospecção do ouro e do petróleo. Embora a biodiversidade esteja se tornando rapidamente o ouro e o petróleo verdes das indústrias farmacêuticas e de biotecnologia, sugerindo que o uso e valor da biodiversidade

residem no prospector, ela é, na verdade, mantida pelas comunidades locais. Além do mais, essa metáfora sugere que, antes da prospecção, o recurso jaz enterrado, desconhecido, não usado e desprovido de valor. Ao contrário do ouro ou dos depósitos de petróleo, entretanto, os usos e o valor da biodiversidade são conhecidos pelas comunidades, das quais se extrai conhecimento por meio dos contratos de bioprospecção.

Outro artifício agora utilizado é também descrito por Shiva. A metáfora da bioprospecção esconde, dessa maneira, o uso anterior, o conhecimento e os direitos associados à biodiversidade. Sistemas econômicos alternativos desaparecem e o prospector ocidental é projetado como a única fonte para os usos médicos e agrícolas da biodiversidade. Uma vez eliminadas as alternativas, os monopólios da forma de Direito de Propriedade Intelectual (DPI) parecem naturais.

A autora continua mostrando que, ao desvirtuar o conhecimento existente, o conceito de agregar valor por meio da bioprospecção esconde a remoção e destruição do valor de plantas e conhecimentos nativos. À medida que os genes de uma determinada planta ganham valor, a planta em si torna-se dispensável, especialmente se os genes puderem ser replicados *in vitro*. Ao mesmo tempo que características úteis são identificadas por comunidades nativas, as próprias comunidades – juntamente com seus modos de vida e sistemas de conhecimento – tornam-se dispensáveis.

As corporações empresariais destroem vidas humanas e vegetais para expandir seus mercados de sementes, pesticidas e produtos farmacêuticos. Quando se pedem às comunidades nativas que vendam seu conhecimento, no pedido se inclui a venda de seu direito inato de continuar a praticar suas tradições no futuro e suprir suas necessidades com conhecimentos e recursos próprios. Para as grandes empresas ocidentais, sistemas de conhecimento nativos e direitos dos povos autóctones não existem.

Shiva (2001) continua, chamando a atenção para o problema relacionado com a prospecção da biodiversidade. As coletas de material freqüentemente são realizadas como parte de uma troca científica, em que as entidades científicas têm ligações com as corporações. Na medida em que essa troca acontece livremente no domínio público, enquanto os interesses comerciais que exploram e fazem a triagem do material são particulares no que tange ao desenvolvimento de produtos protegidos pelos DPI, existe uma grande assimetria de direitos nos arranjos para a prospecção da biodiversidade.

Em outros casos, oferece-se às comunidades locais a oportunidade de patentear seus conhecimentos em parceria com corporações ocidentais. O capital, entretanto, provém das

instituições ocidentais e os direitos são imediatamente transferidos para sustentarem interesses comerciais poderosos, que controlam o capital e o mercado.

Essa denúncia, que é um grito de alerta, pode fazer surgir grupos e movimentos que digam “não” a mais esta forma de destruição de povos e de conhecimentos.

2.2 Produção da existência na Amazônia brasileira

No Brasil, a economia que se desenvolveu no Sudeste, na segunda metade do século XIX, era produção do café e teve plena ascensão. Na Amazônia, só no final do século a produção da borracha teve seu pleno florescimento. O desenvolvimento econômico expresso por intermédio de uma urbanização acelerada, fez com que Belém que era uma cidade despovoada e com uma mão-de-obra confinada no interior da selva se transformasse em uma cidade cosmopolita.

Olhando o Brasil como uma grande economia, Oliveira, (1998) faz uma comparação entre o ciclo da borracha, no Norte, e o ciclo do café, no Centro-Sul, tentando entender, por que este pôde iniciar um processo de industrialização logo após o auge do café e a Amazônia não se industrializou depois do ciclo da borracha.

Para analisar o desenvolvimento da região norte ou amazônica em contraposição ao da região Centro-Sul do Brasil torna-se necessário olhar como seus povos tradicionais foram incorporados na produção de um certo tipo de progresso, e como a economia regional foi articulada ao poder governamental local e nacional, elegendo produtos regionais capazes de oferecer condições plenas de lucratividade para os comerciantes e dirigentes desde a sua incorporação na economia nacional.

O desenvolvimento econômico não pode eliminar completamente os povos locais e fazer surgir, em um curto período de tempo, os trabalhadores que desejava. No contexto amazônico, o período de repressão da Cabanagem foi e é um fato que precisa ser considerado.

Os povos locais ficaram completamente vigiados e amedrontados pelo Governo da Província. Os duros castigos impostos aos cabanos, seus parentes e amigos fizeram e fazem parte da memória coletiva desses povos.

Para Maués, (1999), nesta Amazônia brasileira, o índio, o seringueiro nativo (ou aculturado), o pequeno produtor agrícola, o pescador artesanal, passaram todos eles a ser os personagens mais importantes da produção econômica regional. É por isso que os manuais “eruditos” de história e economia passam a falar numa fase de “decadência” da Amazônia, já

que as elites não mais desfrutavam de riqueza fácil. Para o autor, essa é a fase em que a região volta a produzir para si própria, mas, durante a qual, não gera excedentes de monta ou riquezas que possam ser exploradas avidamente, não apenas por elites locais, como por classes dominantes situadas fora do contexto regional.

Há na Amazônia uma riqueza que deveria ser respeitada, valorizada, incorporada nos programas de desenvolvimento. É a sócio-diversidade. Essa riqueza se expressa no grande número de povos indígenas, com diferentes idiomas e costumes, construindo uma etnodiversidade que deve ser preservada pelo respeito à vida e ao modo de vida dessas pessoas, bem como para o enriquecimento do patrimônio cultural da humanidade. Ao lado dessa diversidade étnica indígena, temos populações regionais não-índias, entre as quais se incluem também algumas categorias étnicas: caboclos, seringueiros, pescadores, camponeses, garimpeiros, ribeirinhos, negros remanescentes de quilombos, urbanitas, pessoas de todas as classes e categorias sociais – que portam uma diversidade muito grande de formas de organização social e de patrimônio cultural e que consolidaram suas existências no sentido de um maior equilíbrio entre sociedade e Natureza.

À diversidade natural das várias Amazôniaas soma-se, pois, a diversidade humana e cultural, que nem sempre obedece às fronteiras étnicas e políticas – do lado brasileiro cunharam-se as expressões “brazuelanos”, “brasiguaios”, “brasivianos”, para designar trabalhadores que vão além da fronteira, sem contar aqueles que seguem para as Guianas, a Colômbia e o Peru. Da mesma forma, há povos indígenas como os Yanomami e os Tiriyo, entre outros, que moram e transitam habitualmente em lados diferentes de fronteiras de Estados Nacionais.

Há, portanto, uma interação histórica e cultural que permeia a vida dos habitantes da grande bacia amazônica. Isso não é apenas uma integração do espaço amazônico, mas uma forma de ser amazônica.

Por sua vez, o Estado brasileiro, como os outros Estados nacionais da Europa, criou fronteiras para delimitação de território. Para isso, apresentou justificativas geopolíticas, como estratégias de segurança nacional. No entanto, os povos indígenas amazônicos são milenares, e o problema de fronteiras não existia e não existe no mundo social por eles construídos. Problema de fronteira é decisão do estado nacional e, no caso da Amazônia, o território começa a ser demarcado administrativamente com a Independência do Brasil. Os povos da Amazônia construíram seu espaço de existência a partir das águas (rios e chuvas), florestas, a terra e costumes próprios a este ambiente. E esse espaço não é divisível por decreto governamental, diplomacia ou pagamento de indenizações. É um patrimônio comum; por isso, eles procuram

co-existir pacificamente. Foram os índios que domesticaram as plantas de uma forma sábia: aperfeiçoando, do ponto de vista genético, vegetais comestíveis como a pupunha; criando na mata virgem, espaços culturais de plantas cultivadas; e controlando, por meios naturais, as pragas das plantações. Grande parte dessa ciência, no entanto, se perdeu devido ao imenso processo de massacre e depopulação a que foram submetidos os povos indígenas regionais.

Amayo (1999) no estudo “Lima na história da América Latina”, chama a esse duro golpe de “congelamento da tecnologia andina”. Ou seja, que quase todos os conhecimentos, formas e processos tecnológicos e científicos que possibilitaram o êxito da construção de uma alta civilização nos trópicos passaram sistematicamente a ser destruídos e não utilizados. Os sábios que sabiam ler os *quipus* (sistema inca feito com diferentes tipos de nós miúdos em cordas gigantescas); os astrônomos e matemáticos, cujos conhecimentos permitiam previsões quase perfeitas, fato que permitia colheitas abundantes e possibilitava, também, a orientação de viagens marítimas com sucesso, até extracontinentais e reproduzia todos os climas do império dos incas para saber quando, como, onde e o que semear; os engenheiros que, com canais, traziam a água desde os cumes dos Andes e construíam cidades no pico das altas montanhas e na Amazônia (como Machu Pichu); os tecelões que, experimentando com fibras, lãs, tintas e técnica, conseguiam fazer tecidos que até hoje surpreendem pela sua perfeição, quase tudo isso foi destruído.

Esses homens, coisificados ou reificados na depreciativa e genérica designação de “índios”, criada pelos ocidentais, foram submetidos a trabalhos vis e aniquilados.

Em outro texto, “Projeções Andinas no Pacífico: do passado ao presente” (1999), ainda estudando sobre o congelamento da tecnologia andina, o autor examina a economia e as relações internacionais dentro de uma perspectiva histórica de longa duração, e se permite discutir a participação das sociedades andinas, especialmente dos Andes Centrais, na construção da Bacia do Pacífico como espaço histórico, econômico e social. Argumenta que, em 1992, a Espanha organizou “A Feira Mundial de Sevilla”, uma exposição marítima do Ocidente na América. Nada foi mencionado sobre a tecnologia de navegação marítima dos povos não europeus, mas havia um desenho da balsa Uru, num lugar secundário. Fazendo o aprofundamento do estudo de navegação e comparando o desenho com os estudos arqueológicos da América andina, foi possível ao estudioso dizer que os povos andinos fizeram expedições oceânicas de conquista e incorporação de outras terras para o domínio ocidental. E o mais importante, eles possuíam conhecimento intelectual e técnico bastante antigo na arte da navegação. Cada povo, dependendo do espaço ocupado, tinha seu transporte marítimo adequado. Para o autor, portanto,

os desenhos e as informações adquiridas reforçam a tese de que vivemos as conseqüências da “tecnologia congelada”.

Aos homens e mulheres das sociedades andinas de hoje cabe contribuir no processo de construção da modernidade libertadora, descongelando os processos tecnológicos e conhecimentos relacionados e concretizados, não só na navegação marítima, pois só assim reconstruiremos o caminho da solução dos crescentes problemas da atualidade.

Reconhecer que nesse espaço existencial havia e há uma economia de acordo com a existência nativa, utilizando um manejo sustentado da flora e da fauna necessariamente capazes de respeitar o equilíbrio do meio ambiente amazônico, é aceitar que a “decadência econômica” em que se viu mergulhada a Amazônia a partir da segunda metade do século XX significou isso apenas para as elites econômicas e para as classes médias urbanas, e que, para os índios ameaçados pela expansão do sistema exploratório da borracha nos altos rios e para o pequeno produtor autônomo, sobretudo o camponês, isso representou a possibilidade da retomada de sua atividade econômica de produção para o provisãoamento e a venda de produtos no mercado para o atendimento de suas necessidades de consumo.

A cidade de Belém se impôs como sede de um tipo de economia, e nela não houve lugar para uma outra proposta de existência. Não se quer dizer com isto que tudo o que vem do mercado deva ser rechaçado, mas significa admitir que, até hoje, os interesses alienígenas orientados pelo Estado brasileiro mediante empreendimentos agropecuários, colonizadores, industriais, de transportes e hidrelétricos priorizaram a desestruturação da economia local, a desagregação e a perda da identidade cultural dos povos atingidos, bem como as repercussões negativas no tocante à preservação e ao manejo sustentado do ambiente amazônico.

As leituras feitas indicam a construção de economias nativas na Bacia Amazônica fruto dos muitos desenvolvimentos culturais que aí se produziram desde tempos remotos.

Das várias expressões usadas para designá-la, a de “inferno verde”, de fato, foi inferno, sim, dos índios e seringueiros, mas paraíso de certos “brancos” e, especialmente, dos seringalistas e comerciantes ligados à borracha.

2.3 Práticas de resistência dos amazônidas

Há elementos na história da Amazônia brasileira que indicam uma identidade nativa e uma resistência ímpar: a cabanagem, o encantado, e a festa de santo.

Maués (1999), desvela essa identidade que o imaginário popular refaz na sua existência de forma diferente dos dominantes. Na Cabanagem, os cabanos ora são vistos como arruaceiros e bandidos, ora são exaltados como heróis, pois, ainda hoje, permanece na memória os cabanos como detentores de riquezas enterradas antes de serem derrotados. Ainda há quem procure por esse ouro em sítios distantes da capital.

Nas tradições existentes no interior da Amazônia paraense estão os encantados, que são pessoas que não morreram, mas que se encantaram e que vivem “no fundo” dos rios e lagos, em cidades subterrâneas ou sub aquáticas. São normalmente invisíveis aos seres humanos comuns, mas se apresentam sob forma de animais aquáticos, cobras, botos, jacarés, peixes e, por isso, são chamados de “bichos do fundo”. Em outras ocasiões, aparecem nas margens dos rios, nos mangais (manguezais) ou nas praias de areia, sob forma humana e, nesse caso, são conhecidos como oiaras (variação da palavra mais conhecida nos meios intelectuais, “iara”). Além disso, incorporam-se, permanecendo invisíveis, nos pajés ou curadores durante as sessões xamanísticas e ajudam a curar os doentes, sendo, nesse caso, conhecidos como caruanas. Trata-se de seres ambíguos que, assim como curam, podem provocar doenças, como castigo ou por maldade. E há as festas de santo, que desempenham um papel fundamental na cultura amazônica paraense. A maior delas é o Círio e a festa de Nazaré. Nela, condensam-se todos os elementos, o encantado e a Cabanagem, na procissão que é constituída, em grande parte, pela imensa massa humana que se desloca do interior para a capital (e que retorna, em seguida, para sua origem), como no passado fizeram os cabanos, e no desfile triunfal que toma toda a manhã do segundo domingo de outubro, todos os anos, e que revive o mito do achado da Santa padroeira dos paraenses e da Amazônia. Esse mito ou lenda diz que um pescador pobre e humilde encontrou a imagem da santa e procurou fazer para ela uma capela. Isso deu origem à devoção popular à Senhora de Nazaré. Essa festa não tem o controle total das autoridades eclesiásticas, embora haja esforço nesse sentido. É a própria cultura do povo, que expressa sua identidade amazônica exportando para outras regiões e várias capitais do país.

Se isso é apenas mais uma lenda ou fantasia inventada pelos amazônidas, não deixa de ser um despropósito dentro das relações capitalistas existentes.

O exemplo disso é a procissão do Círio de Nazaré, que é acompanhada por milhares de pessoas. Nele, as pessoas se encontram na cidade grande, de forma magnífica, poderosa, mas não como progresso – capital agregado -, e sim como desejo de viver e de ser feliz.

Mas, a cidade de Belém, na região norte do Brasil, pode iniciar uma outra convivência na Amazônia, e são várias iniciativas que se apresentam desde o final do século XX. Entre elas, a

UNAMAZ – União de Universidades, Institutos e Centros de Pesquisa da Amazônia. Surgiu em fins de 1987, fruto de um Seminário inspirado em estudo encomendado pelo Centro Regional de Ensino Superior para a América Latina e o Caribe da UNESCO, sobre as universidades da Amazônia continental, do trabalho feito pela Assessoria de Relações Nacionais e Internacionais da Universidade Federal do Pará (UFPA), com apoio da Organização dos Estados Americanos (OEA). Nestes últimos anos, seu tema central tem sido o esforço de repensar o desenvolvimento da Amazônia, das Amazônias, de suas gentes. Pretendem com isso, colocar os alicerces para a edificação de um sólido e responsável bloco regional amazônico, não tanto no campo econômico, senão também na sua sustentação ecológica, sobretudo na sua ampla e comum motivação ecumênica (MENDES, 1997). Esta iniciativa ficou por conta do saber intelectual e tem, no recorte ecológico, a criação de espaços de cooperação, de troca de informações e de difusão de conhecimentos produzidos nessa e sobre essa grande região transnacional.

Outra iniciativa de recorte ecológico é para os governantes da América Latina: é o Tratado de Cooperação Amazônica – TCA. Esse tratado é de 1977. Inclui os países amazônicos, menos a Guiana Francesa. Documento muito bem escrito, trata como obstáculos os mitos e fantasias sobre a Bacia Amazônica, as dificuldades institucionais e de financiamento para seu desenvolvimento, a megadiversidade de riquezas desses países, a forma de ocupação que ainda se processa, alijando as populações existentes, os impactos ambientais e sociais disso resultante, as opções para o futuro da Amazônia compartilhada e as estratégias para o desenvolvimento sustentável.

O Fórum Social Pan-Amazônico é outra iniciativa. No ano de 2005, a sua 3ª edição aconteceu na cidade de Manaus – capital do Estado do Amazonas. No II Fórum, os encontros anuais aconteceram em janeiro de 2003, em Belém, e dele participaram organizações não-governamentais, governamentais dos países da Bacia Amazônica e internacionais que aceitam o compromisso de solidariedade e defesa da bio e sócio-diversidade amazônica. Em seminários, oficinas, conferências e mesas redondas, apresentaram e debateram, por vários dias, as águas, as florestas, os povos nativos, o desenvolvimento sustentável. Suas experiências, desafios e lutas a serem travadas em conjunto. Já são milhares de participantes dessas discussões. Intelectuais, autoridades, trabalhadores da cidade e do campo, religiosos/as, povos da floresta, índios, ribeirinhos, o Movimento Sem-Terra, estudantes, cantores, artistas, professores e outros mais. A mobilização é permanente para que os temas sejam levados para os mais diferentes grupos de base e cheguem até os habitantes mais distantes.

Nesta longa batalha todos são convocados. Mas, há uma convocação especial. E essa é feita aos jovens.

Por ser a categoria social que mais participa, é um grupo capaz de abraçar as causas universais, e por isso, devem receber a maior quantidade de informações possível sobre a grande Amazônia lhes possibilitando o conhecimento e a leitura sobre as mais diferentes experiências de existência social ainda guardadas nessa imensa Bacia.

Essas experiências devem consolidar um entendimento da história amazônica que tem sido de resistência a uma idéia de progresso que massacra e destrutura as relações sociais construídas ao redor das águas, florestas e povos de diferentes etnias e modos de vida.

Toda esta movimentação social deve ajudar a geração jovem da Bacia Amazônica a refletir sobre qual deve ser a sua contribuição para o conhecimento, o respeito e o reconhecimento da sua identidade.

Há e sempre houve uma importância estratégica da Amazônia sul-americana na perspectiva mundial e preconceitos das sociedades ocidentais e/ou desenvolvidas quanto à formação da *identidade existencial amazônica*, que ainda hoje é vista como um obstáculo ao progresso econômico e, mais recentemente, à ecologia internacional.

Da novela de Julio Verne, citada por Amayo (1999), a informação que continua vigente é que a integração entre os vários países que compartilham a Bacia Amazônica está se fazendo, e uma outra Amazônia é possível.

2.4 A Amazônia para os jovens da pesquisa

A Amazônia foi assim reconhecida pelos jovens entrevistados em 2004 e 2005, na cidade de Belém do Pará.

- Tem a floresta que nós devemos preservar, tem o ouro, látex, a borracha também.
- A Amazônia é uma região de contraste, você encontra aqui uma diversidade de espécies de animais, fauna, flora e, ao mesmo tempo, você encontra uma sociedade humilde, simples que necessita de uma atenção, de carinho.
- A Amazônia é considerada o pulmão do mundo,... a Amazônia possui diversidade em frutos, em animais e também na amplitude que ela tem em água.
- Vejo na Amazônia um progresso a frente que eu privilegiaria mais a sua conservação pois ela é importante para todo mundo, a conservação dela faria ter

um horizonte importante para ela, pois ela é a esperança de que o mundo tenha uma reserva que vá beneficiar a todos os países, mas se não a preservar não teremos essa fonte, que ela é, de beleza e também de recursos para toda a humanidade, principalmente hidrográfico.

- A Amazônia não é simplesmente, como muitos rotulam que é, a terra do animal, a terra do índio, mas não, é uma terra que é rica que nenhum outro país poderá ter, por exemplo, é de suma importância que os nossos irmãos turistas, outros estrangeiros, os fotógrafos, conheçam nossas aves lindas, que nós temos na Amazônia, nossas florestas são lindas por natureza e nossas águas com fartura e ainda as culturas que estão aí a cada dia que se manifesta no olhar do paraense, no olhar do brasileiro, então é importante que eu, como paraense, eu como amazônida, procure mostrar essa realidade para aqueles que não conhecem.

- Eu gostaria que as pessoas soubessem é que existem pessoas capacitadas, não só a imagem que se tem da Amazônia floresta, matas, rios, que não existe pessoas capazes aqui que possam contribuir para o Brasil, aqui não é só índio, têm pessoas com bagagem muito grande para colaborar com o Brasil, seja no campo científico, seja qual for a área.

- É uma grande floresta, muito rica em biodiversidade e que deve despertar nas pessoas uma consciência crítica acerca da Amazônia, porque existem outros países, outros estados que querem a Amazônia para si ou para o mundo, é a história da internacionalização da Amazônia, então as pessoas deveriam ficar sabendo dos mitos que se criam na Amazônia ou dos poderes externos que querem abarcar a Amazônia para si e, a partir disso, ter uma consciência crítica acerca do assunto.

- A Amazônia é um lugar que ainda está sendo descoberto, ainda não foi descoberto totalmente.

- A Amazônia é a diversidade que possui, se fala muito hoje de biodiversidade e muitos de nós, moramos na Amazônia, não temos conhecimento disso, enquanto que pessoas de fora, de outros países vêm, exploram nosso chão deixando com isso a pobreza e a miséria para nosso povo.

Esses depoimentos mostram que os jovens pesquisados percebem a Amazônia dentro de um conjunto de referências próprias: a preservação da floresta, um espaço de diversidade de fauna e flora e ao mesmo tempo uma sociedade humilde. O progresso está na sua conservação, pois em caso contrário, se perderia a beleza e os recursos que servem a toda a humanidade. É uma terra rica, com fartura. Há índios e pessoas capacitadas para colaborarem com o Brasil no campo científico. Essa biodiversidade deve despertar uma consciência crítica, acerca da Amazônia. A Amazônia é essa diversidade. As pessoas de fora, de outros países exploram nosso chão deixando a pobreza e a miséria.

Eles têm percepção muito clara do território onde vivem. Essa percepção é compartilhada por vários estudiosos e instituições, entre elas a Comissão Episcopal para a

Amazônia¹⁰, formada por bispos da Região Norte que reúne estudos e sugestões sobre o desenvolvimento da Amazônia, e a Comisión Amazónica de Desarrollo y Medio Ambiente¹¹, que assim diz:

Los malentendidos del hombre moderno acerca de la Amazonia son comprensibles, porque la Amazonia encarna superlativos de resonancia mítica: el río más grande y caudaloso del planeta, el mayor número de plantas y animales, el bosque tropical húmedo más extenso. Quizá los mitos que aprendimos contribuyeron a engendrar las falseidades que confrontamos como adultos: los mitos de una Amazonia singular, la Amazonia virgen e rica, la Amazonia pobre e frágil, el indígena amazónico como obstáculo para el progreso. La existencia de estos mitos ponen en evidencia la necesidad de un análisis informado (AMAZONIA SIN MITOS, 1992, p. XI)¹².

Quando os jovens pesquisados reconhecem a Amazônia, eles não falam de mitos. Eles estão além dos limites indicados pela Comissão. Falam daquilo que conhecem e estão bem informados, pois apresentam a Amazônia pelos elementos com os quais estudiosos e governantes a enfatizam. Essa compreensão de Amazônia está ligada à sua própria existência nesse lugar.

E, eles gostam de viver na Amazônia:

- Eu gosto de viver na Amazônia, por causa da diversidade de pessoas, de clima, de peixes, de fauna, de flora. Da própria natureza em si.
- Eu gosto de viver na Amazônia por que é um lugar bom para se viver.
- Gosto de viver na Amazônia por causa do clima que a gente vive, pelas pessoas.
- Eu gosto muito da Amazônia por que ela me faz ficar mais perto da natureza, que é obra de Deus.
- A Amazônia é um local singular no mundo inteiro, ninguém vai encontrar outro lugar no Brasil como nós temos aqui.

¹⁰ CNBB. Amazônia. Comissão Episcopal para a Amazônia. Brasília –Distrito Federal. Abril-2005

¹¹ AMAZONIA SIN MITOS. Tratado de Cooperación Amazónica – Banco Interamericano de Desarrollo, Washington D.C, 1992.

¹² Este texto pode ser assim traduzido: Os equívocos do homem moderno sobre a Amazônia são compreensíveis porque a Amazônia representa superlativos de ressonância mítica: o maior e mais abundante rio do planeta, o maior número de plantas e animais, o bosque tropical úmido mais extenso. Talvez, os mitos que aprendemos contribuíram para ocasionar as falsidades que confrontamos já adultos: os mitos de uma Amazônia única, a Amazônia virgem e rica, a Amazônia pobre e frágil, o índio amazônico como obstáculo para o progresso. A existência destes mitos coloca em evidência a necessidade de uma análise bem informada. (AMAZONIA SIN MITOS, 1992, p. XI).

- Gosto de viver na Amazônia porque é o nosso território, né? Tem que gostar porque nasceu aqui.
- Gosto de viver na Amazônia devido ao clima, os costumes, a fauna e a flora.
- Gosto, como eu nasci aqui em Belém, eu já me acostumei com o clima daqui, com a cultura, cultura muito rica, muitas cidades por aí não prezam a nossa cultura paraense.
- Eu gosto de viver na Amazônia, não só por ser privilegiado de morar neste espaço geográfico que muitas nações almejam, desejam, apesar também de tanta miséria, escravidão que nós encontramos no dia de hoje ou pobreza.
- Bem, viver na Amazônia pra mim é algo muito especial, eu tenho ao meu redor um clima bom, uma fauna, flora, as pessoas são humildes.
Eu gosto de viver na Amazônia por que há uma certa tranquilidade, o ar é bastante puro.
- Gosto viver na Amazônia por causa do clima, dos recursos hídricos, naturais, pelo povo, pela cultura religiosa porque está em mim.
- Eu amo a minha Amazônia, rica, que tem muito a dar para o Brasil, e penso que pena que nós brasileiros, nós paraenses ainda não valorizamos o que temos de bom na nossa Amazônia, nossa cultura, nossos pássaros, nossas árvores e além do mais a riqueza que a Amazônia tem, coisas que nenhum país poderá ter que nem a Amazônia.
- Eu gosto de viver na Amazônia até porque é um local que é possível ver um pouco de verde, pouco da natureza, arborização, é um clima agradável, um clima gostoso.
- Eu gosto muito da Amazônia, foi o local que eu nasci, então eu me identifico muito.
- Eu gosto de viver na Amazônia porque as pessoas que vivem aqui são pessoas acolhedoras, amigas, quase ou não há diferença no comportamento das pessoas que aqui moram.
- Eu gosto de viver na Amazônia porque é algo exuberante em belezas naturais, é tranquilo, o povo é geralmente muito acolhedor e alegre.
- Gosto muito, porque aqui encontrei um povo legal, amigo, companheiro, uma cultura muito boa, apesar de não me dar muito bem com o clima, mas gosto daqui.
- Gosto muito. É uma região que oferece muitas praias, gosto principalmente pelas praias que compreendem a região amazônica.
- Adoro a Amazônia, gosto de viver muito na Amazônia, gosto desse clima da Amazônia não só por ela suportar toda a biodiversidade que carrega em si, mas também pelo fato de que na Amazônia se vive melhor que todo o resto do mundo, isso com certeza.

Os vários depoimentos têm um forte apelo à identidade local. As pessoas são apresentadas pelos jovens como diversidade, costumes próprios, são humildes, possuem uma cultura religiosa, são pessoas acolhedoras, amigas, quase não há diferença em seu comportamento. É um povo acolhedor e alegre. É um povo legal. Reconhecem a diversidade social e o povo como referência. O jovem urbano pesquisado em Belém formaliza uma categoria empírica étnico-cultural, indicando o pertencimento e permanência a esse espaço amazônico.

Quando se referem ao espaço físico dizem: é uma diversidade de fauna e flora, é um lugar bom para se viver, é um lugar singular no mundo inteiro, é o nosso território, nasci aqui, gosto de morar neste espaço geográfico que muitas nações almejam, é um clima bom, tem recursos hídricos, tem riqueza, é possível ver um pouco de verde, é algo exuberante, tranquilo, pelas praias que compreendem a região amazônica, na Amazônia se vive melhor que o resto do mundo, isso com certeza. Há uma identificação de elementos da Natureza e das relações sociais. São esses elementos que na convivência diária torna singular essa cultura construída por seus povos. Mesmo aqueles que não nasceram no local aprenderam a conviver e a gostar do modo de vida existente.

Mas, os jovens, na formação de consciência sobre suas experiências de vida, registram as falas de outras categorias sociais, com as quais conversam sobre a Amazônia, e de sua exposição na mídia.

- Há quem pense que Amazônia é o Estado do Pará.

- Fala-se da Amazônia nos telejornais, nos noticiários, nas revistas, e nos jornais impressos. Sobre a floresta, tem uma parte da Amazônia que foi vendida para o Japão. Tem a floresta que nós devemos preservar, tem o ouro, látex, a borracha também.

- As pessoas que moram em outro estado e que conheceram a Amazônia, falam muito bem, dizem que sentem saudades da comida, do clima, das pessoas, enfim de tudo de bom que a Amazônia pode proporcionar a seus moradores e as pessoas que a visitam.

- Alguns amigos meus dizem gostar da Amazônia por ser um local agradável, pela diversidade que a Amazônia possui em frutos, em animais e também na amplitude que ela tem em água, porém tenho amigos que dizem não gostar desta região por ser um lugar onde a proliferação de doenças é muito abrangente.

- Muitos amigos que moram no interior comentam um pouco da Amazônia, a respeito do clima, a respeito do que a gente pode encontrar no caso de frutas, do próprio peixe, dos animais, isso que geralmente as pessoas comentam.

- Nós conversamos muito. Eles dizem que Amazônia é um lugar bonito, bom de viver, que traz muita felicidade pra gente viver aqui.
- As pessoas falam mais das dificuldades que existem aqui, de locomoção, a falta de rodovias que possam ligar as estradas, alguns estados são desligados pela distância, mas é um povo cheio de esperança, um povo muito humano, muito amigo, muito acolhedor, pelo menos eu tenho essa experiência.
- As pessoas que conheço quando falam da Amazônia sentem alegria por viver num paraíso natural.
- Falam sim, contam muitas lendas, histórias, contam também sobre o círio de Nazaré, falam sobre a cultura, aquilo que se come, aquilo que se faz, das comidas típicas já ouvi falar muito principalmente pelos meus vizinhos que gostam muito daqui e contam muitas novidades para todos nós.
- Tenho vários amigos que são professores que trabalham com essa questão da Amazônia, então falam bastante.
- Geralmente as pessoas que conheço não falam sobre a Amazônia, é uma pena que essas pessoas não falem desse paraíso onde nós moramos.
- Muito difícil, só quando é a respeito da conservação do meio ambiente.
- As pessoas que eu conheço falam muito da Amazônia, sobre a vida das pessoas, da população que vive nela, sobre a globalização que é diferente, a indústria é diferente. Nas matas da Amazônia existem muitas riquezas e muitas variedades culturais, como nossa medicina natural, com certeza, futuramente ajudará em nossas descobertas.
- As pessoas que eu conheço que falam da Amazônia é mais por isso que acabei de falar, natureza. Eu creio que em nenhum lugar do Brasil se encontre mais natureza do que na região amazônica
- São poucas as pessoas que falam sobre a vida na Amazônia, raramente.
- Às vezes as pessoas falam sobre a Amazônia. Mas, muitas não dão a devida atenção, importância. Muitos não estão a par da importância que a Amazônia tem.
- Geralmente as pessoas que eu conheço não falam da Amazônia.
- As pessoas que conheço falam sobre a Amazônia, no seu contexto de floresta, rios, matas, bichos, mas nunca no contexto de desenvolvimento.
- Sim, geralmente no grupo onde participo, a gente debate muito a nossa cultura amazônica, onde a gente vive, a gente fala muito nas nossas reuniões e dá muita palestra sobre a Amazônia, sobre o local onde a gente mora.
- As pessoas que conheço falam frequentemente na Amazônia. Os meus parentes falam da vida na Amazônia, como é a aventura deles aqui, nessa região, mas ultimamente assim os meus parentes não têm dado muita informação.

- É difícil assim falar, é mais na escola mesmo.
- Difícilmente as pessoas que eu conheço falam de Amazônia, de encontrarmos alguma coisa de Amazônia nos jornais, nos noticiários, nas revistas e jornais impressos, mas as pessoas que comentam sobre a Amazônia são as pessoas que vivem no meu meio, são as pessoas que estudam comigo, as pessoas que moram comigo no seminário, essas são as pessoas que costumam falar um pouco sobre a realidade amazônica. Elas dizem sobre a Amazônia, a dificuldade, a dificuldade principalmente de missão que encontram neste setor, neste ambiente e espaço geográfico.
- As pessoas que conheço não falam sobre a Amazônia.
- Muito raramente, pois elas que estão dentro da Amazônia não se sentem de conversar sobre ela por isso conversam de outras coisas principalmente de fora, é claro que ouço outras pessoas falarem e buscarem ter esse carinho pela Amazônia, pois, ela sendo toda essa riqueza para o mundo, ela também deve ser preservada também no seu patrimônio cultural, e as poucas pessoas que ouço falar sobre ela falam muito bem, é claro que não de forma que falam de outros países ou outras coisas, porque o nosso ideal é chegar como que chegar ao patamar dos E.U.A ou de outros países, de ser um país de primeiro mundo, e se esquece de ver que tudo que nós temos é muito bom, e o progresso que chega a outros países, que está em outros países, as pessoas que tão aqui pensam nele e querem ele e ao invés de preservar sua própria cultura, exaltá-la como muitos outros fazem, principalmente os E.U.A, que mostra a sua bandeira, a sua cara a todo momento, nós amazônidas devemos cada vez mais falar sobre ela e discutir para que, no futuro, ela não seja perdida para essas outras potencialidades do mundo.
- Sim, dizem que é um lugar onde existe muita riqueza, sempre procuram tirar proveito desta riqueza.
- As pessoas falam dizem que a Amazônia é um lugar privilegiado.
- As pessoas que eu conheço moram aqui desde pequenas, e as pessoas são bem acomodadas, não gostam de falar das coisas que têm, não sabem reconhecer. As praias e os rios são muito bons.
- Algumas falam das religiões e outras falam dos costumes que tem das danças e dos alimentos também, farinha, tacacá, tucupi, essas coisas que são de uso.
- Bem pouco, às vezes elas se negam por alguma espécie de preconceito, talvez elas não tenham uma consciência, elas não tenham uma consciência mais adequada sobre a Amazônia.
- As pessoas que conheço falam da vida na Amazônia. Eu acredito que um dos temas, um dos assuntos que todos deveriam saber da Amazônia é a diversidade que a Amazônia possui, se fala muito hoje de biodiversidade e muitos de nós, moramos na Amazônia, não temos conhecimento disso, enquanto que pessoas de fora, de outros países vêm, exploram nosso chão deixando com isso a pobreza e a miséria para nosso povo. Acredito que deverá haver mais conhecimento de quem mora na Amazônia sobre a Amazônia.
- E as pessoas falam muito da Amazônia, porém, ao mesmo tempo que falam, não se valoriza muito. O não valorizar é no sentido de que não fazem nada para

manter essa Amazônia preservada. Essa Amazônia defendida quanto aos interesses de outras pessoas.

Os jovens revelam o que escutam acerca da Amazônia de várias maneiras:

- Percebem que algumas pessoas não falam dela por falta de informação ou pela falta de costume de falar de si.
- Notam que há locais onde é mais rotineiro falar sobre a Amazônia; nas escolas e nos seus encontros culturais, sendo a escola a referência mais concreta do que o cotidiano.
- Enfatizam a consciência e a valorização do espaço amazônico na reprodução social por excelência, pois é na relação Natureza e pessoas que as danças, o costume, a medicina, a comida e o parentesco adquirem uma singularidade.
- Registram os discursos que falam sobre as dificuldades. Essas dificuldades se apresentam no dia-a-dia como falta de asfaltamento nas estradas, de transporte para os habitantes se deslocarem dentro da região e para outros estados, principalmente, quando o período de chuva é mais intenso, que acontece de dezembro a maio.
- Identificam interesses de pessoas e países (USA e Japão) sobre a Amazônia. No caso do Japão, é que o Projeto Grande Carajás, em sua primeira fase esteve sob a coordenação de japoneses. Era muito comum, nesse tempo, ver os japoneses na travessia Belém-Arapari com destino a Barcarena onde é a sede do projeto. Hoje o número de técnicos e especialistas japoneses diminuiu bastante. Quanto ao Estados Unidos há sempre informações nos Meios de Comunicação a esse respeito.
- A cultura religiosa é destacada na festa do Círio de Nazaré, que não é uma festa da Igreja Católica, mas dos povos da Amazônia.
- Fazem referência às comidas e bebidas típicas, como farinha de mandioca, tacacá, tucupi.
- Na Amazônia há uma diferente globalização. Sua indústria é diferente. Nas matas estão os recursos naturais para a medicina.
- Tem potencialidades frente a outras nações como o Estados Unidos.

A posição dos jovens contrasta com as dos governantes dos países amazônicos conforme o documento escrito para subsidiar suas ações governamentais.

Es claro que la Amazonia pertenece a ocho estados amazónicos soberanos. También es evidente que la Amazonia no puede quedar limitada al mero papel de tesoro ecológico mundial o reguladora del clima universal. ÉS también importante fuente de recursos de cuyo aprovechamiento duradero depende el bienestar de los pueblos de los ocho países amazónicos a los cuales pertenece. La Comisión cree firmemente que los principios del desarrollo sustentable deben guiar las acciones encaminadas a conservar la Amazonia. El principio cardinal de un desarrollo sustentable de la Amazonia debe ser el bienestar de sus habitantes y la satisfacción de sus intereses legítimos. Por supuesto, el desarrollo de la Amazonia debe asegurar el mantenimiento de sus ciclos naturales, de sus recursos naturales renovables y de su diversidad biológica, pero tal desarrollo debe ser sustentable más allá del plano ecológico. Debe asegurar, también, que subsistirán las comunidades humanas, vale decir que debe ser socialmente sustentable. Solamente un desarrollo así aseguraría que la Amazonia permanezca por siempre en pie (AMAZONIA SIN MITOS, 1992, fls. XII -XIII).¹³

Há um contraste tão forte que os jovens, quando registraram as falas sobre a Amazônia, não fizeram nenhuma referência ao poder público, como instância necessária ao processo de preservação e progresso na região.

Listaram a Amazônia como:

- Um lugar bonito para se viver e que traz felicidade.
- Que em nenhum lugar do Brasil se encontra mais natureza do que na Região Amazônica.
- Que a Amazônia tem um contexto de desenvolvimento.
- Que a Amazônia é um lugar privilegiado.
- Mas que não é valorizada, defendida quanto aos interesses de outras pessoas.

Os jovens entrevistados afirmam que todas as pessoas deveriam saber:

¹³ A tradução da pesquisadora é esta: É claro que a Amazônia pertence a oito estados amazônicos soberanos. Também é óbvio que a Amazônia não pode ficar restringida ao simples papel de tesouro ecológico mundial ou reguladora do clima mundial. É também importante fonte de recursos cujo aproveitamento duradouro depende do bem estar dos povos dos oito países amazônicos aos quais pertence. A comissão acredita, piamente, que os princípios do desenvolvimento sustentável e as devidas ações deveriam direciona-se para a conservação da Amazônia. O princípio fundamental de um desenvolvimento sustentável da Amazônia deve ser o bem-estar de seus habitantes e a satisfação dos seus interesses legítimos. É claro, que o desenvolvimento sustentável da Amazônia deve assegurar a manutenção de seus ciclos naturais, de seus recursos naturais renováveis e de sua diversidade biológica. Entretanto, tal desenvolvimento deve ser sustentável para o futuro e com um plano ecológico. Deve-se afirmar também que substituirão as comunidades humanas. Vale lembrar que deve ser socialmente sustentável. Somente um desenvolvimento assim asseguraria que a Amazônia permanecesse para sempre em pé. (AMAZONIA SIN MITOS, 1992, fls. XII -XIII).

- A Amazônia pode proporcionar a seus moradores e as pessoas que a visitam, o companheirismo que as pessoas têm umas com as outras, o modo de vida, costume em geral, tanto das comidas, como o modo de agir e viver.

- É uma grande floresta muito rica em biodiversidade e que deve despertar nas pessoas uma consciência crítica a cerca da Amazônia, porque existem outros países, outros estados que querem a Amazônia para si ou para o mundo, é a história da internacionalização da Amazônia, então as pessoas deveriam ficar sabendo dos mitos que se criam na Amazônia ou dos poderes externos que querem abarcar a Amazônia para si e a partir disso ter uma consciência crítica acerca do assunto.

- Existem muitas coisas interessantes, entre elas existem ainda alguns rios que devem ser conhecidos por outras pessoas, como há pessoas que moram em municípios que não tem rios tão belos como tem em outros dentro da mesma Amazônia, existe também muitas frutas, alguns animais, então essas coisas devem ser buscadas pra outras pessoas pra que elas possam também ter esse conhecimento.

- Eu acharia que existe na Amazônia que todos devem saber, que além do grande potencial natural que existe, existe também um grande potencial industrial, um grande potencial intelectual, já que temos um filósofo paraense, temos também um grau de conhecimento grande desenvolvido aqui mesmo no Pará, de arte também riquíssima, não somente de floresta de flores e de frutas, mais também de arte como temos nas igrejas antigas de Belém e gostaria que todas as pessoas soubessem que também somos um povo que vive em meio a prédios, em meio a computadores, a telefones e não somente um povo que vive no meio da mata, no meio de rios e lagos, como pensam principalmente no sudeste, no centro-oeste e no sul do país.

- Eu acho que na Amazônia não há uma diversidade de cultura, com certeza não, é uma cultura única. Uma cultura própria. Existem pessoas que vieram de outros estados e aqui moram procuram uma sobrevivência, mas não há uma diversidade de cultura enquanto permanência, uma cidade possa existir, sobreviver e até formar uma geração, o que existe são as nossas riquezas minerais, animais, nossas riquezas vegetais, existem muitas coisas, principalmente nossa cultura que é uma cultura única, a cultura do povo ribeirinho, do povo caboclo, e suas lendas e suas crenças, e na fé desse povo presente.

- A cultura amazônica é muito vasta e muito bela, as pessoas devem saber toda essa riqueza para que possam preservá-la, saber de toda essa riqueza, de toda essa abundância de recursos que ela tem, de toda sua cultura, de valorizar um pouco que ainda existe das origens de nosso país, que aqui ainda se encontram muitos indígenas, muitos caboclos que preservam a nossa cultura, preservam os nossos costumes, que preservam a nossa busca pela preservação e aqueles que também buscam preservar a sua autenticidade, na sua relação com a natureza, na sua relação com a outra pessoa, respeitando o outro e o que invade as culturas na nossa Amazônia tem prejudicado muito o nosso relacionamento com as outras pessoas, o capitalismo tem feito os amazônidas se desvirtualizar da sua cultura e tem manchado o nosso povo que sempre busca a preservação.

- Eu acredito que na Amazônia, que todas as pessoas deveriam saber, eu acredito além da biodiversidade, mas também o calor da pessoa humana. Nós

que trabalhamos no meio das pessoas, na comunidade, a gente percebe o acolhimento, o calor dessas pessoas, pessoas que são trabalhadoras, que têm vontade de crescer, de lutar de vencer na vida e vão em busca. Vai de encontro com a mentalidade de dizer que o povo do norte, o povo da Amazônia são pessoas, caboclos que vivem na rede se balançando, pelo contrário a gente percebe muito esforço.

- Eu gostaria que as pessoas soubessem é que existem pessoas capacitadas, não só a imagem que se tem da Amazônia floresta, matas, rios, que não existe pessoas capazes aqui que possa contribuir para o Brasil, aqui não é só índio, tem pessoas com bagagem muito grande para colaborar com o Brasil, seja no campo científico, seja qual for a área.

As falas desses jovens são sínteses melhor elaboradas do que os outros jovens disseram com a mesma ênfase, e mostram que eles conseguem contextualizar a Amazônia no espaço local e internacional. No plano local; pessoas, recursos naturais, descaso do governo local e do governo federal. No plano internacional; o interesse de outras nações, no caso Japão e Estados Unidos.

Os depoimentos dos jovens revelam pessoas de profunda relação com os semelhantes e com a Natureza. Esses traços característicos na experiência juvenil os diferenciam dos jovens das outras regiões do País. Eles se enxergam dentro de uma relação de co-dependência homem X natureza. Isto define elementos de uma formação histórico-cultural como singular, única.

É possível que esses jovens não conheçam a história de colonização da Amazônia, os grandes projetos de desenvolvimento que para cá vieram e o capital internacional que teve um papel importante na consolidação da capital paraense e na modernização da Amazônia, modernização essa ocorrida a partir da década de 50, e que foi mais intensa na década de 70, deixando de lado os povos nativos - índios e ribeirinhos.

Pode ser que os jovens não saibam que, desde 1992, há um documento assinado por todos os governantes dos países amazônicos comprometendo-os em um projeto de desenvolvimento sustentável para todos os que habitam a Amazônia.

Mas, esses jovens, mesmo sem o saber, estão sintonizados com as discussões que acontecem na esfera da ecologia, da economia, da sociologia e do desenvolvimento sustentável.

Em suas falas, observa-se que viver na Amazônia é uma preocupação e ao mesmo tempo uma grande alegria. Reconhecem as dificuldades existentes para os residentes e o potencial do espaço social em que habitam. Essa identidade local permite conjugação de forças à proteção da existência dos habitantes.

3 A CIDADE DE BELÉM NA AMAZÔNIA PARAENSE

No capítulo anterior alguns elementos do espaço amazônico foram destacados para permitir a compreensão de como o território brasileiro foi incorporando os povos nativos no decorrer de todos estes anos e de como o governo do Brasil procurou desenvolver o processo de ocupação, poder político e produção econômica na região.

Belém será o ponto de contato entre o governo, a economia e os povos da Amazônia.

3.1 Cidade de Belém – espaço da CABANAGEM

Até o século XVI, havia povos indígenas espalhados no vasto território da parte norte do Brasil. Deslocavam-se pelo grande rio, o denominado “Amazonas”, guerreavam entre si ou aliavam-se para os vários rituais de vida ou de morte.

Tinham a garantia da conservação de seus grupos e das formas de existência, para seus descendentes.

Segundo Salles (1992), um dos traços constitutivos dos povos indígenas do norte do Brasil foi sua profunda convivência com as águas. Pelas águas faziam a convivência social interna e externa do grupo. A água orientava a construção de suas casas e costumes, que davam especificidade às suas formas de vida. Pela água se defendiam ou fugiam dos inimigos. Essa intensa convivência com as águas não permitia a delimitação do território como espaço limitado de Estado, e sim como espaço de existência social.

Já os séculos XVI e XVII foram vivenciados por índios no Grão-Pará sob a forma de “escravidão” forçada ou suavizada. Os religiosos, proprietários de terras e mesmo os dirigentes políticos da Província decidiam como deveria ser o comportamento rotineiro dos índios, em primeiro plano, e, a seguir, dos negros que para cá vieram; dos deserdados de poder político, econômico ou de ambos.

Os povos nativos na época da chegada dos portugueses e espanhóis conheciam o rio Grão-Pará e por ele transitavam, faziam suas trocas e guerreavam entre si. Eram povos livres, autônomos. A posse de escravos aprisionados em guerra era freqüente, mas só após a conquista.

Há registro de morte dos vencidos por índios, como neste caso:

(...) Os Omáguas só matavam, entre os cativos, os chefes e os muito valentes, para prevenir insurreições; os demais eram incorporados à comunidade, onde cada chefe de

família tinha um ou dois escravos domésticos, geralmente muito bem tratados. A escravidão para o trabalho passa a acontecer com a instalação da sociedade portuguesa aqui – dirigentes portugueses, missionários e proprietários de terra (CEHILA, 1992, p.33).

A situação de Belém foi assim descrita.

Em 1637 Belém apresentava 200 moradores, entre eles muitos escravos, um vigário da paróquia, várias aldeias indígenas nas cercanias, dois pequenos conventos, sendo um dos Frades de Santo Antonio e outro dos Carmelitas. Os moradores praticavam uma pequena lavoura de espécies alimentícias como arroz, algodão e cana, esta para fabrico de açúcar. O extrativismo, que dava algum lucro, era atividade predatória: dela podia ocupar-se o indígena, senhor da terra. A natureza oferecia abundante cacau e cravo (REIS (1945) citado por SALLES, 2005, p. 26).

Nesse espaço social de Amazônia, o modelo português de colonização vivenciou várias fases.

O modelo português de colonização, que aconteceu de 1600 a 1823, passou por várias fases: de 1600 a 1700, houve a expulsão dos outros europeus e houve a ocupação colonial; de 1700 a 1755, estabelecimento do sistema de missões religiosas e organização política da colônia; de 1757 a 1798, criação do sistema de Diretorias de índios e esforço para alcançar o avanço do capitalismo internacional; de 1800 a 1823, crise e estagnação do sistema colonial. (SOUZA, 1994, p. 52).

Essas várias fases também representaram modelos de autoridade sobre o nativo e de povoamento que marcaram profundamente a história cultural da Amazônia. Isso precisa ser explicitado para que se conheçam os arranjos culturais construídos socialmente e seus traços predominantes que vêm sustentando a existência dos povos nativos.

Di Paolo (1990) trouxe vários elementos para compreensão da composição política e étnica que se operou na Amazônia desde a entrada dos europeus.

No século XVI, antes da chegada dos Europeus na Amazônia, os índios viviam em constantes guerras endógenas, lutando pela defesa da terra contra tribos invasoras ou pela hegemonia na região. Em julho de 1613, houve uma tentativa francesa de ocupar o Pará, o que provocou a reação portuguesa. A frota lusitana partiu de Pernambuco e conquistou o Maranhão, tirando-o dos franceses. Foi nesse período que o capitão Caldeira Castelo Branco planejou, em São Luís, a conquista do Pará.

À fundação de Belém, em 12 de janeiro de 1616, teve a participação dos Tupynambás do Maranhão, que facilitaram a acolhida pacífica das tribos locais dos Tupynambás ao Pará.

A miscigenação forçada, a proibição das línguas indígenas e africanas, a desapropriação das terras, via decreto, a destribalização intergrupar e intragrupal, a obrigação ao trabalho forçado e a integração compulsória constituíram a realidade social do Grão-Pará e, especialmente, de Belém.

A predominância de um estilo português de vida criou os povoados temporários do Grão-Pará que foram aos poucos afeiçoando-se às cidades conhecidas na época pelos europeus, que precisavam da estabilidade do território para a reprodução física e para o comando administrativo dos súditos, pois era a vontade do rei e da corte que orientavam suas vidas.

Essa dinâmica social construída dentro de uma concepção européia de enriquecimento e de poder político do Estado Nacional foi um traço diferenciador fundamental na convivência dos distintos grupos sociais que passaram a habitar a cidade de Belém.

Belém se constituiu, desde então, espaço demarcado por territórios sociais definidos. Nas elites governantes estavam pessoas não-nativas; os que vinham de fora, os que eram enviados para comandar os que aqui estivessem. Essas elites governantes traziam ou formavam o grupo de sustentação político-administrativa de sua confiança. Os que aqui estavam, mesmo que fossem portugueses nascidos no Brasil ou em Belém, possuíam acesso restrito ao grupo de poder, mesmo que tivessem posses e garantissem a Portugal e ao Brasil os limites territoriais e a submissão de súditos.

Os grupos sociais que habitavam a cidade de Belém apresentaram tensões e diferenças que podem ser descritos dentro do seguinte quadro de conflitos:

- Índios mortos ou domesticados. Aqueles que foram domesticados tiveram modos de vida diferentes de sua existência anterior. Foram submetidos aos trabalhos orientados pelos missionários ou pelos portugueses. Isso limitou a prática cultural nativa forçando práticas culturais diferentes de seu modo original. Essa prática cultural forçada rompeu o vínculo existente com o modo de vida indígena original e colocou na bagagem cultural do índio domesticado uma profunda quebra em suas relações sociais. Fugas e revoltas foram expressões dessa convivência forçada.

- Povos indígenas foram submetidos à condição de “iscas” para que os portugueses pudessem se tornar vitoriosos em suas conquistas, buscas e apreensões de escravos ou produtos a serem escoados à metrópole. Relações de fidelidade e traições foram se constituindo do lado dos portugueses e das tribos indígenas.

- Os negros escravos que foram trazidos para Belém numa pequena quantidade, por sua vez, ficaram à parte do mundo dos índios e indiferentes aos interesses dos portugueses. Mas, havia um desejo que os ligava aos índios: a liberdade.

- Os portugueses, distintos entre si, são os dirigentes, os colonos, os missionários. Tinham interesses próprios, mas estavam a serviço do rei, e mantiveram uma forte e decisiva dominação sobre os índios e negros.

- Os portugueses se dividiam entre os que viviam na cidade e sustentavam Lisboa e os que aqui chegavam para governar. Isso fez crescer e aprofundar a divergência de interesses entre portugueses e entre os nativos, fossem eles índios ou portugueses.

- Mas os portugueses aqui nascidos e os portugueses governantes tinham algo em comum. Podiam exigir o máximo dos índios, dos poucos negros, dos colonos pobres e de seus descendentes e submissão total aos interesses da metrópole.

- As leis vão se tornando mais duras contra as classes subalternas.

- A cidade de Belém foi um território de descontentamento. As gerações vão se sucedendo, misturas étnicas vão acontecendo, e um caldeirão de projetos pessoais e grupais vão se constituindo.

As tensões sociais provocadas pelas diferenças de grupos e de interesses definiram a posição social dos que habitavam Belém, tornando mais difícil a relação entre os povos nativos – índios ou aldeados – negros e portugueses pobres – colonos, pequenos comerciantes e agricultores e a classe dirigente com seus ricos proprietários de terras.

Márcio Souza (1994) retratou o massacre sofrido pelos *caboclos* pelos portugueses, dirigentes políticos e econômicos, da seguinte forma:

O certo é que no Grão Pará e Rio Negro não foi possível qualquer tipo de composição de interesses, especialmente porque o espírito rebelde foi descendo às raízes, infiltrando-se para baixo, até as camadas mais recalçadas da alma regional, para finalmente atingir o cerne indígena, o núcleo íntimo mais espezinado, onde não havia mais qualquer possibilidade de diálogo. É por isso que essa revolução de índios e mestiços, dos esfarrapados colonos sem terra, tem início no que parece ser uma luta de proprietários contra o continuísmo das oligarquias portuguesas aferradas ao poder, para aos poucos se transformar numa explosão passional, desesperada, vingativa e sem nenhuma ligação com qualquer tipo de modelo político europeu (SOUZA, 1994, fls. 109 – 110).

Nas práticas histórico-culturais dos povos nativos, a mais importante tentativa de reconhecimento social feita foi a cabanagem, e mesmo que tenha sido esmagada pelos

governantes, transbordou como uma grande enchente sobre as margens conhecidas da luta política e fez renascer o orgulho de uma Amazônia indígena, que saiu de sua letargia para dar o troco de dois séculos e meio de atrocidades. Ao retomar, pela negatividade, a identidade perdida pelo assalto colonial, as massas cabanas indicaram definitivamente não existir integração possível entre as sociedades tribais e as sociedades nacionais que nasceram da colonização européia.

A leitura de Márcio Souza (1994) permite dizer que as tensões existentes apresentam o nativo e a formação do espírito rebelde como consequência de valores culturais, políticos e étnicos diferentes e divergentes. É esse espírito que este trabalho de pesquisa sente necessidade de reencontrar nas lutas ou nos silêncios do povo paraense, principalmente nos jovens.

A participação popular na primeira metade do século XIX trouxe um conteúdo de formação cultural que precisa ser atualizado constantemente. E a melhor forma de fazê-lo para que os jovens dele se apropriem é recontando infinitas vezes o que foi a cabanagem e seu momento de auge, pois essa ativa participação foi construída com muito sofrimento.

Na madrugada de 07 de janeiro de 1835 teve início um dos momentos cruciais da história da Amazônia. A cidade de Belém tornou-se um espaço de ódios e desforras por tantas humilhações sofridas em séculos de descaso. Os cabanos, comandados por Antonio Vinagre, formam “*uma tropa de desclassificados*” e entram em Belém. Seguem rumo ao Palácio de governo. O tapuia Felipe mata o comandante Santiago, chefe militar do governo da Província. Presos são libertados e saem pela cidade, no dizer de cronistas da época, *massacrando os portugueses que encontrassem pelo caminho*. Lobo de Sousa, que era o presidente da Província, não está no Palácio, os cabanos esperam por ele. Ao entrar no palácio, é interceptado por um dos jovens cabanos, João Miguel Aranha. É o índio Domingos Onça que o atinge com um tiro certeiro. Com a rendição da tropa leal ao governo e a morte do governador, os cabanos assumem o poder político administrativo. Aclamam Malcher, um dos aliados dos cabanos, como presidente da Província. O comandante das armas escolhido é Francisco Vinagre. Em pouco tempo Malcher, tenta prendê-lo. A revolta recomeça. Malcher é assassinado. Francisco Vinagre é proclamado presidente. “Mas fica pouco tempo, pois é obrigado a entregar a cidade ao emissário da Regência, o marechal Manoel Jorge Rodrigues, que chegou a Belém com apoio de navios de guerra ingleses e franceses” (SOUZA, 1994, p.120).

O governo legal da Regência manda prender Francisco Vinagre e duzentos cabanos. Mas, do outro lado da baía do Guajará, na costa ocidental da baía do Marajó, Eduardo Nogueira Angelim conseguira reunir três mil homens. Esses homens não pertenciam

exatamente a um exército comum: eram lavradores, índios e negros que, para regularizar as roupas muito variadas, as tingiram em casca de muruxi fervida, dando aos panos a cor avermelhada (SOUZA, 1994, fls. 120-121).

Eduardo Angelim estava com 21 anos quando, no dia 14 de agosto de 1835, comandou aquela tropa de sertanejos no ataque a Belém. Depois de uma semana de combate, perdem Antonio Vinagre, que morre em combate. A liderança fica apenas com Eduardo Nogueira Angelim. Belém é bombardeada por onze navios de guerra, que despejaram mais de vinte mil tiros contra a cidade, mas não conseguiram deter a ofensiva dos revolucionários. No dia 23 de agosto de 1835, a cidade finalmente está nas mãos dos cabanos. Eduardo Nogueira Angelim é aclamado presidente. As tropas legalistas se retiram de Belém, porém impediram que os navios trouxessem à capital, alimentos e armas. Esse bloqueio enfraqueceu a resistência do governo cabano, tendo sido esse um dos fatores que favoreceram a entrega do poder, a prisão e o desterro dos líderes e de vários defensores do movimento cabano.

O século XIX, na Província do Grão-Pará, trouxe para o espaço político, vários jovens em momentos diferenciados. Jovens militares para a defesa do território; jovens apaixonados pela idéia de liberdade; jovens inflamados pelo desejo de transformação do poder existente. Jovens que se destacaram, alguns por obediência e outros por amor a uma causa. Jovens pobres, que visualizaram o futuro como um novo tempo.

Mas, esse sonho teve pouco tempo de poder político que o referendasse ao futuro das classes subalternas. O jovem Angelim, com a sua ousadia, coragem, despreendimento e muitos seguidores, não conseguiu romper o pensamento institucional existente de subjugação dos povos.

Todo o esforço desses jovens que tiveram uma participação ativa e mobilizaram as classes subalternas, enfraquecidas pela injustiça social, a acreditar numa nova forma de convivência política, foi obscurecido pelas práticas educacionais até hoje desenvolvidas nas escolas de Belém.

O exame de livros disponíveis aos jovens estudantes sobre a cabanagem, como será visto abaixo, pouco ressalta essa força pujante em querer uma nova relação social, ainda que essa vontade enfrente o poder institucional e cause a morte, a prisão, o exílio, as grandes amarguras e desilusões, como foram os casos de Batista Campos, Felipe Patroni e Angelim, para falar somente dos jovens que a historiografia registra. Nenhum tributo aos jovens das classes subalternas que ofereceram a vida, porque o que poderiam sonhar em ter, lhes foi negado de forma antecipada.

Os livros mais provocativos sobre o assunto são conhecidos pelos que estão nas universidades e desejam aprofundar seus conhecimentos sobre a História do Pará, como professores, pesquisadores, ou por ocasião da elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso, Dissertação ou Tese.

Os autores abaixo são expoentes da bibliografia sobre a Cabanagem oferecida aos jovens estudantes de Belém, especialmente, das últimas séries do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Hage (1993) escreveu sobre a cabanagem em várias obras de Estudos Paraenses destinadas aos alunos do nível médio.

Ao fato histórico – Cabanagem - reserva cinco páginas (58 - 62). Para esse autor a cabanagem foi uma guerra civil que agitou a terra paraense na primeira metade do século XIX. “O nome cabanagem deriva das condições humildes dos revolucionários, que habitavam cabanas, palhoças e tejupares ou ranchos de sapé” (HAGE, 1993, p. 58).

Esse texto sobre a cabanagem chama a atenção por diversos aspectos: mostra o movimento cabano como uma simples oposição de grupos: os nativos e aliados e os de fora, mandados para governar. Destaca os cabanos como jovens e rebeldes, por não quererem aceitar os governos mandados pela Corte. Usa sempre o termo, revolta, rebeldia dos cabanos e resistência por parte dos que são contra o movimento cabano. Em nenhum momento faz referência aos problemas vividos pelos habitantes da época, principalmente pelos índios, negros e pobres. Conta o fato sem antecedentes nem conseqüências.

Meirelles Filho em seu livro “O livro de Ouro da Amazônia” também faz uma ligeira referência à cabanagem. Reserva um terço de uma página, mesmo reconhecendo que a cabanagem foi um dos mais importantes movimentos sociais do país. O autor apresenta que as classes sociais menos favorecidas e pouco beneficiadas com o processo de independência de Portugal logo se descontentaram com a opressão local e iniciam um longo período de contestação. “Esse movimento nativista é, certamente, o de maior significado para a Amazônia. Aconteceu entre 1835 e 1840 e, nesses cinco anos, houve a morte de pelo menos 1/5 dos 150 mil habitantes da província do Grão-Pará (Pará) e Rio Negro (Amazonas)”(2004, p. 118).

Segundo o autor, foi o único movimento social em que efetivamente a população tomou o poder, ainda que por pouco tempo. Incapazes de se organizar para fazer frente ao poderio do novo Império, os cabanos foram enfraquecidos e, ao final, massacrados pelas tropas imperiais. O Brasil da Corte Imperial preferiu ignorar os anseios legítimos da população local e comandar a região da mesma forma que a Coroa portuguesa.

Um outro livro sobre a Cabanagem oferecido a jovens militantes de partidos é o Guimarães (2000), autor ligado a um partido de esquerda. Recupera a cabanagem como movimento revolucionário do povo trabalhador. Diz que foram negros e índios, mas também brancos pobres e pequenos fazendeiros e comerciantes as forças propulsoras principais. Assumiram sua direção e chegaram a governar durante meses. Depois, foram derrotados e massacrados, mas já haviam assegurado a permanência da região como território brasileiro, após a Independência.

Guimarães é muito cuidadoso em detalhar os fatos coletados. Faz uma ponte histórica da cabanagem desde a década de 1820, quinze anos, portanto, antes do desfecho ou auge da cabanagem. O recuo no tempo serve para situar que a insatisfação popular veio se fazendo devagar, sem que os governantes ou grupos portugueses se preocupassem em assegurar o mínimo de respeito aos cabanos. Para esse autor, o próprio nome cabano foi criado pelos portugueses e seus aliados para designá-lo como “coisa de ralé”.

A seu ver, esse movimento foi abafado e justificado como “fúria dos cabanos pelo ressentimento acumulado nos índios durante séculos de colonização portuguesa e por uma explosão de vago e vagabundo ódio de pobres contra ricos” (2000, p.19).

Esse autor enfatiza a participação dos índios e dos homens simples e incultos. Ilustra o fato com o desempenho dos chefes cabanos na organização inicial, na condução dos combates e da resistência e nas estratégias de sobrevivência impostas aos combatentes pela caça dos legalistas.

Neste trecho isso é bem significativo:

(...) logo após sua entrada em Belém, em agosto de 35, os cabanos, criaram um esquadrão de cavalaria, reorganizaram a Guarda Nacional e tomaram outras medidas de aparelhamento militar. Entre outras, uma que seria inovadora e muito ajustada ao meio onde as lutas freqüentemente se desenvolvia: em rios, igarapés e “furos”, e onde a “montaria” – palavra que na região designa os pequenos barcos de madeira, em cujo manejo os índios eram enexcedíveis - era o principal meio de transporte: Criaram esquadrões de barcos artilhados e canoas (GUIMARÃES, 2000, p. 52).

Guimarães, citando Raiol, apresenta o desempenho marcante dos cabanos.

Batidos os rebeldes em um ponto, com perdas mais ou menos consideráveis, eles fugiam, internavam-se nos matos, e pouco depois apareciam fortificados noutros pontos, repetindo os mesmos atentados. Conhecendo os sertões e os sítios, sabiam caminhar tão bem de dia como de noite. Era-lhes fácil viajar por terra ou pelos

rios, e podiam, com vantagem, aproveitar em qualquer tempo as estradas, os caminhos os desvios, que melhor conviessem a seus planos. (2000, fls. 53-54).

Esse autor coloca os índios em três grandes grupos: Os não contactados; os em contato com os portugueses - aldeados às proximidades da cidade e os habitantes da cidade, que viviam na condição de servos escravos, ou sem ocupação definida. Por tudo isso, a participação indígena a favor ou contra os cabanos foi elemento decisivo nas vitórias ou derrotas sofridas.

O mesmo autor afirma.

Diga-se, aliás, que a referência ao índio é obrigatória em qualquer momento da história anterior da Amazônia. Índios foram os combatentes que garantiram a conquista de Belém e de toda a região da foz do rio Amazonas para os portugueses, quando estes expulsaram os holandeses, franceses e ingleses que ali se tinham estabelecido, início do século XVII. Índios formaram o grosso da expedição armada com que Pedro Teixeira subiu o Amazonas até os altiplanos do Peru, em 1637, para estender os marcos da colonização portuguesa muito além do que se estabelecia no Tratado de Tordesilhas. Índios “amigos” foram o principal instrumento que os portugueses tiveram à mão para subjugar índios, e, por esse meio, ter provisão farta e quase gratuita de trabalhadores nas fazendas e outros estabelecimentos da empresa colonial na Amazônia. E índios foram a etnia que maior participação teve na formação da população regional. (GUIMARÃES, 2000, p. 55).

Essa participação decisiva na história regional precisa ser buscada porque, já na época da cabanagem, algumas palavras foram criadas para desvalorizar essa participação dos mais pobres.

Os índios “assimilados” pelo sistema colonial, na linguagem corrente, se chamavam “tapuios”. Essa expressão serviu para designar todos os rebeldes nas comunicações oficiais (idem, p. 64).

Muitos pesquisadores e estudiosos escrevem sobre a Cabanagem. Para uns a Cabanagem é um conteúdo pedagógico. Para outros um desabafo. Foram poucos os que escreveram para as novas gerações. Entre esses, está Di Paolo (1990).

Os principais protagonistas desse acontecimento singular, que marca profundamente a História do Brasil, foram os anônimos, mas politizados “**homens das cabanas**” desta longínqua Amazônia, cuja consciência e atitude política transformaram Belém no centro revolucionário da América latina, durante a década de 1830, em sintonia com os principais centros revolucionários do mundo dos séculos XVIII e XIX (DI PAOLO. Nota para a 2ª edição, 1990).

Esse autor destacou que a Revolução Cabana não foi um fato isolado nem simplesmente um acontecimento político-territorial de horizontes locais, mas se constituiu, numa abordagem histórica-global, um profundo e vasto fenômeno espiritual relacionado com o movimento cultural que agitava a Europa e América na segunda metade do século XVIII e que levou, no início do século XIX, o Brasil à independência: Foi, de fato, uma emergência histórica de problemas sociais crônicos, acumulados pela omissão governamental: Foi uma agitação de idéias políticas e uma tomada de consciência do poder local dentro de uma nova consciência nacional: Foi uma tentativa séria de organização política autônoma de brasileiros na Amazônia: Foi, em síntese, um novo estado de espírito diante da “independência” do Brasil, cuja proclamação encontrava entraves na Região.

Do famoso grito do Ipiranga, “Independência ou Morte”, parecia ecoar, na longínqua Amazônia, a “Morte” diante da impossibilidade concreta de emergir, das relações sociais, a conquista da liberdade aspirada e de sentir o gosto da independência política proclamada.

Segundo esse autor, as raízes da cabanagem estavam no movimento a favor da independência do Brasil e, mesmo que esse movimento dos paraenses tivesse sido revertido em favor dos portugueses, por habilidade e poder militar, criaram profundos sentimentos pela emancipação social.

Para Di Paolo, a cabanagem também foi uma revolução cultural, pois,

[...] os cabanos conseguiram conquistar o poder e o governo não somente pelas armas, mas porque se apropriaram da cultura básica da burguesia em seu estágio revolucionário. Os conceitos de “cidadania” e de “povo”, de “pátria” e de “sociedade”, de “liberdade” e de “igualdade”, constituem não só um vocabulário político avançado, mas um quadro de referência que era indicador da elevada consciência política cabana no longínquo interior da Amazônia (idem, p.369).

(...) O confronto cultural e armado se desenvolveu entre o *vértice dominante*, mas não dirigente por ter perdido todo o poder sócio-cultural, e a *base dominada*, mas dirigente por ter uma proposta política válida para toda a sociedade.

O vértice dominante era formado por portugueses e filoportugueses, altos oficiais militares, maçons e setores do alto clero, comerciantes e latifundiários, constituindo estes uma burguesia de reflexo e aristocratizada, isto é, distante da burguesia revolucionária, não tendo participado nem da revolução industrial nem da revolução liberal. Seu poder no comércio, no latifúndio e na administração pública era resultado de privilégios políticos, e não de conquista social.

A base dominada era composta de proprietários-lavradores, foreiros e pescadores (que, no geral, eram caboclos ou brancos), liberais brasileiros e setores do clero médio e baixo, funcionários públicos e militares, índios e mestiços, negros libertos e negros escravos.

A primeira observação que emerge é que, enquanto o vértice dominante estava vinculado culturalmente a *l'ancien regime*, isto é, ao absolutismo do poder e ao despotismo de governo, a base tinha-se apropriado da cultura revolucionária da época, sintonizando com o ritmo da história. (DI PAOLO, 1990, p. 372).

Aqui estaria a grande contribuição histórica da cabanagem no século XIX. Colocar o poder do Estado em outra direção; na profunda sintonia entre a existência de seu povo e o direcionamento do poder governante. Essa audácia popular foi punida severamente. Tal como o ser jovem quando se rebela contra as instituições oficiais, a cabanagem foi mandada para os porões da história e

[...] a fase que se caracteriza pela emergência de um Povo que luta pela sua “Independência Social”, sacrificando, como consequência de sua opção, sua própria vida. Belém perdeu, neste período, um quarto de sua população urbana e seu interior virou praticamente um deserto humano. É uma fase da história que pertence ao Pará; é uma fase da história que pertence ao Brasil: foi também neste período que se decidiu a questão da soberania brasileira sobre a Amazônia (DI PAOLO, 1990, p. 365).

Esse é o fato histórico “Cabanagem”, visto pela ótica de vários autores ou estudiosos. A síntese do que foi lido pode ser:

- O termo “Amazônia” é utilizado pelos autores contemporâneos. Os autores mais antigos utilizam em seus estudos o termo “Província do Grão-Pará”. As lutas travadas no século XIX são em prol da liberdade e autonomia do povo do Pará. Algumas vezes, esses autores mais antigos falam de Província do Rio Negro (Manaus).

- É comum nos autores o destaque à presença dos índios e dos pobres - negros ou brancos - nas lutas populares da época. Podiam estar do lado do governo português como contratados ou como combatentes revolucionários, porém, a maioria daqueles que morreram ou foram presos pertenciam à classe subalterna da sociedade.

- Os rios e lugares da floresta foram companheiros inseparáveis na resistência e na sobrevivência dos lutadores populares. Os governantes e militares estavam sempre na sede da província.

- Os líderes do movimento de rebeldia popular eram sempre jovens. Alguns deles até ligados aos proprietários de terra/fazendeiros, mas, no momento da luta, eram portadores de novos ideais de justiça e autonomia dos povos.

- Muitos dos líderes iniciaram sua participação mais ativa e efetiva entre os 18 e 25 anos. Entre esses líderes, alguns estavam ligados à intelectualidade e tiveram acesso aos ideais da

Revolução Francesa ou aos movimentos de libertação que se espalharam na Europa. Portugal conheceu esse movimento revolucionário na academia e no governo, porém não permitiu que em suas colônias essas idéias se desenvolvessem. Usou a prisão, a difamação e a morte para os que foram “ousados”.

- Embora a luta fosse por autonomia das nações e libertação dos povos, a escravidão não foi uma bandeira de luta da cabanagem. Pode ter sido uma idéia precursora para os negros e índios escravos. Talvez isso tenha influenciado o assassinato de vários proprietários portugueses pelos cabanos nos momentos em que estes assumiam o poder, mas quando os líderes cabanos, eram aclamados como presidentes da Província castigavam severamente àqueles que cometiam esses assassinatos, criando por sua vez hostilidades no seio do movimento cabano.

- O povo da província do Grão – Pará era fruto da miscigenação de raças, com predominância da mulher indígena.

- Belém no início do século XIX, por meio de várias personagens que foram incorporadas ou reprimidas pelo movimento cabano, participou das discussões que aconteciam na Europa acerca de liberdade e autonomia dos povos.

- A Cabanagem não foi um fato histórico isolado no Brasil. Ele aconteceu exatamente porque o governo do Brasil desconsiderou a existência do povo que aqui residia e descaracterizou a participação popular, mas outras províncias também se rebelaram com a forma de tratamento recebido pelos governantes.

A trajetória do Estado para os povos da Amazônia foi de um profundo distanciamento entre os dirigentes e os habitantes. O poder de Estado veio para a região com o objetivo de garantir a posse dos recursos existentes. E nos momentos em que os habitantes se manifestaram, esse comportamento foi visto como “ameaça” aos governantes locais e nacionais.

Caio Prado (1979) ajuda a ver a trajetória desse Estado quando faz um exame minucioso de como o Brasil atravessou o período colonial até o 2º reinado. Para ele as agitações que tomaram conta da vasta colônia não foram fatos isolados, mas, sim, frutos do desenvolvimento histórico pelo qual passou a nação brasileira.

3.2 Belém - espaço de urbanização

Belém tem sua importância na Amazônia por sua população, seu desenvolvimento histórico-cultural e desafios. Segundo dados do IBGE, do ano 2000, o município de Belém possuía 1.430.614 habitantes.

Essa grande cidade de Belém, no Estado do Pará, norte do Brasil, é apresentada aos residentes e visitantes como principal pólo econômico da região amazônica, pois até o início de 1970, era resguardado seu papel de centro regional e de comando de um processo de polarização político-administrativo, uma vez que a substância das relações econômicas das demais cidades era frágil e a mobilidade de ocupação era lenta ou nula, compondo um fenômeno mais centrífugo que centrípeto. Com o avanço da ocupação capitalista planejada sob o comando do Governo Federal, essa relativa imobilidade dos fluxos demográficos e econômicos se modificou intensamente. Fomentou-se a interiorização, criou-se uma malha rodoviária capaz de relacionar os vários pontos principais do extenso espaço amazônico, além do que, em decorrência do dinamismo das relações políticos-partidárias, houve reforço político-administrativo de vários municípios, inclusive capitais, com reflexos na urbanização regional.

Eliene Rodrigues diz que,

[...] pode-se afirmar que o caráter de metrópole regional para Belém ainda não se extinguiu de todo por dois fatores: a) o estágio do processo de ocupação monopolista, em que as modificações na rede urbana na Amazônia revelam uma fase de transição que poderá levar a novas redivisões administrativas, exigindo algum tempo para a consolidação de tendências; b) a prática decisória governamental nacional, que estabelece hierarquias de espaço-ação do tipo regiões. Nesse sentido, Belém ainda tem o *status* de uma capital regional, não mais sob condição mítica de metrópole-urbe-regional, detentora do monopólio da polarização econômica e política, em declínio, mas como a maior cidade da Amazônia. Não mais cidade-mãe a comandar uma extensa rede de relações espaciais, vez que essa rede se torna difusa e com raios de ação mais reduzidos, como núcleo urbano de expressivo porte demográfico, sede e foco de irradiação de relações econômicas, políticas (RODRIGUES, 1998, p. 117).

A autora citada diz que Belém é apresentada em forma de clichês, que são utilizados com fins ideológicos, buscando-se uma representação simbólica do espaço capaz de provocar respostas populares favoráveis ao contorno de crises urbanas, estimulando-se a identificação entre esse espaço e seus agentes e repassando-a às relações sociais, inclusive às relações mercantis. O turismo, por exemplo, de muito se vale das simbologias sobre espaços e costumes. Para Belém os clichês seriam: Belém – metrópole da Amazônia; Belém – cidade das mangueiras e Belém – cidade morena. Porém essa idéia sobre Belém vem se modificando.

Na década de 1980, a cidade de Belém teve um grande crescimento populacional. Em muitos bairros foram criadas Associações de Moradores ou Centros Comunitários para debater as precárias condições existentes. Duas grandes lutas foram desenvolvidas: O Direito pela posse da Terra e o Direito à Educação, tendo como slogan – Campanha Escola para Todos.

Reunidos em grandes assembléias, os moradores discutiam e aprovavam encaminhamentos de propostas relacionadas à escola. Eram encaminhadas às autoridades municipais de Educação reivindicações sobre a difícil situação das escolas públicas, que não ofereciam vagas para a educação pré-escolar na época – hoje Educação Infantil, e para a 1ª. Série, assim como o reconhecimento, pagamento e manutenção das escolas que os bairros iam criando para que seus filhos pudessem estudar, pois as escolas públicas eram distantes das periferias e sempre localizadas em ruas asfaltadas, colocando em risco as vidas das crianças que, em sua maioria, não estavam adaptadas à vida da cidade.

Essa movimentação popular ficou conhecida em Belém anualmente como a Marcha pela Educação. Teve início no ano de 1981.

A educação como dever do Estado foi discutida nos Centros Comunitários e Associações de Moradores, tendo como referência o art. 176, parágrafo 3º da Constituição, que estabelecia o ensino público e gratuito às crianças de 7 a 14 anos. Denunciavam o pagamento de taxas (matrícula, Associação de Pais e Mestres, merenda, consertos...) e a compra de material escolar e uniforme, despesas que o pouco salário recebido pelos pais não comportava. Denunciavam, ainda, a evasão e repetência dos filhos, o que acabava por não trazer nenhum retorno ao dinheiro gasto.

Mostravam que estavam dando sua colaboração, pois organizavam com os próprios recursos as escolas comunitárias para que seus filhos não ficassem sem escolas. Eram as Escolas Comunitárias. Aos poucos, foram conseguindo uma bolsa-auxílio da Secretaria Municipal de Educação, e a melhoria das condições das escolas comunitárias se transformou numa bandeira de luta, pois dentro dessas escolas eram feitos trabalhos pedagógicos que demonstravam sucesso escolar para as crianças dos bairros, confrontando o discurso de que a evasão e repetência era um problema do aluno e de sua família.

A luta pela Educação em Belém¹⁴, leia-se, nos bairros de periferia, compunham a agenda de lutas dos bairros populares que mantinham uma organização dos moradores. Os bairros que mais se destacaram nessa organização foram: Sacramento, Pedreira, Terra Firme e Jurunas.

No encaminhamento da campanha “Escola Para Todos” estavam as discussões nos bairros sobre “O que é Associação de Pais e Mestres?”¹⁵, assim como a orientação de participação e intervenção dentro dela pelos pais.

¹⁴ Comissão dos Bairros de Belém – CBB. Pesquisa Participante. Belém, FASE, 11 de novembro de 1982.

¹⁵ Comissão de Educação/CBB. O que é Associação de Pais e Mestres. Belém, abril de 1983.

Muitos atos públicos contra o governo e longas caminhadas foram feitos até o Palácio do Governo por essa causa.

A outra frente de lutas protagonizada pela organização dos bairros populares foi pelo Direito de Morar.

Belém teve uma parte muito grande de sua área urbanizada pelos próprios moradores. Foram os moradores das periferias que aterraram as ruas. Enfrentaram a Companhia de Energia Elétrica do Pará e Companhia de Saneamento do Pará para criarem condições mínimas e dignas de moradia.

No bairro da Sacramenta e Marco, uma grande luta somou-se àquela travada pela sobrevivência: pela posse da terra – lugar no qual construíram suas casas.

Depois de ter melhorado o lugar, apareciam os donos, os proprietários dos terrenos. No bairro de Sacramenta, era uma instituição militar e, no Marco, uma família tradicional. Muitos anos foram gastos para que os moradores por meio de suas associações, garantissem a posse definitiva da terra.

Com menor intensidade, a luta pela terra ocorreu também nos bairros do Jurunas, Canudos e Cremação¹⁶.

As lutas por Escola, Terra e Condições Dignas de Vida criaram outra configuração na cidade. Houve um outro tipo de urbanização, não mais ditada pela engenharia, e sim pela estética de sobrevivência das classes subalternas.

Entre o espaço urbanizado pelos governantes e dos habitantes que ocuparam a periferia e que permanecem na cidade criou-se uma outra urbanidade que é marca sua resistência. Eles estão distantes física e socialmente do poder do Estado, do governo e das elites econômicas dirigentes. Mas, tornam-se visíveis em razão da irritação que produzem naqueles que controlam a economia e a administração das cidades. Eles ressurgem em datas previstas, como na grande festa cristã que é o Círio de Nazaré. No momento do Círio, eles se apresentam com todas as marcas da identidade nativa. Desembarcam na cidade sede pelo rio, pela estrada. Ou aparecem em cena quando menos a elite e seus governantes esperam.

Na década de 80, as classes subalternas atuaram plenamente na cena política.

Na época dos movimentos populares em Belém, os jovens estiveram presentes. Na organização dos bairros, nas comissões de trabalhos e nas manifestações públicas. Como

¹⁶ Sobre a posse da terra pode ser lido em Abelém (1988); Trindade Jr. (1997) e no arquivo da FASE em Belém/PA.

estudantes, iniciava-se a luta pela meia passagem para todos os estudantes, com participação de universitários. Muitas das lutas tiveram a participação dos filhos das classes subalternas.

Nos primeiros anos do século XXI, a cidade de Belém teve uma urbanização dirigida pelo governo municipal para muitas áreas de periferia. O Orçamento Participativo trouxe uma outra dinâmica de atuação. O movimento popular, que foi o centro na década de 80 e que estava adormecido ou sufocado, voltou à cena e os dilemas do poder governamental e as necessidades dos habitantes confrontaram-se mais uma vez. Muitas reivindicações foram atendidas. Os jovens, por poucos instantes, fizeram reivindicações próprias nos congressos da juventude e da cidade. Muitas tensões e desencontros na gestão municipal ocorreram, mas não é o propósito desta pesquisa apresentar detalhes sobre essa discussão.

Contudo, as classes subalternas marcaram a formação cultural de seus filhos num processo penoso e tenso de participação política. No cotidiano, sua visibilidade é imperceptível àqueles que não exercitaram a visão para enxergar sua organização institucional e não-institucional. Nesse sentido, a ousadia da existência é equivalente à irreverência dos jovens que confrontam a autoridade dos adultos ou das instituições mesmo sabendo que em alguns momentos de sua vida a ela devem recorrer.

A urbanização típica da sociedade industrial no espaço da cidade de Belém deixa a sua marca nos grandes e luxuosos prédios, nos nomes complicados de alguns empresários que chegam a Belém, para ganhar dinheiro e nas colunas sociais que os enaltecem.

Enquanto os poderosos “fazem o show”, os invisíveis habitantes da Amazônia travam a dura e longa batalha pela existência na cidade de Belém. Seus casebres se multiplicam, seus filhos se espalham pelas ruas e becos são abertos em áreas de difícil acesso, graças a habilidade, adquirida na floresta, de abrir trilhas para plantar, colher ou caçar na natureza produtos necessários para sua existência física e social cotidiana.

A Igreja Católica percebe esse movimento de avanço dos habitantes para ocupar uma posição de existência na cidade. Procura chegar a esses lugares, ainda que com um certo atraso em relação às outras igrejas, com vista a anteceder o poder público ou chamar-lhe a atenção por meio do trabalho de suas comunidades e de seus agentes evangelizadores.

No documento mandado para o Vaticano no ano de 2002, solicitando o desmembramento da Arquidiocese como forma de ficar mais próxima dos fiéis, há uma descrição de Belém dos nossos dias. Faz um histórico da urbanização desde o início do século XX, na qual Belém contava com iluminação elétrica, no interior das casas, e, a gás, nas ruas; duas redes de bondes: uma atrelada a burrinhos e outra, elétrica, em cuja inauguração esteve presente o presidente da

firma que ganhou a concorrência de implantação da rede - James Bond (empresário inglês do setor de transporte); uma invejável rede de esgotos, praças ornadas com as mais belas esculturas e coretos, três cinemas – o mais antigo, por exemplo, ainda em funcionamento no Brasil, é o Olympia (inaugurado em dezembro de 1912), situado na Praça da República, ao lado de onde encontrava-se erigido o Grande Hotel – o maior de todos os hotéis e que teve a honra de hospedar, em 1918, a grande bailarina russa Ana Pavlova; no ano de 1927, o escritor e poeta Mário Andrade, e, posteriormente, já na década de 60, os escritores Paul Jean Sartre e Simone de Beauvoir. Para as cercanias, foram expurgados os nordestinos e os negros após a destruição das rocinhas (casas típicas dessa região, agradáveis e saudadas por naturalistas como Bates e Wallace) por obra do decreto de Lemos, de 1909.

Existiam, ainda, uma central de telex e correios atuantes; companhias de navegação, que muitas vezes levavam as roupas de algumas famílias abastadas, como os Bessa, para serem lavadas em Londres. Foram os Bessa que deram origem à expressão “à bessa”, ou seja, à moda dos Bessa, sempre exagerados. Assim, também, a expressão “sem eira nem beira” nasceu exatamente no período do ecletismo, quando as famílias mais ricas exageravam na decoração das eiras e beiras de suas residências (partes superiores das construções) para comprovar e ostentar o poder que possuíam. Quando as famílias não tinham condições de carregar nesses ornatos, não tinham “nem eira nem beira”, ou seja; faltava-lhes dinheiro. Belém possuiu uma pinacoteca. Famílias influentes, como a do comerciante Paes Barreto, exibiam em suas casas, a “Leda”, do pintor italiano Ticiano, hoje propriedade do Louvre, de Paris. Entre os presentes recebidos por Antonio Lemos, um dos governadores da época, estavam a escultura de Rodin e gravuras de Rembrandt.

Na cidade de Belém existem hoje 26 hospitais, 190 unidades ambulatoriais, 6 postos de saúde e 31 centros de saúde. Embora haja hospitais de excelente qualidade técnica e profissionais competentes, assim como clínicas especializadas em diagnósticos, a maior parte dos habitantes, que não tem condições econômicas, ficam à mercê do atendimento precário e insuficiente oferecido pelo governo. Os hospitais públicos, por isso, ficam lotados com pessoas que buscam socorro para seus problemas de saúde.

No setor educacional, há 1 escola pública de Ensino Fundamental federal; 228 escolas públicas estaduais de Ensino Fundamental; 61 escolas públicas municipais de Ensino Fundamental; 89 escolas particulares de Ensino Fundamental; 1 escola de Ensino Médio federal; 83 escolas de Ensino Médio estadual; 1 escola de Ensino Médio municipal; 37 escolas particulares de Ensino Médio; 1 escola de Ensino Pré- Escolar federal; 8 escolas de Ensino Pré-

Escolar estadual; 85 escolas de Ensino Pré- Escolar municipal e 106 escolas de Ensino Pré-Escolar particulares.

Além das escolas citadas, há diversas universidades e faculdades com campi em diversos municípios: Universidade Federal do Pará, Universidade Rural da Amazônia; Universidade do Estado do Pará, Universidade da Amazônia, Centro Universitário do Pará, Escola Superior Madre Celeste, Instituto de Educação Superior do Estado do Pará, Faculdades Ideal, Centro Universitário Objetivo, atendendo uma média de 100 mil alunos.

A produção agrícola, pecuária e pesqueira volta-se, principalmente, para o abastecimento da cidade de Belém. Essas mesmas atividades são orientadas para exportação para as regiões Nordeste e Sul do País. Belém é afetada pela implantação de grandes projetos minero-metalúrgicos e pela hidrelétrica de Tucuruí, uma das maiores do mundo. Embora os projetos de exploração de ferro e de minerais não tenham tanto impacto no desenvolvimento econômico de Belém, as indústrias estão localizadas em município limítrofe a ela.

Na descrição da cidade de Belém feita pela Igreja Católica se percebe o crescimento dos problemas sociais dos últimos anos e a situação social ficando cada vez mais crítica.

No ano de 1999, foi publicada uma pesquisa sobre o trabalho informal em Belém, e como esse aspecto é significativo,

por ser um dos traços mais marcantes da urbanização de Belém, é o crescimento do comércio ambulante, que revela a criação de novos espaços produtivos para o desenvolvimento das atividades informais e demonstra uma determinada dinâmica de funcionamento do mercado de trabalho local. Em Belém, é observada a existência de uma grande concentração de trabalhadores ambulantes na área denominada “quadrilátero do centro comercial” devido ao alto número de estabelecimentos comerciais ali existentes e que atraem diariamente uma grande quantidade de pessoas. As atividades desenvolvidas pelo comércio informal são as mais diversas: venda de confecções, bijuterias, animais, plantas, brinquedos, alimentos, calçados, utensílios domésticos, materiais elétricos, ferragens etc.

Em geral, os vendedores informais se concentram próximos a ônibus, escolas, cinemas, lojas, *shoppings*, praças, alguns pontos turísticos no centro de Belém – enfim, locais em que o fluxo de pessoas é grande, propiciando a constituição de um mercado consumidor para estas atividades informais (SENA, 1999, p. 31).

Esses aspectos apresentados revelam a diversidade de necessidades e a participação dos habitantes na urbanização da cidade, pois é nesta cidade de Belém que os jovens processam suas relações cotidianas na família, na amizade, no contato com as pessoas e com a paisagem de Belém nas ruas.

3.3 Belém de nossos dias

Em 1986, aconteceria o sesquicentenário da Cabanagem. Governava o Pará Jader Barbalho. Foi acertado que se fariam grandes festejos e que eles deveriam ocorrer no dia em que os cabanos invadiram Belém e tomaram, pela primeira vez, o poder, 7 de janeiro, e não como tinham feito 50 anos antes. Outra decisão: seria construído um memorial alusivo à nossa Revolução.

Dentro das comemorações foi inaugurado o Memorial da Cabanagem, com traços do renomado arquiteto Oscar Niemeyer, em homenagem aos líderes cabanos e seus soldados que, em 1835, lutaram pela liberdade do povo paraense.

As ruas e praças com os nomes a elas atribuídos, assim como os monumentos de uma cidade, devem indicar às novas gerações fatos e personalidades que tenham contribuído para o engrandecimento do povo. Por isso, as ruas, praças e monumentos devem ser valorizados e estudados. Quando apenas fazem parte da paisagem, são pobres reproduções da arte e da história, incapazes de enriquecer a memória histórico-cultural do lugar. Por esse motivo, nesta pesquisa social é de grande validade a observação sistematizada e sistemática do espaço social no qual o objeto de estudo está inserido.

No final da década de 90, mais exatamente a partir de 1997, Belém passou a ser administrada pelo Partido dos Trabalhadores.

Ao chegar no governo municipal, o Partido dos Trabalhadores em cumprimento a seu programa de governo, chamou para a cena política os moradores da cidade para que pudessem definir e acompanhar os melhoramentos que desejavam à cidade, a semelhança do Planejamento Participativo de Porto Alegre – RS.

Atualmente em Belém, pode ser visto monumento, rua, praças e o complexo Ver-o-Rio que falam dos povos da Amazônia e da Cabanagem, que, juntamente, com macrodrenagem envolve 16 bairros e corresponde a 40 % da área continental da cidade imprimem os traços da urbanização neste início de século.

Dentro desse quadro de político-administrativo a Escola Cabana foi um instrumento cultural às novas gerações. A equipe responsável pela Secretaria Municipal de Educação, cujo Secretário era o professor de História Luiz Araújo, oriundo do sindicato da categoria, procura por em prática ações visando consolidar uma política educacional para o Município de Belém, que expressasse os anseios das classes populares por uma vida mais digna e feliz.

O discurso do governante eleito graças a um movimento de articulação entre várias forças políticas do campo progressista e de esquerda, representadas por entidades e organizações populares, como sindicatos de trabalhadores, associação de moradores, partidos políticos de esquerda, entidades estudantis, igrejas progressistas, movimento das minorias, dentre outros, compromete-se a administrar Belém em consonância com os interesses da classe trabalhadora e de todos os setores oprimidos da cidade, invertendo prioridades e estabelecendo políticas públicas, embasadas na garantia do princípio da inclusão social e da democratização do Estado por meio do fomento à participação popular, pautadas nas Marcas de Governo: Participação Popular e Dar um Futuro às Crianças e Adolescentes.

A urbanização de Belém, que embelezou a cidade e esqueceu ou procurou esconder aqueles que um dia sonharam com uma cidade para seus habitantes, no final da década de 90 voltou ao poder sob o slogan “Governo do Povo”, na Prefeitura Municipal de Belém.

O Caderno de Educação n.01¹⁷, no seu prefácio, diz que a proposta da Escola Cabana é um produto das relações sociais estabelecidas com a vitória da frente popular, ou seja, é fruto da vitória do povo de Belém ao colocar na condução da Prefeitura de Belém o companheiro-prefeito Edmilson Rodrigues. O mesmo documento ressalta que a Escola Cabana resgata, no seu nome, a Cabanagem. Não é um simples lance de marketing, é a expressão de uma concepção.

Para trazer de volta a face histórico-cultural da cidade de Belém, a Secretaria Municipal de Educação começou, em 1997, a reorientação curricular visando construir de forma coletiva, com todos os educadores da Rede Municipal de Educação de Belém aliados a outros setores (pais, alunos, sociedade civil organizada), uma nova proposta de educação: a Escola Cabana que expressa uma concepção política de educação sintonizada com o projeto de emancipação das classes populares, pautada nos princípios da inclusão social e da construção da cidadania, e tinha como diretrizes básicas, segundo o documento de 1999:

- A democratização do acesso e a permanência com sucesso;
- A gestão democrática do sistema municipal de educação;
- A valorização profissional dos educadores;
- A qualidade social da educação.

Houve, então, a I Jornada Pedagógica da Rede Municipal de Educação cujo objetivo foi conhecer e iniciar um diálogo com os profissionais da Rede acerca da realidade educacional

¹⁷ Secretaria Municipal de Educação. Escola Cabana: construindo uma Educação Democrática e Popular. Belém, outubro de 1999.

vivenciada no cotidiano escolar para, a partir dela, propor a materialização das diretrizes político – pedagógicas para a Educação Municipal.

Os outros momentos de discussão sobre a proposta de ensino com diferentes segmentos sociais interessados foram: I Fórum Municipal de Educação, Os Encontros Mensais de Formação dos Professores, a I Conferência Municipal de Educação, as Plenárias Pedagógicas das Equipes Técnicas, as Reuniões de Diretores, as Jornadas Pedagógicas de 97, 98 e 99.

A proposta se materializou por intermédio de diversos projetos e atividades implementadas na área de educação, tais como: Bolsa Escola; o PROALFA (Programa de Alfabetização de Adultos); as Escolas Referência para os PNEES (Portadores de Necessidades Educativas Especiais); a ampliação do número de vagas com a construção de novas escolas e a criação dos anexos; a transformação das creches em Unidades de Educação Infantil; os projetos na área de Esporte, Arte e Lazer, e o estabelecimento de uma Nova Lógica de Organização do Ensino em Ciclos de Formação.

Essas ações visavam articular-se na perspectiva de consolidar, em Belém, uma escola pública efetivamente democrática, emancipadora, prazerosa, de qualidade e percebida como um espaço cultural na cidade, onde o foco principal fosse a formação plena de homens e mulheres e a garantia do direito à educação para todos.

A concepção norteadora da Escola Cabana era a visão de homem sob o aspecto de sujeito histórico, produto e produtor das relações econômicas, sociais, culturais e políticas que o transformam e são transformadas pelos conflitos estabelecidos entre as diferentes classes sociais, que se antagonizam na disputa pelo poder hegemônico. A sociedade é uma construção histórica em permanente processo de transformação (SEMEC, 1999, p. 5).

Em 1999, eram 54 escolas de ensino fundamental que integravam a Rede Municipal de Ensino de Belém. Em 41 delas, havia a Hora Pedagógica (HP), momento reservado para estudo e planejamento dos professores nas escolas. Essas escolas já funcionavam com Ciclos.

Na Escola Cabana, a concepção de Ciclos de Formação estava baseada no reconhecimento da existência de diferentes fases do desenvolvimento vivenciado pelos educandos: crianças, adolescentes, jovens e adultos, os quais constroem seu processo de formação a partir de vivências proporcionadas pelo ambiente físico e histórico-cultural.

Sua avaliação, emancipatória, favorecia o acesso e a permanência com sucesso do aluno, pois a Escola Cabana assumia a perspectiva de rompimento com os valores que permeiam a lógica seletiva e excludente da avaliação classificatória, reconstruindo uma nova prática pedagógica, que concebe a ação educativa numa práxis de inclusão social.

Na Educação especial, a avaliação era especializada devido à complexidade do processo de construção do conhecimento da Pessoa com Necessidades Especiais. Era realizada por uma equipe multiprofissional, basicamente formada por psicólogo, assistente social e pedagogo.

Isso era feito partindo-se do princípio de que a lógica de organização do trabalho escolar em Ciclos exigia uma avaliação processual e diagnóstica.

Outras instâncias de avaliação escolar foram consideradas: o Conselho Escolar e Conselhos de Ciclos¹⁸.

A Escola Cabana procurou instaurar uma nova “ordem” na compreensão de Currículo, no qual os conteúdos não estão acabados, mas redimensionados como elementos presentes no cotidiano que, no currículo, comporta todas as dimensões do saber, seja ele empírico ou científico. O que se pretendia era a superação de ações isoladas na escola, construindo coletivamente o currículo, evidenciando situações do tempo presente, compreendendo e desvelando essas situações que podem se apresentar como temáticas, ponto de partida e de encontro das diversas disciplinas, evidenciando os seus limites e avanços, o que só poderia ser feito por meio da interdisciplinaridade como princípio da prática pedagógica.

A Educação Ambiental (EA), como prática sócio-educativa, foi um eixo assumido como possibilidade histórica de construção de uma nova ética sócio-ambiental ancorada nos princípios de inclusão social, democratização do Estado, participação popular e inversão de prioridades, para concretizar no presente – futuro uma escola e cidade mais saudável e feliz.

A EA, como forma de cidadania realizável na esfera da educação escolar, não escolar e informal, requeria adotar a visão sócio-ambiental centrada na reflexão crítica em torno do meio ambiente e comprometer-se com os princípios da interdisciplinaridade, da articulação teórico-prática, da valorização da cultura popular e do papel do sujeito como construtor de conhecimentos, do respeito à diversidade de saberes e experiências da comunidade.

Aos jovens e adultos trabalhadores, o currículo adotou a ação político-pedagógica e cultural pautada nos ideais da Cabanagem, na democracia, no resgate da consciência-de-ser-povo, incorporando a idéia defendida por Paulo Freire, segundo quem a educação deve ser ato de criação da consciência crítica; portanto, deve oferecer condições para um ensino significativo, respeitando a cultura do educando, o saber que eles acumularam nas suas

¹⁸ Conselho Escolar era o espaço privilegiado e coletivo de reflexão de diferentes níveis de atuação na escola e Conselhos de Ciclos era um espaço de reflexão entre docentes, Coordenadores Pedagógicos, pais e alunos visando construir alternativas pedagógicas que auxiliassem educandos e educadores na superação das dificuldades apresentadas.

experiências de vida, incorporando as contribuições científicas das diferentes áreas do conhecimento.

Para esses educandos, a escola deveria ser instrumento para uma atuação como sujeitos históricos.

Ao governo do PT foram feitas críticas por ter incorporado a Cabanagem como marca registrada de sua administração municipal.

O PT, como já foi citado anteriormente, subiu ao poder em uma frente de partidos de tendência democrático-popular denominada “Frente Belém-Popular”, composta pelo PT, PC do B, PPS, PSTU e apoiada pelo PSB, encabeçada por Edmilson Rodrigues e Ana Júlia, do Partido dos Trabalhadores.

Segundo Barbosa¹⁹, integrantes da Ala Jovem da tendência hegemônica do poder municipal, denominada Juventude Revolucionária Cabana (JRC), utilizavam, nas mais diversas manifestações populares, a seguinte palavra de ordem: “Sou Cabano, não abro mão do Socialismo e da Revolução”. (2002, p.154).

Para o autor, em momento passado a memória da Cabanagem já tinha sido usada por outro político do Pará. O governador Jader Barbalho integrava o PMDB, na época partido de oposição ao regime militar. Portanto, teoricamente se identificava com os “poderes do povo” ou com a “causa do povo”. Quando este inaugurou o Memorial da Cabanagem, estaria representando a “união de nosso passado com o nosso presente”. E, coube a Jader Barbalho, como jovem governador, inaugurar o monumento como um novo marco, como exaltação do feito histórico do governador e fortalecendo a identidade paraense.

Em Belém, onze anos depois, na eleição municipal de 1996, apesar de todas as adversidades impostas pelas camadas dominantes da política local, principalmente na luta contra a máquina governista e os interesses empresariais em jogo, foi um dos pressupostos utilizados para simbolizar que o “povo”, 163 anos depois, retomava o poder em Belém.

Se o governo do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), como poder de Estado, construiu um monumento invocando a Cabanagem, o governo municipal criou o slogan o “Governo do Povo” para legitimar o seu discurso, o seu poder e, mais precisamente, o “Poder do Povo”.

Dentro do projeto “político cultural cabano” estava a *Aldeia Cabana de Cultura Amazônica*, cuja principal proposta era a integração das áreas de Cultura, Educação, Saúde e

¹⁹ BEZERRA NETO, José Maia, GUZMÁN, Décio de Alencar (Org.). *Os Herdeiros dos Cabanos: uma análise da apropriação da Cabanagem pela Prefeitura de Belém (1997-2000)* Terra Matura: historiografia e história social na Amazônia. Belém, Paka-Tatu, 2002.

Ação Social, tornando o espaço útil durante todo o ano, e não apenas em data festiva. O prefeito Edmilson Rodrigues teve participação direta no projeto. O esboço original da Aldeia cabana foi dele por ser arquiteto. Os técnicos da Secretaria Municipal de Urbanismo (SEURB) fizeram o projeto final.

Aldeia porque a construção se inspira na formação das ocas dos grupos indígenas, principalmente dos Ianomâmis. Cabana, em reconhecimento à Revolução da Cabanagem, fato marcante da história paraense. A obra foi inaugurada no carnaval de 2000.

O autor da crítica apresenta vários momentos nos quais a imagem patriótica da Cabanagem foi reforçada. A “folia cabana 2000”, a “Caminhada pela Independência” do dia 04 de setembro de 1998 e 1999, promovidas pela Secretaria Municipal de Educação, algumas atividades culturais, como apresentação da Banda Boi Pavulagem, das Crianças do Projeto Moleque Pandeiro e da Escola Circo. Não é propósito deste trabalho analisar o governo do PT em Belém, mas demonstrar que houve, de qualquer forma, um resgate da memória histórica da Cabanagem por meio da introdução de um vasto conteúdo cultural na administração petista, entre elas a Escola Cabana.

Santos (2003)²⁰ analisa a Escola Cabana em Espaço e Tempo Reais procurando focalizar as escolas por sua realidade interna, sobretudo a partir da percepção dos professores.

Para caracterizar as escolas, diz que o Projeto da Escola Cabana resgatou a necessidade de desenvolver iniciativas para explicitamente transformar a organização do espaço e do tempo da escola a fim de atender à demanda de acesso da população à educação. Reintroduziu a necessidade de garantir o lugar do público na educação. Nessa perspectiva, apenas o público poderia garantir o plural, a emergência de diferentes sujeitos sociais na escola. Diante do contexto escolar existente, esse foi certamente um aspecto do desafio à mudança da prática educativa veiculada diante do modelo predominante de escola: a escola que exclui pela repetência, evasão e ensino precário às camadas populares.

Ao fazer suas considerações, a autora reconhece que a Escola Cabana expandiu para toda a rede escolar os Ciclos de Formação e os espaços foram redimensionados na sua estreita relação com o tempo. Houve diferenças na proposta de configuração do currículo numa perspectiva de temas geradores. Houve rupturas e continuidade em relação a aspectos da cultura escolar e docente em face do sistema seriado, quando em comparação interna à década de 90.

Estas mudanças, porém, não ocorreram na quantidade e intensidade esperadas teórica e legalmente. Verificou-se a existência de defasagem entre o proposto e a realidade na questão do

²⁰ TRILHAS. Revista do Centro de Ciências Humanas e Educação. Belém, UNAMA. V.4, n. 2, 2003.

tempo-espaço nas escolas, nos aspectos centrais da organização com a reconfiguração de práticas que ainda provocam seletividade, seqüência e organização de conteúdos escolares nos moldes tradicionais.

A autora apresenta três momentos dos Ciclos: de 1989 a 1992, período de implantação; de 1993 a 1996, de implementação; e de 1997 a 2001, de reestruturação. Seu estudo está relacionado ao último período.

Detectou sinais de mudanças de governo com divergentes posturas no plano político não são tão diferentes quanto à mentalidade e modos de atuar no que se refere à escola, inclusive com pontos de regressão, no caso da Escola Cabana, em algumas medidas antagônicas ao que se apregoava.

Embora não faça um detalhamento do contexto da proposta na administração petista, a autora destaca a dimensão histórica-política da proposta, sendo possível detectar, em seu estudo, que houve alguma mudança no ensino favorecendo muitas crianças das classes populares, porém algumas, mesmo com a preocupação pedagógica, não conseguiram dela se beneficiar.

Essa análise remete a Gramsci, quando diz que,

[...] na escola, o nexa instrução-educação somente pode ser representado pelo trabalho vivo do professor, na medida em que o mestre é consciente dos contrastes entre o tipo de sociedade e de cultura que ele representa e o tipo de sociedade e de cultura representado pelos alunos. A tarefa do mestre, consiste em acelerar e em disciplinar a formação da criança conforme o tipo superior em luta com o tipo inferior. (GRAMSCI, 1978, p. 131).

O envolvimento do professor com o projeto de formação cultural pode ser o elo entre a escola e a experiência de vida e de conhecimento dos alunos. Na questão do jovem, este não entrou no processo da Escola Cabana, pois não há escolas de ensino médio na administração municipal. No entanto, a administração petista direcionou outras atividades para os jovens. Entres essas atividades de formação cultural, estavam as oficinas de danças e esportes e os Congressos da Juventude que foram realizados.

Ainda sobre a Escola Cabana, Cunha (2004)²¹ apresenta alguns resultados da pesquisa realizada sobre a concepção dos professores a respeito da avaliação dentro dos Ciclos de Formação da Escola Cabana.

Neste texto, o autor limita-se a tratar das práticas avaliativas de duas professoras que possibilitaram o sucesso das aprendizagens dos alunos.

²¹ TRILHAS. Revista do Centro de Ciências Humanas e Educação. Belém, UNAMA. V.5. n. 1, Julho de 2004.

Embora faça referência ao termo “Escola Cabana”, ele não apresenta nenhuma informação que indique ao leitor o contexto histórico da Escola ou da proposta pedagógica que foi avaliada. Analisa as práticas das professoras no ano de 2002, citando autores como fontes, mas não faz nenhuma relação ao momento em que esse Ciclo de Formação foi implantado nas escolas municipais de Belém e o enquadramento social, cultural, político e econômico da proposta.

Pela leitura, é possível identificar que as referidas professoras trabalhavam com o Ciclo II que corresponde às séries 3ª e 4ª do Ensino Fundamental. É, portanto, um trabalho pedagógico feito com crianças.

As pesquisas sobre as escolas apresentadas não estão relacionadas diretamente com os jovens estudados, mas mostram um acontecimento importante no sistema educacional do município no qual os jovens estão vivendo.

Além da educação, o governo petista procurou dar uma outra dimensão à urbanização de Belém. A orla da cidade sofreu uma reorganização possibilitando a visitação e lazer próximos à Baía do Guajará até o Ver-o-Rio, numa alusão ao Ver-o-Peso. Muitos bairros nos quais os habitantes ficaram invisíveis por décadas seguidas tiveram calçamento e saneamento compatível com a área. Igarapés nos subúrbios foram canalizados, servindo, a partir de então, como área de lazer e de economia para seus habitantes e criando um espaço urbanizado na periferia da grande cidade.

A cidade recebeu outra configuração urbana. Desta vez, voltou-se para as áreas abandonadas e distantes do centro da cidade.

Anterior a década de 90, houve a deflagração de uma parte do projeto de macrodrenagem da Bacia do Una que iniciou um outro processo de urbanização da cidade.

Nas últimas décadas do século XX, Belém, por obra dos governantes, alterou o traçado físico e de embelezamento da cidade. No meio dessa alteração, muitas informações sobre a Cabanagem foram apresentadas. Algumas dessas informações transformaram-se em “Monumento à Cabanagem”, “atividades culturais, escolares e de intervenção popular no governo da cidade”.

Duciomar Costa foi senador de 2002 até 2004, quando se elegeu prefeito de Belém. Foi líder do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Uma de suas primeiras providências administrativas foi mudar o nome da *Aldeia Cabana*. Estabeleceu como slogan de seu governo a expressão “Metrópole da Amazônia”. Porém, nas peças de propaganda aparece o slogan “Reconstruindo a Metrópole da Amazônia”. Faz referência a Belém, apelidada carinhosamente

de a “Cidade das Mangueiras”, que é a imagem exportada para o mundo inteiro pelo segmento do turismo. Com isso, pretende resgatar aos cidadãos de Belém o orgulho com que outrora eles se referiam à capital, convencido de que a cidade merece um tratamento digno de grandes capitais impulsionadas pelo turismo.

Os governos municipais da cidade de Belém, a partir da década de 90, recorrem ao discurso do Meio Ambiente e da Ecologia com preocupação de resgatar um traço fundamental da cidade das “Mangueiras”. Neste último ano, a gestão municipal definiu um programa de alargamento dos corredores viários da cidade. Nas Avenidas João Paulo II e Duque de Caxias, ambas no bairro do Marco, a destruição dos reduzidos espaços verdes aí existentes não foram sequer discutidos com os moradores atingidos. A Câmara Municipal e outras autoridades fizeram silêncio sobre o cuidado com o Meio Ambiente em Belém.

Nas últimas décadas, há discurso de preservação da cultura dos habitantes nativos e práticas de destruição do pouco que identifica a cidade com a Região Amazônica e suas lutas do passado e do presente. Todos estes fatos marcam o tempo da construção da experiência dos jovens da pesquisa. Na fase de infância e adolescência – década de 90 -, eles conheceram o “Monumento à Cabanagem”. Como jovens, têm a oportunidade de participar direta ou indiretamente de um tempo histórico em que há uma fala, monumentos, ruas e praças construídos em homenagem à Cabanagem, como manifestação da classe subalterna. Fica a pergunta: como esse conteúdo de formação cultural poderá servir para indicar aos jovens a necessidade de participar ativamente das decisões que são tomadas e que repercutem na sua vida?

Por esse motivo, nesta pesquisa social é de grande validade a observação sistematizada e sistemática do espaço social no qual o objeto de estudo está inserido, pois é nesse espaço da cidade de Belém, que esconde, torna confusa ou apresenta uma versão da memória histórica dos povos da Amazônia, que as experiências dos jovens das classes subalternas são construídas. A compreensão da complexidade desse espaço social de moradia permitiu confrontar as hipóteses de trabalho de que os jovens da cidade de Belém são impedidos de aprofundar uma experiência histórica de resistência social, seja pelo desconhecimento ou pela amnésia coletiva, pois sua trajetória existencial foi construída em cima de sombras e de não-ditos da formação cultural dos povos que compõem a Amazônia ou mesmo o Estado do Pará.

As ruas, praças, monumentos e escolas da cidade podem se constituir para os jovens como *locus* de outras construções sociais, pois fazem de Belém seu espaço de existência,

considerando as necessidades de sua faixa etária específica de sujeito de direitos que desponta com seus projetos de vida.

Essas práticas políticas desenvolvidas por governos de partidos diferentes deixaram suas marcas na administração municipal. Os jovens percebem essas concepções de urbanização introduzidas na cidade pelos governantes?

Este conteúdo pode ser transformado em conhecimento e práticas educativas para que os jovens conheçam as lutas sociais que acontecem na Amazônia, ou o contrário: servir para esvaziar uma herança cultural rica em experiências de confronto em “mera erudição” acadêmica, pois toda mudança que ocorre na cidade, com a intervenção ou não do poder público, enriquece a convivência diária e a vida individual e coletiva dos jovens. Os depoimentos coletados permitiram o confronto entre as hipóteses de trabalho formuladas no período de planejamento da pesquisa de que o processo de metropolização de Belém do Pará deu contornos específicos às práticas sociais de protagonismo juvenil às classes subalternas da sociedade e, o processo de modernização da sociedade brasileira indica a formação de um universo homogêneo simbólico entre os jovens das classes subalternas, se comparadas com as classes médias e altas, na zona urbana do município de Belém, mas, esse processo de desenvolvimento das práticas sócio-culturais dos jovens das classes subalternas na cidade de Belém, tem características predominantemente regionais, diferenciando-os das outras regiões do país e por isso, os jovens pesquisados constroem conteúdos políticos-culturais particulares e locais.

Seus depoimentos permitiram apreender que suas experiências foram construídas dentro das experiências coletivas urbanas da cidade.

Dowbor (1998), em seu livro *Reprodução Social*, apresenta alguns elementos sobre a cidade, pois no seu entender,

há uma dificuldade natural de assimilar o furacão de transformações que atinge a sociedade e que exige uma revisão profunda de concepções de como a sociedade se organiza, e a urbanização joga sem dúvida um papel central neste processo. Em pouco mais de um século nos tornamos sociedades urbanas, freqüentemente jogados em megalópoles de dezenas de milhões de habitantes, acotovelando-nos em espaços de densidade impressionante, encavalados em transportes coletivos com pessoas que nunca foram vistas, surpresos de ver o rosto de um vizinho que nos era desconhecido, enfrentando a difícil convivência do luxo e da miséria. Essa mistura de anonimato, de distâncias sociais e de proximidade física gera um universo novo que ainda não aprendemos a administrar (1998, p.369).

Ele enfatiza que as metrópoles constituíram um fenômeno recente, e que,

Somos a primeira geração a conhecer cidades de 15 ou 20 milhões de habitantes, megalópoles com um conjunto de novos problemas e determinações.

Os grandes espaços metropolitanos constituíram-se em geral na continuidade do processo de urbanização que resultou da industrialização e das transformações do espaço rural. Hoje, no entanto, a indústria entrou no mesmo ciclo de redução de volume de emprego pelo qual passou a agricultura, e problemas tanto sociais como ambientais empurram as empresas para centros menores.

As metrópoles surgiram com funções centralizadoras relativamente aos espaços nacionais que as geraram. Hoje, esse papel de “dreno” de amplas bacias econômicas internas tende a ser substituído pelo papel de elo numa rede internacional de “cidades mundiais”, na expressão do economista John Friedmann (1913-1973). (1998, p. 38-39).

Quanto à realidade brasileira,

[...] em 1950 o país era esmagadoramente rural. Em pouco mais de uma geração, de forma interna e caótica, tornamo-nos um país de quase 80% de população urbana. Provocado mais pela expulsão do campo do que pela atração das cidades, esse êxodo rural obedeceu à tripla dinâmica da tecnificação, da expansão da monocultura e do uso da terra como reserva de valor.

O mesmo processo que gera esta situação explosiva abre oportunidades. A população urbanizada é organizável e os espaços locais podem abrir uma grande oportunidade para retomar as rédeas do seu próprio desenvolvimento, e o mundo urbano está fervilhando com as novas tecnologias urbanas. (1998, p. 40 e 41)

Para Edna Castro, isso também aconteceu na Amazônia, pois,

[...] o Norte do Brasil passou a ter as maiores taxas de crescimento de áreas urbanas, aproximando-se da média nacional, sem ter tempo de se preparar para atender às demandas dessa população crescente nas cidades. Há carência de serviços básicos como escolas, postos de saúde, saneamento e emprego. E por isso devem ser avaliados os impactos sobre as demandas da sociedade, pois elas tendem a se direcionar, sobretudo, aos serviços urbanos, como saneamento, habitação, serviços de água e, esgotos, e evidentemente, geração de empregos e rendas. Além disso, o avanço da comunicação religa grupos tradicionais que vivem, por exemplo, de uma agricultura familiar ou de atividades extrativas, cujas sedes de suas organizações se localizam em pequenas cidades, com os mercados nacionais ou internacionais; com as organizações políticas também internacionalizadas pelas alianças continentais; fórum dos povos, ou movimentos sociais, como é o caso dos seringueiros, dos grupos indígenas, quebradeiras de coco de babaçu ou quilombolas. As cidades crescem demograficamente, mas os serviços são de uma enorme precariedade, e a pressão sobre as áreas do entorno enseja a exploração desordenada de recursos minerais e madeireiros, para construção civil (seixo, piçarra, areia, barro...), ou florestais e pesqueiros, como é um bom exemplo o complexo urbano polarizado por Belém. (2005b, p.14 -15).

Por isso, o entendimento sobre as cidades é importante na atualidade da Amazônia, pois a maior parte de sua população se encontra em áreas urbanas, pelo censo de 2001. O norte do país teve elevada sua taxa de urbanização, mas os programas governamentais voltaram-se para o crescimento de cidades em áreas de fronteira, a exemplo da região cortada por estradas, no sudeste do Pará, no leste de Rondônia e na Transamazônica. Esse descaso terá conseqüências sociais significativas pois,

[...] situações críticas decorrentes da urbanização desordenada na periferia de grandes e médias cidades testemunham a grande carência de serviços de água, saneamento e coleta de lixo, que tem incidência sobre o estado de saúde dessas populações. Quanto às doenças transmitidas pelo vetor água, os dados revelam um crescimento nas áreas urbanas, inclusive, naqueles casos em que se havia alcançado anteriormente um controle de sua expansão (caso da dengue). Os rios urbanos, numerosos, sofreram violento processo de assoreamento. Esse quadro de urbanização desordenado constitui um exemplo de urgência em gerenciamento ambiental, sobretudo tendo em vista o crescimento exponencial da população e a tendência atual de direcionamento de novos contingentes de população para a costa. É por isso que as cidades da Amazônia acompanham o debate sobre o direito à cidade e à cidadania pelo acesso aos seus serviços, que se tornou, no país, questão central no pensamento que está associado à gestão ambiental. (CASTRO, 2005b, p. 14).

É nesse contexto do norte do Brasil que está sendo construída a experiência juvenil na pesquisa realizada. Há os jovens que nasceram em Belém e jovens que residem em Belém. Estes últimos vieram de outros municípios paraenses ou do Estado do Maranhão. Vieram para estudar, trabalhar ou viver na cidade.

Belém é apresentada por vários discursos: dos governantes, dos habitantes e da classe empresarial ligada ao turismo local, nacional e internacional. É com esse discurso que as companhias de turismo iniciam suas programações. O passeio local pela Estação das Docas, Ver-o-Peso, Mangal das Garças, Casa das 11 janelas, enfatiza uma pequena mostra do que seja a imensidão dos rios da Amazônia.

Na imensidão dos rios estão lado a lado os navios e barcos de grande porte e os barcos e canoas dos nativos.

A mesma água que, para os grandes barcos e navios, parece embalar a viagem, para os pequenos barcos (pô, pô, pô) e canoas, requer a experiência do “mestre” (piloto) para levar adiante a travessia pela Baía do Guajará.

Nos meses de dezembro a maio, que correspondem aos meses de chuvas mais intensas, só a necessidade de resolver importantes assuntos pessoais, de saúde ou financeiros, justifica enfrentar essas aventuras rotineiras.

Nos últimos anos, foi iniciada uma linha fluvial com um grande barco do Governo Estadual fazendo a travessia do Distrito de Icoaraci – a 1 hora de Belém - até a ilha de Cotijuba, para que os moradores tivessem o acesso mais rápido à capital e os turistas pudessem conhecer as ilhas próximas a Belém e o modo de vida dos ribeirinhos. A travessia da ilha de Cotijuba para Belém é uma entre as dezenas de lugares em que o deslocamento por água ainda é a forma mais popular, entenda-se mais barata, de chegar até a capital.

No roteiro dos turistas estão, ainda, o Museu Emílio Goeldi e o Parque Zôo-Botânico Rodrigues Alves, ressaltando a flora amazônica. Não podem faltar os passeios à Catedral de Belém e à Basílica de Nazaré, que é o local em que se realiza o Círio de Nazaré que acontece todo ano no segundo domingo de outubro.

As comidas apresentadas a ser consumidas - pato no tucupi, maniçoba e vatapá e a bebida tacacá - são também fontes de imagens sobre a região, com um forte apelo à identidade nativa.

As imagens de rios, florestas e igrejas são colocadas diariamente nas peças de publicidade. As pessoas, quando aparecem nas imagens, estão demonstrando uma dança, um costume exótico ou um nativo típico. Os habitantes são pessoas secundárias diante de elementos da natureza amazônica.

Nesta cidade, pouco é dito sobre os outros Estados que integram a região amazônica.

Mas, falar de cidade é também falar de cidadania e de segurança urbana para seus habitantes, como faz Caccia-Bava que,

[...] ao discutir direitos civis dos jovens e a insegurança urbana, alerta que o Brasil foi o país hospedeiro do encontro no Rio de Janeiro, em janeiro de 1992, que produziu as premissas para o desenvolvimento sustentável para toda a humanidade, dizendo que, já na virada do século a insegurança urbana emergente, derivada de práticas as mais violentas, se associa ao quadro dramático da desagregação humana, urbana e ambiental de grupos que se enraizam em todas as grandes e médias cidades Brasileiras. (CACCIA-BAVA, 2004, p. 53).

A importância da segurança urbana é que,

[...] nelas os jovens e as jovens circulam o dia inteiro em decorrência de seus vínculos com empresas, nas suas atividades de formação profissional, e à noite, nas escolas.

Eles têm, dessa maneira, uma experiência comum e incomum sobre os aspectos da violência urbana. Comum, pela semelhança; incomum, pelo testemunho de práticas de agressão. (CACCIA-BAVA, 2004, p. 60).

Esse raciocínio permite ao autor, concluir.

Pode-se afirmar que, na sociedade brasileira, aos dezesseis anos e dezessete anos de idade os jovens começam a viver um processo de abandono cívico e não-proteção institucional, discriminação cultural e exclusão dos horizontes da cidadania, que mais dizem respeito à ausência de direitos civis do que às condições materiais precárias de existência imediata. No entanto, esses mesmos jovens indicam a importância de a sociedade afirmar um princípio básico de justiça para abordar o tema da segurança na cidade, em níveis diferenciados. (CACCIA-BAVA, 2004, p. 61)

4 A EXPERIÊNCIA CONSTRUÍDA PELOS JOVENS URBANOS EM BELÉM

Nos capítulos anteriores, houve o propósito de acentuar alguns elementos da história e da cultura dos povos que habitam a Amazônia e a cidade de Belém.

O contexto amazônico foi apresentado por meio de vários momentos de formação do Estado Brasileiro, desde o encontro dos povos com existências diferentes, passando pela subjugação dos povos locais, até a abolição da escravidão, por mais que o século XX não tenha merecido uma análise exaustiva das tensões ocorridas na Amazônia paraense.

A Amazônia como um mito existe na linguagem dos povos e dos governantes da América Latina e de outros povos e governos que mantêm relações comerciais com o Brasil.

A distância entre a Amazônia e o poder central do Brasil não impediu ou impede que o desenvolvimento econômico nacional e internacional tracem suas diretrizes de uso e troca dos recursos existentes.

Nas épocas passadas e hoje, as diretrizes traçadas continuam submetendo e esmagando os habitantes que fazem da relação homem e Natureza uma coexistência rica e profunda.

A cidade de Belém é o *locus* da diferença e da tensão entre existência local, nacional e internacional. O novo e o velho convivem, se enfrentam, se fundem e se reconstróem.

A velha forma do capital, que é a sua necessidade de controlar socialmente uma força natural, de utilizá-la, de apropriar-se dela ou domá-la por meio de obras em grande escala feitas pelo homem, desempenha o papel mais decisivo na história da indústria. As indústrias daqui são especiais: hidrelétricas e fábricas de alumínio. A matéria-prima: a água, o ferro, a bauxita, calcáreo. A cidade de Belém é a sede do poder que entra sem pedir licença aos donos do lugar.

Muito se pode dizer dessa cultura urbana da cidade, ou seja, dos comportamentos que tecem as relações sociais cotidianas na sociedade capitalista contemporânea.

Belém é isso. Linda, reluzente, atrativa. Pessoas de várias etnias, idades e nacionalidades, com estilos de vida e de trabalho diferentes e justapostos. Tempos e vidas. Ritmos frenéticos e de banzeiro. A opulência de poucos e a miséria de muitos. É a diferença do modo de vida urbano qualificando e desqualificando a existência dos vários grupos sociais, simultaneamente.

Dentro dessa reprodução ampliada de diferenças nas relações sociais estão os jovens.

E o objetivo dessa pesquisa foi estudar os jovens das classes subalternas na cidade de Belém, no Estado do Pará, perante as culturas modernas consumistas e produtivistas, procurando analisar os aspectos urbanos da cidade que favorecem ou dificultam sua sociabilidade nesse

local que passou e passa por intensas mudanças. Mudanças essas que aconteceram e acontecem por conta dos investimentos capitalistas que têm grande divulgação na mídia.

Ultimamente, por exemplo: a inauguração da fábrica de cerveja Shincariol na cidade, e os megashows que se realizam com frequência na cidade para entretenimento, envolvendo, principalmente, os jovens são vistos como oportunidades de desenvolvimento econômico e social.

Neste capítulo, os jovens entrevistados serão identificados como jovens nascidos e residentes na cidade de Belém. Não houve nenhuma referência de gênero por não ser o objetivo deste trabalho.

Os jovens foram identificados num processo como diz Caria de

[...] relação social de investigação considerando-se que esta sendo utilizado o conceito de etnografia enquanto descrição do processo de recolhimento de dados empíricos durante um período de tempo, e que utilizou como instrumento central a observação participante num contexto local específico, acompanhando o cotidiano de vida de um grupo social particular. (CARIA, 1999, fls. 5-6).

Essa postura metodológica tem em Telmo Caria um grande defensor. Ele mesmo argumenta que,

[...] a investigação envolve características que considera relevante para o modo de conceptualizar o processo de construção do conhecimento científico; (1) o investigador foi tido como um “estranho competente”, isto é, alguém que apesar de exterior ao grupo é reconhecido como detendo competências naquilo que é culturalmente específico ao grupo de trabalho; (2) o grupo possuía capacidades para se aproximar da racionalidade científica da investigadora. Assim, existia um amplo espaço de potenciação da reflexividade entre os universos simbólicos das duas partes, facto que tornou a investigação mais permeável à influência dos etnocentrismos iniciais de cada um e aos efeitos das desigualdades culturais (CARIA, 1999, p. 6).

A apresentação da fala dos jovens é para ressaltar a percepção social deles, como um sujeito coletivo, que é o morador da cidade de Belém. Partiu-se das falas, em estado bruto, que ao serem submetidas a um trabalho analítico, permitiram selecionar os principais temas e idéias presentes nos depoimentos individuais e na reunião deles, terminando sob uma forma sintética, por meio do qual se buscou a reconstituição da representação social ou, mais precisamente, de pensamento do jovem como um sujeito coletivo dentro da cidade de Belém.

Esses jovens formam uma rede de relações constituídas por algum tipo de afinidade que se objetivou de maneira espontânea, muitos jovens foram indicados por jovens que responderam a entrevista. Com isso se quer afirmar que o processo de pesquisa contribuiu também para a

aproximação dos jovens entre si, por meio de uma territorialidade própria, e por isso, significativa.

Entre os entrevistados, estão jovens nascidos e residentes em Belém, do gênero masculino e feminino. No subgrupo, residentes, estão homens que estudam no Instituto Regional de Formação Presbiteral – IRFP, conforme foi explicitado no ponto um, os jovens da pesquisa. O fato de integrarem famílias de pequenos agricultores os faz trazerem com maior intensidade essa experiência para o plano de sua consciência.

Os depoimentos mais significativos dos jovens (entrevistados em 2004 e 2005) serão apresentados antecedidos por travessão, (-), assim o leitor poderá acompanhá-los como respostas para as questões formuladas.

Os itens em *itálico* referem-se ao conteúdo das questões do roteiro da entrevista para permitir maior clareza das manifestações juvenis.

O formulário, no item três (3), contém dezessete perguntas sobre as experiências de vida dos jovens, objeto deste capítulo. Suas respostas serão analisadas em cinco grupos temáticos: 1- A ética da existência juvenil; 2 – Reprodução Social na experiência juvenil em Belém; 3 – Contemporaneidade na cidade de Belém; 4 – A construção social da cidade na ótica juvenil, o que ajudará na compreensão da existência dos jovens na cidade de Belém e 5 – A formação dos jovens nos grupos.

O primeiro bloco agrupou três questões que serão examinadas sob o título de ética da existência juvenil. São elas: A primeira (1^a), o que o jovem considera mais importante na sua vida, a terceira (3^a), o que o jovem gostaria de ter para sentir-se feliz, e a sexta (6^a), o que o jovem possui que não gostaria de dividir.

4.1 A ética da existência juvenil

Os jovens consideram *importante em suas vidas* do ponto de vista das relações sociais:

1 – *Expectativas sobre as relações sociais cotidianas:*

- Paz espiritual, em segundo lugar o amor do próximo em terceiro lugar segurança.
- Paz no meu dia a dia.
- Saúde, de paz. Não em termos materiais em termos espirituais.

- Muita atenção, calma e paciência.
- Saúde e de muita saúde, não só para mim mas para toda a família, mas pra todo mundo.
- Mais de conhecimento, de paciência, de tempo pra descansar por que ando muito agitado e acho que materialmente preciso muito de livros pra eu poder estudar.
- A possibilidade de viver bem com todas as pessoas com as quais eu acredito ser obrigado a viver.
- Somente do básico para a sobrevivência e o tenho.
- Respeito.

As respostas correspondem a expectativas de paz, saúde e livros, muito mais de que aos aspectos econômicos que prevalecem na sua convivência com a sociedade contemporânea e que enfatizam os bens materiais como parte integrante das relações familiares ou sociais.

Do ponto de vista das expectativas sobre as relações sociais cotidianas, os jovens estão indicando preocupações humanitárias apoiadas nas relações pessoais e em práticas salutares da convivência humana.

2 – O estudo, trabalho, dinheiro.

- O mais importante é meu estudo, é a única coisa que posso fazer de melhor pra mim, arranjar um emprego melhor, um emprego mais fácil, mais leve.
- É mais importante na minha vida é a oportunidade que o jovem tem de estudar e se formar na universidade. Para mais em frente conseguir emprego, onde ele possa se firmar para toda sua vida.
- Preciso da família, estudo, trabalho, e bom no meu caso, da igreja.

Para esses jovens o estudo, o conhecimento, é importante para sua trajetória existencial, pois está ligado ao emprego, e não ao trabalho. O emprego é a marca da sociedade capitalista e o desemprego, o estigma do não-ajustamento a ela.

- O que me falta, no caso seria o trabalho, o que falta na minha casa é isso também, pois em casa só minha mãe e meu irmão mais velho – homem que está trabalhando, só ele está empregado.

- No meu dia a dia preciso trabalhar, do meu emprego, preciso também dedicar tempo aos estudos e pra diversão também, afinal de contas eu sou jovem tenho 25 anos, e de vez em quando preciso desse tempinho.

O trabalho está ligado a uma atividade necessária à vida social e familiar, e não apenas ao jovem. O jovem consegue captar que a falta de emprego na família desestrutura as suas relações pessoais.

- Para o meu dia a dia preciso de dinheiro.

- O que eu preciso é do dinheiro, pra ser feliz é ter uma condição de vida estável economicamente falando.

O dinheiro compra bens disponíveis na sociedade urbana; ele condiciona uma vida estável, porém, nos jovens entrevistados, o discurso do consumo não é predominante. Quando Paul Singer (2005) analisa a *juventude como um coorte*, interpreta que os jovens podem mudar o mundo e pensam fazê-lo, mas é preciso garantir às famílias um mínimo de renda suficiente, que permita aos jovens frequentar escolas e cursos de educação de jovens e adultos, pois é possível visualizar que os jovens brasileiros irão à luta por um Brasil melhor desde que obtenham as bases materiais mínimas de sobrevivência.

A vida está além das relações sociais e econômicas. Elas estão presentes e fazem parte da existência, que orienta para relações mais amplas.

Assim a *felicidade* para os jovens se apresenta como:

1 – Sentir-se protegido.

- Estar perto da minha família e das pessoas que eu gosto.

- Sempre ter algumas reclamações, mas que são normais em todas as famílias, no meio do mês falta dinheiro, no fim do mês falta dinheiro, no início do mês está tudo bom. São essas coisas normais que a gente acompanha, normalmente na família brasileira, esse é o cotidiano.

- Ter mais disponibilidade para ajudar meu próximo, eu ajudo as pessoas na medida do possível, mas eu queria ter mais disponibilidade de trabalho.

- Gostaria de ter minha própria casa.

- O que eu preciso é do dinheiro, pra ser feliz é ter uma condição de vida estável economicamente falando.
- E pra me sentir mais feliz, acho que se tivesse junto com meus pais, morando com eles.
- Para me sentir feliz, eu já me sinto realizada, feliz em estar fazendo a vontade de Deus.
- O que eu quero é saúde. A saúde é mais importante.
- Para ser feliz quero me realizar profissionalmente, ter meus bens e constituir uma família.
- Para ser feliz preciso da minha filha do meu lado.
- Para ser mais feliz, gostaria de ter meus parentes mais perto de mim.
- Eu gostaria de ter pra valer, pra me sentir mais feliz, não que eu tenha, Deus.
- Eu gosto de me sentir feliz e a sempre algo importante para fazer.
- Para ser feliz eu preciso ter a família ao lado.
- Gostaria de ter minha família morando perto de mim.

Saúde, paz, emprego, estudo, luta e renda mínima são categorias empíricas, com as quais os jovens urbanos estão formando sua consciência. A proteção para os jovens está composta de vários elementos que nem sempre são garantidos na sociedade urbana, como amor, união, diálogo, compreensão e apoio da família.

- Para me sentir feliz gostaria de ter um pouco mais de paz.
- Preciso de paz no meu dia-a-dia.
- Para ser feliz preciso de mais amor.
- Para ser feliz preciso de mais união na família. Falta na família união e paz.
- Para mim através do diálogo eu consigo ser feliz, somente com diálogo eu anseio fazer a união deles.
- Gostaria de ter mais compreensão e liberdade.
- Para ser feliz preciso do amor, do amor com meus pais, a convivência, uma boa relação entre a minha família.
- Eu sou feliz e um pouquinho mais de união pra gente ser mais feliz.

- Eu gostaria de ter saúde, como já disse.
- Para sentir-se feliz eu acredito que é estar bem comigo e com as pessoas. É fundamental estar bem conosco mesmo e estar de bem com as outras pessoas. Isso implica um resultado positivo que seria a paz existente.
- Para me sentir feliz em primeiro lugar paz, para todas as pessoas e, principalmente na minha família.

Para esses jovens, a existência é composta de relações sociais alicerçadas numa rede de convivência pessoal, mas do que de relações mercantis. Mesmo quando a sociedade de mercado direciona o comportamento para o consumo ainda é possível encontrar jovens que colocam sua existência numa outra dimensão, embora façam essa experiência imersa na sociedade abundante de bens de consumo.

2 – Contentar-se com o que possuem.

- Para ser feliz, eu já sou feliz, eu posso me considerar uma pessoa feliz. Agora eu não penso em nada que possa me fazer feliz.
- Eu já sou feliz com tudo que tenho.
- Para ser feliz, eu acho que não preciso ter nada, a questão da gente ser feliz, felicidade ela é muito momentânea, você aproveita hoje, amanhã você lembra com saudade e vice-versa e assim a gente vai vivendo, vai levando.
- Eu já tenho tudo o que preciso para ser feliz.
- Eu me considero uma pessoa feliz, eu acho que uma pessoa ter não é tão importante assim, primeiramente, por que as coisas materiais não trazem felicidade, ajudam a pessoa a viver bem confortavelmente, mas, isso não é tudo.
- A minha felicidade independe do ter, porém se me permite usar o verbo quero ter sempre amigos por perto.

Para Jurandir Freire Costa, uma primeira observação a ser feita é que a concepção de sociedade regida pela economia de mercado é tão imaginária quanto qualquer outra do gênero. Dizer que uma concepção é imaginária não significa dizer que ela é impotente para alterar a realidade. Ao contrário, boa parte do que condiciona os ideais de vida e as condutas cotidianas são *crenças imaginárias*. Ou seja, diferentemente das coisas materiais, que independem dos

desejos e aspirações humanos para existir, as crenças culturais são produtos de um modo de agir e pensar as ações. (2004, p. 76).

Os jovens não gostariam de dividir:

1 - Objetos pessoais.

- Bom, não gostaria de dividir os meus objetos pessoais e de higiene principalmente.
- Não gostaria de dividir minha escova de dentes.
- Bom, eu não posso dividir a minha cama.
- Bom, não gostaria de dividir os meus objetos pessoais e de higiene principalmente.
- Dinheiro, não gostaria de dividir.
- Eu não gostaria de dividir material de higiene pessoal.

Os objetos são os únicos patrimônios que os jovens possuem. Não geram riqueza, não são duradouros; são objetos de uso pessoal considerados pela sociedade de consumo como básicos. O consumo de objetos é uma forma de satisfação permitida pela cultura atual. E as formas de satisfação são variadas. No caso em questão poderia ser dito: “não quero dividir algo que me faz ser o que sou”.

2 – Pessoas.

- Não quero dividir com ninguém meu marido, com certeza meu marido não gosto de dividir com ninguém.
- Não gostaria de dividir a minha mãe.
- Como toda mulher eu não gostaria de dividir o meu marido com outra mulher, lógico.
- Eu não gostaria de dividir com ninguém meu namorado.

As falas ressaltam relações sociais profundas. Se forem separadas umas das outras, causam desagregação na própria existência social. Esta forma de satisfação em ter as pessoas é

um dos componentes indispensáveis ao funcionamento da cultura e da formação da consciência pessoal dos jovens.

3 - Sentimentos íntimos.

- Não gostaria de dividir os meus segredos, por que são meus e eu não gostaria de dividir com outras pessoas.
- Eu não gostaria de dividir o meu lado negativo, as minhas tristezas, angústias. Somente as coisas boas.

A existência social é construída pelas experiências positivas e negativas da pessoa e do grupo. A experiência pessoal passa pelo corpo e pelo sentimento. Quando os jovens dizem que não querem dividir o que é triste e negativo, preservam nas relações sociais a experiência afirmativa do ser.

Mas há entre eles manifestações de disposições de que tudo pode ser dividido.

- Não tenho nada que não gostaria de dividir.
- Tudo o que tenho gosto de dividir com os amigos e com as pessoas que estão mais próximos de mim.
- Sou muito caridoso e generoso, modéstia a parte, por isso compartilharia e daria qualquer coisa minha com qualquer pessoa que fosse mais necessitada.
- Eu ainda não descobri se tenho alguma coisa que não gostaria de dividir com ninguém, eu até quando ganho alguma coisa, ou compro alguma coisa eu sempre gosto de repartir, trazer o que eu adquiro para dividir com as pessoas.

Essas três questões e suas respostas mais significativas identificam a necessidade de acesso aos bens de consumo que estão disponíveis na capital amazônica.

Para Néstor Canclini, “na linguagem corriqueira, consumir costuma ser associado a gastos inúteis e compulsões irracionais. Essa desqualificação moral e intelectual se apóia em outros lugares-comuns sobre a onipotência dos meios de massa, que incitariam as massas a se lançarem irrefletidamente sobre os bens” (CANCLINI, 1999, p. 75). Esse argumento permite considerar que a felicidade estaria ligada diretamente aos bens de consumo obtidos. E mais

ainda, os bens de consumo atuariam como marca ou identidade daqueles que conseguem possuí-los.

O artigo *Perspectivas da Juventude na Sociedade de Mercado*, apresenta uma definição sobre as mercadorias adquiridas por meio de compras.

A maior parte da população tem um poder de compra extremamente baixo e alguns, para possuir o que desejam, roubam ou furtam. Os chamados objetos de consumo, dessa forma, nem são *consumíveis* nem estão *igualmente disponíveis* para todos os indivíduos. A produção de objetos é *seletivamente* distribuída pelos que têm muito dinheiro, pouco dinheiro ou nenhum dinheiro. [...] Sendo assim, o *consumismo*, é o modo que o imaginário econômico encontrou de se legitimar culturalmente, apresentando as mercadorias como objetos de necessidades supostamente universais e pré-culturais, e ocultando, por esse meio, as desigualdades econômico-sociais entre os potenciais compradores (COSTA, 2004, p. 77).

Nesse sentido, quando os jovens consideram importante em suas vidas a própria família - pais, esposo/a, filhos, pai e mãe, amigos e os parentes -, colocam aspectos opostos e desprezados pela sociedade produtivista e consumista, como a capacidade de refletir, de olhar para si, de olhar para a realidade, de transformar, de colaborar para uma mudança, no discernimento vocacional; no amor à vida com saúde, educação de qualidade, comida para todos; nos princípios de verdade, fidelidade; na sinceridade, em suma, na valorização da vida e nas experiências dos próprios jovens.

O estudo e o trabalho aparecem nas respostas, porém a ênfase é menos intensa, pois,

[...] en América latina la exclusión social no es um fenómeno de las últimas décadas, há sido siempre la situación que han debido aceptar grandes mayorías, aunque pudo haber-se amplificado a partir de la aplicación de políticas neoliberales. Em el médio urbano, la marginalidad social sustento em los 60 varios desarrollos teóricos sobre las causas y las dificultades de la sociedad latinoamericana para crear mecanismos efectivos de integración social. El derecho al trabajo, aunque reconocido em las leys máximas de las repúblicas, nunca estuvo garantizado para el conjunto de la ciudadanía, y esto há sido similar para otros bienes básicos (ZICCARDI, 2001, p. 99).²²

²² A tradução deste texto. Na América Latina, a exclusão social não é um fenômeno das últimas décadas. Tem sido sempre a situação que se devem aceitar as maiorias, ainda que pudesse ser agravada a partir da expansão das políticas neoliberais. No meio urbano, a marginalidade social tem se sustentado nos sessenta desenvolvimentos teóricos sobre as causas e as dificuldades da sociedade latino-americana para criar mecanismos efetivos de integração social. O direito ao trabalho, ainda que reconhecido nas leis máximas das repúblicas, nunca esteve garantido para o conjunto da cidadania e isto tem sido parecido para com os outros bem básicos. (ZICCARDI, 2001, p. 99).

Os relatos demonstram que a experiência de vida mais imediata está ligada à família. Também é marcante a presença dos amigos. Esses aspectos da convivência cotidiana estão na base da existência do grupo pesquisado. Porém outros elementos compõem esta convivência diária e são indicadores de uma visão mais ampliada do cotidiano. A alegria que pode estar ligada à diversão, à liberdade, à reflexão sobre a contribuição individual crítica, os estudos e o trabalho, pois é isso que experimentam no cotidiano.

Sarti faz comentários significativos sobre a família e individualidade como um problema da sociedade moderna apresentando esse grupo como a concretização de uma forma de viver os fatos básicos da vida como sexo e a reprodução humana; a família se relaciona com o parentesco, mas não se confunde com ele.

O parentesco é uma estrutura formal que resulta da combinação de três tipos de relações básicas: a relação de consangüinidade entre irmãos; a relação de descendência entre pai e filho e mãe e filho; e a relação de afinidade que se dá pelo casamento. Essa é uma estrutura universal, e qualquer sociedade humana se forma pela combinação dessas relações. A família é o grupo social concreto por meio do qual se realizam estes vínculos (SARTI, 1997, p. 41).

Hoje fala-se da perda de identidade da família como o lugar de proteção e apoio social. Para a referida autora isso acontece porque,

[...] no mundo contemporâneo, as mudanças ocorridas na família relacionam-se com a perda do sentido da tradição. Vivemos numa sociedade em que a tradição vem sendo abandonada como em nenhuma outra época da História. Assim, o amor, o casamento, a família, a sexualidade e o trabalho, antes vividos a partir de papéis preestabelecidos, passam a ser concebidos como parte de um projeto em que a individualidade conta decisivamente e adquire cada vez maior importância social.

A afirmação da individualidade sintetiza o sentido das mudanças atuais, o que tem implicações evidentes nas relações familiares, fundadas no princípio da reciprocidade e da hierarquia. Esse processo foi impulsionado basicamente pelas mulheres, a partir de um fato histórico fundamental: a possibilidade de controle de reprodução que permitiu à mulher a reformulação do seu lugar na esfera privada e sua participação na esfera pública.

A partir do momento em que existe espaço social para o desenvolvimento dessa dimensão individual, os papéis familiares se tornam conflitivos na sua forma tradicional, embora a vida familiar continue tendo o mesmo valor que sempre teve.

O problema da nossa época é, então, o de compatibilizar a individualidade e a reciprocidade familiares. As pessoas querem aprender, ao mesmo tempo, a ser sós e a “ser juntas”. Para isso, têm que enfrentar a questão de que, ao se abrir espaço para a individualidade, necessariamente se insinua uma ou outra concepção das relações familiares (SARTI, 1997, p.41).

Dessa forma, não se deve estranhar que a felicidade para esses jovens seja pessoal e complementada por outras pessoas tendo em vista que a segurança vem do apoio recebido para que possam viver. Ser feliz é estar em equilíbrio com as pessoas ao redor, familiares ou não, e se contentar com aquilo que se tem. Em nenhum momento apareceu nos depoimentos o papel da organização política para a obtenção dessa felicidade.

Quando os jovens pesquisados dizem que não gostariam de dividir pessoas, sentimentos íntimos e os seus objetos pessoais, eles se afirmam como sujeitos de direito, mesmo que apareça quem diga que não quer dividir nada ou que tudo o que possui pode ser dividido.

Os jovens da pesquisa fazem parte das classes subalternas. Os pais e parentes são trabalhadores: agricultores, balconistas, servidores públicos, artesãos, autônomos (donos de pequenas vendas ou comércio) ou fazem trabalhos informais. São pessoas que não dispõem de muitos recursos financeiros. Os filhos, na maioria, são estudantes e acompanham os pais em algumas tarefas. O dinheiro que recebem é pouco. Isso pode ser traduzido nos bens que possuem e que na cidade grande são escassos e precários.

Essa forte ligação entre as pessoas, apresentada pelos jovens da pesquisa pode ser explicada pela visão de Grynspan (1997), citado por Ziccardi, de que isso

[...] acontece nas sociedades latino-americanas porque, ao contrário da sociedade européia, hoje a pobreza é uma situação de privação e impotência. Privação, porque os indivíduos não dispõem de salários suficientes para satisfazer suas necessidades mais elementares, e isso é produto da ausência de educação, habilidades profissionais, atitudes, subsídios que lhe permitam gerar renda e poupança. Impotência, porque não possuem nem organização e nem acesso ao poder político para mudar essa situação por si mesmos (ZICCARDI, 2001, p.96).

As respostas revelam essa experiência pessoal de pobreza. Os objetos pessoais são tão limitados que dividi-los significa esvaziar-se completamente. E as pessoas de sua convivência podem ser consideradas como a razão principal de sua existência. Isso significa a afirmação de elementos de uma ética que irrompe a partir de um mergulho profundo na experiência do Ser e não do Ter.

Esse primeiro bloco de respostas indica que a superação da pobreza só pode ser feita por razões éticas, muito mais do que por razões políticas.

O segundo bloco de questões será composto pelas perguntas de números quatro (4), o que falta para que toda a família viva bem?; cinco (5), como adquire as coisas que precisa? e sete (7), período do dia que mais gosta?.

O bloco procurou evidenciar a vivência do cotidiano, na sociedade contemporânea, como referência àquilo que a pessoa tem ou pode ter, ou ainda, àquilo que tem visibilidade pública. No caso que está sendo apresentado, isso só é possível em termos de relacionamento social, o que pode ser favorecido por uma intensa e extensa relação familiar para o acesso aos bens de consumo disponíveis na cidade grande.

No bloco anterior, as perguntas estavam direcionadas à compreensão dos jovens sobre o que é importante para sua vida, o que gostaria de ter para sentir-se feliz e o que tem que não gostaria de dividir. As respostas indicaram a inserção dos jovens na sociedade urbana e contemporânea, que em Belém tem habitantes com modos de vida diferenciados por conta de um intenso trânsito rural-urbano que aproxima os que nela residem, trabalham ou a visitam.

O segundo bloco dará ênfase à visão e a pré-disposição do jovem a participar da reprodução social.

4.2 A reprodução social na experiência juvenil em Belém

O que falta para que a família do jovem entrevistado viva bem?

1 - Ter condições de apoiá-lo em sua realização pessoal.

- Na minha casa precisaria de um pouco mais de ordem, por que muitas pessoas não têm aquela disciplina de vida.
- O que falta na minha família é um pouquinho mais que convivência.
- Na minha casa falta muita harmonia.
- Falta na minha família união e respeito entre si.
- Na família falta mais união e amor. Eu acho que são as duas coisas essenciais que estão faltando dentro da minha família.
- Falta na família união e paz.
- Na minha casa falta união.
- O que falta na minha casa é um pouco mais de união.

- O que falta, eu acho é que toda família vivesse junta, por que quase todos vivem separados.
- Falta muito é união.
- Em casa falta união, amor, compreensão, diálogo e oração.
- Falta na minha casa um pouco mais de união e harmonia.
- O que falta na minha casa para viver bem é o amor.
- E acho que se todos aqui no seminário tivesse mais autenticidade, sinceridade e transparência nas suas relações viveríamos melhor.
- Para que toda minha família viva bem, acho que falta união, carinho, amor e diálogo.
- Acho que o que está faltando na minha casa é um pouco de diálogo para que a gente comece a se entender um pouco mais, né, e também leve a vida pra frente com bastante coerência e coragem, por que no mundo de hoje, a gente precisa muito que as pessoas tenham coragem, se a pessoas não tiver coragem pra fazer essa caminhada, por que às vezes elas acabam se prejudicando.

Há uma clara percepção de que o papel da família seria o de assegurar as condições para sua realização pessoal relacionada à *cultura do amor e da solidariedade*, para a qual a família está concebida como um grupo privilegiado para pensar e construir a relação entre o indivíduo e a sociedade, o subjetivo e o objetivo. Os jovens a valorizam pelo que nela pode ser vivido.

2 - Garantia de sobrevivência.

- Na minha casa o que falta é uma renda melhor.
- Em casa falta uma boa renda econômica.
- Em casa falta saúde dos meus irmãos e da minha mãe e também mais um pouco de união.
- O que falta é isso um bom emprego, é uma oportunidade não só pra mim, pro meu marido e pra minha filha de vencermos por que todo mundo está a procura disso.
- Em casa falta, muitas vezes a saúde, quando a pessoa não tem saúde fica difícil à pessoa conseguir alguma coisa.
- Falta saúde e emprego pra mim e para o meu pai que está desempregado pra trabalhar ele depende de um táxi.

- Falta saúde e um pouquinho mais de compreensão às pessoas que moram na minha casa.

- Eu acredito que o anseio de muitas famílias é um emprego, ter um trabalho para fazer, e que esse trabalho dê condições da pessoa sobreviver, acredito que no momento é isso que está faltando na minha família.

- Eu não moro com a minha família biológica, mas nessa família que eu moro neste ano creio que faltava mais um pouquinho de organização, não só no sentido da família, mas de cada pessoa, para perceber que algumas coisas são necessárias como o sentido de se organizar na sua vida. Acredito que tudo passa, nós temos que viver cada momento. Na minha família biológica as pessoas devem procurar ser mais flexíveis frente algumas situações, entre o relacionamento entre filhos e pais, esse é outro item, das coisas que me faltam.

Os jovens falam da casa, pois dentro dela está sua família. Falam das dificuldades enfrentadas à sobrevivência, prejudicada pela falta de estabilidade financeira, de saúde, de trabalho. Eles conseguem discernir a importância da família em garantir sua sobrevivência. No entanto, há um grande obstáculo a ser vencido, que, para Paul Singer a resposta está, provavelmente, na pobreza de grande parte dos jovens brasileiros, pois o fato é que “42 % dos jovens vivem em famílias com renda de até dois salários mínimos e outros 31 %, em famílias com dois a cinco salários mínimos” (SINGER, 2005, p. 35). A superação desse obstáculo parece ser o acesso aos bens comuns e à segurança urbana.

Para os jovens, a vida em família está estruturada. Tem alguns aspectos que podem melhorar. Isso parece reforçar o que foi dito no primeiro bloco sobre a ética da existência juvenil.

- Eu me considero uma pessoa feliz, eu acho que uma pessoa ter não é tão importante assim, primeiramente, porque as coisas materiais não trazem felicidade, ajudam a pessoa a viver bem, confortavelmente, mas, isso não é tudo.

- A minha felicidade independe do ter, porém se me permite usar o verbo, quero ter sempre amigos por perto.

Como faz o jovem pesquisado para adquirir as coisas de que precisa?

1 - Resolve Individualmente.

- Para comprar o que me falta eu faço alguns pequenos trabalhos e recebo em troca, em casa.

- Para adquirir o que eu preciso eu trabalho para isso, eu trabalho com a música, normalmente eu faço trabalhos particulares tocando, não faço trabalho de tocar em bandas ou na noite, mas eu faço trabalho particulares, e quando eu preciso de alguma coisa, quando eu quero eu tenho dinheiro, por isso, então eu vou atrás do que eu quero por isso.
- É com muito trabalho, muita dificuldade que eu consigo as coisas a partir do meu trabalho. Adquiro as coisas, bem, acima de tudo com honestidade e com luta.
- Para conseguir o que preciso é correndo atrás do prejuízo.
- O que me falta eu batalho para que um dia consiga alcançá-la.
- O que me falta adquiro trabalhando.
- Eu adquiro as coisas que me faltam e que são poucas, principalmente dinheiro trabalhando.
- O que eu quero eu corro atrás, luto, procuro.
- Eu adquiro as coisas como todo brasileiro faz, batalhando dia a dia, batalhando, pelo que quer. Quando eu preciso de alguma coisa eu trabalho ou meus pais ajudam.
- Para adquirir as coisas, eu luto, vou atrás. Procuro...Para adquirir as coisas eu trabalho, é com suor.
- Consigo as coisas que me faltam com amor e com trabalho.
- Busco as coisas que me faltam em luta dos meus objetivos lutando por eles.
- Eu consigo o que me falta com muita perseverança, não desistindo do que eu quero. E as coisas materiais eu adquiro com as amizades, que eu tenho, com o esforço que faço no dia-a-dia.
- Infelizmente não tenho a possibilidade de me manter, sempre que preciso de algo procuro as pessoas que me prometeram alguma ajuda.
- Até hoje não me faltou nada sempre tive o que eu quis.
- As coisas que eu me faltam eu sempre dou um jeito especial, eu luto mesmo, para adquirir essas coisas, vou a casa das pessoas converso com elas, se depender de mim e do meu esforço, de eu mesmo realizar uma atividade eu realizo, eu aposto muito e vou atrás do meu objetivo, de um jeito todo especial pra adquirir essas coisas.

2 - A família resolve.

- Quando eu preciso de dinheiro, peço a meus pais e quando são coisas que outras pessoas podem ajudar falo com meus amigos.

- Através da minha família eu adquiero as coisas que me faltam.
- Peço para os meus pais o que estou precisando.
- O que me falta peço a meus pais.
- As coisas, eu sei administrar bem as coisas que eu tenho, mas eu não sei administrar as coisas que falta em casa por que eu sou um estudante e dependo do meu pai ele que administra as coisas em casa.
- O que me falta meus pais conseguem pra mim, com o trabalho deles.
- Eu adquiero as coisas que me falta com meus pais.

Os jovens pertencem à classe dos de baixo, dentro da cultura da sociedade de consumo, e precisam ter acesso, mesmo que mínimo, a bens considerados indispensáveis. Jurandir Costa (2004) diz que cada cultura, no entanto, permite a realização de certas condutas e interdita outras. Cultura é delimitação de possibilidade e impossibilidade. No convívio humano, existem sempre comportamentos que são incentivados e aprovados e outros desestimulados e condenados. Portanto, quando os jovens pedem dinheiro aos pais, ou a quem esteja numa relação de autoridade, ele está dentro de uma norma cultural válida. São os adultos, no caso os pais ou correlatos, que devem prover os bens a seus filhos, nos termos da sociedade constituída.

Quando não há esta condição, o jovem procura trabalho assalariado e pequenas ocupações que possam ser remuneradas. Numa e noutra situação, não significa acomodação, e sim autonomia, que prepara para a tomada de decisão sobre a vida, pois o tempo pode ou não ser um grande aliado.

O Período do dia de que mais os jovens gostam:

1 – Noite

- É a parte do dia que mais gosto. Em Belém não se pode ver muito, mas no interior é a lua, as estrelas no céu, é muito lindo.
- Gosto do período da noite, por que posso sair, me divertir, passear.
- Gosto do friozinho da noite.
- Gosto mais da parte da noite, né, mais de madrugada, é mais tranquilo para estudar, até mesmo ver alguma programação da tv. Pra mim a noite é mais

tranqüila que durante o dia que é de muita agitação em casa, muito barulho, né, e eu gosto mais de fazer as coisas mais a noite.

- O período do dia que mais gosto é a noite por que posso sair de casa.
- Gosto do período da noite, pois é quando tenho tempo de fazer o que eu gosto.
- Gosto mais da noite, por que eu saio, normalmente vou para a universidade, lá encontro amigos e faço o que eu gosto.
- O período que mais gosto vou dizer pra você é a noite por que eu durmo a noite toda, por que é o único tempo que tenho para mim mesma é a noite para dormir.
- O período do dia que mais gosto é a noite por que vou estudar.
- Eu tenho minhas amizades à noite, porque encontro meus amigos.
- Gosto mais da noite, por que o clima é melhor e também quando reúno com meus amigos e minha família e saio para participar das celebrações.
- Gosto da noite é mais tranqüilo, a gente pensa melhor.
- Gosto muito da noite quando posso dormir e repousar para que no próximo dia, possa acordar com mais ânimo. Ânimo para o trabalho.
- Ah, eu gosto do período da noite por que eu vejo, ao passar do dia, da escola, do estudo, do trabalho, de um bocado de coisas, eu vejo a noite como algo que eu posso parar e recuperar minhas energias para mais um dia de vida de trabalho e assim caminhar para meu ideal de vida.
- O período do dia que mais gosto é a noite por que gosto de ler e estudar com tranqüilidade.
- Gosto mais da noite do que do dia, pois me propicia um clima calmo e silencioso para melhor ler.

2 – Manhã

- Olha, o período do dia que mais gosto, engraçado, é seis horas da manhã que é o horário que eu acordo. Eu olho para o lado vejo meu esposo, olho para o dia que já começou legal.
- O período do dia que mais gosto é pela manhã, por que tem a missa, e eu me encontro Jesus eucarístico e também eu gosto por que é um momento muito bom para refletir, meditar o amor de Deus, meditar na nossa vida, é um momento muito bom a parte da manhã.
- Eu preciso de amanhecer o dia ver a minha família, os meus amigos, ver que as coisas que eu quero está tudo ao meu redor.

- O período que eu mais gosto durante o dia é o período da manhã por que é quando eu estou com mais vontade de realizar as coisas, a pessoa acorda com ânimo, podemos dizer que o período da manhã é um período de renascer, ele traz esse sentido, que é uma nova experiência, podemos dizer que tudo está surgindo novamente, é algo novo.

- O período do dia que mais gosto é de manhã, madrugada e a noite. A madrugada por que é muito bom prá dormir e aí, tenho que levantar, e aí eu gosto, tenho que levantar, por que é um novo dia e eu gosto de fazer o que é preciso, é muito bom. E a noite, por que eu deito para descansar um pouco.

3 – Tarde

- Gosto do final da tarde para o início da noite, faz menos calor.

- O período do dia que mais gosto é a tarde por que eu gosto de ver novela.

- Gosto do período após o almoço, eu aproveito para descansar e refletir sobre o dia e descansar a mente do stress.

4 - Dias da semana

- Gosto da sexta feira, por que é uma sexta muito boa de beber uma gelada.

- Gosto do sábado por que é meu dia de folga.

- Gosto do domingo por que é o dia que procuro descansar.

5 - O dia como um todo

- Gosto do dia inteiro, pois, estou vivendo.

- Gosto do dia, por que ele proporciona fazer muitas coisas, praticar esportes, fazer vários tipos de atividades.

- Gosto de todos os dias, mas em especial o final de semana que tenho para descansar, relaxar, estar mais despreocupado com os trabalhos cotidianos, é o dia que realmente tiro para mim um pouquinho, apesar de que existe o trabalho pastoral que me custa muito tempo. Mas é uma coisa que sinto prazer em fazer e eu gosto. Então não é um peso é até um prazer.

O tempo como aliado do jovem serve para a maturação do corpo e de atividades físicas e sociais necessárias a essa maturação. No caso dos jovens pesquisados, o tempo é utilizado para atividades de descanso, diversão, convivência grupal, cultivo de amizades, contemplação, leitura pessoal. Esse tempo dividido em períodos, para determinadas atividades não significa para eles tempo ocioso ou livre. É um tempo de reflexão e de prazer sobre suas experiências positivas e negativas. É o tempo do ritmo da vida em oposição ao tempo da economia, do relógio e da produção de mercadorias. Mas não é o tempo da sociedade arcaica; é o tempo de sentido próprio dos jovens, diferenciador do mundo do adulto.

Frei Betto, ao analisar a crise da Modernidade e Espiritualidade, diz que no Brasil hoje a palavra é “modernização”, só que essa palavra não tem um conteúdo humano, tem uma forte conotação tecnológica. Então modernizar é equipar-se tecnologicamente. Modernizar é competir. Modernizar é conseguir que a minha empresa, que a minha cidade, que o meu país, que o Estado esteja próximo do paradigma primeiro-mundista, ainda que isso signifique um sacrifício para as pessoas. (1997, p. 20).

Seguindo esse raciocínio, é possível pensar que a modernização da cidade de Belém chegou por meio de tecnologia expressa nas empresas mínero-metalúrgicas e de serviços técnicos e especializados, como no caso do turismo e da publicidade. Essa tecnologia precisa de cursos superiores de graduação e técnicos-profissionalizantes nas universidades e nos institutos de Ensino Superior na última década.

São vários os exemplos. O Instituto de Estudos Superiores da Amazônia (IESAM), que apresenta na sua lista doze cursos de graduação: Engenharia de Controle e Automação; Engenharia de Telecomunicações; Engenharia de Computação; Sistemas de Informação; Ciências Contábeis; Ciências Econômicas; Design; Multimídia; Administração: Gestão Ambiental; Turismo; Relações Públicas; Administração: Agronegócios.

A Faculdade de Tecnologia da Amazônia (FAZ) oferece os cursos de Criação e Produção Publicitária; Comunicação Empresarial; Redes de Computadores, Comunicação Jurídica, Gestão de Segurança Corporativa, Gestão de Marketing Hoteleiro e Gestão de Recursos Humanos²³.

O Centro Federal de Ensino Tecnológico (CEFET) é uma escola pública federal das mais antigas de Belém na área tecnológica e sempre apresentou cursos diferenciados para que os alunos fosse incorporados às indústrias que se instalaram no Estado do Pará. O CEFET substituiu a Escola Técnica Federal do Pará. Essa escola profissionalizante é considerada eficiente na aprendizagem da tecnologia industrial em Belém. O descaso sucessivo dos

²³ Jornal Diário do Pará. Caderno D-5. Belém-PA, domingo, 14 de maio de 2006.

governantes com relação a recursos para a educação no país a tornaram uma simples escola pública.

Esses e outros cursos da área tecnológica e industrial são oferecidos aos jovens e assim parece que todos os habitantes da cidade foram envolvidos nesse processo de modernização. Isso explicaria um certo padrão de comportamento consumista na capital e a indiferença aos problemas sociais da vida cotidiana das classes subalternas.

Apesar de todos esses elementos, as respostas dos jovens não parecem indicar os aspectos puramente consumistas. Eles querem o necessário para o bem estar individual e social. Utilizam a compreensão religiosa da vida, o que os faz 'seres' de uma profunda relação com o semelhante. E, nesse caso, os bens de consumo estão na pauta de comportamento como algo de uso diário.

A vida, a felicidade e a intimidade pessoal ou privacidade estão no domínio do particular porque correspondem a comportamentos que podem se generalizar e apresentar um diferencial em relação aos comportamentos das outras pessoas, o que corresponde também ao comportamento ético e pode estar sendo desenvolvido na sociedade na qual estão envolvidos.

Tanto Costa (1997) quanto Dowbor (1998) afirmam que é necessário distanciar-se do pensamento econômico predominante para que o ser humano volte a conduzir sua própria vida.

Para os jovens entrevistados, aquilo que lhes parece ser importante na vida, que é estar com pessoas, ter um sentido religioso que orienta suas vidas, ver no estudo e no trabalho formas de realização pessoal, resgatam o que a sociedade contemporânea perde a cada momento – o direito de ser feliz.

Ser feliz, segundo Dowbor, não é o sinônimo de sucesso, de vencer na vida.

De tanto vincular o ser humano a coisas sérias, esquecemos que no conjunto o ser humano está desesperadamente vinculado ao lúdico, ao jogo, às tentativas de alcançar e superar e de se reencontrar com o outro, na mistura da competição e da solidariedade, de atração e desconfiança, de surda resistência e de imensa capacidade de criação. Em outras palavras, o ser humano deseja construir e reconstruir em permanência a sua identidade, em condições sempre renovadas. Ele não precisa de uma vida cheia de coisas, precisa de uma vida rica e criativa (DOWBOR, 1998, p.391).

Para se ter essa vida rica e criativa, a colaboração de outras pessoas é indispensável. Daí porque os jovens da pesquisa falam sempre em pessoas, relações sociais próximas, autonomia

para olhar a sociedade e refletir sobre ela, mas junto com outras pessoas e, no caso dos jovens, com seres da mesma idade. Isso é o novo do ser jovem. Querer viver e viver junto com outros.

Para o autor citado,

o 'viver' não passa pela existência de uma instância benfeitora que nos dará as coisas que necessitamos, segundo a hierarquia de bichinhos de laboratório gerada pelos especialistas tradicionais da psicologia do comportamento de linha americana ou pavloviana, ou seus mais requintados especialistas em Recursos Humanos das empresas modernas. Frente às ricas contradições dos nossos desejos e sentimentos de realização, o elemento fundamental é o direito à opção, o espaço da tentativa, a possibilidade de se criar e recriar nos diversos potenciais que temos.

Nesta sociedade as pessoas acumulam mais e mais coisas, e deixam de viver para acumular. Independentemente da constatação de que o dinheiro não traz felicidade, mas ajuda a encontrá-la, a realidade profunda é que as pessoas centradas no processo de acumulação não vivem e não deixam viver (DOWBOR, 1998, fls 391-392).

Como a pessoa não consegue se desenvolver plenamente apenas com relação mercantil, algumas reações já estão em pauta.

Hoje a ética volta à linha de frente já não como acompanhamento filosófico de suspiros de impotência, e sim como eixo central das condições de sobrevivência do sistema. Isso nos diz que a razão é simples. Com o tipo de instrumentos que hoje manejamos, se não houver um comportamento ético, ou seja, uma predisposição individual e institucional de buscar o bem comum, o que conseguiremos será a nossa destruição (DOWBOR, 1998, p.397).

Creio que, mesmo não tenham clareza dessa destruição social, os jovens se rebelam contra isso e procuram achar nas pessoas próximas, um abrigo seguro.

Jurandir Costa (2004) faz uma discussão sobre o sentido do comportamento social nos dias de hoje com a pergunta: Se não delegamos mais à religião, ao trabalho, à política ou à família o papel de dar sentido à vida, o que funciona como valor transcendente aos novos propósitos de auto-realização? Essa pergunta, que poucas pessoas estão se fazendo, pode estar sendo respondida pelos jovens da classe subalternizada da cidade de Belém.

Para alguns jovens, para a família viver bem é necessário se contentar com o que possui, pois as coisas materiais não trazem felicidade. Elas ajudam as pessoas a viver bem, confortavelmente, mas isso não é tudo. É preciso haver relações sociais de apoio à realização pessoal e garantia de sobrevivência – que está sempre relacionada à proteção e à necessidade de conseguir trabalho para algum membro da família.

Os jovens adquirem os bens que lhes faltam com o auxílio de seus pais, pessoas conhecidas ou do próprio trabalho. Alguns jovens, com a remuneração do trabalho realizado, já pagam suas próprias contas. Essas relações familiares e sociais já servem de aprendizagem para o futuro, quando deverão assumir suas próprias responsabilidades. O ideal é que dispusessem de tempo necessário para a transição à etapa de vida adulta.

E, nessa transição, a duração do dia, do período que mais gostam e o porquê tornam-se importantes para interpretar a preferência de atividades. Os jovens apontam em seus depoimentos os períodos da manhã, tarde, noite, ou o dia como um todo, para execução da sociabilidade ou de tarefas, indicando que não há unanimidade na escolha do período do dia para dedicar-se a algo, assim como o dia de semana específico. O que está previsto em sua agenda é o final de semana como tempo de lazer, diversão e também descanso, pois o ser humano precisa de tempo para desenvolver atividades que marquem as etapas de crescimento físico, convivência e preparação para atividades futuras.

Nesse sentido os jovens enxergam os dias numa sucessão de atividades no tempo. A noite é o momento em que encontra os amigos, estuda ou dorme. Houve apenas dois registros de realização de trabalho como atividade assalariada durante o período do dia, mas, quando os entrevistados falam sobre o trabalho, não estão falando apenas de si, nesse bloco, dizem de sua importância para que a família viva bem e porque, mercê do dinheiro recebido, virá saúde, a casa própria, a segurança, a convivência comum e as condições para que possa estudar. Mas isso é atribuição da família ou do grupo que esteja na mesma hierarquia. Tanto é assim que, quando precisa de dinheiro para suas atividades ou para compra de objetos, a solução na maioria dos casos é pedir à família ou a alguém de sua confiança, mesmo que entre os entrevistados alguns jovens já solucionam seus problemas financeiros com ocupações remuneradas, por estarem qualificados para atividades, que já exercem, de músicos ou dançarinos.

Dowbor chama de reprodução social essas questões e constata

[...] que nosso planeta de 5,3 bilhões de habitantes produziu em 1991 um valor anual de bens e serviços na ordem de 21 trilhões de dólares, o que significou cerca de 4.000 dólares por pessoa, por ano. Significa que o mundo produz bens e serviços em volume suficiente para assegurar uma vida digna e confortável para todos os habitantes do Planeta (DOWBOR, 1998, p. 48).

E tem mais:

Constata-se que 3,1 bilhões de habitantes do Planeta vivem com uma renda anual de aproximadamente 350 dólares por pessoa, o que significa uma renda de cerca de 30 dólares por mês. Trata-se de 58 % da população do Planeta. Como essa parte da população tem um aumento anual de cerca de 60 milhões de pessoas, a imagem simplificada que podemos ter neste início de século é que dois terços da população mundial estão simplesmente marginalizados do amplo processo de modernização que nos atinge (DOWBOR, 1998, p. 48).

Para ele, no Brasil, há o desperdício de capacidade de trabalho de algumas dezenas de milhões de pessoas: As que não trabalham por opção frente à baixa remuneração, as subempregadas, as desempregadas e as de produtividade baixa por falta de investimentos sociais.

Mas, há também

[...] 371 milhões de hectares de solo agrícola, dos quais apenas cerca de 60 milhões são lavrados; as impressionantes reservas de água doce, fator natural cada vez mais raro no planeta; o potencial hidroelétrico e de energia solar; as imensas reservas minerais e de petróleo; os milhares de quilômetros de praias, florestas tropicais e outros atrativos que constituem um imenso potencial para turismo. O conceito-chave que vem à mente aqui é o da subutilização de fatores, conceito desenvolvido por Ignacy Sachs e atualmente trabalhado pelo Banco Mundial, que permite pensar uma economia, uma região ou uma atividade produtiva do ponto de vista do potencial parado e mobilizável (DOWBOR, 1998, p. 108).

Mas, então o que falta para fazer funcionar esse potencial de pessoas e de recursos? No caso do Brasil, entre outras tantas coisas, é a concentração de propriedade.

No caso da terra, sabemos que 1 % dos estabelecimentos controlam 44 % das terras agrícolas do país, com utilização efetiva para lavoura de pelo menos 5% do total. Em outras áreas, constatamos que algumas famílias controlam os grandes bancos do país e as grandes redes da mídia. De forma geral, nos setores dinâmicos da economia, como no mercado de automóveis, algumas empresas controlam em geral o grosso do mercado, representando uma concentração muito elevada da propriedade produtiva. Essa concentração da propriedade reforça naturalmente os fluxos de renda para mãos dos mais ricos (DOWBOR, 1998, p. 52).

Outros fatores acompanham a concentração da propriedade, como a segmentação dos mercados, a inserção na economia global e a evolução das estruturas de poder. Dessa forma, as classes subalternas não têm como sustentar seus filhos.

Outro elemento que ajuda a compreender porque é tão difícil para as classes subalternas sobreviver no espaço urbano está relacionado aos salários.

No caso brasileiro, os salários dos trabalhadores são extremamente baixos se comparados com os salários dos países desenvolvidos. Com um salário da ordem de 3 dólares/hora na indústria de transformação, comparado com uma média da ordem de 15 dólares/hora nos Estados Unidos, estamos pagando aos trabalhadores algo como 5 vezes menos. Se compararmos o Brasil com a Alemanha ou os países escandinavos, a relação é de 1 para 7. O salário social também fica muito baixo. Apesar dos empresários verterem copiosas lágrimas sobre os imensos 100% de encargos sociais, a realidade é que se trata de 100% sobre 2,79 dólares por hora, gerando um custo total de 5,6 dólares por hora trabalhada, quatro vezes menos que o salário líquido da Alemanha (DOWBOR, 1998, p. 126).

É claro que a comparação é despropositada, porém serve como referência de que em algum lugar do Planeta o trabalhador pode viver dignamente e manter seus filhos em condições de existência digna.

Mas os fatos não param por aí. O autor citado continua.

O Brasil figura como único país onde os 10% das famílias mais ricas detêm mais da metade do produto social, 51,3 % para ser preciso. Se considerarmos a riqueza no topo, 1 % de famílias mais ricas, constatamos que elas auferem mais de 15 % da renda produzida anualmente pelo país, enquanto os 50 % mais pobres, cerca de 80 milhões de pessoas, auferem apenas 12, 5%, representando, portanto, um volume de consumo menor que o topo da elite do dinheiro. Outra forma de apresentar a concentração de renda compara a renda dos 20% mais ricos da população com a dos 20% mais pobres. Essa relação atinge 32,1 % no Brasil, maior que a mais alta do mundo, com apenas Panamá, Guatemala e Honduras se aproximando.

Os efeitos práticos são desastrosos para o país: cerca de 370 mil crianças morrem anualmente de causas ridículas; dezenas de milhões de pessoas passam fome num dos países mais bem-dotados no mundo para a agricultura; gastam-se rios de dinheiro com medicina curativa para compensar a desnutrição e falta de cuidados preventivos; todas as atividades econômicas se vêem comprometidas pelo baixíssimo nível de educação. (DOWBOR, 1998, p. 52).

Essa mesma situação está presente em Belém. Segundo Stockinger (2001), no setor urbano, a reprodução da força de trabalho se baseia, essencialmente, em relações mercantis. A economia de subsistência quase não tem importância. As relações de trocas mercantis na esfera urbana se apóiam no dinheiro. Uma parte correspondente da renda familiar deve ser necessariamente composta por ingressos monetários. A possibilidade da compra de bens de consumo a crédito (até entre os mais pobres, mais de 50 % possui geladeira; em compensação, mais de 2/3 dos lares estão sem instalação sanitária); a necessidade de pagar o aluguel, a conta de luz etc, impossibilitam a reprodução da força de trabalho apenas pela troca em espécies. Por exemplo, o trabalho pela comida, o que no campo ainda parece ser possível. Isso não significa, porém, que as trocas não-monetárias tenham desaparecido por completo: subsistem ainda certas

formas de ajuda mútua, apoiada na vizinhança, parentesco e conterraneidade, além de favores como moradia e alimentação gratuita no ramo do emprego doméstico.

O IBGE, no de site Cidades @ apresentou o fato de que em Belém, no ano 2001, o rendimento nominal médio mensal das 1.039.895 pessoas residentes com 10 anos ou mais de idade foi de R\$ 700,64.

O número de pessoas residentes com 10 anos ou mais de idade e rendimento mensal de até 1 salário mínimo era 168.770, e as que se declararam sem rendimentos eram 467.163. Se somarmos as pessoas que se declaram sem rendimentos com aquelas que recebem até um salário mínimo serão 635.933, o que significa mais da metade da população residente no município de Belém com 10 anos a ou mais. Nesse quadro geral da população residente no ano de 2001, tem-se mais da metade dos habitantes recebendo até um salário mínimo.

Pochmann e outros²⁴ observam que,

[...] dos seus 296.352 domicílios, 17,1 % estão abaixo da linha da pobreza. Ao mesmo tempo, a cidade de Belém possui 8.403 famílias ricas que movimentam R\$ 112,1 milhões por mês.

O distrito de Belém corresponde a maior concentração populacional e de renda. Aí se concentram 5.737 famílias ricas, 68,3 % dos mais ricos da cidade. Ao mesmo tempo, os mesmos ricos do distrito citado movimentam 79,9% (79,5 milhões) da massa de rendimentos auferidos pelos mais abonados belenenses. Juntando-se os distritos de Belém, Sacramenta e Guamá, as famílias mais ricas dos três distritos (7.320 famílias) somam uma renda mensal de R\$ 104,4 milhões, movimentando 89,6 % da massa de rendimentos dos mais ricos da capital paraense.

Em Belém estão 55,7 % das famílias ricas do Pará e estas movimentam 54,4 % do rendimento de todos os ricos do estado. (ATLAS DA EXCLUSÃO SOCIAL, 2004, fls.173 e seguintes).

Essa situação dificulta que os jovens das classes subalternas possam ter tempo para convivência com outros jovens. Se suas famílias não podem suprir as necessidades básicas de seus membros, os jovens, as crianças e as mulheres serão obrigadas a se “assalarar”. E o que é pior: os jovens acabam sentindo que são os responsáveis pelo bem-estar de suas famílias e assumem trabalho e estudo ocupando todo o tempo em responsabilidades além de suas atividades juvenis. Não é por acaso que surgem muitas reportagens ou até programas de governo indicando o 1º emprego dos jovens como alternativa à violência. Violência que foi praticada contra seus pais e sua vida de jovem, que poderia ser utilizada em atividades criativas e de sadia convivência grupal.

²⁴ Atlas da Exclusão Social. V.3. Os ricos no Brasil. São Paulo, Cortez, 2004.

A pergunta que deve ser feita: Isto pode mudar? Segundo Jurandir Costa (1997), sim,

[...] desde que sejam consideradas duas idéias: a) a idéia do alheamento em relação ao outro e b) a idéia de irresponsabilidade em relação a si.

O alheamento significa a capacidade que temos de tornar o outro um “estranho”. Ao contrário do ódio, da rivalidade explícita ou do temor diante do adversário que ameaça privar-nos do que julgamos fundamental para nossas vidas, o alheamento consiste, na substituição da hostilidade ou do vivido persecutório pela *desqualificação do sujeito como ser moral*. Desqualificar moralmente o outro significa não vê-lo como um agente autônomo e criador potencial de normas éticas ou como um parceiro na obediência às leis partilhadas e consentidas ou, por fim, como alguém que deve ser respeitado em sua integridade física e moral.

É assim que a elite se sente com relação aos brasileiros da classe subalterna, ela não só a desqualifica, a despreza porque a considera inferior como é indiferente àquilo que lhe acontece. Isso traz conseqüências porque é um tipo de violência contra o ser humano. O outro não é visto como um ser que possui necessidades sociais e que tem qualidades. Ele é apenas um ser desprezível, ou no máximo serve para estar à sua disposição (COSTA, 1997, p.69).

Para o mesmo autor, as pessoas que estão no topo da hierarquia social não vêem os que desprezam como adversários de classe, interesses e costumes. Elas os vêem como um resíduo social inabsorvível, com o qual se deve aprender a conviver, e eventualmente punir ou controlar em caso de insubordinação. Como a elite se considera acima de todos e de tudo, acaba por criar uma reação igual e contrária na classe subalterna. Os injustiçados também começaram a negar seu pertencimento a um povo, classe ou nação, e o crescimento do banditismo urbano mostra que aprenderam bem a lição dos mentores. A vida dos ricos tornou-se mero objeto de barganha. Vêem nos ricos apenas consumidores de droga ou corpos que podem ser friamente assaltados, estuprados, seqüestrados e assassinados em troca de dinheiro.(idem, fls 71-74).

Aqui a situação é de esgarçamento do tecido social. Mas nem tudo está perdido. Ainda existem jovens que admitem o valor da vida e pertencem a grupos que educam para os valores do respeito, da solidariedade e da cooperação pacífica.

Mas a elite está muito distante de tudo isso. Enquanto os atos de violência se sucedem, multiplicam-se o consumo de tranqüilizantes, antidepressivos, hipnóticos, cocaína e outras formas superficiais de viver. Isso porque o cuidado com seu bem-estar faz com que a elite não apenas realmente a cultura do alheamento como duplique em irresponsabilidade consigo mesma. Esse ideal de “boa vida” burguesa paralisa os indivíduos num estado de ansiedade permanente, responsável, em grande parte, pela incapacidade que têm de olhar para outra coisa que não a si mesmos. A rede de atendimento aos “famintos de felicidade” tornou-se um negócio rendoso, e os usuários, para mantê-la, exigem mais exploração aos que já são super-explorados.

Independentemente do valor técnico científico de cada uma destas práticas de cuidados de si, o fato é que, na imensa maioria, todas compactuam, inadvertidamente ou não, com o mito da salvação individual num universo moralmente vizinho da bancarrota.

A própria elite se apaixona pelo refúgio social que produz, tornando-se seu cúmplice e refém.

Ela mesma perverte os valores, pois reduz a família ao conjunto de indivíduos que possuem a chave da mesma casa, descaracteriza esse valor e limita a capacidade dos grupos sociais de dotar a sociedade de valores essenciais de aconchego contra a dureza do mundo.

Quando o exercício de solidariedade passa a ser ridicularizado por todos os mecanismos de informação e comunicação da elite, ela cava um poço profundo entre si mesma e aqueles que poderiam conceber o país, e os povos, de outra maneira - os jovens. (idem, fls. 75 -79).

Enquanto a elite fecha cada vez mais seu grupo de convivência, a classe subalterna precisa alargar sua convivência e criar uma identidade para seus grupos. E nesses grupos podem estar incluídos elementos tecnológicos ou tradicionais.

Alicia Ziccardi, em seu texto “Pobreza, Desigualdad social y ciudadanía” analisa o que acontece na sociedade urbana em vivemos.

Lo cierto es que la situación que prevalece em el mercado de trabajo urbano es consecuencia de los procesos de desindustrialización y terciarización de la economía de las grandes ciudades, los cuales trajeron aparejada una disminución del número de empleos estables y bien remunerados que garantizaban al trabajador y su familia el acceso a la seguridad social, a la salud, e inclusive, em algunos países, a la recreación (ej. Clubes, hoteles para turismo, etc)

Em contrapartida, se expanden: 1) los servicios de la sociedad informacional que demandan alta calificación y ofrecen elevados salarios (servicios financieros y/o de la informática, comercio de grandes tiendas); 2 – el terciário informal, uma de cuyas principales expresiones urbanas es el comercio ambulante. Um dato interesante es que aún en aquellas ciudades medias que conservan, a tén y/o tiene nuevas actividades industriales (ej. ciudades como Querétaro, Monterrey, Puebla, Leon em México o las ciudades del interior de Argentina), la informalidad del comercio em la vía pública se expande, y sus centros presentan a escala características similares a los de las grandes ciudades. Sin duda, el comercio ambulante (el cual a pesar de su nombre por lo general está establecido) constituye una forma precaria de empleo: su principal limitación no está em el nivel de ingresos (que incluso podría ser más alto que el que se obtiene de una actividad industrial y/o estable), sino em el hecho de que su presencia em espacios públicos de las ciudades coloca a estos trabajadores, por lo menos em un principio, em la ilegalidad. Su aceptación y/o reconocimiento, em el mejor de los casos, atraviesa por um proceso que suele generar um enfrentamiento com la autoridad y/o la ciudadanía (ZICCARDI, 2001, fls. 93-94).²⁵

²⁵ A tradução desta nota. O certo é que a situação que prevalece no mercado de trabalho urbano é consequência dos processos de industrialização escassa e terceirização da economia das grandes cidades; as quais trouxeram, juntas, uma diminuição do número de empregos estáveis e bem remunerados que garantissem ao trabalhador e à

Compreende-se, dessa forma, que as dificuldades de reprodução física e social nas cidades do Brasil ou da Amazônia acompanham a mesma situação de outros locais na América Latina.

4.3 A Contemporaneidade na cidade de Belém

O Bloco três foi aqui denominado de Contemporaneidade, sendo composto das seguintes questões: a de número dois (2), que coisas você precisa no seu dia-a-dia?, a de número oito (8), o que lhe agrada na rua?, a número nove (9), o que lhe desagradava na rua?, a dez (10), gosta de ficar em casa e o que faz quando fica em casa?, a de número onze (11), do que tem mais medo hoje? e quatorze (14), o que faz no mês das férias? As perguntas buscam interpretar o desenvolvimento da existência do jovem na cidade, podendo incluir o dinheiro para satisfação de suas necessidades básicas, mas podem também incluir os sonhos e os desejos de consumo propiciados pelo comércio e serviços abundantes na cidade.

A resposta da segunda questão, o que os jovens ou as jovens precisam no dia-a-dia, aparece com maior visibilidade nos seus depoimentos, podendo ser decomposto da seguinte forma.

Eles precisam de relações pessoais e sociais de apoio à realização pessoal, e de geração de trabalho/renda.

Os jovens colocam um peso muito forte na convivência com pessoas mais próximas, família, pais, parentes e amigos, pois isso lhes garante um apoio afetivo e efetivo às suas necessidades de moradia, estudo, e relacionamento pessoal.

família dele. O acesso à segurança social, à saúde e, inclusive em alguns países, ao lazer (ex: clubes, hotéis para turismo, etc.).

Em contrapartida, expandem-se: 1) os serviços da sociedade de informação que demandam alta qualificação e oferecem elevados salários (serviços financeiros e/ou de informática, o comércio de grandes lojas); 2) o terciário informal é uma das principais expressões urbanas, é o comércio ambulante. Um dado interessante é que, ainda que àquelas cidades que conservam (ex: cidades como Querétaro, Monterrey, Puebla, Leon, no México, ou as cidades do interior da Argentina), a informalidade do comércio nas vias públicas se expande e os seus centros apresentam uma escala de características parecidas com as das grandes cidades. Sem dúvida, o comércio ambulante (apesar de seu nome no geral já está estabelecido) constitui uma forma precária de emprego: a principal limitação não está no nível intelectual dos ambulantes (que, inclusive poderia ser mais alto com relação àqueles que obtiveram uma atividade industrial e/ou estável), mas, sim, no fato de que sua presença em espaços públicos das cidades coloca estes trabalhadores, pelo menos em um princípio de ilegalidade. Sua aceitação e/ou reconhecimento, no melhor dos casos, atravessa um processo que costuma gerar um confronto com a autoridade e/ou cidadania (ZICCARDI, 2001, p. 93-94).

Eles relacionam vários comportamentos importantes para a vida como: amor, carinho, atenção, justiça, paz, paciência. Esses comportamentos constituem relações sociais, além do mercado de consumo. Essa expectativa não pode ser satisfeita com os produtos de mercado.

O trabalho assalariado aparece em um depoimento como imposição à vida do jovem, pois está ligado diretamente ao dinheiro, com o qual terá acesso a produtos ou serviços necessários à sua vida.

Note-se que nessas respostas o mais importante são as pessoas. Pessoas que podem ajudá-los. Mas, também, pessoas com quem querem conviver intensamente. A ênfase colocada está nas relações sociais.

Ao mesmo tempo que precisam de relações sociais, essas devem ligar as pessoas dentro de um espaço físico, e a rua nem sempre é o lugar de encontro. Ali, caminha-se, lado a lado, mas ela não permite a constituição de um grupo, de um 'sujeito'. É povoada por um amontoado de seres em busca de novas relações, que na maioria das vezes não se realiza.

O que agrada os jovens na rua?

As pessoas são os destaques.

- Gosto das pessoas. Porque as relações são importantes, as pessoas são importantes, é legal, as são pessoas educadas; para manter contato com amigos e vizinhos; gosto da solidariedade que existe entre os vizinhos, ver as crianças brincando, pessoas que trabalham, que muitas vezes derramam o suor de seu rosto, até com gotas de sangue para sobreviver.
- O que mais me agrada na rua é ver as crianças sorridentes e despreocupadas com a realidade preocupante em que vive nossa sociedade.
- O que mais me agrada na rua é a diversidade de pessoas, que é o nosso mundo, eu costumo dizer, quando eu saio na rua eu gosto de contemplar a beleza da pessoa humana que é a criatura de Deus que é isso que nós temos, principalmente aqui na nossa Amazônia, nós temos uma diversidade de pessoas, isso demonstra a beleza de Deus ao nos criar.
- O que me agrada na rua é ver a presença de outras pessoas, nesse vai e vem nesse corre-corre, podemos considerar que seja um pouco perturbador essa ida

e vinda de pessoas, mas cada pessoa que está rua ela tem um objetivo, ela está indo trabalhar, ela está indo fazer uma compra, ou ela está passeando ou estar fazendo outra coisa, mas ela, mas tem algo que elas estão buscando. Isso é interessante.

A cidade de Belém além das pessoas que criam um movimento, uma dinamicidade, chama a atenção do jovem pela sua paisagem, ruas arborizadas, em alguns lugares as ruas são limpas e isso o agrada muito.

Entre os equipamentos urbanos as praças mereceram destaques, pois são bonitas têm muito aconchego. A cidade também oferece o museu, os passeios, a igreja de Nazaré [a Basílica de Nazaré, recebeu em 2006 a designação de Santuário que reforça ainda mais, a referência que possui junto aos paraenses ligada ao Círio de Nazaré], o Paysandu Esporte Clube.

O jovem faz comparação entre as ruas de Belém e de outro município paraense e com a assistência do poder público.

- O que eu me agrado na rua é poder caminhar na rua com tranquilidade, apesar que em Belém é difícil, mas quando estou em Moju uma coisa que gosto muito é passear, passear conhecer um pouquinho as pessoas, andar conhecer lugares novos na própria cidade, conhecer lugares, pessoas, uma rua nova, diferente e assim por diante.

- A rua onde moro é a rua onde tenho vizinhos muito bons, também é uma rua muito boa, tem assistência do poder público, é asfaltada, com água, energia elétrica, nesse sentido não tenho nada para reclamar.

As pessoas, a paisagem, os equipamentos urbanos, a admiração das obras humanas, são as expressões do fenômeno urbano que, no dizer de Lefebvre,

[...] recompõe profundamente os dispositivos da produção: forças produtivas, relações de produção, contradições entre as forças produtivas e relações de produção. Ele prolonga e acentua, num plano novo, o caráter social do trabalho produtivo e seu conflito com a propriedade (privada) dos meios de produção. Ele continua a “socialização da sociedade”. Isto quer dizer, o urbano não suprime as contradições do industrial. Ele não as resolve somente por assomar ao horizonte. Mais que isso: os

conflitos inerentes à produção (nas relações de produção e de propriedade capitalista ou “socialista”) entram o fenômeno urbano, impedem o desenvolvimento do urbano, reduzindo-o ao crescimento. Em particular, à ação do Estado, seja no capitalismo ou no socialismo de Estado (LEFEBVRE, 2002, fls 152-153).

Essa contradição de que fala Lefebvre é percebida pelos jovens nas ruas. Lá acontecem situações que agradam, desagradam e surpreendem, pois são mudanças no tecido urbano que não são vistas em todos os lugares da cidade de uma única forma e com a mesma beleza.

Os entrevistados, sem diferença de sexo ou residência se referem às mesmas situações: pessoas, paisagem, equipamentos urbanos. Mas há depoimentos que revelam pessimismo.

- O que mais agrada, nas ruas são poucas coisas, na cidade grande poucas coisas agradam. Às vezes algumas praças.

- Na rua, o que mais me agrada, olha, sinceramente, quase nada, por que a gente encontra muita coisa na rua que nos faz questionar a vida, então é difícil dizer o que mais gosto de encontrar na rua. Sinceramente, a rua não tem uma coisa específica que me agrada.

O que mais desagrada o jovem na rua

É ver os problemas estruturais da cidade.

- O que eu não gosto mesmo de ver assim na rua, eu olho e muitas coisas que eu vejo não me agrada é crianças na rua pedindo esmola, isso é uma coisa que me desagrada, por eu trabalhar com criança isso me desagrada.

- Na rua no momento não me agrada nada, eu acho que a questão de a gente não poder sair, acho que a gente assim, receoso no país, na verdade é muito inseguro o lugar que a gente mora, então a rua não me agrada em nada.

- Hoje o que é mais desagradável, não só a mim, mas a muita gente é a violência, a violência está realmente, as pessoas estão na realidade presas em casa e os ladrões estão soltos. A violência está muito grande.

- O que me desagrada são os jovens se drogando, fazendo coisas que vão lhe prejudicar futuramente, os mendigos. Tudo isso me desagrada e me deixa muito triste.

- O que mais me desagrada talvez seja e com certeza é a injustiça social que nela habita, pessoas morrendo, pessoas passando fome, pessoas vivendo numa condição de miséria, talvez essa seja a coisa que mais me desagrada e com certeza fere lá no fundo meu coração.

- O que mais me desagrada na rua é a violência. A violência, principalmente nesse momento que nós estamos passando a cada dia por várias questões por várias dimensões da vida e da violência estar se alastrando e o que mais me entristece é ver que esta violência toma conta principalmente da vida da juventude.

- O que mais me desagrada é saber que a gente não pode andar tão tranquilo nas ruas, de modo especial Belém, em Belém é sempre o pânico, sempre olhando se você não vai ser assaltado, você anda contra o tempo praticamente, isso deixa você muito frustrado, muitas vezes desagradável, realmente essa situação.

- Muito me desagrada ver crianças cheirando cola, roubando ou até mesmo pedindo esmola.

Também nas ruas da cidade lhes chama atenção o controle social, como censura, e a pouca civilidade.

- O que mais me desagrada é quando as pessoas ficam fofocando, falando mal da vida dos outros. Isso eu detesto.

- Não gosto quando vejo intrigas entre eles. Eles perdem tempo quando deveriam fazer outras coisas.

- Me desagrada na rua brigas, confusões, sujeira.

- O que me desagrada na rua é às vezes o barulho, você sai na rua você não tem tempo para escutar nada e nem para pensar, nem refletir porque primeiro o barulho não deixa, é música para todo lado, é barulho de carro, é pessoas falando, é uma agitação completamente, então isso me incomoda muito.

- Muito me desagrada a sujeira e o abandono de muitas pessoas que fazem da rua sua morada. Talvez um pouquinho mais de higiene das pessoas, seria necessário, então sabe é a falta de higiene que me desagrada.

- O que desagrada é mais fácil dizer, porque a gente sai na rua, de manhã cedo pra trabalhar e só de sair de casa já encontra estresses e muito, desço do ônibus, para o local de trabalho, sujeira, mendigos, idosos pedindo, enfim essas coisa que eu considero péssimas.

Há falas que ressaltam o lixo e a falta de asfalto nas ruas.

As respostas dos jovens sobre o que lhes desagrada na rua, mostram um quadro frio da grande cidade da Amazônia. Essa cidade que cria oportunidades de agenda própria, ao mesmo tempo entristece o grupo investigado.

Os depoimentos revelam uma percepção clara dos problemas sociais da cidade que se expressam nas ruas. São os grandes problemas estruturais: violência, pessoas desocupadas, falta de educação, pobreza, falta de moradia, insegurança urbana e jovens se drogando.

O outro nível está relacionado às desigualdades sociais: doentes mentais, crianças pedindo esmola, pessoas desabrigadas, estresses, sujeira, mendigos e idosos pedindo esmola.

Observam ainda, a ausência de asfaltamento ou calçamento das ruas e a insuficiência do transporte coletivo.

Eles detectam na cidade *fofocas e intrigas* entre as pessoas como inibidoras de uma convivência saudável.

Como a experiência dos jovens está se dando num espaço urbanizado suas respostas indicam elementos que fazem parte da urbanização. Paisagem, equipamentos urbanos, comércio e serviços. Mas é também no urbano que expressam sua admiração e pessimismo. A admiração pelas obras dos homens; suas praças, monumentos escolas, pavimentação de ruas. Pessimismo, pois nas respostas há uma constatação que ao lado daquilo que parece bonito e bem feito, existe o feio que está ligado também às pessoas, ou porque elas sofrem o que é ruim para a convivência social ou elas impõem às outras pessoas esse lado ruim da convivência na cidade.

Só um depoimento fez uma leve referência ao poder do Estado.

Ziccardi (2001) quando discute a segmentação social e a segregação urbana nas cidades da América Latina por suas particularidades e que por isso estão divididas, fragmentadas, segmentadas, essa situação atribuí ao fato de as cidades dos países subdesenvolvidos terem adotado os modelos econômicos neoliberais em matéria de política econômica e por conta disso a reestruturação das políticas sociais desencadeou a crise do estado de bem-estar.

Nas grandes cidades, alguns espaços se desenvolveram como espaços urbanos de riqueza e opulência, verdadeiros enclaves de riqueza, proliferando os mega-centros comerciais que oferecem produtos suntuosos, assim como McDonald's restaurantes pertencentes a cadeias internacionais, os quais contribuem para homogeneizar a paisagem urbana destas zonas, imprimindo-lhes traços que possuem todas as grandes cidades do mundo atualmente, porém, confrontando essa modernidade, as cidades neste final de século mostram um agravamento da segregação humana. Para ela, há trinta anos atrás, as grandes cidades se expandiam através de bairros populares construídos que acolhiam a massa de migração rural. Estes foram produtos da construção precária de habitações e de um lento e desgastante processo de luta e organização para obter os serviços básicos. Os regimes militares impuseram políticas urbanas de “erradicação” da pobreza, e os mais ambiciosos programas para eliminar a pobreza no meio urbano como os que aconteceram em Buenos Aires e Rio de Janeiro. As ditaduras da década seguinte finalmente expulsaram um considerável número de habitantes destes bairros populares para a periferia distante. Hoje Buenos Aires é uma cidade na qual pelo menos no perímetro de sua capital Federal, é difícil para um observador externo perceber onde se localiza a pobreza. Nos morros do Rio de Janeiro, ao contrário, a pobreza da favela carioca é visível.

Se os governos em alguns lugares esconderam a pobreza hoje isso não é mais possível. Em Belém, as pessoas em condições precárias de existência estão presentes em todas as partes. Nas ruas apresentam-se das mais variadas formas: são crianças nos sinais pedindo moedas, são homens e mulheres em busca da existência, mesmo que miserável.

Os jovens fazem o registro visual desta situação de abandono social na cidade onde habitam e não gostam dessas situações.

Os jovens gostam de ficar em casa? E o que fazem quando estão em casa?

Há jovens que gostam de ficar em casa. E os motivos são vários:

- Ficar sozinha para orar em silêncio, dar atenção aos meus parentes e amigos e dar também amor aos meus filhos, pois, tenho medo que lhes falte proteção e educação. Para descansar.
- Ler um pouco, ver televisão, ligar para outras pessoas, ficar batendo papo, estudar, trabalhar e orar, ouvir música, dormir, Internet, brincar, descansar, conversar...
- Eu gosto de ficar em casa apesar de ficar pouco em casa, mas eu quando eu estou em casa estudo, vejo tevê, me divirto bastante com meu irmão.
- Eu gosto, gosto de ficar em casa. Quando estou em casa eu gosto de descansar, e quando dá ler alguma coisa, eu acho interessante.
- Quando eu estou em casa gosto de estudar e tocar música.

Essas respostas são importantes, pois revelam como os jovens ocupam o tempo. A casa é o abrigo do jovem. Não houve referência a casa como um lugar de sofrimento. A casa é seu espaço de afetividade, de realização de atividades que contribuem para o enriquecimento e ajuda mútua na convivência familiar, de recolhimento pessoal e de desenvolvimento de atividades lúdicas, artísticas e principalmente de descanso. Aqui é importante ressaltar que os jovens têm a casa como um espaço também de formação cultural, pois ler, escutar música, ligar para amigos, pesquisar, é também uma forma de estar presente, ocupar um espaço. A casa, portanto, não é lugar de isolamento do jovem. No espaço privado, ele continua sua vida social ativa.

Para Sant-Clair os aspectos ressaltados pelos jovens correspondem

[...] a quarta dimensão do espaço da cidade, que configura-se como um condicionante da sociedade por intermédio das suas formas espaciais, que desempenham um papel de significativa importância na reprodução das condições de produção e de relações sociais.

E ao quinto momento de apreensão do espaço urbano, que se constitui por meio da dimensão simbólica – momentos, lugares, ruas especiais, paisagem e a casa, por ser um lugar oposto à rua (SANT-CLAIR, 1994, p. 272).

É como se as situações de mal-estar que os jovens encontram na rua pudessem ser isoladas. Na casa, eles estão no quarto ouvindo músicas, conversando com amigos ou conhecidos pelo telefone para fortalecer as relações sociais ou simplesmente descansando, pois a rua produz o medo, e o medo está ligado à insegurança urbana.

Em Belém, os jovens da pesquisa falam de medo na cidade onde moram.

Os jovens em Belém sentem medo.

Um grupo muito grande dos jovens, pelos menos dois terços manifestaram sentir medo de alguma coisa. A metade dos entrevistados afirma ter medo e há falas que explicam a violência como motivo do medo.

- Tenho medo da violência, medo de sair, de ficar no canto de casa, de ir à igreja, saber se vai voltar ou não.

- O que a gente vê na rua muita violência, aquilo que eu não gosto de ver na rua, também eu diria que hoje, nós precisamos de paz, acho que isso é essencial, para viver bem numa sociedade, e a paz ela traz consigo tantas outras coisas. Viver em paz não é só ausência de violência, mas viver em paz é ter saúde, é uma educação de qualidade e as pessoas se amarem, acho que o amor deve estar em primeiro lugar.

- Algo que me dá medo é a violência, por que da violência você está sempre exposto, você não tem assim como faltar, em cada lugar que você vá, tanto uma área social ou uma área bem de classe média você vai encontrar violência, na sua própria residência você não está totalmente seguro, e podemos observar que as casa a maioria, às vezes é totalmente cercada de grades. Isso é sinal de insegurança, a violência é algo pra mim que mete muito medo.

- Tenho mais medo de assaltos, há uma semana atrás meu irmão foi assaltado, cinco dias antes dele ser assaltado foi uma amiga minha e são em locais que a gente costuma freqüentar. Eu tenho muito cuidado para sair na rua.

Há nas falas medo de não obter realização pessoal, de tomar a decisão certa e das adversidades da vida, como: morte, uso de drogas, de perder o pai, a mãe ou ambos.

Há medo ligado a perda da felicidade, como no depoimento abaixo:

- Tenho mais medo, de ser infeliz, acredito que as nossas opções na vida caminham para esse objetivo ser feliz. Estar bem, então para mim, me dá até um pavor às vezes perceber será realmente que muitas situações que acontecem, dificuldades são sinais de que não é este o caminho, então neste

ponto Graças a Deus a cada caminhada que faço, a cada dia faço as coisas, mesmo com dificuldades continuam confirmando que estou no caminho certo.

Ou de não conseguir se antecipar às reações das pessoas desconhecidas.

- Olha o que eu tenho mais medo são dos próprios seres humanos. Mais uma vez eu vou falar, a falta de segurança, hoje a maioria das pessoas não vivem, elas vegetam, vegetar as pessoas não se respeitam, o respeito mútuo às pessoas, caráter, personalidade, são coisas que hoje em dia as pessoas estão destruindo o nosso mundo, isso significa o medo, a insegurança, o que eu tenho medo é do próprio homem.

- Tenho mais medo, eu tenho medo do que as pessoas pensam, eu tenho medo da mente do outro.

- Hoje tenho medo da falta de sinceridade de algumas pessoas que não estão preocupadas nem um pouco com os outros.

- Eu tenho medo do jeito que as pessoas agem hoje, né, a violência é muito grande, a coisa que eu acredito que não é feito só pra mim, mas pra todos, eu tenho medo da violência.

Os medos são os mesmos para as mulheres e homens da pesquisa em Belém. Nas entrevistas, o futuro não é tema relevante para os jovens.

Os jovens das classes subalternas compõem sua experiência de comportamentos fragmentados, pois é o seu presente que indica os conteúdos de realização pessoal imediato. As suas relações sociais não lhes permitem elaborar projetos grandiosos e de longo prazo. Por isso, o futuro não é um tema relevante nas entrevistas.

Projetos de futuro são feitos pelas classes média e alta, pois estas possuem referências patrimoniais objetivas a partir da classe dominante.

Pode-se antecipar que a existência dos jovens está sendo formada fora das relações mercantis.

Interpretar o medo dos jovens como habitantes da cidade é perceber a hostilidade da cidade. Saint-Clair apresenta “o espaço da cidade como cenário e objeto de lutas sociais, como expressão do intento do direito à cidade” (1994, p. 272). Quando o jovem revela as situações das quais sente medo, isso pode significar que ele não está conseguindo ter afetividade com as diferentes pessoas que também residem na cidade. A referência à violência e ao assalto como registros mais frequentes das falas, mostra essa grande tensão entre o que o jovem vive e o que a urbanização da cidade está oferecendo. Ele inclui em sua consciência o que é favorável à

convivência das pessoas na cidade e, ao mesmo tempo, repele o que impede essa convivência cotidiana. O medo compreendido desse jeito, como sua reação à negação de um direito, aponta para a dificuldade de obtenção de realização pessoal – satisfação da convivência amigável e cuidadosa entre as pessoas.

Caccia-Bava (2004) argumenta

[...] que a crise do Poder Judiciário exige a tomada de iniciativas de autoridades públicas para se restabelecer o significado efetivo do que se convencionou denominar bem comum e segurança urbana. E o principal bem comum, que deve se erguer no âmbito das relações sociais presentes, é a própria integridade da vida dos grupos constituídos em nossa sociedade. Essa vem sendo ameaçada por práticas denominadas genericamente “violência urbana” ou “criminalidade”.

A crise da Justiça reflete um processo contraditório mais intenso, de proporções que merecem estudo. As autoridades constituídas perante às instituições públicas testemunham a fragilidade das suas bases políticas, que lhes concedem autoridade institucional. Progressivamente, essas vêm expondo os constrangimentos presentes à realização de ideais como a igualdade e a equidade sociais.

Diante da ausência dessas duas referências, torna-se imperativo a superação da utopia da segurança pública com ações ofertadas pelos que detêm o poder do Estado, a projetar, metodicamente, a co-produção da segurança urbana, envolvendo grupos e categorias sociais dos moradores dos bairros periféricos das cidades, movimentos populares e de massa, organizações não-governamentais ecológicas, de defesa de crianças e adolescentes, de defesa de mulheres, de formação de jovens, de defesa da pluralidade étnica e de combate à discriminação. E, como grupo de referência tão importante como os demais, deve-se ter em conta, ainda, os representantes dos poderes locais constituídos, em especial os das corporações policiais (CACCIA-BAVA, 2004, p. 47).

Só dessa forma as ruas da cidade serão espaços de sociabilidade e de encontro para todos, especialmente para os jovens. Só então, a urbanização estará a serviço do bem comum.

Mas, viver na cidade é também compartilhar de momentos livres da correria diária. E, o jovem no mês das férias (janeiro ou julho), quando acontece as férias escolares deixa Belém e reencontra suas raízes amazônidas.

O jovem de Belém no mês das férias.

A maioria dos jovens realiza viagens dentro do estado do Pará. Viaja para o interior [outro município dentro do estado do Pará ou do Maranhão], visita parentes, amigos, vai às praias, diverte-se nos igarapés da Amazônia, curte o ar livre, pratica futebol ou outro esporte, conhece pessoas novas.

Pois, férias para a grande maioria, é tempo de lazer/diversão.

- Nas férias eu viajo e estudo, apesar de ser férias, eu gosto muito de ler, então se puder estar estudando, fazendo alguma coisa pra mim é muito bom, eu gosto muito de viajar, de estar conhecendo pessoas novas, apreciar a paisagem.
- E o que eu faço no mês das férias, eu passeio, faço tantas coisas, vejo minha família, vou às festas e só.
- No mês das férias leio livros de literatura, saio com meus amigos, jogo futebol e estudo.
- No mês das férias me divirto bastante, empino pipa, jogo bola, e outras atividades esportivas.
- Quando estou no mês das férias, eu viajo, passeio, visito amigos, vou a praia, esporte e muito mais.
- No mês das férias como já falei costumo visitar minha família, meus amigos, enfim me divertir, jogando futebol, vídeo game e outras coisas mais.
- No mês das férias faço tudo. Estudo um pouco, me divirto, pratico esportes, fico com a minha família, estudo.
- O período das minhas férias eu aproveito para dedicar um pouco a leitura, como já disse antes, né, me divirto bastante, vou à festa, converso com amigos, gosto também de praticar esporte, futebol, por exemplo, vôlei, eu aproveito pra fazer todas essas coisas no período das férias, acho que é importante.

Mas, tem jovens que ficam em casa, para curtir música, cuidar de filhos, descansar, ir ao cinema.

Para alguns, o mês de férias escolares é tempo de trabalho.

- Nas férias, eu trabalho, eu tenho comércio, eu tenho que trabalhar todo dia que a gente não tem feriado, mas quando as férias estão no pique a gente vai viajar num final de semana vai na praia, vai num banho, curte um passeio legal.
- No mês das férias eu trabalho.

Para os jovens pesquisados, o tempo das férias escolares é utilizado para as atividades de convivência ativa com seu próprio meio cultural. A viagem, a visita a parente e amigo, o lazer, a diversão, o trabalho e o cuidado consigo são vividos dentro da cultura dos povos nativos da Amazônia. Eles continuam o processo histórico dos antepassados, que conviviam intensamente com o ambiente natural e com as pessoas que fazem parte desse universo cultural. São as festas familiares, as diversões das quais participam. O descanso faz parte da convivência social, e não do entretenimento da indústria cultural.

Não houve relatos de jovens que viajam para lugares distantes ou ficam afastados de seu convívio familiar, de amigos e dos lugares conhecidos.

As respostas estão relacionadas ao tempo dos jovens que está livre da escola.

Para Sant-Clair,

[...] a metropolização em Belém tem definido um processo de (re)produção do espaço que coloca em foco a questão do indivíduo como habitante da cidade e como cidadão; isso porque, no sentido contemporâneo de cidade, os espaços equipados e não equipados consagram-se como espaços mais ou menos urbanos, com maior ou menor usufruto do direito à cidade e do direito à cidadania (1994, p.272).

O importante, é que essa oposição espaço mais e menos urbano não impede que o habitante da cidade saia desse espaço homogêneo para usufruir o de um ambiente natural mais amplo, e essa disposição em viver, por algum tempo, em espaços não-urbanizados pode provocar nos jovens uma reflexão sobre o significado da cidade e o que ela pode favorecer para a sua realização pessoal e social. Podem refletir que a metropolização, mesmo que se refira constantemente ao cidadão, pode também ser o espaço do habitante da cidade.

Examinando as respostas dos jovens sobre as suas atividades em época de férias, eles não fazem críticas às condições socioeconômicas, e sim afeiçoam as condições existentes à sua capacidade de participação, como pertencentes a um grupo social que pode estar dentro ou fora da capital, mas no espaço da sua grande habitação, que é região amazônica. A metrópole oferece hoje mais condições de deslocamento via de transportes marítimos ou rodoviários com mais eficiência de que anos atrás. Estar na metrópole não lhe tira a convivência com sua origem. Ela não só facilita como torna menor a distância física, principalmente para aqueles que residem em Belém e têm suas famílias em outros municípios próximos ou distantes.

O jovem não se sente preso ao jogo do mercado, ele expressa seus anseios, gostos, vontades e rica convivência com seus amigos, parentes e com pessoas novas que vai conhecendo pelos diferentes lugares por onde passa.

A metrópole de Belém é uma das referências da sociedade urbana, produtivista e consumista, na qual as relações sociais estão em um processo permanente de construção e desconstrução.

4.4 A construção social da cidade na ótica juvenil

O bloco quatro, com o título, a construção social da cidade na ótica juvenil, considera as respostas para as questões de número 12 e 13. Neste bloco se pode verificar que os jovens fazem um traçado urbano para a cidade de Belém. Nessa configuração está o que Lefebvre chama de habitar.

Para ele, “na sociedade urbana, para reencontrar o habitar e seu sentido, para exprimi-los, é preciso utilizar conceitos e categorias capazes de ir aquém do “vivido” do habitante, em direção ao não-conhecido e ao desconhecido da cotidianidade (LEFEBVRE, 2002, p. 81).

Sendo assim,

o ‘ser humano’ (não dizemos o homem) só pode habitar como poeta. Se não lhe é dado, como oferenda e dom, uma possibilidade de habitar poeticamente ou de inventar uma poesia, ele a fabricará à sua maneira. Mesmo o cotidiano mais irrisório retém um vestígio de grandeza e de poesia espontânea, exceto, talvez, quando não passa de aplicação da publicidade e encarnação do mundo da mercadoria, a troca abolindo o uso, ou o sobredeterminando (LEFEBVRE, 2002, p. 82).

Por isso,

o habitar não deve ser estudado como resíduo, como vestígio ou resultado dos níveis ditos “superiores”. Deverá, ser considerado como fonte, como fundamento, como funcionalidade e transfuncionalidade essenciais. Teórica e praticamente, efetuamos uma reinversão de sentido: o que parecia subordinado eleva-se ou retorna ao primeiro plano. O predomínio do global, do lógico e do estratégico ainda faz parte do “mundo invertido”, que é preciso reinverter. Tenta-se aqui, uma *decodificação da realidade* urbana inversa da habitual, a partir do habitar e não do monumental (este último não sendo por isso condenado, mas reconsiderado). Assim, o próprio movimento dialético e conflituoso, ao mesmo tempo teórico e prático, do habitat e do habitar passa ao primeiro plano (LEFEBVRE, 2002, p. 84).

Dessa forma, o jovem está no processo dialético de ocupação da cidade para que nela possa construir sua existência. Ele tem consciência de que precisa, por mais que sua experiência lhe tenha negado na prática cotidiana, desse direito de habitar com dignidade. No plano da consciência, o jovem elabora seu mundo. O mundo que pode ser plenamente habitado.

Os jovens estudados revelaram uma vivência urbana que favorece a sociabilidade quando indicaram situações que os agradam na cidade e também as dificuldades de viver na cidade como sendo o que lhes desagrada e lhes causa medo, e são muitos, porém na experiência pessoal e coletiva estão elementos educativos de resistência social ante os aspectos dominantes da modernidade brasileira que poderiam colocá-los à margem da sociedade de seu tempo.

Os jovens e o bairro.

Viver na cidade enriquece as experiências dos jovens. Isso é revelado em suas falas sobre como organizar o bairro como um espaço confortável para si e para os outros jovens.

Eles indicam a necessidade da criação no bairro de um espaço cultural.

- Onde estou no momento não tem uma praça, tem um canteiro, no caso seria uma praça, um local com flores, atrativo para as crianças para os jovens.
- No bairro eu gostaria que tivesse um espaço cultural, de lazer, coisa assim.
- O que eu colocaria no bairro são as coisas de lazer, um cinema de repente e o que eu faria de melhor é pra dar mais educação aos jovens isso mudaria muito o futuro deles.
- Colocaria cursos profissionalizantes, um centro educacional, cultural, esporte direcionado aos jovens assim daria tempo ao seu amadurecimento, propagando seu futuro e lhe proporcionasse profissão melhor.

Os jovens falam muito em espaço cultural – nesse espaço cultural aconteceriam várias atividades do tipo;

- Oficinas de dança, casa de artes onde os jovens aprenderiam a tocar, dançar, Centros e oficinas de aprendizagem, biblioteca, para manter o jovem instruído, com a mente ocupada, estudando, ele estaria muito mais ocupado pra fazer as coisas boas, um local para que todos os jovens se reunissem, que eles pudessem abordar os assuntos sobre violência, liberdade, desunião, essas coisas. Tem que andar muito para chegar numa biblioteca pública, de universidades públicas para conseguir fazer nossos trabalhos, um cinema. Centro Comunitário que atendesse todos os jovens, fizesse capoeira, quadrilha, um projeto de algo cultural para as crianças, que tivesse música, teatro e também para os jovens.

2 – Espaços para esporte e lazer

- Eu colocaria no bairro, é difícil dizer o que eu colocaria, por que hoje em dia o que a gente mais encontra é violência, se gente coloca uma coisa que é para o bem dos jovens, por exemplo uma praça de esportes, tem violência. Muitos usam para se beneficiar, mas muitos usam para o vandalismo, eu sinceramente, não tenho nada a dizer com relação a isso.
- Eu colocaria no bairro um ginásio poliesportivo; quadra de esportes; uma área de futebol para que eles possam ter um lazer melhor. Áreas pra o

desenvolvimento de esportes, as pessoas precisam praticar esportes, se divertir, conviver mais, eu acredito que a partir do momento que elas tiverem espaço esportivo e espaço educativo também, elas então vão começar, a se relacionar muito bem e acho que a vida melhora.

- Eu acho que seria importante que cada bairro tivesse um ambiente que o jovem pudesse adquirir cultura, quando digo cultura, digo cultura de maneira geral.

3 – Uma pessoa responsável, que zele pelo bem público.

- Bem, eu acho que aqui onde nós moramos, eu acho que deveria em primeiro lugar é ter alguém, uma pessoa, uma figura assim, que tivesse conhecimento, de digamos que tivesse vontade de colocar um projeto. Um projeto que poderia, não sei como poderia se chamar esse projeto mas que pudesse mobilizar os jovens, porque os jovens daqui eles não querem estudar, porque você sabe que a evasão escolar está muito grande, por que, porque na escola não tem mais nada interessante, na escola eu não sei nem pra que hoje em dia, existe, ainda se fala de educação em escola, por que eu acho que não está mais ligado, em todo canto não está mais ligado educação com escola, então era que houvesse uma coisa positiva, disciplinar e ao mesmo tempo, nesse sentido que fosse uma coisa instrutiva, que fosse uma coisa gostosa, prazerosa pra que o jovem pudesse mobilizar e colocar a cabeça pra funcionar nesse sentido, não necessariamente saber pra fazer besteira.

Os jovens falam de como poderia ser organizado o bairro. Deveria ter espaços de cultura, lazer e um ginásio poliesportivo, pois, isso seria importante para a realização pessoal e social do jovem.

Há um depoimento bem diferenciado do quanto a cidade grande favorece a experiência juvenil:

- Eu colocaria no bairro, neste espaço geográfico que vive o jovem, que vive a sociedade, eu colocaria um programa de políticas públicas, que favorecesse a juventude a olhar mais quanto ela é digna, quanto ela pode, e o quanto ela tem de potencial para oferecer enquanto finalidade para a comunidade social.

Os jovens chegam a apresentar um programa de políticas públicas para a cidade, que possa garantir um futuro aos jovens em geral e que é composto de:

- 1) Educação e escola profissionalizante.

- Para garantir um futuro aos jovens, se eu tivesse capacidade financeira, se eu tivesse essa intuito, eu faria o que eu falei anteriormente, um projeto que eu pudesse unir, criar, que eu pudesse buscar junto com outras pessoas que eu pudesse mobilizar esse povo, por que como eu falei ainda agora, o jovem daqui do nosso bairro, daqui de Belém, de Ananindeua [é um município pertencente à Região Metropolitana de Belém] eles são muito dispersos, então eu faria isso, por que se você pudesse trabalhar com um adolescente você está salvando várias vidas, por que aquele adolescente que não é trabalhado ele entra na criminalidade, ele pode ocasionar muita coisa, ele pode matar, roubar, ferir, e o que isso gera, gera conflito em nossa comunidade em nossa sociedade. Então foi isso que eu achava interessante, que pudesse fazer, entendeu?

- Para o futuro do jovem eu pensaria num projeto voltado para a educação, é um projeto que envolvesse o jovem hoje em dia a ter mais acesso ao estudo, a ter mais oportunidade, a de entrar numa faculdade, a ser alguém na vida, por que o estudo é a base.

- Para garantir um futuro aos jovens eu investiria somente uma coisa, ou melhor em duas, que uma puxa a outra: dignidade, todos precisam disso e educação. Pela educação nós conseguimos fazer um mundo uma sociedade melhor.

-...a educação é a base né, uma educação séria comprometida com a mudança, com o futuro, acredito que viria mudar não só o futuro do jovem mas de toda a sociedade. Principalmente com a questão ética. Também voltarmos aos princípios éticos e morais que os jovens possam ter conteúdos éticos e morais para também saberem edificar sua própria vida, não basta somente dar educação mas sem compromisso com a ética e com a moral.

- E se eu tivesse condição eu investiria em educação e em empregos principalmente para os jovens, que muitas vezes não têm experiência, tá começando e encontra muita dificuldade.

- Para garantir um futuro para os jovens eu fundaria um internato [escola em tempo integral] onde os jovens pudessem estudar e trabalhar.

- Para garantir o futuro desses jovens acredito principalmente na educação, precisa investimento do nosso governo e eu desejo para a juventude uma boa educação, se a juventude tiver uma boa educação com certeza o futuro será.

2) Oportunidades de acesso a emprego.

- Para garantir um futuro aos jovens. Muita gente está desempregada, o Brasil, o Pará, em Belém, muitos amigos que eu conheço e que são capacitados, que tem estudo, que tem formação e que não conseguem emprego, então para garantir um futuro do jovem, o jovem precisa começar a trabalhar.

- Para garantir seu próprio futuro, isso tá faltando mercado, tá faltando abertura, tá faltando consciência por parte dos governantes. Claro, compreendo que tudo isso é muito difícil, mas é a primeira coisa que me vem à cabeça.

- Para garantir um futuro aos jovens faria um convênio com empresas, lojas, associações e os jovens quando saíssem das escolas profissionalizantes que possam entrar no campo de trabalho desse convênio.

Reconhecem a possibilidade de iniciativa do próprio jovem;

- Para garantir um futuro aos jovens, eu sou jovem tenho apenas 19 anos, as pessoas costumam dizer e eu também que o futuro a Deus pertence, mas eu acho que cada um deveria fazer alguma coisa pra garantir um futuro ao jovem e o jovem também deve correr atrás para garantir seu futuro, é difícil dizer, se cada um quer alguma coisa.

As questões doze (12) e treze (13) estão situadas na dimensão política. Dimensão essa que pode indicar resistência e perspectiva de futuro, pois as respostas revelam como as políticas públicas devem ser organizadas na cidade para que os jovens possam ser valorizados e respeitados.

A ênfase mais forte foi em um tipo de formação mais ampla chamada por eles de Espaço Cultural. Nesse lugar, o jovem teria o que precisa para formar-se como pessoa e desenvolver seus talentos: leitura, esporte, cinema, educação e escola profissionalizante. Isso tudo o prepararia para o emprego. Mas isso não está no primeiro lugar, não é a prioridade. Esse espaço cultural é considerado necessário para os jovens.

A escola profissionalizante tem algumas características. Ela pode mobilizar as pessoas do povo, ajudar o jovem, sendo uma oportunidade a mais e sendo pública. Pois o jovem pode garantir seu próprio futuro se lhe for dado condições para isso.

Frei Betto apresenta o mercado como o novo fetiche religioso da sociedade capitalista. Por isso, deixa-se de falar em trabalho como “vocação”, em trabalho como fator de identidade. Poucos ainda falam em vocação. Fala-se em profissão. Agora fala-se “emprego” – e olhe lá! Quem tem emprego já diz: “Graças a Deus”. Já não se fala mais em trabalho, o fator de identidade social não é o trabalho, é estar no mercado. (2004, fls 20-21).

Como sociedade urbana, a cidade de Belém é resultante de migração feita de outras cidades e de outros Estados.

O jovem constrói sua vida entre a experiência proveniente de seus pais, avós e a descendência mais distante, e os estranhos a essa descendência, que trazem outras experiências

centradas em valores diferentes, mas apresentados como superiores aos nativos. Junto com isso, o desenvolvimento econômico gerado fora do local dos nativos e o oferecimento de uma infinidade de bens de consumo duráveis e não duráveis, assim como das tecnologias de comunicação e informação, criam uma nuvem divisora entre aquilo que o ser amazônico é e o que a metropolização da capital apresenta ser. O resultado é que, ao mesmo tempo que para muitos grupos sociais existentes na periferia a simplicidade de vida traz vestígios de uma cultura ancestral (estar próximo das águas e da floresta), a urbanização da capital nega, ridiculariza esse vestígio ancestral e monetariza as relações sociais exigindo de todos um comportamento homogêneo integrador.

A transição pela qual os povos da Amazônia estão sendo obrigados a incorporar corresponde também ao momento da vida em que pessoas devem tomar posição a respeito do futuro. E, no caso específico, – continuar como povos nativos ou ser integrado ao mercado de consumo. Na metrópole as pessoas podem ficar confusas ou misturar idéias a respeito de si, das pessoas com as quais convive e com aquilo que podem ser ou obter como promessa.

O estar na cidade ou o construir a experiência de vida na cidade de Belém implica tomada de decisões que o ser jovem será obrigado a exercer. A decisão poderá ser considerada como fruto de uma experiência pessoal, individualista ou em grupo, socializada.

Mesmo que a experiência dos jovens da pesquisa esteja acontecendo num tempo histórico de urbanização e sofisticação da comunicação e tecnologia, o tempo social da região amazônica apresenta uma singularidade que a diferencia de outras regiões do país.

Isso pode ser visto na maneira como os povos da Amazônia se preparam para festas – de aniversários, casamentos, batizados dos filhos, dos padroeiros, das festas populares do mês de junho.

O uso do tempo, livre de obrigações, para os jovens da Amazônia paraense os coloca num alto grau de associativismo. A grande quantidade de pessoas nas ruas, a conversa fácil, os passeios improvisados são os acompanhantes habituais.

Nos bairros de periferia de Belém, é comum os finais de semana e feriados se transformarem em grandes festas particulares e coletivas. As ruas se enchem de pessoas que bebem, falam alto, provocam-se entre si e até se desentendem. Esses desentendimentos são percebidos pelas autoridades como atos de delinquência, principalmente se acontecem entre os jovens. Mas, para os moradores, a vida é valorizada pelos momentos vividos nesse associativismo espontâneo.

A vizinhança, a identificação dos moradores da rua ou das proximidades, os “apelidos” como são conhecidos, são marcas fortes na experiência dessas pessoas.

Os bairros de periferia, neste estudo, serviram como pontos localizados de observação daquilo que acontece na cidade de Belém, por vários motivos. Eles se desenvolveram a partir da década de 60, quando a região amazônica começa a ter um grande número de projetos de desenvolvimento. Esses projetos não foram implantados na cidade, mas a cidade vai absorver uma grande quantidade de pessoas que vêm da zona rural. E essas pessoas são paraenses, na sua grande maioria.

Esses bairros são a visibilidade do crescimento e ao mesmo tempo a configuração de um tipo de urbanização próprio da cidade de Belém. Eles acolhem as pessoas quando chegam e os problemas que terão de enfrentar. Esse fato está presente nas respostas dos jovens, no item 4.2, que apresenta a reprodução das relações sociais que vão sendo construídas na cidade de Belém.

Para os jovens, os grupos com diferentes modos de vida e a convivência dentro da vida da metrópole e da urbanização vão intensificando sua experiência coletiva, ajudando-os a compreender e a se integrar na cidade como um espaço social homogeneador e ao mesmo tempo diferenciador de seus habitantes.

A cidade homogeniza as relações urbanas, culturais, políticas, os usos dos equipamentos coletivos, e ao mesmo tempo, diferencia as pessoas em estilos de vida, habitação, relações monetárias e acesso aos serviços públicos e privados disponíveis.

As respostas dos jovens apresentadas neste capítulo parecem indicar que a cidade de Belém lhes oferece elementos para a compreensão mais ampla da convivência humana.

Mas, o fato de morarem em Belém, que é uma sociedade urbana não rompeu as relações familiares e sociais necessárias ao desenvolvimento da experiência juvenil.

Percebem que precisam da família e de outros laços sociais que possam apoiá-los na transição à etapa de tomada de decisões.

As relações familiares dentro da cidade estão carregadas de elementos de uma cultura nativa que se reflete nos comportamentos simples e solidários, nas relações domésticas e privadas que enfrentam tensões ao conviver com a cultura consumista e produtivista, que exige dinheiro e individualismo para obtenção dos bens materiais básicos para si e para a família.

A rua, como espaço público de exposição de modos de vida, surpreende os jovens, e ao mesmo tempo, amedronta, pois, é lá, que a contradição de classes se apropria da cidade como sede de poder, e legitima os espaços como áreas urbanizadas ou não urbanizadas.

O espaço da cidade pode favorecer a satisfação pessoal para o jovem assim como pode ser o *locus* da negação de direitos, pois não se sabe como será a reação dos outros habitantes: se de colaboração, solidariedade, amizade e responsabilidade pelo bem comum, ou práticas de violência, ocasionando perdas de pessoas, impondo adversidades imprevisíveis e comprometedoras do futuro.

Os jovens já percebem que o estilo de vida urbano, com suas contradições está chegando nas cidades menores trazendo situações de violência para os moradores e de ausência de autoridades públicas que possam fazer o controle.

São conscientes de que a cidade não disponibiliza, com a devida equidade, aos seus habitantes, espaços de crescimento pessoal, intelectual e profissional, e assim muitos jovens não possuem garantias de vida no presente.

Este capítulo confirma a hipótese de que os jovens das classes subalternas não foram plenamente sufocados em sua cultura existencial pelas culturas dominantes que aqui impuseram uma urbanização que reforçou o caráter de sociedade contemporânea. Eles exibem uma identidade nativa e peculiar à Região Norte do Brasil que favorece as experiências particulares de realização pessoal e coletiva, ainda que estejam excluídos das decisões dos governantes e das elites dirigentes. Essas experiências coletivas, regionais das classes subalternas confrontam, permanentemente, os aspectos dominantes da modernidade da sociedade brasileira, seja por meio da participação ativa e ousada, como foi o caso da cabanagem; do período de decadência do período da borracha, quando o habitante da região pode trabalhar para si, ou ainda nas conquistas que arrancou do poder do Estado ou da elite econômica.

A resistência social presente nas experiências particulares e coletivas dos povos da Amazônia incentiva os jovens às práticas de formação de sua consciência em que a preocupação com o ser humano e com seu futuro é compromisso assumido pelo novo ser desta região que, mesmo sendo invisível ao poder político e econômico que lhe nega reconhecimento social e político, supera esse ato violento pela capacidade de existir contando com a colaboração e a solidariedade de parentes, amigos e conhecidos que partilham com simplicidade os bens que possuem.

É nesse comportamento cotidiano e tenso que as propostas de construção social da cidade nascem em jovens das classes subalternas que estudam, trabalham, se divertem e não perdem suas raízes de povo nativo da Amazônia.

A existência na cidade permite que a experiência juvenil faça o confronto permanente entre aqueles que acumulam bens e governam o Estado e a cidade e aqueles que trabalham e

vivem “esquecidos” ou “invisíveis” na periferia da cidade ou nas entranhas da floresta e dos rios, mas mantêm vivo o desejo de liberdade, de amor à vida e de existência segura.

Os jovens da pesquisa, quando responderam sobre sua experiência na cidade, utilizaram os mesmos argumentos apresentados no *Manifesto Segurança e Democracia*, que reuniu representantes de duzentas e cinquenta cidades em Nápoles, na Itália, de 7 a 9 de dezembro de 2000. Os representantes vindos da África, América do Norte, América do Sul, declararam precisar de “cidades de liberdade”, pois as cidades não são igualitárias e, para serem cidades de inclusão, os habitantes deverão participar das decisões sobre as políticas locais; “cidades de justiça”, pois a insegurança não é só medo de assalto ou de agressão: nasce também do perigo de um automóvel, de um obstáculo na via pública e, principalmente, de não ter a quem recorrer no caso de necessidade, ou de conforto de uma ajuda, de um serviço de proteção ou reparação; e de “cidades seguras”, pois, como um bem comum essencial ao desenvolvimento sustentável, ela é o sinal e a condição de inclusão social, de acesso equitativo aos outros bens como educação, justiça, saúde, qualidade do meio ambiente. A segurança é o desenvolvimento do bem comum não é uma abordagem, o fazer da polícia ou um eficiente sistema penal. (2000, fls 1-3).

Estão ligados ao Manifesto no fato de que as cidades devem se por de acordo sobre os princípios das seguintes ações: 1 – Programa de prevenção e tolerância zero para a exclusão; 2 – Respostas eficazes que favoreçam a inclusão; 3 - O uso da prisão como um recurso limitado; 4 - Uma melhor comunicação e um reforço do comprometimento dos cidadãos; 5 – A troca de conhecimento é o ponto principal das estratégias, que consiste em colocar todo o conjunto de conhecimento disponível como centros de todas as decisões em matéria de segurança urbana, pois a lei deve garantir uma segurança respeitosa aos jovens, com meios proporcionais aos problemas encontrados e com dispositivos de segurança e prevenção que os tornem verdadeiros atores, tendo como consequência a reafirmação do papel da família na prevenção social o mais cedo possível (2000, fls. 5-6).

As políticas de participação devem ser dirigidas para a promoção de segurança subjetiva e a prevenção da criminalidade e dos comportamentos não-civis sob a responsabilidade de autoridade políticas encorajando profissionais da segurança urbana e de profissões diversas para melhor resolver, pelo emprego de métodos mais adaptados, os problemas ligados à segurança.

Só com o desenvolvimento de novas modalidades de qualificação e de profissionalização de atores que contribuam para a segurança urbana, nos diferentes níveis, com uma melhor organização das relações entre autoridade pública, o mercado privado de segurança e habitantes

haverá políticas de prevenção, criação, acompanhamento e à avaliação das políticas locais de segurança (2000, p.8).

O Manifesto ainda continua como referência aos jovens urbanos dos povos da Amazônia quando diz que os autores da segurança urbana devem desenvolver programas para a promoção igualitária homem-mulher, integrando a abordagem por gênero no seu plano de ação, que deve conter objetivos precisos e indicadores de avaliação (2000, p. 9).

Esse manifesto é representativo das apreensões vividas na cidade moderna, seja ela na Amazônia ou em outros lugares do mundo. É também uma luta para que a cidade seja o lugar da diferença e do reconhecimento dessa diferença com dignidade e responsabilidade.

Na Amazônia paraense, essa apreensão é apresentada em diferentes movimentos sociais nos quais os jovens estão presentes. Portanto, o novo, o ousado e a resistência social teimam em construir no presente a conquista do futuro desejado para todos.

4.5 A formação dos jovens nos grupos

Este bloco procurou revelar o comprometimento do jovem com o grupo no qual convive dentro da cidade e esta convivência tem por conteúdo seu ingresso no grupo, os assuntos lá tratados e a importância a ela atribuída ajudarão na compreensão das práticas educativas das classes subalternas que está se desenvolvendo em sua formação social. Foi composto das questões: 3.15 - Como surgiu a idéia de participar de um grupo? 3. 16 - Qual/quais assuntos são tratados nos encontros? e 3.17 – Você acha importante se juntar a outros jovens? Por quê?

Isso porque, embora os moradores da cidade tenham entrado na historiografia oficial do Estado com uma participação ativa, registrada como Cabanagem, é possível afirmar que as experiências coletivas estão presentes no cotidiano, nas relações sociais mais simples que o “homem” da região constrói, seja no isolamento da selva, nos caminhos sinuosos dos rios, dentro de suas casas ou na cidade.

E foram essas experiências que lhes permitiram manter a continuidade da existência na cooperação entre o homem e o meio ambiente, na solidariedade e na convivência dos pequenos grupos.

Para Edmundo Dias, (1996) citando Gramsci, a hegemonia não é uma construção artificial elaborada por intelectuais, nem o produto de uma visão sectária de militantes. Ela está no dia-a-dia. Os povos da Região mesmo em contato com o modo de produção capitalista encontraram a maneira de resolver suas condições de existência e suas experiências coletivas,

construíram as condições necessárias para tal. Foi esse o alicerce para uma nova racionalidade de vida na cidade grande.

Os moradores que são trabalhadores explorados e expropriados de suas condições de trabalho na cidade e no campo, que aqui nasceram ou vieram residir forçados por inúmeras situações econômicas de seu local de origem, só puderam sobreviver porque se apoiaram em suas próprias forças. Mas, para reconhecer esse processo de afirmação de uma “prática” ou de uma “experiência” coletiva, é preciso ir além dos estudos feitos sobre “participação e cidadania”.

A pesquisa nacional “Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas”²⁶ é um exemplo: Foram pesquisados jovens de 15 a 24 anos na Região Metropolitana de Belém (RMB), sob a coordenação da Universidade Popular (UNIPOP), no período de setembro de 2004 a abril de 2005. Foi uma pesquisa de opinião que envolveu uma amostra de 600 jovens (181 - de 15 a 17 anos, 184 - de 18 a 20 anos e 235 - de 21 a 24 anos), seguida de quatro grupos de diálogo com um total de 98 jovens.

Para os entrevistados, as principais preocupações na Região Metropolitana de Belém estavam relacionados à violência e à fome (13,82%), à falta de oportunidade de trabalho e emprego (12,76%), educação com qualidade (11,70%) e desigualdade social (10,63%).

Um destaque importante nessa pesquisa é o acesso às atividades culturais e de lazer, mas essas foram vistas como uma forma de ocupação do tempo ocioso do jovem, do afastamento de práticas ligadas ao crime, violência e prostituição.

Os espaços mais freqüentados pelos jovens foram os parques e praças (66,5%), os shoppings (55,0%), teatros (19,5%), museus (11,1%). Do total geral dos entrevistados, 38,3% afirmam não ter lido nenhum livro completo durante o ano.

A participação de jovens em grupos, entidades e organizações sociais foi de 19,8% e, dos que fazem parte de algum grupo, prevalece a participação masculina. Os pesquisadores interpretaram esse fato como a cultura da não-participação, que parece ser a tônica entre os jovens da Região Metropolitana de Belém (RMB).

E a baixa participação estaria concentrada nas atividades religiosas (36,1%), seguida das atividades de música, teatro e dança (31,9%) e das desportivas (22,7%).

A participação em atividades de caráter mais político ou de intervenção social é baixa: nas atividades estudantis, 9,2%; ações de melhoria das condições de vida, 3,4%; comunicação e

²⁶ Instituto Polis, Ibase e Unipop. *Juventude Brasileira e Democracia*. Relatório Final – Região Metropolitana de Belém. Belém/PA, agosto de 2005.

meio ambiente, 2,5%; atividades político-partidárias, de arrecadação de alimentos e defesa de direitos com ínfimos, 0,8 % cada uma.

No estudo se nota que os pesquisadores fazem uma crítica à não participação dos jovens em atividades político-partidárias e não valorizam a participação dos jovens em atividades marginais à tomada de decisões dos governantes, como as atividades estudantis, na melhoria de condições de vida, meio ambiente, de música, teatro e dança, esportes e religiosas que estão ocupando o tempo de muitos jovens.

Na pesquisa nacional *Perfil da Juventude brasileira*²⁷, na região Norte/Centro Oeste, 80 % dos jovens urbanos participam em grupos culturais. Sobre o conhecimento de grupo cultural jovem no bairro ou comunidade, por região e local de moradia, (46 %) desses jovens conhecem os grupos de música, dança, teatro, Rádio Comunitária, Patins/Skate, bicicleta, grafite e pichação, como Brasil. Os dois grupos culturais mais citados são de música e dança. 54% não conhecem nenhum desses grupos.

Na Região Norte/Centro-Oeste 19% não participam de grupos.

Dos 15% de jovens, do Brasil que participam de grupos, as atividades de participação são de jovens da Igreja, música, dança, teatro, futebol e outras.

A participação em associações e entidades no Brasil é maior nos grupos religiosos, com uma participação de 17%.

A forma de atuação em atividades ligadas à política é informativa: palestras e cursos com vista ao voto consciente.

A percepção da influência pessoal do jovem na política é maior para os homens na faixa de 15 a 17 anos. Menor, para os homens na faixa de 21 a 24 anos. Para as mulheres essa percepção é maior na faixa de 21 a 24.

Pelas informações contidas nessas duas pesquisas, existem muitas dificuldades para a participação dos jovens e para que compreendam a influência que podem exercer na política.

Pensar dessa forma não permite compreender como está se desenvolvendo a experiência pessoal dos jovens em Belém que possa remeter à formação sociocultural mais ampla.

Como é o início da convivência dos jovens em grupo?

²⁷ Perfil da Juventude Brasileira in: *Retratos da Juventude Brasileira*. Instituto Cidadania e Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2005. pp.369 – 446.

Os depoimentos mostram que o início dessa convivência do jovem nos grupos ocorreu de várias formas.

Por convite de amigos ou vizinhos.

- A idéia de participar do grupo veio quando eu estava me preparando para a crisma. Vieram incentivos para eu participar do grupo, e depois da crisma eu passei por momentos de grande depressão, e aí, eu tinha um amigo meu, que era catequista, ele quis que eu ficasse no grupo, eu achei interessante na época, eu embarquei nesse grupo e estou até hoje.

- Eu participo do grupo de futebol. Comecei a participar através de amigos. Me levaram... Era só para passar tempo mesmo.

- A idéia de participar de um grupo nasceu primeiramente por eu me interessar muito pela vida, assim em conjunto, em comunidade, e o grupo nos proporciona isso, de viver assim com outras pessoas, de ter outros contatos com pessoas diferentes de nós. Eu obtive informações sobre esse grupo através de amigos.

-Eu participo de um grupo de capoeira, se reúne na praça, pra mostrar pras pessoas que a arte, a luta, não é só violência, é tipo uma dança. Eu gosto, eu me ligo nela como defesa, gosto mais da ginga. Foi meu colega que me convidou, eu entrei, ele me convidava todo dia e gostei por causa da roupa que eu gosto. Pra quem quer aprender é fácil. Esse colega é de escola.

- A idéia surgiu com o anseio de me envolver mais com os problemas sociais, sendo que este convite foi feito por um colega que já participava deste grupo, então comecei a participar do grupo 09 de setembro de 2003, quando percebi as dificuldades que os jovens enfrentam por não conhecer os problemas que podem trazer sérias conseqüências para eles no futuro.

Por vontade pessoal.

- Devido a separação dos meus pais, resolvi procurar me fortalecer na Igreja, por isso resolvi entrar no grupo de oração da Renovação Carismática.

- Surgiu a idéia a partir do momento em que eu via a necessidade de se juntar a um grupo, por que o ser humano, na sua essência, ele é do grupo, ninguém nasce para ser isolado, mas nós nascemos para ser do grupo, essa necessidade me fez entrar num grupo e participar. Eu me identifico muito com este grupo por que nos ajuda, vai nos ajudando a amadurecer cada vez mais.

- O casamento se definiu há muito tempo, a sociedade impôs isso, na verdade não foi a sociedade, não foi imposto, foi uma coisa que aconteceu, uma coisa que é a necessidade própria do ser humano de estar se agregando um

com o outro, e assim é gerada a família, que precisa de união, fraternidade, paz e amor, na verdade, hoje, no tempo que nós estamos, não acontece isso, muitas das vezes tem a discórdia, mas não deixa de ser uma família, tem uns momentos bons.

- Eu passei por momentos de grande depressão e aí eu tinha um amigo meu que era catequista, ele quis que eu ficasse no grupo, eu achei interessante na época, eu embarquei nesse grupo e estou até hoje. Eu antes não tinha informações sobre o grupo, mas eu fui adquirindo quando eu já estava dentro do grupo, quando vim para os encontros, a discutir os temas do encontro.

- Eu participo do grupo de toadas, de dança. Ele é em Ananindeua. Eu ia antes. Este ano eu estou prestando vestibular e o coordenador me liberou todo final de semana. E ainda às vezes vou, mas só pra assistir mesmo. Quando eu fui pra Ananindeua, que eu ia muito pra lá, o coordenador que é hoje participa há muito tempo, então ele decidiu criar um projeto lá, por que lá não tem projeto nenhum, eles nunca criaram. Ele foi a primeira pessoa a criar um projeto lá dentro do município. É por conta dele. A estrutura toda do grupo é tudo por nossa conta e dele. É particular. Participo há dois anos. O grupo se organiza num local que não é nosso. O local é autorizado pela pessoa que possui o local porque está abandonado, então nós pegamos, nós capinamos, lá o local e hoje nós ensaiamos lá, mas não tem cobertura e quando chove não tem mais ensaio.

- Comecei a participar desse grupo há uns quatro anos e desde lá venho acompanhando e geralmente esse grupo que eu participo, ele tem em alguns municípios, por exemplo em Ponta de Pedras, em Castanhal, Ananindeua, Belém e Capanema e Inhangapi. E sempre que tem reunião desse grupo eu procuro participar, apesar de que muitas vezes encontramos dificuldades, mas eles sempre costumam reunir, aqui em Ananindeua.

Por convite de parentes

- Eu, na verdade, falo em relação ao grupo que participo, que é AJAR. Logo que foi fundado aqui em Belém, eu tinha muita raiva. Eu não pensava, eu achava que era uma bobagem, por mais que quando começou, minha irmã já era coordenadora e eu não suportava a idéia de ter que vir um dia toda semana ter que vir para reunião. Achava um saco, horrível. Mas Deus foi me convencendo das coisas e eu hoje, é um dos lugares onde eu me sinto imensamente feliz, é vendo meus amigos, gosto muito de cada um deles, e, agora que comecei a trabalhar, eu não vejo a hora de chegar o sábado para poder encontrar as pessoas que mais gosto.

Por curiosidade

- Participar de um grupo foi por curiosidade, ouvia meus amigos contando como era. Eu gostei.

- Eu pertenço a um grupo de canto, a idéia de participar surgiu quando eu vi o pessoal cantando, eu gostei, eu queria participar e comecei a me entrosar com eles e fui aos poucos conseguindo.

- Para entrar, eu não freqüentava, eu olhava de longe, tinha curiosidade, entrei...

Para conhecer o diferente

- A idéia de participar de um grupo de boi-bumbá surgiu através de uns índios que vieram aqui pra Belém pra mostrar a dança como era. E daí conheci outro grupo que dançava também coisas indígenas e entrei nesse outro grupo, ao passar do tempo eu não quis mais por causa de mau organização.

Fazer parte de um grupo é a forma, que os jovens utilizam para ampliar a sociabilidade. O ingresso do jovem em um grupo ocorreu sempre por meio de outra pessoa que pode ser amiga, parente ou com um vínculo institucional reconhecido. O jovem pode, também, ingressar no grupo por curiosidade em conhecê-lo, por uma decisão, vontade pessoal, ou por um vínculo institucional considerado válido por ele, como é o caso da família.

Não houve nenhum relato de imposição do grupo para o ingresso do jovem o que pode representar indício de que os jovens buscam formas mais envolventes de convivência grupal.

É importante observar que os jovens podem ingressar em vários grupos ao mesmo tempo, e têm até dificuldades para falar sobre um deles, pois demonstram que um processo de convivência social pode ser demorado. Para que haja a permanência no grupo, depende muito do desejo pessoal do jovem e do comportamento das pessoas que compõem o grupo.

Houve apenas dois jovens que disseram não ter convivência de grupo e um até justificou:

- Não participo de nenhum grupo, mas conheço quem participa. Conheço uns meninos que ficam, meninos não, eles já são grandes, jogam dominó na frente do PM Box, toda noite. Só vejo lá. Se eu entrasse em grupo queria que o coordenador tivesse a qualidade de saber treinar, saber conversar com os jogadores é..., saber conversar, senão...Eu gosto, de sair, ir pras festas, gosto de estar assim, jogo bola também toda sexta-feira.

Só houve duas declarações de jovens que não gostam de estar com outros jovens, na pesquisa realizada, mas esse comportamento arredo pode indicar uma compreensão de sua vida de jovem.

O Conteúdo de formação dos jovens no grupo se revela por meio dos assuntos tratados e que quase sempre são:

- Os assuntos tratados são comunicação, drogas, meio ambiente e outros. Gosto desses temas pelo modo que ele ajuda as pessoas a ter qualidades de caráter, respeito e trabalho a respeito do próximo.

- Os assuntos abordados são sobre violência, sexo, liberdade, vários assuntos. A gente gosto de se reunir nele porque acaba conhecendo vários assuntos que está por fora.

- Os assuntos tratados são a convivência, amor ao próximo a gente tem que ter, os mandamentos da lei de Deus, como ser um bom cristão dentro e fora da igreja, na família, e a convivência do jovem no mundo. Como ser um jovem no futuro com bom emprego, sobre a nossa região amazônica, os povos, a cultura, a língua, as raças.

- Os assuntos tratados além de música, por que somos do coral, é a violência, drogas, vários assuntos.

- Procuramos sempre colocar e trabalhar nos nossos encontros problemas que assolam a nossa sociedade e, por esse motivo, gosto muito de comparecer às reuniões.

- Os temas tratados são os mais diversos, né, são temas que, hoje em dia, fazem parte do atual contexto da juventude, aborto, desemprego, tem também informações sobre jovens, tem muitos temas nesse sentido, educação de jovens é tema que a gente discute, o jovem inserido na sociedade, como é que ele está se comportando, e essas coisas que estamos tratando.

- Os assuntos que são tratados são doenças, prevenção de saúde, amizades e outras conversas. Eu gosto de participar de grupos que eu me sinta bem, gosto de conversar coisas informativas para minha vida.

- Na escola, costumo freqüentar as rodas de amizade nas quais costumo trocar idéias e me distrair comentando sobre assuntos escolares, bem como assuntos que mexem no dia-a-dia da sociedade, junto à sociedade.

- Tratamos de assuntos relacionados a violência, drogas, prostituição, paz, justiça, amor e família. É um assunto que merece ser alargado no sentido que devemos conhecer melhor nossa realidade, realidade dos jovens da região amazônica.

- Lá eles tratam de todos os tipos de assunto, por que todo ano a gente tem amostra de dança, então eles abordam tudo o que está acontecendo na cidade. Todo ano a gente apresenta as pesquisas sobre a cidade, se vê a violência, este ano (2004) abordaram sobre o lixo da cidade, a violência, a sujeira como está a cidade.

- Como somos um grupo de música, o nosso assunto era música, mas num grupo de jovens sempre se conversa sobre tudo. Então a gente conversa sobre tudo. Eu gosto de participar do grupo, sempre foi a minha vontade e eu da

minha vontade, eu gosto de participar, pois é um grupo de canto e eu gosto de cantar.

- Lá eles fazem a reunião sobre como a família deve se comportar, o casal, dentro de sua própria casa fazendo com que a família seja mais unida e os pais tenham compreensão com os próprios filhos, falam de sexo também e de várias coisas que na família tem que haver. Olha, eu gosto porque é uma coisa que a gente tem que aprender no dia-a-dia porque a família tem que ser estruturada dentro de todas as coisas, é por isso que eu gosto.

Se a convivência entre os jovens acontece em grupos pertencentes às Igrejas discutem sua organização interna, e assuntos polêmicos da realidade social como a Amazônia, drogas, doenças, aborto, desemprego e da convivência juvenil como Aids, gravidez, amizade.

Há outros grupos em que os assuntos tratados se referem às suas atividades específicas ou a acontecimentos que estão presentes na vida dos jovens para que não sigam caminhos que possam lhes causar dificuldades. São abordados para que o jovem possa conhecê-los e possa pensar a seu respeito.

Há, entre os jovens pesquisados, uma clara consciência da importância da convivência no grupo, mesmo que na maioria dos relatos não se revele uma causa mais profunda de envolvimento social podem ser vistos fragmentos ou resíduos de pensamentos que indicam prazer existente nessa convivência.

No geral, pode ser dito que o grupo é muito importante para o jovem, pois ele aprende e ao mesmo tempo alarga seu horizonte de compreensão da vida e da sociedade e faz uma avaliação de sua convivência grupal, quando observa a importância de se juntar a outros jovens.

A importância de se juntar a outros jovens

1 Pela valorização do próprio jovem

- Gosto de me juntar a outros jovens porque junto de outros jovens a gente pode falar mais da cultura, que muita gente esquece da cultura e só quer saber da camaradagem, ajudando outros jovens e, falando sobre isso, eles se desenvolvem mais. Eu tenho um primo que é "louco". Ele tem sete anos, ele é louco pra entrar no grupo do meu irmão. Então, daí tem das criancinhas até os adolescentes que gostam de ver e adoram. Até hoje, tem gente entrando diariamente.

- Acho importante se juntar a outros jovens, por exemplo, em comunidade. Nosso grupo não é feito só de jovens, mas nós encontramos outros jovens nas comunidades e é importante passar exemplo e aprender junto com eles, pois eles têm muito a ensinar.

- Essa experiência de grupo me ajudou muito, eu tenho um pouco de dificuldade, pra falar sobre mim mesmo, vai me ajudar a desenvolver mais e vai ajudar outros jovens a ter experiências. Eu não percebia dificuldades nos próprios jovens, mas quando chegava ocasião de falar de si mesmo, aí eles tinham dificuldade.

Há o reconhecimento, por parte dos jovens, da necessidade de encontrar-se com outros jovens para aprenderem juntos a dialogar, a trocar experiências, a conviver com outra pessoa que também tenha as mesmas dificuldades ou para ampliação das relações sociais.

2 Porque se percebem como iguais têm a mesma identidade juvenil

- Acho bastante importante nós nos juntarmos com outros jovens porque nós trocamos experiências e, cada vez que nós trocamos experiências, isso vai nos fortalecendo mais e mais junto aos nossos objetivos.

- Sim, todo ser humano, todo ser enquanto homem constituído, ele se identifica, ele sente a necessidade de se juntar a um determinado grupo de pessoas, até os animais fazem isso, vivem em bandos, vivem em rebanhos, então pra mim é importante, sim, se juntar a outros jovens, a outras pessoas, porque eu consigo perceber uma igualdade de pensamentos, uma igualdade de ideais, uma igualdade de forças para se chegar a um certo objetivo.

- É sempre muito bom conversar com os jovens, falar sobre a sua experiência, suas dificuldades, o que ocorre no seu dia-a-dia.

- Acho importante me juntar a outros jovens porque, a partir do grupo, o jovem passa a conhecer sua capacidade de harmonia com o próximo e consigo mesmo.

- Eu acho importante me juntar, pois a juventude tem uma força muito importante, uma energia muito grande e bonita também. A juventude é bonita. E quando o jovem se junta a gente vê sair do meio da juventude uma alegria que acaba irradiando todos aqueles que estão por perto. E eu acredito dessa importância de jovens se juntar com jovens para fazer tanto um trabalho de evangelização como também um trabalho de promoção humana, de promoção da vida. Isso é importante. A força da juventude, ela pode fazer muita coisa pra mudar a história, essa história que a gente vive.

- Acho importante juntar com outros jovens porque, é bom quando a gente conversa, as pessoas quando os jovens acham que é bem mais rico, porque as pessoas, havendo amizade entre eles, de certa forma buscam as mesmas coisas que ele, querem ser escutados, sentem que é alguém importante isso envolve.

- Eu gosto quando os jovens se juntam, a gente faz confidências, troca experiência muitas vezes e é uma forma de se abrir mais com os nossos amigos, se divertir né, e até muitas das vezes esquecer um pouco os problemas. Dizer as confidências, vida de um para o outro, por exemplo, quando estou em dificuldades, alguma coisa eu digo a um amigo meu ou ao meu grupo que eu estou, mas eu não sou dessas de falar.

- Eu considero fundamental nos juntarmos a outros jovens porque pensamos quase da mesma forma, também é mais fácil nós tentarmos resolver os problemas que nós enfrentamos, porque nós nos compreendemos melhor, nos relacionamos melhor, falamos a mesma língua.

A identidade juvenil é uma condição estabelecida pelo próprio jovem que convive em um determinado grupo, que reconhece o outro por estar na mesma situação de, *no lugar de*. Por isso, busca apoio no grupo que tem pessoas com as mesmas características, como no caso a faixa etária, o que não significa fazer o mesmo tipo de atividades. É o reconhecimento da igualdade e da diferença. Percebem-se iguais em condições de existência e diferentes em certas situações dentro dessa existência. Desse reconhecimento, nasce a exigência de pensar a vida, as dificuldades enfrentadas e as soluções para superá-las. Isso não é uma obrigação ou compromisso assumido por todos ao mesmo tempo e da mesma forma.

3 Para aprender coisas novas

- Acho importante me juntar a outros jovens porque nós acabamos conquistando, a gente acaba aprendendo a conquistar os outros e, principalmente se o nosso carisma é aprender viver em comunidade, não tem sentido viver em comunidade fechados entre nós, é importante que saibamos viver em comunidade com outros jovens, com a paróquia, com a sociedade.
- Eu acho muito legal me juntar a outros grupos, eu acho que quando você aprende uma coisa, conhecimento é algo ilimitado, ele é infinito, e você não pode acumular o conhecimento pra você. Eu acho que tudo o que a gente aprende deve ser dividido, e as coisas boas são pra isso, nós trocamos experiência, trocamos idéias, porque se o meu grupo está vivenciando um problema hoje, e o outro grupo já passou por aquele problema, então aquele outro grupo que já solucionou o problema dele pode me ajudar a resolver o meu e vice-versa, se o grupo está com problema, mas eu tenho, não as respostas prontas, mas assim dar uma luz para aquele grupo de como ele pode resolver o problema dele.

A convivência grupal marca uma aprendizagem por meio de atividades e de práticas, que parece ser uma busca do jovem. E sua aprendizagem aqui significa conquista, autonomia frente a problemas que podem ser enfrentados.

4 Para discutir problemas sociais na companhia de outros jovens

- Acho importante me juntar a outros jovens, porque o jovem tem um papel muito importante na sociedade, eu quero conhecer mais o que o jovem está passando na sociedade, o que ele está enfrentando, dificuldades, quais as alegrias que ele está tendo, então eu gosto de interagir com o jovem, me unir ao jovem para que eu possa ajudar o jovem e o jovem possa me ajudar também, porque, afinal, eu também sou jovem e preciso ser ajudado por eles.
- Acho importante o entrosamento com outros jovens para aprendermos com outros grupos, com outras formas de pensamentos, enfim, com o diferente, e isso, embora às vezes seja conflitante, acho bastante prazeroso.

O jovem busca no grupo companheirismo, satisfação e descobertas. Por isso, a convivência grupal pode ajudá-lo a despertar para outras situações mais amplas que podem provocar dentro do próprio grupo formas novas de intervenção.

Os jovens revelam iniciativa de conviver em grupo, mas a decisão de participar para intervir nas questões do bairro e da cidade está distante das práticas grupais neste momento.

O que pode ser dito é que esses jovens têm uma visão de que o bairro e a cidade podem ser organizados de outra forma para favorecer a realização pessoal e social. E até, apresentam elementos indicativos a essa intervenção pública.

Dar o passo maior e mais comprometido de convivência cidadã poderá acontecer à medida que os grupos criarem práticas educativas criativas e prazerosas formando os jovens para ações de contestação e organização do poder público, a partir de seu local de moradia e de convivência social. Pois, só na convivência comunitária e cidadã se pode compreender e buscar soluções para as questões sociais. Pelos relatos, o que está em questão não é uma baixa participação e sim uma disposição do jovem para experiências coletivas ou grupais prazerosas e amigáveis, que é buscado nos outros jovens e na sociedade.

Mas houve depoimentos de duas jovens que não têm afinidades com outros jovens, seja por que suas experiências de vida foram construídas somente com adultos, seja porque não possuem amigos.

- Acho importante se juntar com outros jovens da tua idade. É importante, mas é engraçado, embora que eu tenha muitas pessoas da minha idade, converso muito, mas eu nunca consigo me identificar com alguém, assim realmente capaz da minha idade 19 anos. Pelo fato de eu sempre conviver com pessoas mais experientes, pelo fato de sempre participando da igreja, sempre que estou no meio de jovens é falando sobre algum assunto, não porque envolve a nossa idade, é meio, não sei explicar.

- Se juntar a outros jovens eu queria, mas não tenho muitos colegas quando arranjo não é da minha idade, é mais vinte, vinte e cinco. É muito ruim ter colega assim.

O jovem, dentro da sociedade, seleciona as experiências coletivas que podem ajudá-lo a ser mais autônomo. A limitação ou a precariedade dessas experiências empobrece o crescimento desse jovem, nos aspectos que são necessários, para ficar à frente de seu tempo, o que não significa impedimento e busca de outros caminhos.

É nessa relação que a dinâmica da sociedade se refaz no tempo, e exerce a tarefa de fazer a transição do indivíduo da esfera familiar para os grupos mais amplos. O grupo supera em muitos casos a experiência pessoal, mas não a elimina. A experiência particular e a experiência coletiva formam um par inseparável na convivência social. Mesmo que essa sociedade seja produtivista e consumista, o ser humano, e no caso o ser jovem, poderá reorientar seus valores e reinventar a construção social.

A reinvenção do social não pode ser feita sem reflexão pessoal e coletiva. É preciso ler o meio ambiente, escutar as vozes, sejam elas da TV, dos livros, dos amigos e a sua própria. Os jovens da pesquisa estão fazendo isso.

Para fortalecer a afetividade com a família, os amigos e consigo mesmo é preciso que a pessoa tenha disposição para uma convivência mais ampla. O jovem revela essa disposição quando gosta de encontrar-se com outros jovens e avalia esse comportamento de estar junto. No caso da pesquisa o jovem caminha na direção de uma sociedade, na qual a produção de mercadorias não elimine os sonhos e utopias de uma outra sociedade possível.

Só um ser novo, ousado e ativo avalia seus atos e das outras pessoas para reconstruir caminhos, sonhos e soluções. E ser jovem é ser capaz de refletir sobre a vida, sobre a realidade e assumir uma posição de que há uma contradição entre a ação realizada e a concepção de mundo desejada.

Os jovens podem renovar a sociedade, pois no ser jovem há uma atitude revolucionária²⁸ que pode levar o Brasil e, no caso em estudo, a Amazônia a um outro patamar de desenvolvimento social, como diz a música do grande cantor paraense Nilson Chaves.

²⁸ ZANETI, Hermes. *Juventude e Revolução*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 2001.

O sol da manhã
Rasga o céu da Amazônia
E eu olho Belém
da janela do hotel
As aves passam
Fazendo uma zona
Mostrando pra mim
Que a Amazônia sou eu
Que tudo é muito lindo
É branco, é negro, é índio
No rio Tietê mora a minha verdade
Sou caipira, sede urbana dos matos
Um caipora que nasceu na cidade
Um curupira de gravata e sapato
Sem nome sem dinheiro
Sou mais um brasileiro
Olhando Belém enquanto uma canoa desce o rio
E um curumim assiste da canoa
Um boeing riscando o vazio
Eu posso acreditar
Que ainda dá pra gente viver numa boa
Os rios da minha aldeia
São maiores que os de Fernando Pessoa.
Molhando os meus olhos
De verde floresta
Sentindo na pele
O que disse o poeta
Eu olho o futuro
E pergunto pra insônia
Será que o Brasil
Nunca viu Amazônia?
Eu vou dormir com isso
Será que é tão difícil?

(“Olhando Belém”, música de Nilson CHAVES, Belém, 1991).

5 A EXPERIÊNCIA PESSOAL E COLETIVA COMO PRÁTICA EDUCATIVA DO JOVEM URBANO NA CIDADE DE BELÉM - a propósito de conclusão

Foi dentro desse contexto, que os jovens urbanos dos povos da Amazônia foram estudados e reconhecidos como portadores de sonhos e de esperanças.

A pesquisa “Os jovens urbanos dos povos da Amazônia na cidade de Belém/PA” procurou resposta para o seguinte problema:

- 1 – O que os jovens das classes subalternas estão partilhando como experiências comuns e afirmativas no seu cotidiano?

As respostas às perguntas foram apresentadas nos capítulos dois, três e quatro, pois o estudo exigiu apreender a cidade de Belém como um *locus* de urbanização (capítulo três) o que exigiu dar uma volta ao passado dos povos da Amazônia (capítulo dois); Essa volta foi marcada pelo encontro com os povos europeus que aqui chegaram e trouxeram um modo de viver e de se organizar completamente diferente do dos povos nativos.

Desse encontro, foram produzidas relações sociais hegemônicas, sufocantes, indiferentes que provocaram nos povos nativos, lutar por liberdade, por uma existência autônoma, e a defender-se dentro da mãe-Natureza.

Mas a acumulação de capital que veio de longe trouxe o Estado, na figura do Rei de Portugal (D. João VI), no Príncipe Regente do Brasil (D. Pedro I), na Regência. Durante os reinados os emissários e dirigentes do rei trouxeram desbravadores. Com a República, vieram os presidentes. Os presidentes aos poucos vão trazendo seu exército de empresários, com seus instrumentos de longo alcance sob o rótulo de tecnologia na gestão de produção e de força de trabalho e de comunicação e informação. Desde o primeiro reinado, ninguém pode fugir dessa vigilância estatal e interesse econômico do capital.

Foi de interesse do capital transformar paisagens, pessoas e lugares em objetos de desejo e de cobiça. Vender e comprar passou a ser regra de convivência. Nem todos os grupos foram envolvidos da mesma forma e pelos mesmos artifícios, mas o Estado moderno ajudou e ajuda a eliminar esses obstáculos a curto, médio e longo prazo.

O Norte do Brasil possuía outra história, cultura e tempo que seus povos tinham construído por vários séculos. E, nesse tempo, com uma cultura própria, a existência possuía todas as condições para satisfação de suas necessidades de reprodução física e social, nela, seu ritmo de vida construiu uma história e uma cultura que foi desprezada pela “civilização

européia”. Desde essa época, os povos da Amazônia e do Norte do Brasil vivem em um conflito permanente, pois tiveram que aprender a conviver não mais com grupos hostis e de guerreiros, mas com povos armados e arrogantes em razão de sua presumida superioridade.

Alguns lugares foram escolhidos pela civilização européia para defesa de seus interesses como sede do desbravamento das terras desconhecidas e dominação de seu povo, entre esses, a cidade de Belém.

A partir de Belém, a cultura européia fez sua propagação centrada na escravidão, na exploração do trabalho, nas disputas de poder governamental, e na religião ligada ao governante. Dentro dela, também houve enfrentamentos sangrentos com mortes de índios e de cabanos. Conflitos esses que se estenderam ainda, por toda a Amazônia paraense e brasileira.

Os capítulos dois e três procuraram estudar os encontros e desencontros de povos e do poder do Estado na Amazônia, sem esquecer que os séculos passaram e a Igreja Católica construiu um espaço próprio na Região Norte. Grande parte das escolas e hospitais nos municípios foram construídos e são mantidos por ela até hoje. Não fosse isso, a ausência do Estado na vida dos habitantes teria sido mais expressiva.

Na história da Amazônia, a Igreja Católica foi sempre presente, por isso os bispos do norte fazem memória dessa presença e disposição em servir os habitantes. Após a cabanagem, e, especialmente, nas últimas décadas do século XX, eles decidiram formar o clero da Região Norte ou Amazônica com professores e padres nativos, o que não quer dizer que a Igreja, como instituição européia esqueceu suas origens.

Gramsci escreveu sobre o papel da religião²⁹ (Igreja Católica) para as classes subalternas e, nele, a história do cristianismo torna-se a história do aparecimento, da ascensão e do declínio de uma ideologia e de seus intelectuais por meio da análise das funções históricas que ela desempenha em cada período.

Os bispos da região acompanham e interferem nos conflitos agrários entre habitantes, governantes e empresários, que se tornaram mais violentos a partir da década de 70.

Com o recrudescimento da questão agrária, os bispos do Regional Norte I e II da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que compreende todos os Estados da Região Norte ou Amazônia, estiveram reunidos em Manaus, no estado do Amazonas, de 14 a 18 de setembro de 1997, e se dispuseram a ouvir e debater com representantes do Governo do Brasil,

²⁹ Ver GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a Organização da Cultura**. RJ. Civilização Brasileira, 1978. Ver PORTELLI, Hugues. **GRAMSCI e a Questão Religiosa**. São Paulo, Edições Paulinas, 1984.

pesquisadores de universidades e jornalistas a proposta de desenvolvimento econômico à região e suas implicações. Nesse encontro, D. José Vieira³⁰ afirma em discurso:

A Igreja na Amazônia é sinal de esperança e solidariedade. Esta Igreja Missionária vai ao encontro do povo, animando-o e fortalecendo-o no seu anseio de libertação e realização.

Tudo quanto aconteceu nesta imensa Amazônia é do interesse da Igreja e merece atenção especial e uma resposta concreta e objetiva. Pois ela conhece o esquecimento, o abandono e as necessidades deste vasto território. Por isso mesmo, age e reza sobre eles. E o faz com carinho e dedicação.

A esperança não decepciona. Nós disso sabemos e também sabem as populações da nossa Amazônia. Ela é a força, ação, futuro e vida. Emerge do coração sofrido do nosso povo como uma luz. O amazônida é, pela sua índole, sua fé e pela sua esperança – *Se Deus Quiser, com a ajuda de Deus* – impelido a não perder de vista o sentido e o valor da existência. A própria vida, os sofrimentos, as lutas, as intempéries, dão-lhe motivação para se empenhar, com coragem e valentia, na transformação da realidade em que se encontra, buscando, cada vez mais, seu comprometimento com a justiça, a solidariedade, a fraternidade e a paz.

A Igreja Missionária, que está na Amazônia, caminha em sintonia com seu povo, fazendo tudo o que está ao seu alcance para que ninguém seja excluído da participação dos bens materiais, culturais e espirituais a que tem direito, para preservar seus valores, seus direitos e sua dignidade, a fim de que possa viver no pleno exercício da cidadania, usufruindo das oportunidades e condições de ser feliz, vislumbrando, mesmo em meio às trevas, a possibilidade de novos céus e novas terras. Assim ela vai caminhando e construindo uma sociedade a caminho do Reino, empenhada na luta pela libertação integral da pessoa humana e na construção da cidade terrestre, solidária e fraterna... (Dom José Vieira de Lima. 2000, XXVII)

É essa Igreja que torna públicas situações de violência que o Estado Brasileiro e os grupos econômicos nacionais e internacionais impõem sobre os povos da Amazônia. E, quase sempre, é nela que os grupos expropriados encontram refúgio e forças para resistir. Ainda que defenda sua doutrina e seu projeto de libertação, ao mesmo tempo se contrapõe aos projetos de desenvolvimento econômico que trazem morte e destruição aos povos do Norte.

É por esse compromisso que a Igreja Católica da Amazônia é conhecida. Muitos de seus agentes de pastoral, leigos e religiosos, foram mortos e padres, ameaçados e presos. Na década de 80, as vítimas foram os padres Aristides Camio, Francisco Gouriou e 13 posseiros, em Conceição do Araguaia. Esse acontecimento gerou o Movimento de Libertação dos Presos do Araguaia (MLPA). Em Belém, enquanto estiveram presos na Polícia Federal houve vigílias permanentes.

³⁰ Dom José Vieira de Lima, bispo de Marabá. Na época era Presidente do Regional Norte II da CNBB e pronunciou esse discurso por ocasião do encontro e celebração dos 25 anos de caminhada da Igreja na Amazônia, no espírito do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín.

Nos dias 21 e 22 de Junho de 1982, aconteceu o julgamento. Nos bairros da cidade, houve grande mobilização contra a injustiça. Vieram agricultores de vários municípios paraenses e representantes de entidades democráticas do Brasil e do exterior. Belém se tornou um campo de guerra. As forças armadas estavam em todos os lugares. Ao final do julgamento, padres e posseiros foram sentenciados a: pe. Aristides, 15 anos; pe. Francisco, 10 anos; lavrador João Matias, 9 anos; e os outros doze lavradores, 8 anos de prisão. Segundo a Auditoria Militar de Belém, foram cometidos os seguintes crimes: Pe. Francisco, andar com o Pe. Aristides, puxar cânticos e distribuir folhetos “subversivos”; Pe. Aristides, incitar posseiros a atacar a diligência da Polícia Federal e do Grupo Executivo de Terra Araguaia Tocantins (GETAT); João Matias (líder dos posseiros), principal culpado pela morte do pistoleiro durante a emboscada; os demais posseiros, ataque à diligência da PF e do GETAT, em que morreu o pistoleiro de nome Luís Antonio dos Santos (MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DOS PRESOS DO ARAGUAIA, 1982, p.10 e 11).

Os fatos que motivaram as prisões relacionavam-se a questões agrárias no sul do Pará. Vários assassinatos de lavradores no Estado do Pará continuam acontecendo. No dia 12 de fevereiro de 2005, o assassinato da Irmã Dorothy Stang voltou a ser notícia na imprensa nacional e internacional. Por último, dois padres da Diocese de Santarém (pe. Edilberto e pe. Boening), no Estado do Pará, estão sendo ameaçados.

Nessa tensão, vai se formando uma consciência crítica.

Na cidade de Belém, ruas com os nomes de padres e bispos (defensores de projetos de conservação ou de libertação social), assim como de governantes e de empresários, contam histórias de tensão e de disputas que permearam a Amazônia paraense. Também são incorporados nomes de povos indígenas, de defensores das classes subalternas e de revolucionários. São nomes de bairros, como Jurunas e Guamá; de advogados como, Paulo Fontelles e João Batista (que na época de seu assassinato era deputado estadual), mortos em consequência da defesa dos agricultores; e de revolucionários, como Che Guevara. São marcos que a memória social teima em incluir no espaço da cidade de Belém.

Isso não aconteceu por obra do acaso, mas pela ação do movimento social que teve e tem grande contribuição nessa tarefa histórica, pois foram os vários grupos da Igreja Católica, partidos políticos minoritários (PT, PCdoB, PSTU), associações e movimentos do campo e da cidade que recriaram o poder de participação e de resistência social. Muito pode ser dito sobre essa ousadia dos expropriados e de seus intelectuais orgânicos forjados na luta social pela existência.

A Comissão dos Bairros de Belém (CBB) foi um marco do movimento social e se constituiu sob a bandeira de luta por condições dignas de vida. Coube à ela o encaminhamento

das lutas pela moradia e educação por toda a década de 80. Várias iniciativas da sociedade civil da década de 90 e as ações governamentais arrefeceram sua atuação.

Muitos dos jovens pesquisados, que residem na periferia da cidade, constroem sua experiência de vida ajudados pela participação em grupos da Igreja Católica e fora dela. Essa participação juvenil vai ocorrendo dentro de uma intensa urbanização do município-capital. Se viver na capital é participar das contradições da sociedade capitalista e lutar pela existência, a experiência pessoal dos jovens e as experiências coletivas das classes subalternas estão cheias dessa luta e ocorrem de forma simultânea. E é nessa troca social de experiências que se estabelece uma prática educativa de negação aos valores da cultura produtivista e consumista impostas ao jovem urbano na cidade de Belém. Não fosse assim, em razão das poucas perspectivas oferecidas a esse grande contingente de jovens das classes subalternas Belém, já estaria em uma situação de caos social.

É bem verdade que no Brasil há um número altíssimo de homicídios e crimes contra a vida e, sobretudo, são os jovens pobres e negros, do sexo masculino, entre 15 e 24 anos, que têm pago com a vida o preço da insensatez coletiva da sociedade de consumo.

Como diz Luiz Eduardo Soares, *cerca de 45 mil brasileiros são assassinados por ano. Em algumas regiões das grandes cidades marcadas pelo drama da desestruturação familiar, do desemprego, da degradação da auto-estima, da falta de acesso à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, os números são mais alarmantes* (SOARES, 2004, p.131).

Há uma descrença no poder de Estado de proteger os direitos individuais e coletivos dos habitantes, mesmo assim, o século XX presenciou experiências coletivas de resistência social, e os povos indígenas foram os protagonistas³¹, logo a coexistência dos habitantes com o poder de Estado e com grupos econômicos só pode estar apoiada numa força social agregadora muito intensa, que não é a força do mercado e, muito menos, do poder político.

O movimento real das classes subalternas resiste muito lentamente ao Estado e aos grupos econômicos, e assim vai garantindo condições de existência material a seus povos nativos, sem perder o lado jovial da grande aventura que é o viver.

Essa força agregadora da classe subalterna tem a capacidade de fazê-la submergir frente aos donos do poder e da economia e emergir para retomar o fôlego e conseguir se manter. Para Soares, *um jovem pobre e negro caminhando nas ruas de uma grande cidade brasileira é um*

³¹ Sobre este assunto pode ser consultado entre outros: **Retrato do Brasil**. Vol. I. São Paulo, Editora Três/Política, 1984. **500 anos – Olhando o passado para construir o futuro**. MENSAGEIRO. Belém/PA. Edição nº 71, setembro-outubro 1991. Conselho Indigenista Missionário (CIMI). **Confederação dos Tamoios**. Petrópolis/RJ, Vozes, 1984.

ser socialmente invisível. Nesse caso, a invisibilidade decorre principalmente do preconceito e da indiferença, e uma das formas mais eficientes de tornar alguém invisível é projetar sobre ele ou ela um estigma, um preconceito (SOARES, 2004, p. 132).

No caso dos habitantes nativos da Amazônia e de Belém, é o poder de Estado e dos grupos econômicos que lhes é indiferente.

A experiência pessoal dos jovens da pesquisa está apoiada nesse emergir para se manter, pois, se estão invisíveis ao poder de Estado e dos grupos econômicos, suas relações familiares, de parentesco, de amizade e comunitária os tornam visíveis e garantem a existência social.

É aqui que está a lacuna entre o Estado moderno e a sociedade Amazônica nativa: Tornar os habitantes invisíveis facilita sua dominação, e isso é muito bem explorado pelo poder dos governantes e dos empreendedores econômicos.

Gramsci foi capaz de interpretar esse movimento dialético quando observou que o Estado moderno substituiu o bloco mecânico dos grupos sociais por uma subordinação destes à hegemonia ativa do grupo dirigente e dominante. Por isso, há necessidade do surgimento de uma concepção de mundo que canalize essa experiência coletiva de resistência social ao Estado e à economia e a organize. Essa ação de tipo cultural e ideal é a capacidade de descobrir as características específicas de uma sociedade determinada.

Essa hegemonia é conhecimento, além de ação, por isso é a conquista de um novo nível de compreensão da cultura, é a descoberta de coisas que não se conhecia.

O projeto de hegemonia das classes subalternas dos povos da Amazônica (conhecidos como seringueiros, povos indígenas, movimentos dos atingidos pelas barragens, movimentos dos sem terra, comitê Dorothy Stang), ainda não ganhou a consciência dos jovens, com forças suficientes para fazer emergir disposição de quebrar o bloco de poder político e econômico que foi imposto como concepção única de existência.

E a esperança está nos jovens com experiência pessoal de solidariedade, de trabalho conjunto e de iniciativa própria, pois hoje estão disponíveis muito mais recursos de informação e conhecimento que o ajudam a compreender e negar os elementos dominantes da modernização da região e do Estado.

Isso pode ocorrer com firmeza, por meio de organizações promotoras da vida e de defesa da Amazônia como o que vem se afirmando nos encontros Pan-Amazônicos, (não apresentado no corpo do trabalho, por não estar diretamente ligado ao tema da pesquisa).

As lutas sociais estão distantes dos jovens da pesquisa, o que não quer dizer que eles não busquem uma sociedade diferente dessa em que estão vivendo. Em suas falas, há uma

experiência de vida que nega a sociedade existente, podendo dizer-se que o processo dialético das práticas socioculturais dos jovens da pesquisa tem características predominantemente regionais e a superação será diferenciada em relação às demais regiões do país.

Nesse sentido, os jovens das classes subalternas, pesquisados em Belém são diferentes dos jovens da classe dirigente da política e da economia na cidade e no país, mas são iguais na experiência de vida a outros jovens das classes subalternas na cidade e no país, o que pode torná-los aliados na luta pela transformação social, pois esta sempre será a luta pela vida.

A luta pela vida é repetida constantemente nos encontros de formação como elementos educativos para além das culturas produtivistas e consumistas, pois os jovens delas participam com alegria e esperança, e como bem diz a música,

E a vida, e a vida o que é? Diga lá meu irmão!
 Ela é batida de um coração. Ela é uma doce ilusão?
 É a vida, ela é maravilha ou é sofrimento?
 Ela é alegria ou lamento
 O que é, o que é meu irmão?
 Há quem diga que a vida da gente é um nada no mundo.
 É uma ponte. É um tempo que não dá um segundo.
 Há quem fale que é um divino mistério profundo.
 É o sopro do criador, numa atitude repleta de amor.
 Você diz que é luta e prazer
 Ela diz que a vida é viver.
 Ela diz que melhor é morrer.
 Pois amada não é, e o verbo é sofrer...
 Eu só sei que acredito na moça e na moça eu ponho a força da fé.
 Somos nós quem fazemos a vida
 Como der, ou puder, ou quiser.
 Sempre desejada, por mais que esteja errada.
 Ninguém quer a morte, só saúde e sorte.
 E a pergunta rola, e a cabeça agita.
 Eu fico com a pureza da resposta das crianças.
 É a vida, é bonita, é bonita e é bonita!
 (“O que é, o que é”, música de Gonzaguinha. 1982).

Só um ser jovem consegue incorporar essa concepção de existência além da sociedade e de seu Estado capitalista. A pesquisa não revelou grandes teorias sobre a transformação social, mas os comportamentos e reações dos jovens a respeito de sua vida, de sua cidade e do “outro”.

Este capítulo tratou da experiência dos jovens na cidade que nessa faixa etária de 15 a 24 anos consolida seu processo de afirmação e negação social, processo esse produzido pelas contradições da sociedade capitalista, urbana, produtivista e consumista, e sua existência torna-se uma busca permanente de relações sociais duradouras.

As respostas mostraram que a experiência pessoal do jovem possui uma ética própria, pois valorizam em suas vidas as relações sociais, o estudo, o trabalho, a felicidade - relações sociais reproduzidas à medida que desejam que suas famílias os apoiem na realização pessoal e lhes garantam a sobrevivência.

A contemporaneidade na cidade para o jovem da pesquisa revela que o que lhes agrada na rua são as pessoas, a paisagem, os equipamentos urbanos, pois na cidade há coisas para serem admiradas, e o que mais desagrada os jovens na cidade são os problemas estruturais existentes, o controle social, como censura, e a pouca civilidade revelando uma visão crítica, ainda que fragmentada, da cidade. E revela, também a preocupação que têm com outros jovens e fazem propostas de intervenção. Para isso, colocariam nos bairros: educação e escolas profissionalizantes, espaços para esporte e lazer e uma pessoa responsável para zelar por esse bem público.

As propostas de intervenção são as referências necessárias para as políticas públicas concernentes à juventude, e estão relacionadas com educação e escolas profissionalizantes, oportunidades de acesso a emprego e criação de espaço cultural. E, com um destaque, reconhecem como necessária a iniciativa do próprio jovem.

Foi nessa busca pelo “lugar do jovem” que valeu a pena gastar tempo, estudando o jovem urbano dos povos da Amazônia na cidade de Belém/PA, que está nos estabelecimentos de ensino, nas ruas, nas casas, nas praças, nos festivais e nos movimentos artísticos. “Quem crer nos jovens, verá do que são capazes”!, Mas, para ver, é necessária a criação de uma outra ordem de consolidação das idéias sobre a existência humana que não seja somente pura contemplação do espírito, que encontra na vida inspiração. E, o jovem vive intensamente nessa aventura cheia de alegria e beleza, como maior atributo à sua existência.

Portanto, dizer que o jovem “não está preocupado com nada” pode não ser verdade, pelo menos para os jovens da pesquisa. Eles têm muito medo: medo de perdas, de não ser capaz de estudar, de não poder contar com pessoas, de não se realizar profissionalmente.

A sociedade de mercado nega essa utopia social, e é isso que cria o medo, pois ela só valoriza interesse pessoal e lucro, deixando para o campo contemplativo as necessidades reais das pessoas.

Os jovens reconhecem os mistérios e encantos da Amazônia e não escondem as dificuldades, que se apresentam aos que nela convivem e a cidade de Belém é essa grande perspectiva de convivência das mais diferentes pessoas e grupos, por isso para ela convergem seus olhares, apreensões, e o uso da tecnologia, nos transportes convencionais e sofisticados, na comunicação, na informação, na gestão da produção e do trabalho, na compra e na venda dos produtos.

Na cidade, se manifestam concretamente as correlações de forças, e daí irradiam para outros espaços sociais modificando rapidamente o espaço social por meio do poder de Estado e do poder econômico conjuntamente.

Essa pesquisa mostrou o quanto Belém possui uma vida social e cultural intensa, que gera outras experiências coletivas de existência, por mais que persista a contradição das relações capitalistas como elementos da cultura urbana.

E essa cultura urbana o jovem, em Belém, conhece muito bem, pois vive nela. Por isso, precisa de segurança e de direitos civis. Mesmo que reconheçam a existência de práticas violentas, de desigualdade social e de problemas estruturais, revelam capacidade de indicar alternativas para o desenvolvimento de segurança urbana, e como diz Caccia-Bava “para além dos horizontes dos bairros, eles expuseram seu olhar sobre a cidade” (2004, p. 60).

Esse processo de contradições vivido por jovens integrantes de famílias de baixa renda dos bairros periféricos, seja em Ribeirão Preto, ou em Belém, parece estar também associado à intensidade das carências vividas por esses jovens, ao longo de sua infância. O abandono da juventude reflete as carências de formação da infância em âmbito nacional.

Parece ter razão Del Roio³², quando diz,

trata-se de conhecer o fluxo social do fazer, que só pode se estabelecer se negar o poder-sobre, que é, por sua vez, a negação da substância mesma do poder-fazer, já que alienado. Ou seja, a superação do fetichismo e da ruptura do fluxo social do fazer só pode ocorrer se a subjetividade entre o fazer e a projeção se conectarem, rompendo a

³² ROIO, Del Marcos. O Problema do poder na Revolução: Diálogo com John Holloway. Revista Novos Rumos, N. 42, 2004.

mediação do poder-sobre e do saber-sobre, que é uma dimensão do poder-sobre. A luta do poder-fazer com o poder-sobre é uma luta antagônica e a emancipação do poder-sobre se dá na medida em que se opõe à criação do valor e cria um poder-contrá, ou antipoder, a negação do poder-sobre, que é a chave para a emancipação da subjetividade humana coletiva (2004, p. 52).

Essa luta pode ser mais evidenciada quando os estudos reconhecerem que os jovens das classes subalternas são portadores de novos horizontes e possuem um caminho aberto para exercitarem um outro modelo de sociedade, pois não estão plenamente inseridos nessa sociedade de mercado.

A pesquisa indica que a experiência dos jovens na cidade está atrelada à experiência coletiva de uma parte dos habitantes da região Amazônica que produzem sua existência pela força da solidariedade de seus povos, e que a modernização e o progresso da sociedade contemporânea, no norte do Brasil, convive simultaneamente com o ritmo de vida da sociedade nativa. Se, do lado urbano, existe o emprego, as escolas e as universidades que formam os técnicos e administradores e o Estado para organizar essas modernas relações sociais, do outro lado estão as pessoas com uma simplicidade de vida e uma intensa disposição afetiva e existencial.

Um *Ethos Mundial*³³ já está sendo elaborado como exigência de um novo comportamento do ser humano no mundo, que o respeita como a casa de todos e na convivência baseada na justiça e na ética, para que os diferentes possam colocar a diversidade a serviço da solução dos problemas existentes.

Reconhecer, o “lugar do jovem” na sociedade faz um outro mundo ser possível. E admiti-los como seus grandes construtores, é um grito de liberdade, como diz a música.

Liberdade vem e canta e saúde este sol que vem
 Canta com alegria o escondido amor que no peito tens
 Mira o céu azul, espaço aberto pra te acolher
 Mira o céu azul, espaço aberto pra te acolher
 Liberdade vem e pisa este firme chão de verde ramagem
 Canta louvando as flores que ao bailar do vento fazem sua mensagem
 Mira estas flores, abraço aberto pra te acolher
 Mira estas flores abraço aberto pra te acolher
 Liberdade vem e pousa nesta América triste vendida

³³ BOFF, Leonardo. *Ethos Mundial*. Rio de Janeiro, Sextante, 2003.

Canta com os teus gritos, nossos filhos mortos e a paz ferida
Mira este lugar, desejo aberto pra te acolher
Mira este lugar, desejo aberto pra te acolher
Liberdade, liberdade és o desejo que nos faz viver
És o grande sentido de uma vida pronta para morrer.
Mira o nosso chão, banhado em sangue pra reviver
Mira a nossa América, banhada em sangue pra renascer!
("Liberdade", música de Zé Martins, Paulinas Comep.s/d).

Essa liberdade foi aplicada na pesquisa quando apresentou como objetivo estudar os jovens das classes subalternas na cidade de Belém perante as culturas modernas consumistas e produtivistas, procurando analisar os aspectos urbanos da cidade que favorecem ou dificultam a sociabilidade dos jovens que apresentam experiências particulares ou coletivas de resistência social ante os aspectos dominantes da modernidade brasileira.

REFERÊNCIAS CITADAS

AMAYO, Enrique Zevallos. **La Amazonia, el Pacifico y la jangada de Julio Verne: una visión eurocentrica.** Relaciones entre historia y creación. Cenários. Revista do Grupo de Estudos Interdisciplinar sobre cultura e desenvolvimento –GEICD. Campus de Araraquara. UNESP. N 1. novembro de 1999.

_____. **Lima na história da América Latina.** PUC. Revista. Publicação dos professores da PUC. N. 7. São Paulo. Dezembro/1999. 27-41.

_____. Projeções Andinas no pacífico: do passado ao presente. In: **Geopolítica Del América Latina y el Caribe.** Instituto Pan Americano de Geografía e Historia. Fondo del Cultura Economica. México DF, 1999. 43-72.

_____. **Por quê estudar la formación y problematica atual de la Amazonia.** ESPIRAL. Estudos sobre Estado e Sociedade. N. 15. maio/agosto de 1999. Vol. V. Universidade de Guadalajara. 73-105.

AMAZONIA SIN MITOS. Tratado de Cooperación Amazônica – Banco Interamericano de Desarrollo, Washington D.C, 1992.

ANUARIO ESTATÍSTICO DO MUNICÍPIO DE BELÉM. Secretaria de Gestão e Planejamento do Município de Belém. 1999.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). Informação e Documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2006.

BARBOSA, Mário Médice. “Os Herdeiros dos Cabanos”: uma análise da apropriação da Cabanagem pela Prefeitura de Belém (1997-2000). In: **Terra matura.** Belém, Paka-Tatu, 2002.

BOFF, Leonardo. **Ethos Mundial.** Rio de Janeiro, Sextante, 2003.

BOLAÑO, César. **Indústria Cultural, Informação e Capitalismo.** São Paulo, Hucitec, 2000.

BOTAS, Paulo Cezar Loureiro. **Não confie em ninguém com mais de 30 anos.** RJ, Revista Tempo e Presença n. 262. 1992. P. 11 – 14.

BOSI, Alfredo. O Tempo e os Tempos. In: **Tempo e História**. NOVAES, Adauto (org). São Paulo. Secretaria Municipal de Cultura, Companhia das Letras, 1992.

BRANCO, Samuel Murgel. **O Desafio Amazônico**. São Paulo, Editora Moderna, 1989.

CACCIA-BAVA, Augusto. Direito Civil dos e insegurança urbana. In: **Estudos de Sociologia**. Revista Semestral do Departamento de Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Araraquara. UNESP. Nº 17, 2º semestre de 2004.

_____, et. al. (orgs). **Jovens na América Latina**. São Paulo, Escrituras editora, 2004.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo, Ática, 1997.

CASTRO, Edna. **Globalização, dinâmica dos atores sociais e novas frentes do desmatamento e exclusão social na Amazônia**. Belém. NAEA/PLADES, 2005a.

_____. **Transformações ambientais na Amazônia: problemas locais e desafios internacionais**. Belém. NAEA/PLADES, 2005b.

CASTRO, Edna M. R. e HÉBETTE, Jean. (orgs). **Na Trilha dos Grandes Projetos**. Cadernos NAEA 10. Belém, UFPA/NAEA, 1989.

CASTRO, Edna M. Ramos de e ACEVEDO, Rosa Marin (orgs). **Amazônia em tempo de transição**. Série Cooperação Amazônica. Belém, UFPA/NAEA, ARNI, CELA, 1989.

CASTRO, Edna, MOURA, Edila A. F. e MAIA, Maria Lúcia (orgs). **Industrialização e Grandes Projetos**. Belém, Editora da UFPA, 1995.

CASTRO, Edna e PINTON, Florence. **Faces do Trópico Úmido**. Belém, CEJUP/UFPA/NAEA, 1997.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do Desenvolvimento – Brasil: JK/JQ**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

CARIA, Telmo. A reflexividade e a objectivação do olhar sociológico na investigação etnográfica. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**. N. 55. Coimbra/Portugal. Novembro de 1999. 5-32.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). **Confederação dos Tamoios**. Petrópolis/RJ, Vozes, 1984.

COSTA, Jurandir Freire, BARBA, Eugênio e Frei Betto. **Ética**. RIO de Janeiro, Garamond, 1997.

_____. Perspectivas da juventude na sociedade de mercado. In: **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. Regina Novaes e Paulo Vannuchi (orgs). São Paulo, Instituto Cidadania e Editora Perseu Abramo, 2004.

COSTA, Francisco de Assis. **Grande Empresa e Agricultura na Amazônia**. Cadernos NAEA. Vol. I, n. 1, Junho de 1998.

COSTA, José Marcelino Monteiro da. (org). **Os Grandes Projetos da Amazônia**. Belém, UFPA/NAEA, 1987.

COMISSÃO DE ESTUDOS DA HISTÓRIA DA IGREJA NA AMÉRICA LATINA – CEHILA. **História da Igreja na Amazônia**. Petrópolis/RJ, Vozes, 1990.

CUNHA, Emmanuel Ribeiro. Práticas Avaliativas na Escola Cabana de Belém. In: **Trilhas**. Revista do Centro de Ciências Humanas e Educação. Belém, UNAMA, v. 4, n. 1, 2004.

DI PAOLO, Pasquale. **Cabanagem** – a revolução popular da Amazônia. Belém, CEJUP, 1990.

_____. **A mediação política em Belém do Pará**. UFPA, Belém, 1988.

DIAS, Edmundo Fernandes e outros. **Gramsci**. São Paulo, Xamã, 1996.

DOWBOR, Ladislaw. **A Reprodução Social** – Propostas para uma gestão descentralizada. Petrópolis, Vozes, 1998.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônia**. São Paulo, Contexto, 2001.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? In: **Retratos da Juventude Brasileira**. São Paulo. Instituto Cidadania e Editora Perseu Abramo, 2005.

GUIMARÃES, Renato. **Dois Estudos para a mão esquerda - Cabanagem, Guerrilha ou luta de massas**. Rio de Janeiro. Revan, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1978.

_____. Às Margens da História. In: **Cadernos do Cárcere**. Volume 5. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2002.

_____. **Obras Escolhidas**. São Paulo, Martins Fontes, 1978.

HALL Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.

HYMER, Stephen. **Empresas Multinacionais: A Internacionalização do Capital**. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Pressupostos do Modelo de Integração da Amazônia Brasileira aos mercados nacional e internacional em vigência nas últimas décadas...”. In: **Sociologia na Amazônia**. Maria José Jackson Costa (org), Belém, Universidade Federal do Pará, 2001.

MELUCCI, Alberto. **Juventude, Tempo e Movimentos Sociais**. ANPED/Revista Brasileira de Educação. 1997. p. 5 – 14.

MENDES, Armando Dias. A UNAMAZ e suas circunstâncias. In: **Educação, Ciência e Tecnologia: bases para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia**. Luis E. Aragon (org) Série Cooperação Amazônica. Belém/PA. UNAMAZ/UNESCO, 1997.

MENSAGEIRO. **500 anos – Olhando o passado para construir o futuro**. Belém/PA. Edição nº 71, setembro-outubro 1991.

NETO, José Maia Bezerra e outros. **A Cabanagem: A Revolução no Pará.** In: **Pontos de História da Amazônia.** Belém, Paka-Tatu, 2001.

NOVAES, Adauto (org) **Tempo e História.** São Paulo. Secretaria Municipal de Cultura, Companhia das Letras, 1992.

OLIVEIRA, Aldemir de. e GUIDOTTI, Humberto (orgs). **A Igreja arma sua tenda na Amazônia.** Manaus, Editora da Universidade do Amazonas, 2000.

PALEN, J. John. **O Mundo Urbano.** Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1975.

POCHMANN, Marcio et. al.(orgs). Os ricos no Brasil In: **Atlas da Exclusão Social.** V.3. São Paulo, Cortez, 2004.

PRADO, Caio. **Evolução Política do Brasil.** São Paulo, Editora Brasiliense, 1979.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. Secretaria Municipal de Educação. **Escola Cabana: construindo uma Educação Democrática e Popular.** Cadernos de Educação n. 1. Belém, Outubro de 1999.

RODRIGUES, Eliene Jaques. **Banidos da Cidade e Unidos na condição.** Belém/PA, NAEA/UFPA, 1998.

ROIO, Marcos Del. O Problema do Poder na Revolução: Diálogo com John Holloway. In: **Novos Rumos.** São Paulo. Revista Trimestral. Ano 19. Nº. 42, 2004.

SALLES, Vicente. **Memorial da Cabanagem.** Belém, CEJUP, 1992.

_____. **O Negro no Pará.** Instituto de Artes do Pará. Belém, 2005.

SANTOS, Boaventura, **A Crítica da Razão Indolente** – contra o desperdício da experiência. 3.ed.. São Paulo. Cortez. 2001.

SANTOS, Tânia Regina Lobato dos. Analisando a escola Cabana em Espaço e Tempo Reais. In: **Trilhas.** Revista do Centro de Ciências Humanas e Educação. Belém, UNAMA, v. 4, n. 2, 2003.

SENA, Ana Laura dos Santos. **Dimensões da informalidade em Belém**. Cadernos NAEA. Vol. 2. UFPA, 1999.

SINGER, Paul. A Juventude como coorte: uma geração em tempos de crise social. In: **Retratos da Juventude Brasileira**. São Paulo. Instituto Cidadania e Editora Perseu Abramo, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A Produção Social da Identidade e da Diferença. In: **Identidade e Diferença**. 2000.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria** – A pilhagem da natureza e do conhecimento. Petrópolis. Vozes, 2001.

SOARES, Luiz Eduardo. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. Regina Novaes e Paulo Vannuchi (orgs). São Paulo, Instituto Cidadania e Editora Perseu Abramo, 2004.

STOCKINGER, Gottfried. A Reestruturação de Relações Tradicionais na Amazônia numa Era de modernização Forçada (1960-1980). In: **Sociologia na Amazônia**. Maria José Jackson Costa (org), Belém, Universidade Federal do Pará, 2001.

SOUZA, Márcio. **Breve História da Amazônia**. São Paulo, Marco Zero. 1994.

THOMPSON, E. P. O termo ausente: Experiência. In: **A Miséria da Teoria**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

TRINDADE Jr. Saint-Clair Cordeiro da. **Produção do solo urbano em Belém**. Belém, UFPA, 1997.

_____. Cidadania e (Re)Produção do Espaço Urbano de Belém In: **Amazônia e a crise da Urbanização**. Belém/PA, Museu Emílio Goeldi, 1994.

ZANETI, Hermes. **Juventude e Revolução**. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 2001.

ZICCARDI, Alicia. **Pobreza, desigualdade social y ciudadanía. Los limites de las Políticas Sociales em América Latina y el Caribe**. Buenos Aires, CLACSO, 2001.

Manifesto das Cidades. Disponível em <WWW.urbansecurity.org/fesu>. Acesso em 06/01/2006.

Atividades produtivas no município de Belém. Disponível em WWW.IBGE.gov.br/cidades@. Acesso em 18 de julho de 2006.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

ABRAMO, Helena Wendel. e outros. **Juventude em debate.** São Paulo, Cortez, 2000.

ARAGÓN, Luis E. (org). **Educação, Ciência e Tecnologia: Bases para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.** Belém, Associação de Universidades Amazônica, UNESCO, 1997.

AROUCK, Osmar. **Inventário de registros e denúncias de mortes relacionadas com posse e exploração da terra no Estado do Pará 1980-2001. Secretaria Especial de Estado de Defesa Social. Belém, 2002.**

BARREIRA, César (Coord.). **Ligado na Galera, Juventude, violência e cidadania na cidade de Fortaleza.** Brasília, UNESCO, 1999.

BRANCO, Pedro Paulo Martoni. Juventude e trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas. In: **Retratos da Juventude Brasileira.** São Paulo. Instituto Cidadania e Editora Perseu Abramo, 2005.

BRITO, Daniel Chaves de. **A Modernização de Superfície.** Prêmio NAEA, Belém, UFPA/NAEA/PDTU, 2001.

_____. Reforma de Estado e Sustentabilidade: a questão das instituições desenvolvimentistas na Amazônia. In: **Sociologia na Amazônia. Belém, Universidade Federal do Pará, 2001.**

_____. A Modernização na Era das Incertezas: Crise e Desafios da Teoria Social. In: **Caminhos Sociológicos na Amazônia. Belém, Universidade Federal do Pará, 2002.**

CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária.** São Paulo. Editora Perseu Abramo, 2001.

CARRASCO, Gabriel Medina. **En los orígenes del sujeto jovem em América Latina**. México, 1998, mimeo.

CHOMSKY, Noam. **Política y Cultura a finales Del Siglo XX**. Barcelona, Ariel, 1996.

CONGRESSO NACIONAL. **Substitutivo ao Projeto de Lei N.º 4.530, Plano Nacional de Juventude**, de 2006.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, atualizada até a Emenda Constitucional nº 17 de 2 de dezembro de 1980. São Paulo, Saraiva, 1981.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Promulgada em 5 de outubro de 1988, atualizada até a Emenda Constitucional nº, de 15 de dezembro de 1998. São Paulo, Saraiva, 1999.

COSTA, Maria José Jackson (org). **Sociologia da Amazônia**. Editora Universitária UFPA. Belém/PA, 2001.

COSTA, Márcia Regina. **Os Carecas do Subúrbio**. São Paulo, Musa, 2000.

DAOU, Ana Maria. **A belle époque amazônica**. Jorge Zahar Editor, RJ, 2000.

D'INCAO, Maria Ângela e Isolda. **Amazônia e a crise da Urbanização**. Belém/PA, Museu Emílio Goeldi, 1994.

DOWBOR, Ladislau. **A Reprodução Social. Tecnologia, Globalização e governabilidade**. Vol I. Edição em três volumes, revista e ampliada. Petrópolis, Vozes, 2002.

_____. **A Reprodução Social. Política econômica e social: os desafios do Brasil**. Vol. II. Edição em três volumes, revista e ampliada. Petrópolis, Vozes, 2003.

_____. **A Reprodução Social. Descentralização e participação – As novas tendências**. Vol. III. Edição em três volumes, revista e ampliada. Petrópolis, Vozes, 2003.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e Metamorfoses - Estado e Industrialização no Brasil: 1930/1960**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

FLORESTAN, Fernandes. **Capitalismo Dependente: Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

_____. **Mudanças Sociais no Brasil**. São Paulo, DIFEL, 1979.

FREITAS, Décio. **A Miserável Revolução das classes infames**. Rio de Janeiro, Record, 2005.

GUIMARÃES, Renato. **Dois Estudos para a mão esquerda - Cabanagem, Guerrilha ou luta de massas**. Rio de Janeiro. Revan, 2000.

GRUPPI, Luciano. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**. Porto Alegre, L&PM, 1986.

GROPPO, Luís Antonio. **Juventude**. Rio de Janeiro, DIFEL, 2000.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Plano Nacional de Juventude**. Projeto de Lei. N.º 4.530, de 2004

FREDERICO, Celso. A Arte em Marx: um estudo sobre Os Manuscritos Econômico-Filosóficos. In: **Novos Rumos**. Revista Trimestral do Instituto Astrogildo Pereira. Ano 19, n. 12, 2004.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo, Editora Nacional, 1982.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo, Ática, 1991.

LEFEVRE, Fernando e LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. **O Discurso do Sujeito Coletivo**. Caxias do Sul, 2002.

_____. **Maconha, saúde, doença e liberdade: análise de um fórum na Internet**. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 15 (Sup. 2): 161-167, 1999.

HOLANDA, Sérgio **Buarque**. **Raízes do Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1967.

IANNI, Octávio. **A Ditadura do Grande Capital**. Civilização Brasileira, 1981.

_____. **Estado e Capitalismo**. São Paulo, Brasiliense, 1988.

JACOB, Cesar Romero et al. **Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil**. Rio de Janeiro. Ed. PUC-Rio: São Paulo, Loyola, 2003.

MATA, Raimundo Possidônio C. e TADA Cecília (orgs). **AMAZÔNIA, Desafios e Perspectivas para a missão**. São Paulo, Paulinas, 2005.

MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira**. Petrópolis, Vozes, 1987.

MARAJÓ, José Coelho da Gama Abreu, Barão de. **As Regiões Amazônicas**. Belém, SECULT, 1992.

MARX, Karl e F. Engels. **A Ideologia Alemã**. São Paulo, Hucitec, 1984.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no Chão da Noite**. São Paulo, Hucitec, 1989.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo, Brasiliense, 1984.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO). **Juventude, Violência e Cidadania: os jovens de Brasília**. Brasília, Cortez, 1998.

PINTO, Lúcio Flávio. **Amazônia (anteato da destruição)**. Belém, Grafisa, 1977.

_____. A Amazônia entre estruturas desfavoráveis. In: **Amazônia e a crise da Urbanização**. Maria Ângela D’Incao e Isolda Maciel de Oliveira (orgs.). Belém/PA, Museu Emílio Goeldi, 1994.

MEREGE, Luiz Carlos (org). **Censo do Terceiro Setor do Pará**. Relatório. Belém, CETS/FVG-EAESP, fevereiro de 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento**. São Paulo, Hucitec, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Fala Galera - Juventude, Violência e Cidadania na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Garamond, 1999.

MITSCHEIN, Thomas A. e outros. **Urbanização Selvagem e Proletarização Passiva na Amazônia – o caso de Belém**. Belém, CEJUP, 1989.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e a questão religiosa**. São Paulo, Edições Paulinas, 1984.

RAIOL, Domingos Antonio. **Motins Políticos**. 1º volume. Belém, UFPA, 1970.

RETRATO DO BRASIL. Vol. I. São Paulo, Editora Três/Política, 1984.

RODRIGUES, Edmilson. **Os desafios da Metrópole**. Belém, UFPA, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Democratizar a democracia**. RJ, Civilização Brasileira, 2002.

_____. **A Introdução a uma Ciência Pós Moderna**. Rio de Janeiro, Graal, 1989.

_____. **Um Discurso Sobre as Ciências**. Porto. Edições Afrontamento, 1998.

SEGATTO, José Antonio. A. GRAMSCI: Os ‘Cadernos do Cárcere’ e a Revolução Passiva. In: **Estudos de Sociologia**. Revista Semestral do Departamento de Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Sociologia. FCL-UNESP, Araraquara, Ano 7/8. N. 13 /14 2º semestre de 2002 e 1º. Semestre de 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, Cortez, 2000.

SILVA, Lúcia Isabel da Conceição VIANA, Rosely Risuenho. Relatório Final. **Juventude Brasileira e Democracia**. Região Metropolitana de Belém. POLIS, IBASE e UNIPOP. Belém, agosto de 2005.

SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo, Contexto, 2001.

SOUZA, Márcio. **Revolta**. Rio de Janeiro, Record, 2005.

UNESCO. **Políticas Públicas de/para/com Juventudes**. Brasília, 2004.

VIANNA, Hermano (org). **Galerias Cariocas**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1997.

XIMENES, Tereza (org). **Perspectivas do desenvolvimento sustentável**. Belém, UFPA/NAEA, Associação de universidades Amazônicas, 1997.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência: os jovens do Brasil**. Rio de Janeiro, Garamond, 1998.

_____. **Juventude, violência e Cidadania. Os jovens de Brasília**. São Paulo, Cortez, Junho de 1998.

DISCOGRAFIA CITADA.

CHAVES, Nilson. **Olhando Belém**. CD, Nilson Chaves em dez anos. Produzido na Zona Franca de Manaus, 1991.

GONZAGUINHA. **O que é, o que é**. LP Caminhos do Coração, 1982.

MARTINS, Zé. **Liberdade**. CD Certezas. Paulinas Comep. Produzido na Zona Franca de Manaus. S/D.

APÊNDICE

Título da Pesquisa: Jovens urbanos dos povos da Amazônia na cidade de Belém/PA.

Entrevista diretiva – roteiro

1. Identificação do informante:

- 1.1 - Idade
- 1.2 – Local de nascimento.
- 1.3 – Endereço
- 1.4 - Se estuda, diga a série.

2. Trânsito rural – urbano amazônico.

- 2.1 - Seus pais nasceram em Belém? Se não de onde vieram?
- 2.2 – Você tem parentes indígenas ou residentes no interior do Estado?
- 2.3 – Qual o trabalho de seus parentes no interior?
- 2.4 - Você faz também esses trabalhos?
- 2.5 – Costuma viajar com frequência? Para onde vai?
- 2.6 – Dias usados para as viagens e porquê esses dias?
- 2.7 – O que você encontra lá?
- 2.8 – Você gosta de viver na Amazônia? Por quê?
- 2.9 – As pessoas que você conhece falam sobre a vida na Amazônia? O que dizem?
- 2.10 – O que existe na Amazônia que todas as pessoas devem saber?

3. Sobre as experiências de vida dos jovens.

- 3.1 – O que considera mais importante na sua vida?
- 3.2 – Que coisas você precisa no seu dia-a-dia?
- 3.3 – O que você gostaria de ter para sentir-se feliz?
- 3.4 – O que falta na sua casa para que toda a sua família viva bem?
- 3.5 – Como você adquire as coisas que lhe faltam?
- 3.6 – O que você tem que não gostaria de dividir?

- 3.7 – Qual o período do dia que mais gosta? Por quê?
- 3.8 - O que mais o agrada na rua?
- 3.9 - O que mais lhe desagrada na rua?
- 3.10 - Gosta de ficar em casa? O que faz quando está em casa?
- 3.11 - Do que tem mais medo hoje?
- 3.12 - O que você colocaria no bairro/local de moradia para ser usado pelos jovens?
- 3.13 - O que faria para garantir um futuro aos jovens?
- 3.14 - O que faz no mês das férias.
- 3.15 - Como surgiu a idéia de participar de um grupo?
- 3.16 - Qual/quais assuntos são tratados nos encontros?
- 3.17 - Você acha importante se juntar a outros jovens? Por quê?

Os Jovens da Pesquisa

N.	Nome	Idade	Nascido	Nascido em outro município
01	Antonio Carlos	15 anos	Belém	
02	Antonio José	17 anos		Quatipuru/PA
03	Marcelo	17anos	Belém	
04	Patrik	18 anos	Belém	
05	Augusto César de Souza Tavares	18 anos	Belém	
06	Ronaldo	19 anos	Belém	
07	Bruno	19 anos	Belém	
08	Antônio Nonato	20 anos		Mocajuba
09	Camilo Barbosa da Silva	20 anos		Castanhal
10	José Cleiton Lobato de Araújo	20 anos	Belém	
11	Alexandre	20 anos	Belém	
12	Jorge Manoel Menezes Silva	20 anos		Santarém,
13	Luís Carlos	21 anos		S. Luzia do Pará
14	Ronald	21 anos		Bacuri, Maranhão.
15	Josimar Aguiar Lameira,	22 anos	Belém	
16	Jorge Barros	22 anos		Marapanim
17	Vagner	22 anos	Belém	
18	Neidson Garcia da Silva	22 anos		Óbidos/ PA
19	Francisco Edielson Pereira dos Santos	22 anos		Ourém/PA
20	Antonio Carlos de Souza	22 anos		Moju/PA
21	Gerson Machado	23 anos		Benevides
22	José Joanildo	23 anos		Macapá
23	Francisco Castro de Aguiar	23 anos		Bacabal/ Maranhão,
24	Marcos Augusto	23 anos		Santarém
25	Edison Silva Costa,	24 anos		Bacabau / MA
26	Alan Amaral Brandão.	24 anos		Igarapé-Mirim
27	Adilton do Rosário Oliveira,	24 anos		Marapanin
28	Lourenço Filho Araújo	24 anos		Macapá/AP
29	Glauco Oliveira Feitosa	24 anos	Belém	

As Jovens Entrevistadas da pesquisa.

N.	Nome	Faixa etária	Nascimento	Outro município
01	Elisângela	15 anos		Bragança/PA
02	Maria das Graças	15 anos	Belém	
03	Carolina	16 anos	Belém	
04	Vanessa	16 anos	Belém	
05	Adrielle Gomes de Moraes	16 anos		Oeiras do PA
06	Gisele Barroso	16 anos		Breves/PA
07	Kelli	17 anos	Belém	
08	Maria do Rosário	17 anos		Abaeté/PA
09	Maria	17 anos		Tomé Açu/PA
10	Gisele	18 anos		Abaeté/PA
11	Aleissa	18 anos	Belém	
12	Raimunda da Silva	19 anos		Maranhão
13	Vanessa de Souza Viana	19 anos	Belém	
14	Daniele Sabrina Rodrigues da Costa.	19 anos	Belém	
15	Antonia	19 anos.		Mãe do Rio/PA
16	Josi	19 anos		São Sebastião da Boa Vista/PA
17	Paula Fernanda	20 anos	Belém	
18	Antonia	20 anos	Belém	
19	Celina	20 anos		Castanhal/PA
20	Geisa de Paula	20 anos	Belém	
21	Patrícia	21 anos	Belém	
22	Maria Lúcia	21 anos		S. Antonio do Tauá
23	Augusta	21 anos		Santa Isabel.
24	Maria Antonia	22 anos		Cameté/PA
25	Ana de Fatima	22 anos	Belém	
26	Ana Lúcia	23 anos		Ponta de pedras
27	Maria José	24 anos		Quatipuru
28	Ana Carolina	24 anos	Belém	
29	Viviane	24 anos	Belém	
30	Raquel	24 anos	Belém	
31	Ana Célia Miranda	24 anos		Altamira
32	Zafione Freitas	24 anos		Mãe do Rio
33	Luciana Oliveira	24 anos	Belém	